

# Caos

v.1, n.36, ano 27, jan./jun. 2026



Dossiê

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS, NATUREZA E SOCIEDADE**

## **CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**

Curso de Ciências Sociais

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Universidade Federal da Paraíba

Publicação semestral da Coordenação do Curso de Ciências Sociais, v. 2, n. 35, jul./dez. 2025

ISSN 1517-6916 (online)

### **CONSELHO EDITORIAL**

Adriano de Léon, UFPB, Brasil

Antonádia Monteiro Borges, UNB, Brasil

Edmundo Pereira, Museu Nacional/UFRJ, Brasil

Fernanda Henrique Cupertino Alcântara, UFJF, Brazil

Frédéric Vandenberghe, IFCS/UFRJ, Brasil

Karina Biondi, UEMA, Brasil

Lisabete Coradini, UFRN, Brasil

Maristela Oliveira de Andrade, UFPB, Brasil

Miqueli Michetti, UFPB, Brasil

Sônia Weidner Maluf, UFPB, Brasil

Stênio José Paulino Soares, UFBA, Brasil

Tássia Rabelo de Pinho, UFPB, Brasil

Vagner Gonçalves da Silva, USP, Brasil

### **EDITORES**

Giovanni Boaes (UFMA/UFPB), Adailton Aragão (UFPB/UFMT), Mohana Morais (UFPB),

Anderson dos Santos Cordeiro (UFPE) e Mariana Soares Pires melo (UFPB)

### **COMISSÃO EDITORIAL**

Aina Azevedo Guimarães, UFPB, Brasil

Eliane da Conceição Silva, UFPB, Brasil

Lucas Coelho Pereira, UFPB, Brasil

Luciana Aliaga, UFPB, Brasil

Thiago Panica Pontes, UFPB, Brasil

### **REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO**

Giovanni Boaes

Revisão de inglês: Terry Mulhall

### **CAPA**

Jonas de Sene Pinto

Imagem (colagem): Mirella Brito

Universidade Federal da Paraíba. Coordenação do Curso de Ciências Sociais. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Bloco V, Campus I — Cidade Universitária. CEP: 58.051-900. João Pessoa, Paraíba, Brasil. Telefone: (83) 3216-7092. E-mail: [revistacaos99@gmail.com](mailto:revistacaos99@gmail.com).

# Caos

Publicação da Coordenação do Curso de Ciências Sociais  
Universidade Federal da Paraíba  
(Campus I – João Pessoa)

ANO 27

volume 1

número 36

jan./jun. 2026

ISSN 1517-6916 (online)

Dossiê Temático

***MUDANÇAS CLIMÁTICAS, NATUREZA E SOCIEDADE***

Luiza de Araújo Farias  
Emílio de Britto Negreiros  
(organizadores)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora: Terezinha Domiciano Dantas Martins

Vice-reitora: Mônica Nóbrega

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

Vice-diretor: Thaís Augusta Cunha de Oliveira Máximo

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenadora: Eliane da Conceição Silva

Vice-coordenadora: Aina Azevedo Guimarães

### Indexadores e Registros



PKP|INDEX



latindex

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C111 CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais/Coordenação do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. – v. 1, n. 36 (jan./jun. 2026). – João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Coordenação do Curso de Ciências Sociais.

Semestral

Publicação online: [www.periodicos.ufpb.br/index.php/caos](http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/caos)

ISSN: 1517- 6916

1. Antropologia. 2. Ciência Política. 3. Sociologia.

- 6 EDITORIAL  
Anderson Santos

## DOSSIÊ / DOSSIER

- 12 MUDANÇAS CLIMÁTICAS, NATUREZA E SOCIEDADE: apresentação do dossiê / *CLIMATE CHANGE, NATURE AND SOCIETY: introduction to the dossier*  
Luiza de Araújo Farias e Emílio de Britto Negreiros
- 17 A PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA COMO MEIO PARA FABULAR FINS DE MUNDO POSSÍVEIS: science fiction e mudanças climáticas / *FILM PRODUCTION AS A MEANS OF IMAGINING THE ENDS OF THE WORLD: science fiction and climate change*  
Luiza de Araújo Farias e Emílio de Britto Negreiros
- 39 ATERRAMENTO, TRANSFIGURAÇÃO E FLORESTANIA COMO MEDIADORES CONCEITUAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UM BEM VIVER / *GROUNDING, TRANSFIGURATION AND FORESTRY AS CONCEPTUAL MEDIATORS FOR BUILDING GOOD LIVING*  
Pedro Vanzo e Alfio Brandenburg
- 57 VIVER E INSISTIR NAS RUÍNAS DO ANTROPOCENO: agroecologia e comum no Pampa Sul / *LIVING AND PERSISTING IN THE RUINS OF THE ANTHROPOCENE: agroecology and the common in the Southern Pampa*  
Eduarda Paz Trindade
- 80 FINS DE MUNDO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A VIDA NAS RUÍNAS DO ANTROPOCENO EM SÃO GONÇALO (RJ) / *END OF THE WORLD, CLIMATE CHANGE, SPACE PRODUCTION AND LIFE IN THE RUINS OF THE ANTHROPOCENE IN SÃO GONÇALO (RJ)*  
Lucas Santos Daniel
- 104 NÃO HÁ FUTURO SEM CHÃO: colapso climático, solos urbanos e a política da sobrevivência / *THERE IS NO FUTURE WITHOUT SOIL: climate collapse, urban soils, and the politics of survival*  
Márcio Silveira Nascimento
- 122 TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, (IN)JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E A PRODUÇÃO DE MUNDOS POSSÍVEIS NO ANTROPOCENO / *ENERGY TRANSITION, SOCIO-ENVIRONMENTAL (IN)JUSTICE, AND THE MAKING OF POSSIBLE WORLDS IN THE ANTHROPOCENE*  
Silvia Cristina de Jesus

**ARTIGOS / ARTICLES**

- 150 “EU SEMPRE QUIS MAIS”: a migração como uma das formas de manifestação da condição juvenil interiorana / *“I ALWAYS WANTED MORE”*: migration as one of the expressions of the inland youth condition  
João Pedro Sousa Pereira
- 174 MARÉS INVISÍVEIS: os direitos das mulheres pescadoras e a Convenção 169 da OIT na Costa dos Corais / *INVISIBLE TIDES*: fisherwomen’s rights and ILO Convention 169 on the Costa dos Corais  
Carolina Maia Lins
- 195 A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NA PÓS-MODERNIDADE E NA TRANSMODERNIDADE: um estudo de teoria social comparativa / *THE CONSTITUTION OF CULTURAL IDENTITY IN POSTMODERNITY AND TRANSMODERNITY*: a study of critical social theory  
Guilherme Sena
- 217 A COBERTURA DO TED QUILOMBOS UFPR ENQUANTO EXERCÍCIO DO QUEFAZER CRÍTICO DO JORNALISMO: aspectos de uma comunicação sensível / *COVERING THE TED QUILOMBOS UFPR EVENT AS AN EXERCISE IN CRITICAL JOURNALISM*: aspects of sensitive communication  
Gabriel Airto Domingos

**RESENHA / REVIEW**

- 238 UMA BREVE INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO / *A BRIEF INTRODUCTION TO SOCIOLOGY OF EDUCATION*  
Rodolfo Alves de Macedo
- 245 AVERIGUAÇÃO DOS CONCEITOS-CHAVE PRESENTES NAS OBRAS DE KARL MARX: resenha sobre o livro de Jorge Grespan: Marx: uma introdução / *INVESTIGATION OF THE KEY CONCEPTS IN THE WORKS OF KARL MARX*: a review of Jorge Grespan’s book: Marx: an introduction  
Francisco Lacerda

*É* com grande entusiasmo que a Revista Caos entrega ao seu público mais um número. Diferentemente dos outros volumes, este tem um *quê* de diferente em relação aos anteriores; a inquietação que sempre esteve presente nos volumes publicados, hoje encontra-se com a renovação de futuros possíveis.

Neste número, vemos uma coletânea de trabalhos em fluxo contínuo e no dossiê que versam sobre as (des)continuidades de um mundo que, sob a égide do capitalismo, segue numa linha em encontro ao colapso ambiental, humano, animal e moral. Nas inúmeras perspectivas que as ciências sociais apresentam ao analisar as faces do mundo social, encontramos também formas de reexistir, existir e habitar em suas múltiplas formas o mundo à nossa volta.

Mas antes de fazer a apresentação dos artigos que se encontram neste número como é de praxe, tomarei algumas palavras para falar do trabalho editorial, a face oculta que muitas das vezes o leitor(a) não conhece, ficando essa parte relegada a uma questão diminuta e invisível. Há pouco mais de dois anos, adentrei na Caos a convite de Giovanni Boaes, seu editor-chefe — o qual também foi meu orientador na graduação —, metódico, compromissado e, sobretudo, envolvido na construção de um periódico ativo e produtor. Reativou a Revista em 2019, após um hiato de sete anos sem publicação.

Giovanni, como é conhecido, ao longo dos últimos sete anos organizou, editou e diagramou quatorze números, contando com o número que ora temos em mãos. Como editor-chefe, acompanhou de perto o processo editorial de mais de cem manuscritos e revisou, ao longo desse tempo, cada artigo já publicado (e tantos outros não-publicados), fazendo questão de ler todos, às vezes mais de uma vez. Sempre com o olhar atento, responsável e, sobretudo, crítico, digno de um “malvado favorito”, como aprendi a gentilmente chamá-lo.

Ao longo desse tempo, pude aprender como funciona o modelo editorial das revistas, suas questões internas, seus dilemas e, principalmente, a importância dos periódicos para a manutenção científica dos debates, teorias e compreensões acerca do mundo, especialmente o social. Em meio a tudo isso, Giovanni me ensinava, como um bom mentor, a desbravar essa realidade, sempre ressaltando que o trabalho editorial, embora cansativo e, às vezes, solitário,



ao final de cada número publicado, era possível sentir a realização de ter contribuído, mesmo que pouco, com a renovação da produção científica.

Disciplinado e adepto dos prazos, sempre cumpridos à risca, ao longo dos últimos anos, a *Caos* publicou seus números precisamente sempre nos meses de junho e dezembro, impreterivelmente. Duas edições anuais em que a pluralidade de enfoques e perspectivas se tornou característica da revista, nos artigos publicados e nos dossiês organizados. Todo esse processo é resultado de um trabalho incessante e contínuo que, ao longo dos últimos anos, tem aumentado exponencialmente como reflexo da qualidade e abrangência que a *Caos*, uma revista vinculada ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, tem obtido nacionalmente.

Atualmente com uma equipe editorial de quatro pessoas, sabemos todos que nada disso seria possível sem a coordenação de Giovanni Boaes, que agora deixa a função de editor-chefe para prosseguir com suas pesquisas e interesses pessoais na Universidade Federal do Maranhão, onde está lotado desde sua redistribuição em 2023. Não preciso ser parcimonioso nos elogios, pois é notório entre todos e todas que o conhecem a grandeza e eficiência em torno de suas produções e de seu cuidado no trabalho editorial. Com o intuito de ressaltar esse trabalho intelectual, nós, da equipe editorial da revista, agradecemos aos ensinamentos e à vitalidade entregue à *Caos* de maneira tão nobre nesse tempo enquanto editor-chefe.

Em passagem memorável de um dos seus textos, ele descreve que “a vida é assim: em um momento fazemos, em outro, se tivermos sorte, contemplamos o que fizemos” (Boaes, 2004, p. 97). Sinta-se, então, contemplado ao olhar o crescimento do que ajudou a fixar como referência na construção de um modelo editorial de qualidade teórica, social, cultural, política, educacional e científica. De todos que compõe a equipe editorial da Revista *Caos*, o nosso muito obrigado.

Ainda embalado pela ideia de renovação que este número representa, é que nós da Equipe *Caos* saudamos e damos as boas-vindas ao professor Dr. Lucas Coêlho Pereira, que assumirá a chefia da Revista, no lugar de Giovanni Boaes. Além do novo editor-chefe, também damos as boas-vindas a Mariana Soares Pires Melo, que já vinha contribuindo indiretamente com a *Caos* e passará, agora, a compor o quadro de editores.



É com a certeza de que mudanças são necessárias para a renovação do espírito inquieto e atento às questões sociais, que a Caos, ao longo de sua história, buscou comportar, que fazemos a apresentação dos textos que neste volume buscaram analisar as mudanças e permanências em torno das questões ambientais, que se interseccionam em suas múltiplas questões e perspectivas, seja elas juvenis, urbanas, culturais, políticas e raciais.

Inicialmente, dedico algumas palavras à colagem que compõe a capa desta edição. Obra da artista e ilustradora Mirella Brito<sup>1</sup>, que a partir de uma colagem a pedido dos editores da Caos, conseguiu captar genuinamente as questões que permeiam o antropoceno, o meio ambiente, os sujeitos, os desastres e seus dilemas. A capa é um convite à reflexão em torno das mudanças climáticas e das questões sociais que estão envoltas nos dilemas do mundo contemporâneo em seus múltiplos cenários e possibilidades.

E nesse contexto de pensar os dilemas do mundo contemporâneo e em cenários sociais diferentes, que apresento o trabalho de João Pedro Souza Pereira, intitulado: “*Eu sempre quis mais*”: *a migração como uma das formas de manifestação da condição juvenil interiorana*. O trabalho traz como ponto chave a discussão a partir do processo de migração de três jovens que saem do interior para morar na capital paraibana. A pesquisa conduzida a partir de entrevistas semiestruturadas conduz a leitura para uma experiência que intercala experiências sociais, as questões da juventude e das questões urbanas e interioranas em torno da vivência desses jovens. A análise e argumentação do autor destacam como as possibilidades de ascensão e de novas possibilidades se manifestam dentro das questões dos jovens que residem no interior e buscam nas grandes cidades novas formas de existir e ascender seja socialmente ou economicamente.

Passando agora para o artigo de Carolina Maia Lins, que realizou uma análise a partir da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em torno das mulheres que vivem da pesca na região litorânea entre Alagoas e Pernambuco, campo situado na Costa dos Corais. Seu artigo intitulado: *Marés invisíveis: os direitos das mulheres pescadoras e a Convenção 169 da OIT na Costa dos Corais*, analisou como as condições dessas mulheres são efetivadas ou não a partir dessa lei. A partir de uma reflexão que combinou análise documental, bibliográfica, além de normativas e materiais da organização civil, a autora

---

<sup>1</sup> Para mais detalhes das obras e artes feitas pela autora ver sua página no Instagram: @mylady10000



destaca que a Convenção 169 registra um importante passo para a implementação de políticas públicas voltadas para essas mulheres. Porém, ainda há uma lacuna entre as condições de efetivação e a chegada desses direitos na prática cotidiana das mulheres que participam da pesca artesanal e das marisqueiras que residem nessa área, que além da forte presença masculina, é permeada pelos conflitos socioambientais. A autora ainda problematiza como as questões de gênero e da preservação ambiental são desmobilizados em torno de práticas que visam o lucro, a destruição ambiental e da invisibilização das mulheres como parte desse sistema.

Seguindo por outra perspectiva em torno das identidades na modernidade, o trabalho de Guilherme Sena — *A constituição da identidade cultural na pós-modernidade e na transmodernidade: um estudo de teoria social comparativa* — problematiza como a noção de identidade na pós-modernidade, sobretudo as vinculadas a Stuart Hall e da transmodernidade — conceito trabalhado por Enrique Dussel —, é operacionalizada a partir da leitura exegética que o autor realiza e mobiliza. A discussão questiona não apenas os aspectos das identidades na contemporaneidade, como também as articula para pensar as questões conceituais e teóricas que são empreendidas pela noção eurocêntrica. O convite ao debate e à reflexão do texto de Sena, traz a dimensão da identidade em suas múltiplas contextualizações, abrangendo novas formas de compreensão dos dilemas da identidade cultural na modernidade, na pós-modernidade e na transmodernidade, seja no centro ou na periferia do capitalismo.

O último trabalho que compõe a seção de artigos em fluxo contínuo desse número é de Gabriel Aidos Domingos, intitulado: *A cobertura do TED quilombos UFPR enquanto exercício do quefazer crítico do jornalismo: aspectos de uma comunicação sensível*. Este trabalho faz uma análise da prática do *quefazer* do jornalismo, mas envolto nas questões das comunidades quilombolas que participaram do projeto desenvolvido na UFPR durante o ano de 2025. Partindo de uma “análise sensível”, o autor aponta como a produção de saberes no seio das comunidades quilombolas são importantes na produção de uma prática profissional eticamente ligada às questões dessas comunidades, assim como da prática jornalística como questionamento crítico das produções e narrativas acerca das comunidades quilombolas no Brasil.



Passando agora para as resenhas — seção que, com grande entusiasmo, tem recebido, nas últimas edições da Caos, uma demanda cada vez maior de submissões —, o que amplia o debate e a leitura de obras de diversas perspectivas que se encontram no campo das ciências sociais.

Assim, abrimos a apresentação com a resenha de Rodolfo Alves de Macedo — *Uma breve introdução à sociologia da educação* — que resenhou a obra de Renato Antonio de Souza, um pequeno livreto sobre sociologia da educação, publicada em 2017. A resenha de Macedo destaca-se pelos ganhos analíticos em torno da análise crítica que faz das questões relativas à sociologia da educação, da questão educacional, de seus agentes e da estrutura presente nesse contexto. Ainda de acordo com o autor, a obra resenhada tem um caráter “generalista”, mas a resenha convida o leitor a refletir sobre como a sociologia da educação desempenha tamanha importância para a análise do indivíduo em sociedade.

Encerrando a apresentação dos trabalhos desta edição, temos a resenha de Francisco Lacerda — *Averiguação dos conceitos-chave presentes nas obras de Karl Marx: resenha sobre o livro de Jorge Grespan: Marx: uma introdução* — que resenhou a última obra de Jorge Grespan. Lacerda enfatiza como a obra traz, em caráter didático, alguns conceitos da obra de Marx, e que contribuem para a análise da realidade social, assim como das críticas ao capitalismo contemporâneo. A resenha faz o convite à obra de Grespan como ferramenta teórico-didática em torno dos conceitos explicitados, mas, especialmente, faz o convite à obra marxiana do autor alemão.

E por fim, deixo aqui os agradecimentos a todos e todas os pareceristas que contribuíram para a efetivação deste número. O trabalho editorial é formado por muitas mãos, e os pareceristas são parte essencial da produção científica. Assim, nós da Revista Caos desejamos a todos(a) uma boa leitura e reflexão em torno das problemáticas e análises lançadas nesse número.

Anderson Santos

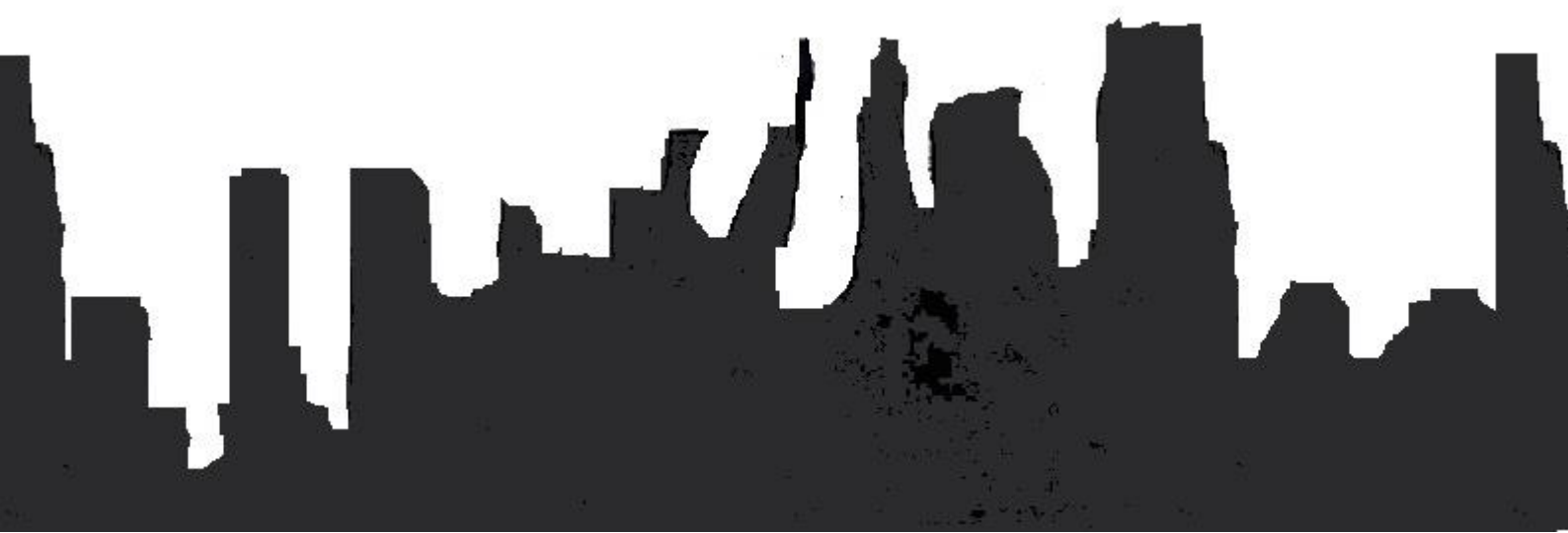
## Referências

BOAES, Giovanni. **Antropoconto**. João Pessoa: Ed. Manafatura, 2004.



É permitido **compartilhar** (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e **adaptar** (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n36.78989.p6-10>



**MUDANÇAS CLIMÁTICAS, NATUREZA E SOCIEDADE:  
apresentação do dossiê*****CLIMATE CHANGE, NATURE AND SOCIETY:  
introduction to the dossier***

Luiza de Araújo Farias \*

Emílio de Britto Negreiros \*\*

**Resumo**

O presente dossiê da *Revista Caos* reúne um conjunto de artigos que discutem as tensões, resistências e possibilidades de vida humana e não humana frente ao avanço das mudanças climáticas. Os trabalhos abrangem a importância da ficção na construção de imaginários e na disseminação de informações, sejam elas dados científicos ou fabulações sobre os fins de mundo; discussões em torno do bem-viver e a relevância das propostas teórico-metodológicas para refletir sobre formas de aterramento; bem como a necessidade de evidenciar as formas de resistência nas ruínas do capitalismo, seja por meio da agroecologia ou da centralidade que o solo possui no espaço urbano de resistência. Há, ainda, leituras críticas sobre os impactos do racismo ambiental presente nas periferias e centros urbanos e nos discursos de (in)justiças socioambientais, que impactam os humanos e não humanos. Em suma, o dossiê se consolida como um campo multidisciplinar, articulando os limites do antropoceno e as possibilidades de uma *responsabilidade*, nos termos de Donna Haraway.

**Palavras-chave:** sociologia da natureza; mudanças climáticas; antropoceno; ecocapitalismo.

**Abstract**

The dossier presented in this issue of *Revista Caos* brings together a set of articles that discuss the tensions, resistances and possibilities of human and non-human life in the face of advancing climate change. The contributions address the importance of fiction in the construction of imaginaries and in the dissemination of information, whether through scientific data of fabulations about the ends of the world; debates around Buen Vivir and the relevance of theoretical-methodological proposals for reflecting on forms of grounding; as well as the need to highlight forms of resistance amid the ruins of capitalism, whether through agroecology or through the centrality of soil within urban spaces of resistance. The dossier also includes critical readings on the impacts of environmental racism in peripheral areas and urban centers, as well as on discourses of social-environmental (in)justice, which affect both humans and non-humans. In sum, the dossier is consolidated as a multidisciplinary field, articulating the limits of the anthropocene and the possibilities of *response-ability* in Donna Haraway's terms.

**Keywords:** sociology of nature; climate change; anthropocene; ecocapitalism.

\* Doutoranda e mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. E-mail: luiza.adfarias@gmail.com.

\*\* Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. Professor do Departamento de Sociologia e da Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. E-mail: emilio.negreiros@ufpe.br.



## Introdução

É com grande alegria que apresentamos o dossiê *Mudanças Climáticas, Natureza e Sociedade*, que apresenta as tensões e possibilidades das relações *humanonatureza*, bem como as diversas formas de se relacionar e imaginar modos de viver nas ruínas do colapso ecológico. Pensar as mudanças climáticas a partir de perspectivas coletivas, de um “nós” influenciado por uma prática de *respons-habilidade* em mundos possíveis é o que propomos ao longo da presente edição da Revista Caos.

As inquietações que oferecem a provocação inicial para o desenvolvimento dessa coletânea partem da reflexão sobre os fins de mundo apresentados como possibilidades por Donna Haraway (2009,2023), bem como sobre as formas de viver nas ruínas em Anna Tsing (2019, 2022). Embora possuam diferenças cosmológicas e epistemológicas, essas autoras desenvolvem pensamentos-chave para olhar criticamente e exercitar uma perspectiva para além do limite do antropoceno, explorando as formas de vida e resistência que emergem.

Fins de mundo como uma categoria de emergência, como um chamamento para a construção de uma nova perspectiva política, epistêmica e cosmológica, com a intenção de desenvolver narrativas científicas, culturais e econômicas de ruptura. A partir dos trabalhos selecionados, pensamos quais são as possibilidades de vida em cenários disruptivos e disfóricos. Considerar novas relações e possibilidades frente ao avanço das mudanças climáticas, seja por meio das mídias, da literatura ou do campo científico, nos ajuda nesse processo de reflexão e ação. Os artigos selecionados auxiliam na formação de um imaginário sobre as formas de vida em meio ao caos e à catástrofe, evidenciando a necessidade de refletir sobre os possíveis eixos pelos quais a sociologia, em diálogo com outras áreas, vem debatendo a questão das mudanças climáticas, como campo de experimentação ontológica, ética e política.

Os trabalhos, aqui presentes, abordam fins de mundo em suas expressões concretas, como vemos no contexto geopolítico, especialmente a partir dos acontecimentos recentes da COP30 (2025), realizada em Belém do Pará, na região Norte do Brasil, em novembro de 2025. A conferência foi marcada por contestações e por contradições características do ecocapitalismo. Evidenciou-se como o “enfrentamento” à



emergência climática é um espaço de disputa pelo lucro das grandes empresas que visam seus interesses econômicos e geopolíticos. Assim, o presente dossiê reúne trabalhos que contribuem para pensar e apresentar formas de resistência frente às ruínas do capitalismo.

O primeiro artigo intitulado *A produção cinematográfica como meio para fabular fins de mundo possíveis: science fiction e mudanças climáticas* é um recorte da pesquisa de mestrado de Luiza Farias, sob orientação de Emílio Negreiros, no qual mobilizamos a relação entre o lúdico da produção cinematográfica e o discurso ambiental, trazendo conceitos-chave para compreender como o debate sobre as mudanças climáticas extrapola o espaço informacional tradicional. Filmes, documentários e séries também são espaços de diálogo com a realidade, nesse sentido, a ficção também é uma forma de expressão e de construção de imaginários sobre a realidade concreta. O artigo tem como eixo central abordar as conexões estabelecidas entre elementos ficcionais e dados científicos, destacando como esses elementos são mobilizados e extrapolados no primeiro episódio selecionado, visto que a transmissão da informação e o ato de narrar diferentes histórias são atravessadas por escolhas estéticas e políticas que moldam formas específicas de perceber e reagir às mudanças climáticas.

Partindo de uma leitura crítica sobre o processo de pensar novos paradigmas e novas epistemologias, o artigo *Aterramento, transfigurações e florestania como mediadores conceituais para construção de um bem viver*, de autoria de Pedro Vanzo e Alfio Brandenburg, apresenta uma leitura que busca estabelecer bases teórico-metodológicas para a construção de novas epistemologias e paradigmas de vida diante do atual regime de mudanças climáticas. Os autores propõem um diálogo entre Latour e Krenak, buscando saídas práticas e ontológicas que recusem a evasão ou a negação da crise ecológica, sintetizando o bem-viver como uma ferramenta de transformação humana e não humana de aterramento para a construção de um mundo possível.

Seguindo o tema das possibilidades de repensar as relações a partir de um *responsabilidade*, podemos relembrar uma passagem do trabalho de Haraway, em que a autora afirma:

somos todos responsáveis por moldar as condições para o florescimento multiespécie diante de histórias terríveis, que às vezes também são cheias de alegria, mas não somos todos respon-hábeis da mesma maneira. As diferenças



importam- para as ecologias, as economias, as espécies e as vidas. (Haraway, 2023, p. 55)

Nesse sentido, temos um bloco de artigos que se debruçam sobre essas assimetrias, ao discutirem conceitos como desigualdades estruturais e socioambientais.

No artigo de Eduarda Paz Trindade, intitulado *Viver e insistir nas ruínas do antropoceno: agroecologia em comum no Pampa Sul*, a autora investiga as práticas agroecológicas territorializadas presentes no Pampa-Sul e demonstra como elas estão estruturadas por uma prática política geradora de possibilidades de reorganização da vida em meio ao antropoceno. Trata-se de uma análise que leva em consideração a totalidade de influências que constituem as consequências da crise climática, trazendo uma perspectiva fundamental de ações concretas de luta e permanência. Essa dimensão das possibilidades de vida em meio às ruínas do capitalismo também está presente na escrita de Lucas Santos Daniel, no artigo, *Fins de mundo, mudanças climáticas, produção do espaço e a vida nas ruínas do antropoceno em São Gonçalo (RJ)*, ao apresentar uma perspectiva de múltiplos fins de mundo, ou seja, múltiplos processos de ruptura territorializados e vivenciados de formas profundamente distintas. O autor realiza sua análise a partir de uma crítica ao racismo ambiental presente na periferia urbana do Estado do Rio de Janeiro, ao expor os problemas sócio-históricos de vulnerabilidade que fazem parte de um espaço de conflito de interesses em torno da distribuição dos investimentos públicos.

As disputas e as formas de resistência também constituem um tema central, como apresentado no texto *Não há futuro sem chão: colapso climático, solos urbanos e a política da sobrevivência*, de autoria de Márcio Silveira Nascimento, ao defender que o solo das cidades funcionam como um marco sociológico importante para compreender a crise climática. Ao evidenciar os problemas e riscos atrelados à degradação e desigualdade nos espaços urbanos marcados pelo antropoceno. Propondo um olhar para as realidades concretas a partir do solo, do chão urbano para fabular, criar possibilidades de vida frente ao avanço das mudanças climáticas.

Em conjunto, temos, por fim, o artigo de Silvia Cristina de Jesus, intitulado *Transição energética, (in)justiça socioambiental e a produção de mundos possíveis no antropoceno*, lançando um olhar crítico sobre a transição energética, e os desdobramentos



de uma linguagem tecnocêntrica marcada pelas assimetrias sociais. Através de uma análise tridimensional, o estudo articula as dimensões da desterritorialização, os impactos ambientais e a pegada ecológica ampliada como eixos importantes para diferenciar os níveis de impacto no processo de transição energética.

Boa leitura!

### Referências

COP30 BRASIL. COP30: negociações apresentam resultados emblemáticos em meio a tensões geopolíticas sem precedentes. 23 nov. 2025. Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/cop30-negociacoes-apresentam-resultados-emblematicos-em-meio-a-tensoes-geopoliticas-sem-precedentes>. Acesso em: 27 nov. 2025.

HARAWAY, Donna J. **Ficar com o problema**: fazer parentes no chthuluceno. Tradução de Ana Luiza Braga. São Paulo: n-1 edições, 2023.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 9 ago.2025.

TSING, Anna Lowenhaupt. **O cogumelo no fim do mundo**: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: n-1 edições, 2022.

TSING, Anna. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no antropoceno. Brasília, DF: Mil folhas do IEB, 2019.

Recebido em: 29/05/2026.

Aceito em: 01/06/2026.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n36.77653.p12-16>

## A PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA COMO MEIO PARA FABULAR FINS DE MUNDO POSSÍVEIS: *science fiction* e mudanças climáticas

### *FILM PRODUCTION AS A MEANS OF IMAGINING THE ENDS OF THE WORLD: science fiction and climate change*

Luiza de Araújo Farias \*

Emílio de Britto Negreiros \*\*

#### Resumo

Esse artigo deriva de um recorte de estudo anterior que tem como objetivo analisar como a série *Extrapolations, um futuro inquietante* (2023) mobiliza o discurso ambiental para discutir as mudanças climáticas ao levantar questionamentos sobre as consequências das ações humanas frente aos eventos climáticos extremos. No presente trabalho a análise concentra-se no primeiro episódio da série intitulado “2037: A história do corvo”, considerado como estruturante para apresentação da fabulação que circunscreve toda a obra, para compreender como dialoga com os dados científicos para a construção de sua narrativa. A partir de uma seleção de cenas e diálogos centrados na apresentação de dados sobre as mudanças climáticas e quais possíveis respostas a esses cenários, com a intenção de explorar como a série constrói sua narrativa fabulatória e a sua relação com o *discurso ambiental abstrato*. Nesse contexto, evidencia-se as conexões estabelecidas entre elementos ficcionais e dados científicos, destacando como esses elementos são mobilizados e extrapolados, visto que a transmissão da informação e o ato de narrar diferentes histórias é atravessado por escolhas estéticas e políticas que moldam formas específicas de perceber e reagir às mudanças climáticas. Conclui-se que a série faz uso de críticas ambíguas para refletir o lugar do humano e do não humano no processo de mundos possíveis, ao posicionar a tecnologia como eixo central na construção de possibilidades, apresentada como a melhor e mais eficaz alternativa, ignorando e silenciando as dimensões da desigualdade, a disputa pelo monopólio intelectual e a concentração de poder e exploração.

**Palavras-chave:** sociologia da natureza; antropoceno; discurso ambiental; ecocapitalismo.

#### Abstract

This article is derived from an excerpt of a previous study that aims to analyze how the series “*Extrapolations*” (2023) mobilizes environmental discourse to discuss climate change, raising questions in its eight episodes about the consequences of human actions in the face of extreme weather events. In this work, the analysis focuses on the first episode of the series, entitled “2037: The Story of the Raven,” considered fundamental for presenting the fabulation that circumscribes the entire work, in order to understand how it engages with scientific data in the construction of its narrative. From a selection of scenes and dialogues centered on the consequences of climate

\* Doutoranda e mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. E-mail: luiza.adfarias@gmail.com.

\*\* Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. Professor do Departamento de Sociologia e da Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. E-mail: emilio.negreiros@ufpe.br.



change and possible responses to this scenario were selected, with the intention of exploring how the series constructs its fabulatory narrative and its relationship with abstract environmental discourse. In this context, the connections established between fictional elements and scientific data become evident, highlighting how these elements are mobilized and extrapolated. This is because the transmission of information and the act of narrating different stories are traversed by aesthetic and political choices that shape specific ways of perceiving and reacting to climate change. It is concluded that the series employs ambiguous critiques to reflect the place of human's and non humans in the process of creating possible worlds, by positioning technology as the central axis in the construction of possibilities, presented as the best and most effective alternative, ignoring and silencing the dimensions of inequality, the struggle for intellectual monopoly, and the concentration of power and exploitation.

**Keywords:** sociology of nature; anthropocene; environmental discourse; ecocapitalism.

## Introdução

A especulação fabulatória, baseada em dados científicos, é uma opção para refletir e criar mundos possíveis. Haraway (2023a) enfatiza a importância da relação entre ciência e fabulação como uma miríade de relações multiespécies, baseada na sua metodologia de cama de gato (*String Figures*):

[...] cama de gato é um jogo, suspeito que seja uma metodologia com “m” minúsculo. É um modo de trabalhar e de pensar sobre trabalho, de forma que neste caso ele seja endereçado às pessoas dos estudos da ciência para se valerem mais densamente dos estudos feministas e dos estudos culturais e vice-versa. Cama de gato pode ser jogada em suas próprias mãos, mas é mais interessante jogar com outra pessoa. É uma figura para construir relacionalidade que não seja agonística (Haraway, 2015, p. 63).

Baseada em sua metodologia de cama de gato ou também traduzido como *figuras de barbante* refere-se à prática de criar formas com os fios entre os dedos. Porém, Donna Haraway trabalha esse termo para além da ideia lúdica, isso ocorre porque a sigla em inglês (*String Figures–SF*) coincide com a abreviação de *science fiction*, o que permite explorar um jogo de sentidos entre *fabulação*, narrativa e imaginação. Ou seja, cama de gato é uma forma de contar histórias, “são tanto práticas do *pensar* como do *fazer*; são práticas pedagógicas e performances cosmológicas” (Haraway, 2023b, p. 31). Trata-se de construir novas formas de ser e pensar os fins de mundo em uma teia de conexões *humanonatureza*, “contar histórias junto com os bichos historicamente situados é um exercício repleto de riscos e alegrias inerentes à composição de uma cosmopolítica



vivível” (Haraway, 2023b, p. 31). O argumento advém da fabulação especulativa como motor de suas narrativas, temas e vivências concretas da atualidade, ou seja, fabular dados científicos é uma forma de especulação narrativa (*SF*), ao moldar e remodelar as possibilidades de pensar o viver com as mudanças climáticas como uma forma de pensar tentacularmente<sup>1</sup> estórias e tempos possíveis (Haraway, 2023a, p. 62). Entendemos que reconhecer o estado atual dos recursos, das relações e dos modos de vida dentro da crise climática global, também é reconhecer que vivemos as mudanças climáticas em sua concretude, e não como um advento futuro e a ser controlado (Haraway, 2023a, p. 13).

As produções audiovisuais de cunho informativo e de entretenimento exploram os acontecimentos e a ciência, para fabular sobre a realidade concreta. A fabulação especulativa (*SF*) adentra essa discussão na medida que as leituras e compreensões científicas e populares de pensar a realidade influenciam a ficção e vice-versa. A fabulação científica, presente em *Extrapolations*, brinca com as fronteiras do real e imaginário, trazendo consigo discussões da relação *humanonatureza*, ainda que dentro de uma lógica que reforça as dualidades como humano e natureza, natureza e cultura, humano e máquina, ciência e narrativa.

**Figura 1** – Poster de divulgação de *Extrapolations*



Fonte: Apple Tv, 2023.

<sup>1</sup> Pensar tentacularmente é um termo usado por Haraway (2023b); ela usa a metáfora dos tentáculos (relacionado aos polvos, aranhas, raízes etc.) para abordar as diferentes formas de pensar e viver, não linear e multiespécies. Rompe com a hierarquização ao propor uma perspectiva descentralizada (rompe com o antropoceno), em que os tentáculos se ramificam e criam vínculos com outros seres e ambientes. A construção de uma *fabulação SF* é acompanhada de relações tentaculares e consequentemente de figuras de barbante (Haraway, 2023b, p.62-68).

Refletir o concreto por meio do ficcional configura-se como uma chave *SF* e é fundamental, pois evidencia modos possíveis de construção das relações. Mais que isso, ao projetar o futuro por meio de uma fabulação, olhamos para o presente e para as formas de construí-lo, revelando como hoje percebemos nossas próprias relações. Trata-se de ampliar o olhar para além da simples antecipação de possibilidades e da imaginação do tempo das catástrofes futuras (Stengers, 2015), para compreender e explicar a densidade do presente e a complexidade material da crise em curso.

*Extrapolations* especula sobre como será a vida humana nas próximas décadas e como os humanos se veem e agem em relação a todos os problemas socioambientais que se agravaram, pois a cada episódio o telespectador é apresentado a um novo panorama mundial com dados fictícios referentes ao aumento da temperatura global, a estimativa de refugiados climáticos e óbitos devido ao calor extremo. Dados fictícios que geram um impacto, como cena inicial e que dão abertura para o desenvolvimento da trama a ser narrada são *fabulações* desenvolvidas para questionar como será uma vida possível nas próximas décadas. Nessa perspectiva, a série trabalha temas latentes da atualidade em um formato de questionamento: quais são os limites? Há uma unidade humana e uma ética que guie essas ações? As temáticas são mobilizadas no espaço ficcional por meio da vida pessoal de cada personagem, como as escolhas diante da catástrofe ambiental e as apostas nas soluções tecnológicas.

Scott Z. Burns, criador e diretor de *Extrapolations*, insere sua obra em um espaço de *storytelling*<sup>2</sup>, uma forma de narrar o presente por meio de dados científicos e situações inspiradas em eventos reais. Uma característica recorrente nos trabalhos de Burns<sup>3</sup> é a construção de acontecimentos paralelos que, à primeira vista, parecem não ter correlação, mas que, à medida que a narrativa avança, revelam conexões e contribuem para uma argumentação não linear. Essa estratégia se manifesta no primeiro episódio da série, no

<sup>2</sup> O termo *storytelling* é comumente usado por Burns em entrevistas de divulgação de seus trabalhos, com ênfase em *Extrapolations*, como uma forma de intitular-se um *storyteller*, ou seja, um *contador de histórias*. Histórias essas concretas e baseadas em dados concretos, o que o diferencia das demais produções *SF*, que em sua opinião *não estão baseadas em dados concretos e não abordam a situação atual do planeta* (cf. *Extrapolations' Producers on Climate Storytelling* Disponível em: <https://youtu.be/h7HqEN5zj8?si=3Ky3ER2E560A0blN>. Acesso em: 27/05/2025).

<sup>3</sup> Scott Z. Burns atuou como um dos produtores do documentário *Uma Verdade Inconveniente: o que devemos fazer (e saber) sobre o aquecimento global* (2006), dirigido por Davis Guggenheim e apresentado pelo ambientalista e ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore. E atuou como roteirista do filme *Contágio* (2011).

qual somos apresentados a cinco histórias ambientadas em diferentes partes do globo. Embora inicialmente pareçam desconexas, essas narrativas compartilham um elemento comum: os efeitos provocados pelo aumento da temperatura global, de modo que um debate sempre tenso entre *SF* e dados científicos estejam presentes quanto à real importância do tratamento do tema das mudanças climáticas na série, o que, neste artigo, recebe uma reflexão sociologicamente orientada, uma vez que a preocupação se estende aos efeitos desses fenômenos na vida humana e não humana.

Esses dados fictícios são explorados por meio de dados, gráficos e cenários probabilísticos como forma de desenvolver a dramaticidade e as questões que envolvem os personagens, conferindo uma sensação de realidade a essa ficção científica (*SF*), ao mesmo tempo se relaciona com os espectadores, seja em um tom informativo de urgência, seja em tom de emergência. Nesse sentido, os dados científicos presentes na série não são meros planos de fundo, mas compõem uma camada narrativa que produz e induz as relações e acontecimentos nos episódios, operando como um dos personagens chaves<sup>4</sup>.

Para compreender como a série utiliza esse tipo de recurso narrativo, destacamos dois aspectos centrais: (1) as aberturas construídas a partir de informações e dados fictícios, que introduzem o tema de cada episódio; e (2) a maneira como o primeiro episódio estabelece uma imagem síntese da série, marcada por binarismos e como esses influenciam a construção narrativa, moldando a forma como a tecnologia — frequentemente associada à ciência — afeta os acontecimentos e as experiências vividas pelos personagens.

As aberturas contribuem para a construção narrativa ao apresentar dados fictícios que se aproximam da realidade concreta. O Quadro 1 apresenta uma síntese das informações contidas na abertura dos oito episódios da série. Apenas o primeiro episódio não apresenta uma “consequência” direta para o aumento da temperatura global, pois seu objetivo é introduzir a narrativa e delinear os possíveis desdobramentos do avanço da mudança climática. Essa sistematização nos auxilia a compreender como a série constrói seu senso de urgência a partir da exploração de dados reais.

<sup>4</sup>Scott Burns e os demais produtores da série enfatizam que o desenvolvimento da narrativa é fundado no momento presente e como as ações e escolhas vivenciadas impactam o futuro. Ao considerar dados científicos uma peça-chave da construção da série, Burns enfatiza que busca apresentar uma narrativa que gere ações, questionamentos e ensine o público sobre a situação atual da humanidade (Burns, 2023).

**Quadro 1** – Síntese das aberturas de *Extrapolations*

Episódio	1	2	3	4	5	6	7	8
Ano respectivo a cada episódio	2037	2046	2047	2059	2059	2066	2068	2070
Aumento da temperatura global	1.55 °C	1.80 °C	1.83 °C	2.20 °C	2.20 °C	2.37 °C	2.44 °C	2.59 °C
Consequências Especulativas	---	411.227 espécies perdidas no século XXI	Nível do mar +38.61 cm	Mortes devido ao calor extremo (por ano) 1.113.555	93 milhões de mortos pelo clima	176 trilhões de refugiados climáticos	População global de 9.96 bilhões	564 pp (Nível do carbono na atmosfera)

**Fonte:** elaborado pelos autores, 2026.

Para investigar como a produção cinematográfica pode ser um meio para fabular fins de mundo, com as distintas perspectivas e construções de mundos possíveis, podemos questionar, a partir do primeiro episódio da série *Extrapolations*, como a relação com os dados concretos e fictícios são construídos e mobilizados na sua exposição e seu impacto na narrativa para a construção de um *discurso ambiental abstrato*.

Nesse sentido, a série, parte da compreensão de que o ecocapitalismo estabelece a tecnologia como central em uma perspectiva de possível conciliação entre o crescimento econômico e a exploração dos recursos naturais sem fortes consequências, alinhando-se a um debate em que o humano é superior (não se vê como parte da natureza), gerando assim uma dissociação (uma ação disruptiva e distópica) entre as causas de suas ações e as inferências que reverberam nos humanos e não humanos. Um *discurso ambiental abstrato* é compreendido como parte do ecocapitalismo, em que a tecnologia é vista como fundamental para um futuro possível, mas apenas possível para os humanos. Pois em sua dissociação de não pertencimento à natureza, possibilita-lhes acreditar na geração de uma natureza tecnológica, em que o humano a controla.

É por meio dessa compreensão que o artigo está organizado em duas partes: a primeira busca apresentar, de forma mais descritiva, as principais características trabalhadas ao longo do primeiro episódio de *Extrapolations*, com o intuito de

compreender como a obra constrói suas escolhas narrativas, em termos de como os personagens e os dados especulados são apresentados, bem como seus contextos e enredos, em seguida apresenta-se como esses elementos contribuem e impactam na produção de uma perspectiva desse discurso ambiental abstrato.

### Fabulação *SF* e os possíveis fins de mundo

Mas “o que acontece depois do aumento de +1.5 °C ou 2 °C na temperatura global? Quais as consequências em deixar os grandes empresários e corporações gerirem o planeta Terra através de seus objetivos?” (Apple Tv, 2023, episódio 01, tempo 00:01-3:05). Esses são questionamentos levantados na cena de abertura da série *Extrapolations*, através da personagem Carmen Jalilo (Yara Shahidi), uma ativista.

A personagem Carmem Jalili se posiciona no centro da projeção da imagem do planeta Terra para iniciar seu discurso crítico, narrando em tom de manifesto, intercalado com cortes de noticiário e imagens de figuras empresariais. A fala de Carmen faz um duplo movimento: denuncia a urgência imediata do aquecimento global (referência ao limite dos 1,5°C já ultrapassado), mas também articula um discurso de emergência civilizatória, ao indagar “Mas o que acontece depois de dois?”. A pergunta não tem resposta, porque o futuro está sendo negociado como mercadoria.

**Figura 2** – Carmem discursando na manifestação



Fonte: Apple Tv, 2023.

A estrutura da cena articula narrativa pessoal, análise política e crítica midiática, funcionando como dispositivo de chamamento à ação. Esse tom performativo da abertura funciona como forma de interpelar o espectador, introduzindo um cenário distópico de

colapso climático e captura corporativa do futuro. A seguir está a transcrição da cena de abertura:

**Carmem:** Eu nasci em 2015, quando o mundo foi a Paris e um aviso foi emitido. Os cientistas nos disseram lá atrás que, se a temperatura média da terra aumentasse 1,5 graus Celsius, haveria consequências devastadoras. Eles estavam certos. Olhem em volta.

**Rompe para noticiário:** Hoje é 16 de julho de 2037. A aguardada cúpula do clima, a COP42, continua hoje em Israel em meio ao clamor urgente por ação e espera...

**Volta para Carmem:** E, mesmo assim, aqui estamos, em 2037, considerando a possibilidade de um aumento de dois graus.

**Rompe para noticiário:** Os mercados mundiais registram ganhos recordes hoje, com a demanda por baterias e produtos farmacêuticos à frente...

**Volta para Carmem:** Mas o que acontece depois de dois? O que acontece quando as corporações que destroem o nosso mundo dizem que as economias derreterão se não permitirmos as temperaturas subirem 2.1 ou 2.2 graus?

**Nightly Scoop:** Nick Bilton, CEO da Alpha Industries, dizem rumores, têm investido no projeto de um cassino acima do Círculo Ártico

**Nick:** Aonde quer que o futuro nos leve, nós iremos juntos.

**Nightly Scoop:** O sócio de Bilton é ninguém menos do que um empreiteiro controverso, você sabe quem.

**Volta para Carmem:** Amigos, Nick Bilton não vai nos salvar. Devemos salvar a nós mesmos. Dentro daquele prédio, os poderes vigentes negociaram o futuro de vocês. Mas não se negocia com um incêndio. Ou com uma enchente. Ou com a fome (*Extrapolations*, cena de abertura, episódio 1, tempo: 00- 3:14, 2023).

No trecho citado, a série entrelaça dados científicos e narrativas pessoais para fabricar uma experiência de urgência compartilhada. Essa construção narrativa também se articula com as características de um discurso que envolve uma perspectiva do antropoceno, o qual é marcada pela evidência das consequências negativas da expansão econômica em que o quantitativo está acima do qualitativo. Essa cena é estruturada em consonância com imagens de incêndios, inundações, vazamento de óleo no mar, pessoas deslocadas à força devido a esses acontecimentos em rompimento com cenas que remetem à tecnologia. É a evidência da escassez e do *capitalismo do desastre*<sup>5</sup>, como aponta Saito:

<sup>5</sup> O conceito de capitalismo do desastre, trabalhado pela jornalista Naomi Klein (2008), é aplicado na presente pesquisa a partir da compreensão da exploração da crise para o lucro.



Quer se trate de terra ou água, o valor de uso (utilidade) permanece o mesmo, como pode ser visto comparando antes e depois da acumulação primitiva. O que muda da propriedade comum para a propriedade privada é a escassez. O aumento da escassez aumenta o valor de um produto. [...] É por isso que as alterações climáticas são uma oportunidade de negócio. As mudanças climáticas criam escassez de água, terras aráveis, habitação etc. À medida que a escassez aumenta, a procura excede a oferta, o que proporciona ao capital uma oportunidade de obter lucros mais elevados. (Saito, 2023, p. 155)

Mas também podemos ler essa cena de abertura como um discurso centrado no antropoceno, ao colocar literalmente a figura humana no centro do planeta Terra (Figura 3), discursando sobre o papel dos humanos como causa central dos efeitos e consequências vivenciadas pelas mudanças do sistema terrestre, ou seja, o humano como motor da história (Angus, 2023, p. 36). Porém a compreensão do humano como motor da história, como agente do antropoceno é um evento limite (Haraway, 2023a). Pensar e apontar os problemas, as fissuras da destruição do antropoceno e do capitaloceno são importantes ao ponto de nomear e reconhecer, mas abrem espaço para leituras simplistas ou mesmo de possibilidades de fim, negando o futuro porvir.

**Figura 3** – Carmem Jalili (“2037: A história do corvo”)



Fonte: Apple Tv, 2023.

Ao fazer uso da narrativa ficcional e baseada em dados científicos para criar uma especulação sobre as possibilidades de vida frente às possibilidades de fins de mundo, eles acabam caindo em dualismos. E esses constituem a relação *humanonatureza* e consequentemente a relação que há entre ciência, tecnologia e sociedade. A série constrói uma continuidade interna, em que cada abertura prepara o espectador para a temática

seguinte, ao mesmo tempo em que reforça o sentimento de urgência e inevitabilidade da crise climática.

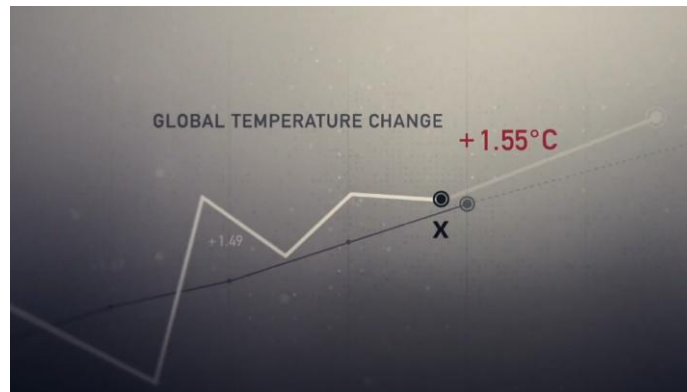
A associação entre o dado e sequência narrativa do episódio opera como uma estratégia: provocar questionamentos no público e servir como plataforma de ensino sobre a atual situação da humanidade (Burns, 2023). Isso não significa que estamos afirmando previsões realizadas e a concretude dos acontecimentos especulados ao longo de *Extrapolations*. O intuito é apontar como o uso de bases científicas e de especulações nelas fundamentadas possibilitam a narrativa se aproximar de seu público através de um discurso sobre as relações humanas frente ao avanço climático.

O relatório divulgado pelo serviço Copernicus para as alterações climáticas, aponta que em 2024 a temperatura média global ultrapassou a marca de 1.5 °C, sendo considerado o ano mais quente. *Extrapolations* faz uso desses dados como uma forma de estimativa possível, tendo em vista que a série começou a ser desenvolvida no período pré-pandemia, no ano — 2019 — que foi considerado o segundo mais quente em comparação com dados dos cinco anos anteriores (a temperatura média nesse período estava entre 1.1 e 1.2 °C a mais que os níveis pré-industriais estabelecido pelo IPCC), além do que a década de 2010 foi a mais quente até então, atingindo um aumento de 0.6 °C comparado com a média de 1981-2010 (Copernicus, 2020).

Na série, essa extrapolação quantitativa da temperatura global, por exemplo, é acompanhada por eventos narrativos associados a números que reforçam um senso de realidade, ainda que estejam distantes da realidade concreta. A figura 4 apresenta um recorte da abertura do primeiro episódio de *Extrapolations*, no qual há uma alusão a um gráfico em constante crescimento, relacionado às mudanças da temperatura frente ao aquecimento global.

A figura 4 ainda nos mostra como a progressão das aberturas acompanha o escalonamento dos dados. A performatividade presente na apresentação e especulação dos dados nas aberturas conecta-se à concepção de sua criação: ser um produto de chamamento, evidenciação dos acontecimentos e possíveis realidades frente ao avanço das mudanças climáticas.



**Figura 4** – Abertura do episódio 01 - (“2037: A história do corvo”)

Fonte: Apple Tv, 2023.

O episódio faz esse trabalho narrativo quando introduz os dois personagens — Nick Bilton (Kit Harington) e Junior (Matthew Rhys) —, em contrapartida à fala da Carmem. Nick Bilton é um bilionário que vem desenvolvendo novas tecnologias e expandindo o seu monopólio intelectual, como a dessalinização da água, bancos de germoplasmas, aparelhos de comunicação e transporte. Ele também é apresentado dentro de uma lógica crítica, pois a primeira cena em que é apresentado, ele está sendo criticado pela Carmem “Nick Bilton não vai nos salvar.”, e em sua segunda aparição, está em uma piscina, evidenciando a disparidade com as queimadas, avanço do nível do mar, o desalojamento de inúmeras pessoas no globo. Em contrapartida, Junior — que trabalha em conjunto com Bilton — possui características mais relacionadas à sua ambição de apropriação de áreas devastadas, como quando menciona a “oportunidade” de lucro com a remodelação da estrutura de cidades que estão sofrendo com o avanço do mar. A diferença está na atuação e ambição de ambos, na ética e moral por trás de suas escolhas. Ainda assim, são personagens que representam o *capitalismo do desastre* (Klein, 2008).

É importante ressaltar que a construção dos personagens é realizada para marcá-los como grandes investidores do *capitalismo do desastre*, mas as formas como se posicionam diante da crise climática revelam estratégias e posturas éticas distintas. Junior (Figura 5) é apresentado como um personagem soberbo, oportunista e despreparado, que não reconhece sua própria ignorância frente aos desafios que o cercam. Sua postura é marcada por sua arrogância e ganância, mas ainda assim se diferencia daquela assumida por Bilton, seu parceiro de negócios.

**Figura 5** – Junior (“2037: A história do corvo”)

Fonte: Apple Tv, 2023.

Bilton, embora também enxergue o lucro na catástrofe, projeta sua imagem como um visionário tecnológico ao se apresentar como alguém capaz de gerar soluções para os problemas que ele mesmo contribui para perpetuar. Sua imponência reside na construção da imagem pública que aparenta trabalhar para o bem comum. Ou seja, as vestimentas, as atitudes, a oratória e o modo que ambos os personagens se apresentam publicamente revelam contrastes significativos, apesar de possuírem objetivos semelhantes.

A tecnologia, os alertas de pesquisadores, em contraponto com os desejos e ambição desse personagem são pontuados a partir de uma imagem maniqueísta. Junior e sua ganância pelo poder são caracterizados pela sua ignorância e desrespeito com os demais personagens, sejam os ativistas ambientais, as políticas, os seus funcionários. Esse dualismo, longe de ser apenas estético, molda o papel da tecnologia no enredo: ela aparece ora como instrumento de salvação — como no caso das soluções desenvolvidas por Nick Bilton —, ora como força de apropriação, controle e perversão, como nas ambições de Junior. A tecnologia, portanto, é colocada no centro das tensões ético-políticas da narrativa, atuando como o filtro pelo qual o conhecimento científico é convertido em ação (ou omissão) humana.

É abordado ao longo do episódio, principalmente através dos personagens Bilton e Junior, como a tecnologia pode ser utilizada como um instrumento de poder e desigualdade, de ilusão e como promessa de salvação. Junior é representado pelo uso da tecnologia como instrumento de poder e desigualdade, pois não a mobiliza como um recurso coletivo ou de enfrentamento, e sim pela apropriação dos recursos. Aqui a tecnologia é utilizada como sinônimo de luxo e exclusão, como mostra o diálogo a seguir:

**Junior:** Não sei como eles marcham, são tão burros.

**Outro:** Dizem que o gelo na Groenlândia vai se partir. O manto 79N.

**Junior:** Ótimo, vamos construir lá depois...

**Outro:** O nível do mar subirá 3m até o final do século.

**Junior:** “Dizem?” Disseram o mesmo sobre Miami. Faturamos alto reajustando os prédios. E adivinha? Quando subir mais uns centímetros, vamos renovar essa porra de novo e faturar mais. Só precisa saber disso sobre o aquecimento global: vai estar tudo fodido no final do século. Com certeza. Já estaremos mortos, não vamos ver isso, pois estaremos sorrindo em caixões de ouro no Kanye. Então foco no agora. O Cassino Topo do Mundo vai ser o melhor de todos, porque não existe nada igual.

[Junior interrompe o que está dizendo ao se impressionar com um acontecimento na rua, que vê através da janela ao seu lado. Lida com a situação como algo cômico]. (*Extrapolations*, Apple Tv, ep.01 tempo: 11:16-12:20).

A cena se torna ainda mais simbólica quando, em meio à conversa, ele observa pela janela a manifestação contra Bilton: o holograma do discurso de Carmen é hackeado e distorcido, ridicularizando sua fala. Junior trata a situação como algo cômico, reforçando o contraste.

### Figura 6 – Junior e os manifestantes



Fonte: Apple Tv, 2023.

A figura 6 é um recorte da cena em que o diálogo citado anteriormente é contextualizado. Podemos ver como o visual também impacta na construção do personagem e do que ele representa: Junior e seu companheiro de trabalho estão em um restaurante observando os manifestantes através da janela, criando um distanciamento, e um olhar superior, já que estão um pouco acima do nível da rua. Esse enquadramento evidencia a sensação de superioridade e distanciamento, ao mostrar que Junior vivencia um contexto de privilégios que não se aplica à grande parcela da população. O espaço físico, a altura e a atitude desinteressada com que ele observa a mobilização popular

evidenciam a separação entre a sua realidade e a vivência daqueles que sofrem diretamente os impactos da crise climática.

Bilton, por sua vez, utiliza a tecnologia como instrumento de ilusão e construção de poder, através da imagem da tecnologia como salvação. Há dois momentos marcantes: primeiro, o seu discurso, na COP42, como uma palestra de encerramento do evento em que diz: “A mudança climática era descrita como um sintoma do capitalismo, mas ele também é a cura”, (*Extrapolations*, Apple Tv, 2023, episódio 01, tempo: 45:16- 45:27), ao apresentar a nova tecnologia desenvolvida por sua empresa Alpha: a patente de dessalinização e purificação, como um novo recurso para mitigar a crise hídrica global.

Com o intuito de rebater as alegações que os manifestantes e os movimentos sociais vêm realizando contra sua imagem e sua empresa, Bilton oferece a patente para qualquer país que precisar. A sua estratégia é uma forma de mascarar a sua tecnologia como um projeto de salvação da humanidade, com o intuito de utilizá-la para a expansão e manutenção de seu poder, ao projetar sua patente em novos lugares, ainda não explorados por sua empresa. Para Bilton a catástrofe parece conter sua própria solução, em que o próprio colapso ambiental poderia se converter em mecanismo de autorregulação planetária. A elevação do nível do mar, por exemplo, é tratada como oportunidade logística: por que não redirecionar essa água para conter os incêndios florestais? Esse descaso também ocorre por meio de suas interações com os manifestantes e os movimentos sociais, com os quais o personagem possui uma cena emblemática (cf. *Extrapolations*, episódio 01, tempo: 39:18 ao 41:57).

O segundo, a caminho da COP42, Bilton e sua assistente têm o seguinte diálogo, que é estruturado em conexão com a manifestação contra a possibilidade de um acordo para o aumento aceitável da temperatura média global:

**Manifestantes em uníssono:** O mundo pega fogo! Bilton é um mentiroso.

**Manifestante discursando:** O inferno chegou, senhoras e senhores. Estamos num inferninho disco e a música cozinha na pista debaixo dos nossos pés. O fogo está lento e baixo, e, mesmo assim, não aprendemos. Aonde foi o desejo eterno? Dois graus. Dois graus vão te enlouquecer. O que querem fazer? Sem emissões. Quanto mais? Foda-se como em emissões.

**Manifestante 1:** O que será preciso? [Ergue a voz em protesto Sua ação é imediatamente contida por seguranças, que se aproximam de forma incisiva e o impedem de avançar, sem qualquer diálogo verbalizado].

**Manifestante discursando:** Salvem o planeta de algum jeito. Ou ele vai se salvar de vocês!



[A cena muda para o interior do prédio, com um repórter transmitindo a notícia ao vivo].

**Repórter:** Falei em particular com o delegado que expressou sua frustração ao entrarmos na noite final da COP42, com a possibilidade real de elevar o teto de temperatura acima do limite previamente acordado que está agora em debate. Tanto os Estados Unidos quanto a China, assim como a Rússia e a Índia, parecem abertos à ideia...

[A cena seguinte é o diálogo entre representantes do país X, e a decisão de aceitar o aumento da temperatura. A personagem chega a dizer que acha que realizou um erro ao trocar o futuro pelo presente.]

**Corta para cena seguinte:** Bilton chegando à COP42.

**Manifestantes em uníssono:** O mundo pega fogo! Bilton é um mentiroso!

**Assistente:** Pronto. Todas as partes concordaram. Isenções de patentes. Você nunca se importou com o cassino. A ilha pode ficar debaixo d'água.

**Bilton:** Meu pai gostava de jogar. Eu ia com ele para Mônaco quando pequeno. Ele se achava esperto quando venciam as probabilidades. Mais inteligente é controlá-las.

**Assistente:** Os advogados não querem que mencione as isenções de mineração do Ártico, não até depois da votação.

**Bilton:** Claro que não. Hoje não é sobre isenções. Hoje é sobre a água, e como Alpha vai resolver a seca e o problema dos refugiados. Mas amanhã... [é interrompido].

**Manifestante bate na janela do carro e grita:** O mundo pega fogo! Bilton é um mentiroso!

[Bilton e a assistente se assustam].

[O manifestante mascarado pula a cerca de contenção e fica na frente do carro. Manifestante mascarado: Ei, Bilton! Isso é culpa sua! (E ateia fogo em si como uma forma de protesto)].<sup>6</sup>

As duas cenas articulam uma crítica convergente à ideia salvacionista da tecnologia, por meio da manipulação dos grandes empresários, aqui representados por Bilton e Junior. O discurso “o capitalismo é a cura” reescreve a urgência climática como problema tecnológico e posiciona a patente de dessalinização como “bem público”, quando, na prática, recentraliza decisões em infraestruturas que ele controla.

Dessa forma, Bilton mantém o controle narrativo, devido à sua influência e impacto na geopolítica. Mas, ao mesmo tempo que a necessidade da construção de vias de *ficar com o problema* (Haraway, 2023a, p. 11-12) é necessária, os impactos causados também são ponto de produção capitalista, ao oferecer novas “necessidades” e “soluções”

<sup>6</sup> Em 2005, o ambientalista brasileiro Francisco Anselmo Gomes de Barro morreu após atear fogo em si em um protesto que ocorreu contra a instalação de usinas sucroalcooleiras na bacia do Rio Paraguai. (cf. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1411200502.htm>). Em 2022, outro protesto similar ocorreu nos Estados Unidos, em que o ativista ambiental (*climate activist*), Wynn Alan Bruce, ateou fogo em si em protesto na frente da suprema corte em Washington, DC (cf. <https://edition.cnn.com/2022/04/25/politics/supreme-court-climate-activist-dies-fire>).

baseadas na exploração humana e não humana.

### As impossibilidades do ecocapitalismo e do antropoceno

Ao apresentar como a série explora as relações entre humano e natureza e entre humano e máquina, percebe-se que essas dualidades integram a construção de uma perspectiva do crescimento e do lucro incessante como aspectos-chave do capital, os quais levam à ruptura do metabolismo (Angus, 2023, p. 73). Isso levanta questionamentos acerca de como o ecocapitalismo gerencia as narrativas, com suas “possibilidades” de ações individuais para o enfrentamento e mitigação do avanço das mudanças climáticas. Como apontado pelo ecossocialista, Agnus:

Se nada o impedir, o capital tentará se expandir infinitamente — mas a Terra não é infinita. A atmosfera, os oceanos e as florestas são muito grandes, mas, em última análise, são recursos finitos e limitados — e o capitalismo está pressionando esses limites. As emissões de gases de efeito estufa não são incomuns ou excepcionais. Despejar lixo no meio ambiente é característica fundamental do capitalismo, e isso não vai mudar enquanto o capitalismo se mantiver. É por isso que “soluções” como o *cap and trade* falharam tanto e continuam a falhar: o desperdício, a poluição e a destruição ecológica estão no DNA do sistema. (Angus, 2023, p. 129-130)

As contradições alavancadas pelo discurso ecocapitalista se evidenciam de forma mais perceptível, em uma primeira instância, com Junior e Bilton. Os dados das aberturas, a escolha de apresentar os movimentos sociais como uma luta a parte do debate central, o posicionamento dos personagens frente às possibilidades e impossibilidades de ação são formas mais sutis de apresentar os problemas e relações criadas frente às novas crises ocasionadas pelo aumento da temperatura global.

No primeiro episódio, a série não busca apresentar ou prever soluções, e sim expor dependências: quem controla a água? Quem arca com os resíduos e as externalidades? Quem detém o poder no jogo político da tomada de ações concretas? A tecnologia surge na narrativa como um método de tornar visíveis os arranjos de poder que emergem quando a promessa de resolver o problema para continuar a expandir o modo de produção e consumo atuais substitui a construção de meios de *ficar com o problema*.

O antropoceno se faz presente nessa discussão, pois questiona sobre as possíveis relações que os humanos possuem com a natureza: “como os humanos fazem natureza,



como as naturezas fazem humanos, e como essa relação molda a história humana no longo prazo?” (Moore, 2022, p.133). Mas não possui respostas para tais questionamentos, pois sempre está preso ao binarismo humano e natureza, como unidades distintas. E é justamente por sua dualidade que o antropoceno produz a grande ironia de seu discurso: a ideia de que os seres humanos possuem o controle da destruição e da reconstrução, como mais um produto a ser refeito ou construído (Stengers, 2015).

É justamente nessa lógica que se encontra a contradição entre a procura e demanda. A resolução por meio do uso de novas tecnologias e novas formas de apropriação geram uma maior ruptura, e maior são os esforços humanos, não humanos, energéticos e afins, conseqüentemente ocorrendo mais poluição e tensões políticas.

[...] a tendência à escassez desses “recursos” só faz aumentar a competição entre as nações pelo controle geopolítico dos últimos ecossistemas relativamente preservados do planeta, situados no Ártico, na África, na América do Sul, na Oceania e nos oceanos, em especial no que se refere à água, aos solos agricultáveis, às florestas, à biodiversidade, aos combustíveis fósseis e aos minerais em geral. (Marques, 2023 p. 409)

*Extrapolations*, por sua vez, insere-se nas contradições do antropoceno ao reforçar a ideia da tecnologia como recurso central para a construção da vida em meio às ruínas. Essas contradições são expostas através da abertura dos episódios e, conseqüentemente, das escolhas narrativas construídas em torno das personagens. A crise climática, ao ser convertida em uma narrativa universal e em um discurso moral, é atrelada a questões humanas como: relações familiares, perda de pessoas queridas, cuidado e exploração de humanos e não humanos. Esse movimento cria empatia por meio de uma narrativa do antropoceno, marcada por dualismos e pela humanização de todos os personagens não humanos, incluindo as mudanças climáticas como elemento narrativo também humanizado, o que reescreve e enfatiza a catástrofe como centrada na figura humana. Além disso, a anteposição das aberturas em apresentar dados extrapolados, que mostram como o avanço tecnológico e as tomadas de decisões ocorridas ao longo do episódio não conduz a uma mitigação da emergência global, e sim, a um avanço desenfreado das conseqüências, sejam elas concretas, com as novas relações sociais que são construídas e éticas. Porém, o uso da tecnologia é apresentado por um mesmo viés, seja quando abordado como um aspecto positivo ou negativo.

Quanto à dominação dos não humanos, a consequência é enunciada: não há mitigação, há aceleração, há extrapolação, não por falha acidental da tecnologia; isso ocorre porque a tecnologia é narrada e praticada dentro de um circuito que se autorreproduz à custa dos *mais-que-humanos*. As extrapolações e os personagens que carregam o episódio escancaram um aspecto fundamental do debate atual sobre o fenômeno das mudanças climáticas:

Não se trata apenas, portanto, da magnitude das mudanças em relação a algum valor de referência (por exemplo, as 280 ppm de CO<sub>2</sub> de antes da Revolução Industrial), mas de sua aceleração crescente — a intensificação da variação, e a consequente perda de qualquer valor de referência. (Danowski; Castro, 2017, p. 24)

A geoengenharia a favor do capital fica evidente com as reconfigurações que são realizadas nos humanos e não humanos. O dispositivo de choque no espectador, operado pelos dados e infográficos, manifesta-se nas diversas trocas de cenas que ocorrem no episódio de abertura: a montagem alterna rapidamente números e imagens que se assemelham a reportagens e noticiários televisivos, que anunciam tragédias, emergências e situações de ruptura com o mundano, o que sustenta uma tensão contínua no espectador.

Números em escala planetária, gráficos e mapas constroem a figura de uma humanidade. Constroem a figura do humano como causador da ruptura, bem como o responsável por “gerir” uma saída. O episódio se instala nesse lugar de questionamento: quem decide e quem lucra com essas soluções tecnológicas, e sobre quem recaem seus danos? A série constrói sua narrativa em um suposto paradoxo, em que a promessa de controle reforça os mesmos arranjos de poder que produzem a crise, reconfigurando humanos e *mais-que-humanos* como insumos de um mercado de mitigação.

Porém a “determinação tecnológica não é o único espaço ideológico aberto pelas reconceptualizações que veem máquina e o organismo como textos codificados, textos por meio dos quais nos engajamos no jogo de escrever e ler o mundo” (Haraway, 2025, p. 34). No contexto das cenas apresentadas ao longo do artigo, analisamos como os dados e gráficos expostos não apenas são formas de transmissão do contexto da narrativa; eles também operam como um regime de legibilidade, por meio do qual o espectador é instruído a ler o mundo da série. Os contrastes estão nas diferentes frentes e leituras de como viver com a emergência das mudanças climáticas: dos movimentos sociais que



performam uma *contra-leitura* situada aos telejornais e infográficos que estabilizam uma leitura “oficial” da crise, passando pelo cálculo financeiro de personagens como Junior, que recodifica o colapso em oportunidade.

No sentido harawayano, não há natureza e tecnologia como campos que não conversam entre si, há uma articulação entre humanos e não humanos mediada por dados, entre o orgânico e o tecnológico. Mas como é que a série, ao se questionar sobre a relação humana e sua negociação com a tecnologia, recai nos dualismos? Haraway (2025), com a figura do ciborgue, desafia a concepção rígida de natureza e abre espaço para as possibilidades de fabulação *SF*.

### Considerações finais

Adotamos uma abordagem centrada na concepção de *SF* proposta por Donna Haraway (2023a), com o intuito de evidenciar os dispositivos que uma história pode promover: sensibilidade, atenção, mudança, novas possibilidades. Questionamos, desde o início, como essa construção narrativa influencia esses dispositivos e quais histórias estão sendo contadas.

Isso evidencia o caráter da crise climática na série, ao ser convertida em uma narrativa universal e em um discurso moral, atrelado a questões humanas, como relações familiares, perda de entes queridos, o cuidado e a exploração de humanos e não humanos. Esse movimento cria empatia por meio de uma narrativa do antropoceno, com dualismos e humanização de todos os personagens não humanos, incluindo as mudanças climáticas como elemento narrativo também humanizado, o que reescreve e enfatiza a catástrofe como centrada na figura humana.

Mas a narrativa acaba por colocar o humano e a natureza como polos distantes para desenvolver suas ideias (como os humanos respondem a certos tipos de situação: uma pandemia, surgimento de novas necessidades sociais, dentre outros explorados em suas obras). A relação *humanonatureza* é, por vezes, explorada de forma unilateral, com ênfase nas consequências que *os impactos humanos*, a partir da globalização, geram ao planeta Terra. Nesse movimento, a culpabilidade tende a recair na incapacidade humana de lidar com o problema concreto, deslocando as dimensões estruturais e sócio-históricas que estão atreladas ao debate. Não há a apresentação de soluções concretas nem críticas



sistemáticas ao problema; a obra enfatiza a catástrofe planetária (que pode variar de uma visão apocalíptica ou tecnocêntrica).

É neste enquadramento que se consolida o discurso ambiental abstrato, ao posicionar a tecnologia como eixo central na construção de possibilidades, apresentada como a melhor e mais eficaz alternativa, ignorando e silenciando as dimensões da desigualdade, a disputa pelo monopólio intelectual e a concentração de poder e exploração.

A série abre espaço para imaginar ações em meio às possibilidades de *fim de mundo*, mas se fecha ao centralizar seu discurso em respostas tecnocêntricas. Dessa forma, o presente artigo revela que o *discurso ambiental abstrato* permeia, em diferentes níveis, a projeção antropológica do humano sobre o não humano. Importante ressaltar que o termo “não humano” não se refere tão somente àqueles Outros animais, mas também às diversas formas de vida e agências que não se localizam ou se situam no humano, como os ciborgues, por exemplo, trabalhados por Haraway (2025). Visto que, na série, a reafirmação de dualidades é apresentada de diferentes formas, como na necessidade de humanização de todos os personagens não humanos da série, para que esses possam ter agência e sejam sujeitos da narrativa.

Ainda assim, é válido observar que a construção de narrativas centradas em emergências climáticas vem aumentando, como um reflexo do contexto sócio-histórico contemporâneo. Ao se inserir nesse espaço lúdico, mas também de “educação” e sensibilização do público, *Extrapolations* rompe, em certa medida, com abordagens mais convencionais de outras produções cinematográficas do mesmo campo temático. Com suas contradições e paradoxos, a série é importante para compreendermos como o debate ambiental vem tomando novos rumos lúdicos e de entretenimento, e igualmente midiáticos e ecocapitalistas, exigindo a agência de uma crítica sociológica bem fundamentada.

*Extrapolations* não se propõe a trabalhar soluções concretas ou a explorar possíveis formas de viver com o problema ou nas ruínas; os dados mobilizados e as especulações baseadas em dados concretos ao longo dos oito episódios evidenciam que esse não é o intuito narrativo central. O campo de disputa narrativa está concentrado na tecnologia como uma promessa, como a única possibilidade viável em meio às urgências.



Vimos como isso perpetua as dualidades, dentre elas, a separação entre humano e natureza, reforçando ações de exploração dupla e oferecendo justificativa para tais acontecimentos.

## Referências

ANGUS, Ian. **Enfrentando o antropoceno**: capitalismo fóssil e a crise do sistema terrestre. São Paulo: Boitempo, 2023.

APPLE TV. **Extrapolations**: an inside look. Vídeo (YouTube). Disponível em: <https://youtu.be/z8fuDu0rPv4>. Acesso em: 21 jul. 2023

BURNS, S. **Extrapolations**: discussion on climate action: Scott Burns & Richie Mehta. Entrevista, 2023. Disponível em: [https://youtu.be/bFW7tDQbV\\_k?si=BnmDEXMMW35kFKI1](https://youtu.be/bFW7tDQbV_k?si=BnmDEXMMW35kFKI1). Acesso em: 10 jun. 2025.

CONTÁGIO. Direção: Steven Soderbergh. Produção: Michael Shamberg; Stacey Sher; Gregory Jacobs. Roteiro: Scott Z. Burns. Estados Unidos: Warner Bros. Pictures, 2011.

COPERNICUS CLIMATE CHANGE SERVICE (C3S). **Copernicus**: 2019 was the second warmest year and the last five years were the warmest on record. 8 jan. 2020. Disponível em: <https://climate.copernicus.eu/copernicus-2019-was-second-warmest-year-and-last-five-years-were-warmest-record>. Acesso em: 29 jun. 2025.

DANOWSKI, Déborah; CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.

EXTRAPOLATIONS: um futuro inquietante. Criação: Scott Z. Burns. Produção: Apple TV+. Estados Unidos: Apple Studios, 2023. Série de televisão (1 temporada).

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue. In: KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2025. p. 27–111.

HARAWAY, Donna J. **Ficar com o problema**: fazer parentes no chthuluceno. São Paulo: n-1 edições, 2023a.

HARAWAY, Donna J. **A reinvenção da natureza**: símios, ciborgues e mulheres. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2023b.

HARAWAY, Donna J.; GOODEVE, Thyrza Nichols. Fragmentos: quanto como uma folha. entrevista com Donna Haraway. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 48–68, 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/23252>. Acesso em: 1 jun. 2026.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MARQUES, Luiz. **O decênio decisivo**: propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Editora Elefante, 2023.



MOORE, Jason W. (org.). **Antropoceno ou capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

SAITO, Kohei. **O capital no Antropoceno.** São Paulo: Boitempo, 2023.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes.** São Paulo: Cosac Naify, 2015. Coleção Exit.

UMA VERDADE INCONVENIENTE. Direção: Davis Guggenheim. Apresentação: Al Gore. Estados Unidos: Paramount Classics: Participant Productions, 2006. 1 filme (documentário, cor, 96 min). Suporte: digital.

Recebido em: 12/04/2026.

Aceito em: 31/05/2026.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n36.78478.p17-38>

**ATERRAMENTO, TRANSFIGURAÇÃO E FLORESTANIA COMO MEDIADORES  
CONCEITUAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UM BEM VIVER*****GROUNDING, TRANSFIGURATION AND FORESTRY AS CONCEPTUAL  
MEDIATORS FOR BUILDING GOOD LIVING***

Pedro Vanzo \*

Alfio Brandenburg \*\*

**Resumo**

Com o objetivo central de estabelecer condições para a construção de novas epistemologias e paradigmas de vida em nosso planeta, este artigo realiza uma articulação teórico-metodológica entre dois autores, Bruno Latour e Ailton Krenak, por meio dos conceitos de aterramento, transfiguração e florestania. Como mediadores conceituais, tais conceitos nos levam à possibilidade de construção de um Bem Viver, uma nova proposta paradigmática e epistemológica de construção de vida em nosso planeta, estreitamente conectada à natureza e a todos os demais seres e entidades que coabitam conosco o nosso mundo. Essa proposta, a do Bem Viver, é compilada nas obras de Alberto Acosta, um terceiro autor em diálogo, e será articulada justamente pela mediação dos conceitos mencionados acima. Por meio de uma revisão das obras dos autores, o artigo procura um diálogo epistemológico de construção presente e futura de vida em nosso planeta, e a proposta do Bem Viver sintetiza essas discussões como forma elucidativa de transformação possível das maneiras pelas quais estruturamos a construção de nossos coletivos de humanos e não humanos.

**Palavras-chave:** aterramento; transfiguração; florestania; bem-viver.

**Abstract**

With the central objective of establishing conditions for the construction of new epistemologies and paradigms of life on our planet, this article performs a theoretical-methodological articulation between two authors, Bruno Latour and Ailton Krenak, through the concepts of grounding, transfiguration and florestay. As conceptual mediators, such concepts lead us to the possibility of building a Good Living, a new paradigmatic and epistemological proposal of life construction on our planet closely connected to nature and all other beings and entities that coexist with us in our world. Such a proposal, that of the Good to Live, is compiled in the works of Alberto Acosta, a third author in dialogue, and will be articulated precisely by the mediation of the concepts mentioned above. Through a review of the authors' works, the article seeks an epistemological dialogue of present and future construction of life on our planet, and the proposal of Good Living synthesizes these discussions as an elucidative form of possible transformation of the ways in which we structure the construction of our human and non-human collectives.

**Keywords:** grounding; transfiguration; florestania; good living.

\* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSocio) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. E-mail: pedrohvanzo@gmail.com.

\*\* Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil. E-mail: alfioab@hotmail.com.



## Introdução

Em artigo escrito recentemente, Vanzo e Amstel (2023) elaboram uma articulação entre a teoria ator-rede, proposta por Bruno Latour (2012), com as contribuições teóricas e epistemológicas de Ailton Krenak (2020), com o objetivo central de estabelecer condições para a construção de novas epistemologias. Por meio do reconhecimento da participação do não humano na esfera do social, incorporamos esse elemento à leitura de uma epistemologia do Sul — através da necessidade de olharmos para os "ausentes" e "emergentes" proposto por Boaventura Santos (2004; 2020) —, em específico, no caso, a do grupo indígena Krenak. Ancorados na forma como o povo Krenak tece suas interpretações do mundo que os cerca, constatamos uma expansão das suas experiências sociais, fruto da interação entre fatores humanos e não humanos na revelação e na emergência de saberes oriundos de tal amálgama conceitual.

Ainda mais recente, motivados pelas mudanças climáticas atuais e pela situação do planeta Terra frente a tais mudanças, ambos os autores — Latour e Krenak — lançam novas reflexões com ideias conceituais importantes, procurando responder ao seguinte questionamento: como se orientar perante tal contexto de mudanças climáticas? Ou ainda: existirá futuro de vida em nosso planeta Terra frente a tais mudanças? Que futuro é esse? Assim, ambos os autores lançam conceitos ricos para pensarmos em como construir um futuro — e também um presente — possível de vida em nosso planeta perante esse novo regime climático que estamos vivendo. Tais conceitos, a saber, são o de *aterramento*, *transfiguração* e *florestania*, e é com base neles que o artigo irá tecer seus fios condutores de discussão. Com base nesses conceitos, procuraremos elaborar uma nova reflexão que tem como base principal o diálogo entre esses dois autores como condição encontrada para se pensar não só em novas epistemologias, como também — e fundamentalmente — em novas ações práticas e objetivas que possam nos ajudar a nos orientar nesse contexto de mudanças climáticas que colocam em xeque o futuro de nosso planeta e de nossas vidas.

A partir de tais discussões, fica evidente a necessidade de pensarmos a construção de novos paradigmas de vida, como forma não apenas de se orientar nesse novo regime climático, mas também como forma de manter viva a possibilidade de um futuro viável e



habitável em nosso planeta para todos e todas. Por essa razão, o artigo encontra síntese e dialoga com a proposta paradigmática de construção de um Bem Viver<sup>1</sup> como forma de se orientar e dar sentido e destino às novas experiências abertas de construção de vida.

Com isso, o artigo está estruturado da seguinte maneira: em primeiro momento, discutiremos as contribuições de Bruno Latour, principalmente no que diz respeito à elaboração que o autor realizou em relação à construção do conceito de *aterramento*. Em seguida, articularemos tais discussões com as contribuições de Ailton Krenak no que diz respeito à elaboração de seus conceitos, o de *transfiguração* e o de *florestania*, como condições de construção de um futuro possível (e ancestral) de vida em nosso planeta. Por fim, como síntese de tais discussões suscitadas por esses dois autores e conceitos, trataremos a proposta de construção de um Bem Viver, por intermédio das contribuições de Alberto Acosta (2016). Como forma de construir um futuro possível de vida no planeta Terra, a proposta do Bem Viver se consolida como instrumento teórico/prático de construção de novas realidades, novos paradigmas de vida, ancorados na estreita e íntima relação de nós (humanos) com todos os outros seres e entidades de nosso planeta.

### Como se orientar perante a situação climática atual? Uma proposta de aterramento

Bruno Latour (2020), em seu mais recente livro, disserta sobre questões relacionadas àquilo que ele chama de um novo regime climático<sup>2</sup>, que tem como principal catalisador — que, inclusive, é um dos motivos de ele ter escrito tal obra — a eleição de Donald Trump nos EUA no ano de 2016. Para Latour, a partir da eleição de Trump, ficou muito mais evidente uma problemática que já existia desde a década de 1980, qual seja, a de que as classes dirigentes já não mais lideram a humanidade rumo ao destino comum — ou "mundo comum" —, no qual todos possam habitar com segurança e qualidade, mas

<sup>1</sup> O Bem Viver (ou Sumak Kawsay) é uma filosofia indígena andina e amazônica que tem como base elementar a harmonia entre os seres humanos e a natureza, priorizando o bem-estar coletivo e a sustentabilidade dos ecossistemas. Nesse conceito, a natureza não é vista como um recurso explorável, mas sim como um ser vivo dotado de direitos do qual, inclusive, o ser humano faz parte. Na última etapa do artigo discutiremos com mais detalhes as origens do conceito e os debates suscitados a partir dele.

<sup>2</sup> Para Latour, é certo que as questões climáticas estão hoje no centro de todos os problemas geopolíticos, e que por sua vez se encontram diretamente relacionadas às questões de injustiças e desigualdades sociais, por exemplo. Para ele, fazem parte do mesmo problema.

sim estão coordenando esforços para se refugiarem desse mundo<sup>3</sup>. Isso porque já constataram, pelo menos desde a década de 80, que o mundo, como está caminhando, não fornece mais condições favoráveis de vida futura, e por isso mesmo coordenam seus esforços em se refugiar desse mundo, porque sabem que mais cedo ou mais tarde tudo irá ruir. Aos mais pobres, os infortúnios da vida. Por essa razão é que Latour vai escrever o livro *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno* (2020), como uma espécie de um guia de viagens de como podemos nos orientar neste nosso mundo de hoje perante esse novo regime climático.

Importante frisar que, para Latour, a eleição de Trump é importante, pois escancara uma negação das classes dirigentes a esse novo regime climático que estamos vivendo — tal como sentiu-se mais tarde com Bolsonaro no Brasil. Ou seja, é evidente que o planeta está sucumbindo climaticamente às nossas intervenções — o que enseja o amplo debate em torno do *Antropoceno* ou ainda *Capitaloceno*<sup>4</sup> —, mas ao invés de reconhecerem isso publicamente, essas classes dirigentes negam (daí os negacionismos contemporâneos), pois quem paga a conta é sempre os "outros" e não eles, isto é, sempre os pobres, periféricos<sup>5</sup>. Tais efeitos deletérios são explicitamente sentidos no caso brasileiro contemporâneo, no que toca a gestão do presidente Jair Bolsonaro de 2018 a 2022 (aumento drástico das violências no campo e desmatamentos alarmantes, por exemplo, conforme relatório da CPT – Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2022)).

<sup>3</sup> Um bom exemplo dessa "fuga" do mundo coordenada pelas classes dirigentes está no constante desenvolvimento de tecnologias espaciais. Empresários como Elon Musk, por exemplo, (re)afirmam constantemente a necessidade de conseguirmos conquistar novos planetas, com a justificativa que nosso planeta (Terra) não perdurará por muito tempo se o ritmo produtivo continuar assim. Essas tecnologias espaciais se tornam, dessa maneira, a salvação das classes dirigentes frente às mudanças climáticas e ao eminente desastre ecológico que pode pôr fim ao nosso mundo.

<sup>4</sup> O Antropoceno vem sendo discutido como uma proposta de uma nova era geológica que tem como centro e características os impactos significativos e irreversíveis das atividades humanas no mundo. Tal termo não é um consenso entre os geólogos e cientistas mundiais, mas tem servido para pensarmos nos impactos negativos que as atividades produtivas humanas vêm ocasionando na estrutura de nosso Planeta, a contar com as crises climáticas atuais e o eminente colapso de nosso planeta por conta dessas crises. O termo Capitaloceno, igualmente ao termo Antropoceno, vem propor também uma nova era geológica, em que não apenas as ações humanas são o centro dos impactos atuais, mas sim o próprio modo de produção atual, o capitalismo. Tais termos são amplamente discutidos por diversos autores, e uma autora interessante para acompanhar esses debates é Donna Haraway (2016).

<sup>5</sup> Isso está muito claro quando discutimos as questões de justiça sociais e ambientais segundo a ecologia política, por exemplo, justamente por reconhecermos que quem sofre os problemas mais graves, aqui no caso os ambientais, é sempre a população e os países periféricos, e não os ricos e "dirigentes" (Martínez-Alier, 2018).

Segundo Latour, tais acontecimentos são importantes para reconhecermos, também, que um tipo específico de globalização está a ruir. Não há mais essa "coerência" em relação à globalização, justamente porque as classes dirigentes já sabem, há muitos anos que não há mais como pensar em um mundo todo globalizado, onde os parâmetros de desenvolvimento sejam iguais em todos os países e lugares. Essas classes sabem que o mundo não suporta um padrão de desenvolvimento como o que está sendo requerido desde o último século, com especial atenção ao padrão de desenvolvimento propagado após a Segunda Guerra Mundial. Por saberem que não há como pensar em um padrão de desenvolvimento "global", no qual todos os países conseguem atingir os níveis de desenvolvimento mais "avançados" possíveis, é que esse "padrão" de globalização está a ruir. Não há como o mundo suportar esses padrões de desenvolvimento, até porque, para uns serem desenvolvidos, há a necessidade de outros serem mal — ou sub — desenvolvidos<sup>6</sup>. E a partir de tal discussão, o autor nos faz um questionamento muito importante: "Devemos continuar alimentando grandes sonhos de evasão ou começamos a buscar um território que seja habitável para nós e nossos filhos?" (Latour, 2020, p. 14-15).

Para Latour, a principal questão, portanto, é a seguinte: como podemos, então, tranquilizar as pessoas quanto ao futuro de nosso planeta? Ou tranquilizar a nós mesmos, evidentemente. Para ele, é possível nos tranquilizarmos e nos orientarmos nesse contexto, e isso ele desenvolve através do conceito de *aterramento*, que se dá a partir de "dois movimentos complementares que a provação da modernização havia tornado contraditórios: de um lado, *vincular-se a um solo*; e de outro, *mundializar-se*" (Latour, 2020, p. 21). Para ele, até agora era impossível fazer os dois ao mesmo tempo, tanto é que muitos escolheram se mundializar (daí que vem a globalização tal como a conhecemos), e de outro, principalmente os críticos da globalização, escolheram se vincular a um solo.

<sup>6</sup> As classes dirigentes sabem isso a muito tempo, assim como diversas linhas teóricas e críticas das ciências sociais, como por exemplo os debates suscitados pelas teorias da dependência (Fernandes, 1972); teoria do sistema mundo (Wallerstein, 1974a; 1974b), como também teorias pós-coloniais e decoloniais (Said, 1990; Spivak, 2010; Quijano, 2005). A globalização que está a ruir é justamente essa tão sonhada e propagada pelo famigerado desenvolvimento, como bem elaborada e criticada por autores como Acosta (2021), Boaventura Santos (2002), entre outros e outras.

É, então, a partir dessa problematização em relação à globalização e ao desenvolvimento — que até então só causou (e continua a causar) destruição e violência — que Latour vai propor algo diferente, algo inovador, algo esperançoso. Conforme diz:

[...] eis que *sob* o solo da propriedade privada, do monopólio das terras, da exploração dos territórios, *um outro solo*, uma outra terra, um outro território começou a se agitar, a tremer, a se comover. Uma espécie de terremoto, se preferir, com o seguinte recado àqueles pioneiros: prestem atenção, nada será como antes; vocês pagarão caro pelo retorno da Terra, pela reviravolta dos poderes que até agora eram dóceis. (Latour, 2020, p. 27)

Esse retorno da Terra ao qual Latour faz alusão, é, conforme vai ficar claro em seu livro, justamente o reconhecimento da Terra enquanto um ser vivo, enquanto um ator<sup>7</sup>. Os esforços teóricos e metodológicos da teoria ator-rede prepararam Latour para esse reconhecimento. O retorno da Terra do qual ele fala é justamente a Terra, enquanto uma entidade viva, ter "se cansado" de tanta destruição, e agora passou a agir contra tal devastação, o que, evidentemente, se justifica por aquilo que ele vem falando de um novo regime climático.

A partir do reconhecimento da Terra enquanto um ser vivo, passamos a ter, segundo Latour, a possibilidade de vê-la agindo e atuando em resposta aos efeitos climáticos negativos causados pelas ações humanas, e por essa razão precisamos reconhecer o seguinte:

Se, apesar de tudo, a situação está cada vez mais clara, é porque, em vez de estarmos suspensos entre o passado e o futuro, entre a recusa e a aceitação da modernização, encontramos agora como se tivéssemos girado 90 graus, *suspensos entre o antigo vetor e um novo*, impelidos adiante por duas flechas do tempo que não apontam nunca para a mesma direção [...]. O problema todo consiste em identificar de que esse terceiro termo é composto (Latour, 2020, p. 51).

Essa passagem é muito importante porque aqui Latour vai desenvolver a ideia de que nos encontramos perante um novo atrator, algo novo que nos impulsiona para viver,

<sup>7</sup> A ideia de ação e ator para Latour é ampla e reconhece, de imediato, que qualquer coisa ou objeto, seja humano ou não humano, pode se tornar um ator (e um mediador) no fluxo das ações e na formação das redes. Para Latour, o martelo, por exemplo, não é simplesmente um objeto que nós humanos utilizamos para pregar pregos, mas é também um mediador porque ele próprio, em sua existência, permite que o prego seja pregado. Há, com isso, um deslocamento da noção de ator e ação que é focada exclusivamente na esfera dos humanos, através de um movimento de tornar a ciência não antropocêntrica e reconhecer, assim, que os objetos e coisas não humanas também agem e constroem junto conosco o nosso mundo.

que é justamente a Terra (ou como ele chama, de Terrestre). Ou seja, "o Terrestre como novo *ator-político*" (Latour, 2020, p. 52). Sobre esse Terrestre (a Terra) ser um "novo" ator, Latour vai discorrer que a principal questão é que esse atrator (Terrestre) deixou de ser o cenário, ou o plano de fundo, da ação dos humanos. Para Latour,

sempre falamos da geopolítica como se o prefixo "geo" designasse apenas o quadro onde se desenrola a ação política. Contudo, a mudança que estamos testemunhando é que esse "geo" passou a designar um agente que participa plenamente da vida pública. (Latour, 2020, p. 52-53)

Ao se deparar com o processo necessário de aterramento num novo regime climático sob um novo atrator (Terrestre), Latour reconhece a importância de se olhar para aqueles que há muito já desenvolveram a recusa à modernização, isto é, as populações marginalizadas e "esquecidas" pelo projeto moderno global. Mas há um alerta: não é regressar ao passado, e procurar viver uma Terra (ou um Terrestre) que já existiu. Essa Terra não existe mais, e até mesmo para os povos que se recusaram a se modernizar, esse momento também é novo. Esse novo regime climático afeta a todos, e ainda que sejam populações que mantiveram suas tradições e suas formas "locais" de se viver, não estão presas no passado. Vivem no presente, e esse presente é novo para todo mundo. Por isso, não é buscar receitas de "cura" que se encontram no passado, que diz respeito a uma Terra que nem existe mais. É procurar no presente, no que temos agora em nosso mundo. É a ampliação das experiências presentes para pensarmos possibilidades e expectativas futuras.

Por isso não se trata mais de buscarmos um local ou um global, e sim uma Terra, uma única Terra, um novo atrator (o Terrestre), que, apesar de todas as diferenças históricas, étnicas, culturais, regionais etc., é um lugar onde todos nós habitamos. Não há mais uma fuga para o global (globalização), nem mesmo uma retração para um local, e sim um movimento impulsionado por um novo atrator. Nem só interno e nem só externo, nem só local e nem só global, e sim a Terra, o Terrestre. Como Latour disse, é preciso vincular-se a um solo (achar o seu "local"), ao mesmo tempo que nos *mundializamos*.

Como síntese, Latour propõe uma construção conceitual muito rica, dizendo que para enfatizar a escolha de se usar o Terrestre ao invés de concebemos humanos de um lado e natureza do outro, é que talvez "seja a hora de falar não mais em humanos, mas em *terrestres* (*Earthbound*), insistindo assim no *húmus* e, a bem dizer, no *composto* presente



na *etimologia* da palavra "humano" (a vantagem de falar em "Terrestre" é não ter de especificar nem o gênero nem a espécie)" (Latour, 2020, p. 105). Para vivermos atraídos harmonicamente por esse novo atrator, é necessário, portanto, *aterrar*. Escolher um lugar (território, espaço etc.) para *aterrar*, se conectar ao solo, se conectar com o Terrestre. Não é evadir da Terra, mas sim *aterrar*, se conectar a ela, de novo e de novo, incansavelmente.

### **Viver em comunhão e sintonia com a Terra: transfiguração e florestania como caminhos de possibilidades**

Krenak inicia um diálogo muito importante a respeito da questão sobre o futuro em nosso planeta. Está ele se indagando e refletindo sobre o futuro, se haverá futuro, e como esse futuro pode ser. No estado atual de nosso planeta Terra, é possível pensar em futuro? Ou num futuro saudável para todos? Um planeta habitável para todos? Até aqui, questionamentos parecidos com os proferidos por Latour, conforme vimos anteriormente. Latour e Krenak se aproximam a partir da particularidade de se pensar as crises climáticas atuais e nossas ações humanas no planeta Terra, e para além disso pensam também em alternativas teóricas/práticas para superarmos esse tempo moderno de crises e desastres ecológicos. Ambos os autores, ainda que distantes (geograficamente e culturalmente) entre si, nos auxiliam, em conjunto, para pensarmos e contextualizarmos nosso mundo atual frente às mudanças climáticas e nossas ações humanas sobre a Terra.

Mas diferente de Latour, Krenak também nos oferece caminhos muito interessantes, só que ancorados em sua etnia, em sua cultura, em sua visão de mundo, que é ancestral, segundo ele. Assim, Krenak comunga dos valores culturais da etnia Krenak que vive em território brasileiro há muito tempo, e apesar das aproximações epistemológicas entre os dois autores, cada um desenvolve suas reflexões a partir de pontos de vista distintos e caminhos diferentes. Enquanto Latour comunga da linguagem sociológica e acadêmica, Krenak nos conta histórias de sua cultura e seu cotidiano de vida como forma elucidativa das próprias discussões epistemológicas suscitadas por Latour. Enquanto Latour, por exemplo, procura sistematizar suas contribuições a respeito da teoria ator-rede, Krenak nos conta histórias de seu cotidiano que exemplificam e oferecem sentido à explicação teórica proferida por Latour. Krenak então resolve iniciar o diálogo olhando para os rios, para pensar nesse futuro, e assim ele nos diz: "Os rios, esses seres

que sempre habitaram os mundos em diferentes formas, são quem me sugerem que, se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui" (Krenak, 2022, p. 11).

Vejam que interessante: através do rio, desse ser ancestral, mágico e fluido, Krenak nos põe a pensar não só o futuro do planeta, mas também o presente e o passado. O rio enquanto carregador de caminhos, de histórias, de tempos e de coisas. O rio enquanto sabedoria cósmica, planetária. O rio como detentor de conhecimento, de saberes. Logo de saída, põe diante de nossos olhos os mistérios desse mundo, as magias e ações — e mediações — desses seres até então "adormecidos" pelo olhar sociológico "clássico", conforme problematiza também Latour (2012).

Para ele, os rios — chamados também de rios-montanhas — estão em tudo. Não são só aparentes correntezas de água. Estão também nas árvores, no subsolo do mundo, nas folhas, nas plantas, nas montanhas, em nós. Está em tudo. Segundo ele, todos os assentamentos humanos que se tem conhecimento foram sempre atraídos pelos rios. É em torno desses seres mágicos que se iniciaram e ainda se iniciam grandes civilizações. Contudo, mesmo que ainda sempre perto das águas, Krenak vai discorrer que aprendemos muito pouco com a fala dos rios. Nós, modernos, não sabemos escutá-los, quiçá concebê-los enquanto entidades capazes de falar, de agir.

Assim, Krenak nos mostra a importância do rio para aquilo que podemos chamar de cultura Krenak, ou seja, como o próprio povo Krenak concebe a si próprio em comunhão com o rio e suas águas correntes. Ele discorre:

À noite, suas águas correm velozes e rumorosas, o sussurro delas desce pelas pedras e forma corredeiras que fazem música e, nessa hora, a pedra e a água nos implicam de maneira tão maravilhosa que nos permitem conjugar o nós: nós-rio, nós-montanhas, nós-terra. Nos sentimos tão profundamente imersos nesses seres que nos permitimos sair de nossos corpos, dessa mesmice da antropomorfia, e experimentar outras formas de existir (Krenak, 2022, p. 14).

Contudo, há também as outras faces das relações de nós (humanos) com os rios, e essas outras faces são problematizadas pelo autor, que explicita os seus lados negativos. E com negatividade, Krenak discorre sobre como esses rios, e todos os rios e águas do mundo, estão sendo constantemente e gradativamente cada vez mais mutilados, maltratados, poluídos, seja pelo garimpo, pela mineração, pela apropriação indevida da paisagem, bem como pelos modos de vida predatórios que os modernos assumiram para

si enquanto forma de viver e "evoluir" em nosso planeta. Para ele, viver em comunhão com os rios já é por si só um ato de coragem e de resistência.

Segundo Krenak, conforme avançam os maus-tratos com os rios, esses seres, dotados de muita sabedoria e conhecimento do mundo, estão fazendo um movimento de se esconder. Não querem e não desejam mais aparecer aos nossos olhos, mas sim estão se escondendo como forma de se manterem vivos. Estão existindo, mas no subsolo do mundo, nos lençóis freáticos, e não mais como corpo de rio expostos<sup>8</sup>. Tudo como estratégia de sobrevivência e resistência. Nós ainda temos muito que aprender com os rios, com as águas, com as plantas e com as montanhas, e está ficando cada vez mais tarde para fazermos isso.

Assim, Krenak se reinventa, se torna ativo, mais que apenas reflexivo. Propõe inúmeras alternativas reais, palpáveis, para pensarmos e vivermos nesse novo regime. É um reconhecimento, por parte do autor, para que se quisermos viver de uma forma diferente nesse mundo, logo de saída precisamos assumir sua alteridade, sua heterogeneidade. Não há uma força e uma forma de vida que seja correta, verdadeira, melhor. Estamos todos juntos, e assumir as diferenças é assumir também a possibilidade real de continuação de vida em nosso planeta. Pois o contrário, que é a defesa de uma forma homogênea de viver a vida, é o que está nos definhando.

Conforme ele diz, "não vamos deixar de morrer ou qualquer coisa do gênero, vamos, antes, nos transfigurar, afinal a metamorfose é o nosso ambiente, assim como das folhas, das ramas e de tudo que existe" (Krenak, 2022, p. 42-43). Essa passagem é extremamente importante, pois com ela vem junto a mensagem que esse artigo procura evidenciar, isto é, como encontrar formas de *transfigurar* nossa vida para pensar em um futuro possível para o planeta Terra, para as gentes, os povos, as montanhas, os rios e as plantas. Essa é a palavra: *transfiguração*. No novo regime climático, ou negamos e aceitamos a condição de evasão do planeta, ou aceitamos e escolhemos um lugar para aterrizar. Aterrando em algum lugar, a ideia é procurar a *transfiguração*. Nosso aterramento não é utópico, não está no futuro, mas sim no agora, no presente, no tempo e no espaço

<sup>8</sup> Os rios, assim como a floresta, estão resistindo, conforme Krenak. Como forma de se opor aos padrões de desenvolvimento do mundo moderno e capitalista, esses seres e entidades resistem pelo fato de existirem: ocupam espaços degradados, rebrotam em nascentes e córregos, enfim, persistem e perduram. Bons exemplos disso estão em projetos de restauração e conservação das matas nativas, que evidenciam, através desses projetos e ações, que os rios e as florestas, quando cuidados, resistem e perduram fortemente.

em que nos encontramos. A *transfiguração* está dentro de nós, é ancestral, nós só a desaprendemos porque entramos de cabeça em um projeto modernizador global. Podemos resgatá-la e reaprender, e isso é tarefa imediata, imprescindível, se é que acreditamos ser possível construir um novo mundo, um outro mundo.

Assim, ele se indaga: "Como reconverter o tecido urbano industrial em tecido urbano natural, trazendo a natureza para o centro e transformando as cidades por dentro?" (Krenak, 2022, p. 66). E continua: "como fazer a floresta existir em nós, em nossas casas, em nossos quintais? Podemos provocar o surgimento de uma experiência de *florestania* começando por contestar essa ordem urbana sanitária ao dizer: eu vou deixar o meu quintal cheio de mato, quero estudar a gramática dele" (Krenak, 2022, p. 65). Vejam que rico. Esse conceito lançado por Krenak é um mote de entrada teórica para se pensar nessa *transfiguração*, nessa construção de um novo e diferente mundo, e o conceito é o de *florestania*.

*Florestania* significa trazer a floresta, as plantas, a própria natureza em sua complexidade para o centro das cidades, esse lugar que é, a princípio, inapropriado, inóspito, insalubre, estéril. Segundo o autor, é possível começar a alterar essa lógica por dentro. Deixar o mato crescer, ou sempre que der plantar uma planta nova em diferentes lugares. A vida das plantas é cósmica, também ancestral, e elas podem nos ensinar muito. O conceito de *florestania* é fabuloso exatamente por isso: nos abre caminhos reais e objetivos de *transfiguração*, de co-presença e de *devir-com* (Haraway, 2022)<sup>9</sup>. Ao deixar o mato invadir as cidades, deixamos também ele nos invadir, e abrimos caminhos possíveis de aprendizado com ele. O que o mato nos diz? O que as plantas nos contam? Que histórias estão contidas ali? Como ouvir a "voz" das plantas e aprender com elas?

*Florestanear* é assim também um verbo, uma ação, um caminho de inúmeras possibilidades. É o ato de nos abirmos efetivamente para a *transfiguração*, e enfim nos *aterrarmos*, nos conectarmos à um solo, a um lugar, a um território, a uma Terra (e a um Terrestre, segundo expressão de Latour). Ao nos abirmos para a *florestania*, é possível, segundo Krenak, nos abirmos também para construção de outros e novos mundos,

<sup>9</sup> Para Donna Haraway (2022), é possível aprender a viver interseccionalmente, isto é, nós (humanos) e nosso próprio corpo (humano) é composto por inúmeros outros seres (não humanos), e por essa razão, não vivemos "sós", mas sim constantemente interseccionados. É possível aprender a devolver o olhar para os outros não humanos, sentir e aprender o que eles têm para nos dizer. Para ela, ser uma pessoa (ou qualquer outra entidade que seja) é sempre devir com muitos outros. É uma co-criação de vida.

múltiplos, diversos, heterogêneos. Segundo ele: "Só assim é possível conjugar o *mundizar*, esse verbo que expressa a potência de experimentar outros mundos, que se abre para outras cosmovisões e consegue imaginar *pluriversos*" (Krenak, 2022, p. 83). *Mundizar* (ou *mundificar*) é a possibilidade de construção de um mundo no qual caibam muitos outros mundos (pluriverso). É assumir a responsabilidade do exercício da alteridade constantemente. É reconhecer que não existirá futuro se logo de saída não assumirmos que o mundo é constituído por muitos mundos distintos, diversos, e até contraditórios, inclusive. É o reconhecimento do outro em seu próprio tempo e espaço (o exercício da alteridade).

Por essa razão é que Krenak propõe, entre várias propostas já discutidas, que aqui no Brasil também se construa um Estado Plurinacional, como feito no Equador e Bolívia, a partir da noção de *Bem Viver*, muito bem explicitado por Acosta e discutido na próxima seção. A plurinacionalidade, inclusive, não só enquanto algo construído só por humanos e suas diferentes "culturas", mas incluindo todos os seres e entidades de nosso planeta. Conforme diz Krenak: "Nossa sociabilidade tem que ser repensada para além dos seres humanos, tem que incluir abelhas, tatus, baleias, golfinhos" (Krenak, 2022, p. 101).

### **Que futuro pensamos ou queremos construir? O Bem Viver como proposta de mudança paradigmática**

Alberto Acosta é um dos principais ideólogos do início da Revolução Cidadã no Equador, tendo sido um dos responsáveis pelo plano de governo da Alianza País, partido encabeçado por Rafael Correa, cuja ascensão à presidência da república, em 2007, deu início a uma série de transformações nesta nação (Equador). "O Equador se tornou, assim, uma referência para utopistas e lutadores sociais" (Acosta, 2016, p. 13). Para Célio Turino, quem abre a obra de Acosta, o Bem Viver não é algo restrito das populações indígenas. Apesar de ter sua origem nessas populações, o Bem Viver se amplia e é muito mais extenso e abrangente do que uma primeira visão poderia supor. Isto é, o Bem Viver se estende a todos e a todas aqueles que almejam construir um novo mundo, um outro mundo, com base na solidariedade, na alteridade, no respeito, na comunhão. É uma filosofia e uma prática de vida que comunga as mais variadas entidades de nosso planeta em uma vida em harmonia, em *transfiguração*, para usar o termo de Krenak. Conforme



Acosta (2016), o Bem Viver, fundamentalmente, recupera uma sabedoria ancestral, andina e amazônica, rompendo com o processo alienante do capital onde tudo e todos viram meros objetos e mercadorias.

Acosta discorre em sua obra de onde vem toda essa discussão em torno do Bem Viver. Tudo se passou no município de Montecristi, no litoral noroeste do Equador. Esse município foi escolhido como sede da Assembleia Constituinte que, entre 30 de novembro de 2007 e 25 de outubro de 2008, debateu, escreveu e aprovou a atual Constituição da República do Equador, reconhecendo, em seu capítulo 1º, o caráter "intercultural" e "plurinacional" do país, e estabelecendo, em seu preâmbulo, a decisão de construir uma nova forma de convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza, para alcançar o Buen Vivir, o Sumak Kawsay. Alberto Acosta, portanto, foi presidente dessa Assembleia Constituinte e fez parte ativamente para construção e elaboração de todas essas discussões.

O conceito de Bem Viver, segundo o autor, não se trata de construir um novo mundo a partir de novos arranjos de acumulação de capital. O Bem Viver, assim, é uma proposta de mudança paradigmática e epistemológica de como vivemos em nosso mundo. Esse debate todo tem origem nos primeiros anos da década de 2000 na América Latina, em especial motivado pelas mobilizações e rebeliões populares, especialmente a partir dos mundos indígenas equatoriano e boliviano, onde verdadeiros "caldeirões" de longos processos históricos, culturais e sociais formaram a base do que hoje podemos conhecer por *Buen Vivir*, no Equador, ou *Vivir Bien*, na Bolívia. Segundo o autor:

No Equador, reconheceu-se a Natureza como sujeito de direitos. Esta é uma postura biocêntrica que se baseia em uma perspectiva ética alternativa, ao aceitar que o meio ambiente — todos os ecossistemas e seres vivos — possui um valor intrínseco, ontológico, inclusive quando não tem qualquer utilidade para os humanos (Acosta, 2016, p. 28)<sup>10</sup>.

E assim, o Bem Viver, como será desenvolvido pelo autor, pode ser compreendido da seguinte maneira: "[...] o *Bem Viver*, *Buen Vivir* ou *Vivir Bien* também pode ser

<sup>10</sup> Isto ficou bem evidente quando discutimos Bruno Latour e Ailton Krenak, e, por exemplo, o papel da "natureza" na "cultura" do povo Krenak. Os demais seres vivos possuem influência e ação suficientemente importantes em nossas próprias vidas (humanas). São mediadores e construtores do nosso "social". Somos coletivos e não sociedade: humanos e não humanos compõem o "social" e isso tudo que entendemos por "sociedade", conforme ficou evidente também pelas discussões de Latour e da teoria ator-rede.

interpretado como *sumak kawsay* (kíchwa), *suma qamaña* (aymara) ou *nhandereko* (guarani), e se apresenta como uma oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de vida" (Acosta, 2016, p. 23). Vejam só a quantidade de referências, todas andinas e amazônicas (de populações indígenas e tradicionais das regiões). Isto é, o Bem Viver enquanto um processo que é proveniente de uma "matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza" (Acosta, 2016, p. 24). É elementarmente isso a que se relaciona o Bem Viver: a harmonia e a vida em comunhão com a natureza. É um conceito, mas também uma ideia, uma filosofia e uma prática de vida que tem na Natureza a principal representação.

Com isso, o Bem Viver pode também ser compreendido, logo de saída, como uma crítica à modernidade, bem como à globalização e, principalmente, à própria ideia de "desenvolvimento". Muitas populações já estão vivendo segundo essa lógica do Bem Viver, e as populações indígenas, por exemplo, estão aí para nos provar isso. Então, não precisamos pensar no fim do capitalismo para que possamos pensar na real possibilidade de desenvolver essa prática e filosofia de vida, porque ela já está aqui entre nós, operante e objetiva. Ao mesmo tempo, não há como pensar numa ampliação efetiva de tal filosofia e prática se o sistema, aos poucos, não der lugar para uma mudança radical, tanto epistemológica como paradigmática. É assim, portanto, uma ideia já existente no presente, que visa um futuro diferente, sobre outro modo de produção, não mais esse do desenvolvimento e da globalização (capitalismo, em última instância).

Assim, como uma das garantias primeiras de começar a fomentar a ideia do Bem Viver, está, segundo o autor, na construção de um Estado plurinacional e intercultural, como foi feito nas constituições do Equador e da Bolívia. Ou seja, o Estado não é o único responsável por construir o Bem Viver, mas seu papel é importante principalmente pelo reconhecimento da alteridade, da heterogeneidade do mundo, representado assim pela construção de um Estado plurinacional e intercultural. Segundo Acosta, por trás de uma proposta de harmonia com a Natureza está toda uma ideia de reciprocidade, complementaridade, solidariedade e relacionalidade entre indivíduos e comunidades ao redor do mundo, e desses com a Natureza (cósmica e ancestral). Assim, o Bem Viver abre as portas para a formulação de visões múltiplas de vida.



Para o autor, o conceito de Bem Viver "questiona o conceito eurocêntrico de bem-estar. É uma proposta de luta que enfrenta a colonialidade do poder" (Acosta, 2016, p. 34). Ou seja, a ideia eurocêntrica do bem-estar ou do *bom vivant*, remete especificamente àquele que, sob ótimas e abundantes condições materiais, desfrutam de "tudo que há do bom e do melhor do mundo", justamente porque tem dinheiro para pagar por tudo isso. Porém, por trás dessa ideia está toda a depredação e exploração de nosso planeta segundo os projetos coloniais de globalização e desenvolvimento: para uns poucos desfrutarem de tudo que há de bom e do melhor, há a necessidade de muitos outros não serem capazes de fazer o mesmo. Para que existam países desenvolvidos, é estritamente necessário que, na mesma medida, existam países sub ou mal desenvolvidos. Isso está na essência da modernidade, da colonialidade e do capitalismo. Ir contra o projeto de globalização e desenvolvimento é exatamente ir contra isso. E partindo dessas reflexões, podemos nos perguntar: como podemos construir esse Bem Viver na prática? Em nossos contextos, urbanos, capitalistas, modernos e industrializados? As propostas de Latour, em diálogo com as de Krenak, nos deram ótimos indicativos disso.

Entende-se também que o Bem Viver é apenas o começo de um projeto paradigmático e epistemológico de vida. Estamos apenas iniciando essa trajetória, ainda que muitos povos já estejam vivendo segundo essas lógicas. Por isso, não é um ponto de chegada, nem muito menos uma definição clara e objetiva de como devemos viver em coletivos daqui em diante. Isso construiremos na prática, juntos.

### **Considerações finais – um "final" nada concluído, e sim como ponto de partida**

Ao optarmos pelo Bem Viver, estamos optando por nos conectarmos à um solo (*aterrarmos*). Aceitamos a condição do novo regime climático e decidimos não negar nem rejeitar tal regime, mas sim corroborar com o nosso planeta para superação dele. Assim, nos *aterrarmos* é uma forma de construção do Bem Viver, nos *mundificando* e construindo formas múltiplas e heterogêneas de vida em nosso planeta.

Quando Latour nos propõe o *aterramento*, nos provoca a pensar em maneiras reais e objetivas de construir um presente e um futuro em nosso planeta, e não se evadir dele. A partir disso, e em diálogo com Krenak, encontramos ressonância que, por meio da prática da *transfiguração*, podemos conjugar novas e outras vivências que possibilitam a



construção de novos mundos, mundos construídos com as outras espécies, e não contra elas. Também relacionamos que praticar a *florestania* está no centro da proposta desse trabalho, e se concretiza enquanto uma forma concreta de *aterrar* e *transfigurar* nossas vivências.

Tais ideias e conceitos mobilizados neste breve artigo são muito valiosos, principalmente no que diz respeito às pessoas e comunidades imersas no urbano e no "turbilhão do capitalismo". *Florestanear* e nos *transfigurarmos* é possível, ainda que imersos nesse contexto de concreto e aço. Os dentes de leão e as ervas consideradas "daninhas" quebram a rudeza do cimento com maestria e resistência. Devemos nos inspirar nisso e nos orgulharmos por termos essas ervas, pois nos ensinam que é possível quebrar com essa rudeza. Podemos aprender mais e mais a cada dia. Podemos, sim, nos transfigurarmos.

Construir o Bem Viver, portanto, está estreitamente relacionado com a escolha de *aterrarmos*, nos conectarmos à terra, ao solo, ao Terrestre, como disse Latour. Está na possibilidade de *transfigurarmos*, como disse Krenak, e nos tornarmos nós-rios, nós-montanhas e nós-plantas: enfim, desenvolver a *florestania* e a *transfiguração*. De outro modo, estaríamos aceitando a derrota e prontos para reconhecer a necessidade de evasão de nosso planeta em um futuro muito próximo.

Mas a nossa resistência não está sob negociação: faremos isso agarrados uns aos outros. Podemos agarrar nossas espécies companheiras e juntos permanecer firmes e confiantes num futuro possível em nosso planeta. Ao escolhermos *aterrar*, não é possível conceber outra alternativa senão a de construir nossas vidas em constante busca de harmonia com tudo que está ao nosso redor. Evidente que *aterrar*, *transfigurar* e *florestanear* não envolvem somente a harmonia, mas também conflitos e controvérsias. Não é só de harmonia que construiremos esse mundo proposto por tais conceitos, pois as relações interespecies são complexas e múltiplas e requerem uma infinidade de negociações e intermediações. Contudo, a busca pela harmonia resume-se à uma busca por respeito: não negamos as controvérsias e conflitos, mas acreditamos que respeitar todas as formas de vida é um caminho de possibilidade real de construção do *aterramento*, da *transfiguração* e da *florestania*. Tanto na harmonia como na controvérsia, acreditamos



que o Bem Viver possa nos auxiliar para construir um futuro de vida possível em nosso planeta.

### Referências

ACOSTA, Alberto. Das teorias da dependência ao bem-viver: reflexionando para sair da armadilha do desenvolvimento. Prólogo. In: MEDINA, Tahina Ojeda; VILLAMAR, María del Carmen Villarreal. **Pensamento crítico latino-americano sobre desenvolvimento**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autônoma Literária: Elefante, 2016.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2022**. Goiânia: CPT Nacional, 2022. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/wp-content/uploads/2025/03/livro-2022-v21-web.pdf>. Acesso em: 06/03/2026.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom – Vulnerabilidade**, Campinas, ano 3, n. 5, 2016. Disponível em: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/>. Acesso em: 6 maio 2026.

HARAWAY, Donna. **Quando as espécies se encontram**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LATOURE, Bruno. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no antropoceno**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.



SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul.** Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente.** São Paulo: Cortez, 2004. p. 777–813.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VANZO, Pedro; AMSTEL, Narayana. Novos paradigmas epistemológicos: atores humanos e não humanos na ampliação das experiências sociais. **Ser Social**, Brasília, DF, v. 26, n. 52, p. 106–124, jan./jun. 2023. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/45365](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/45365). Acesso em: 06/02/2026.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno.:** a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Afrontamento, 1974a. v. 1.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno:** o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600–1750. Porto: Afrontamento, 1974b. v. 2.

Recebido em: 22/12/2025.

Aceito em: 25/04/2026.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n36.77551.p39-56>

**VIVER E INSISTIR NAS RUÍNAS DO ANTROPOCENO: agroecologia e comum no Pampa Sul*****LIVING AND PERSISTING IN THE RUINS OF THE ANTHROPOCENE: agroecology and the common in the Southern Pampa***

Eduarda Paz Trindade \*

**Resumo**

Este artigo analisa como práticas agroecológicas territorializadas no Pampa Sul brasileiro constituem formas de reorganização da vida nas ruínas do *Antropoceno*, compreendido como fenômeno social historicamente situado e marcado por desigualdades estruturais. Parte-se da crítica à universalização do colapso climático, argumentando que, para amplos setores do Sul Global, a ruína ecológica e social é uma condição histórica associada ao colonialismo, ao racismo e ao capitalismo. Metodologicamente, o estudo se apoia em análise sociológica de experiências agroecológicas, redes territoriais e práticas comunitárias, com ênfase em iniciativas ligadas à agroecologia, ao manejo coletivo dos bens comuns e à permanência no território. Os resultados evidenciam que a agroecologia, quando praticada como comum, ultrapassa o campo técnico-produtivo e se afirma como política do viver, articulando relações multiespécies, temporalidades alternativas ao tempo do capital e práticas de cuidado com sementes, solo e água. Essas experiências produzem uma imaginação política ancorada no presente, que não se orienta por promessas tecnocráticas de salvação, mas pela persistência cotidiana da vida em contextos de crise. Conclui-se que as respostas à crise climática são bloqueadas menos pela ausência de conhecimento do que pela lógica estrutural do capitalismo, e que as práticas agroecológicas no Pampa Sul demonstram a viabilidade de futuros alternativos baseados no comum, na justiça socioambiental e na recusa do colapso como horizonte inevitável.

**Palavras-chave:** antropoceno; agroecologia; comum; Pampa Sul.

**Abstract**

This article examines how territorially grounded agroecological practices in the Southern Brazilian Pampa constitute forms of reorganization of life within the ruins of the *Anthropocene*, understood as a historically situated social phenomenon marked by structural inequalities. It challenges universalizing narratives of environmental collapse by arguing that, for large sectors of the Global South, ecological and social ruin is a long-standing condition linked to colonialism, racism, and capitalism. Methodologically, the study draws on sociological analysis of agroecological experiences, territorial networks, and community-based practices, with particular attention to initiatives centered on common-based management and territorial permanence. The findings demonstrate that agroecology, when practiced as a common, goes beyond technical or productive dimensions and emerges as a politics of living, fostering multispecies relations, alternative temporalities to capitalist time, and collective practices of care for seeds, soil, and water. These experiences articulate a political imagination rooted in the present, oriented not

\* Doutoranda e mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS), Brasil. E-mail: eduardapaztrindade26@gmail.com.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

toward technocratic promises of salvation but toward the everyday persistence of life under conditions of crisis. The article concludes that effective responses to climate change are constrained less by a lack of scientific knowledge than by the structural logic of capitalism, and that agroecological practices in the Southern Pampa reveal the concrete viability of alternative futures grounded in the common, socio-environmental justice, and the refusal of collapse as an inevitable horizon.

**Keywords:** Anthropocene; agroecology; commons; Southern Pampa.

## 1 Introdução – Viver depois do colapso

A crise climática atual escancara desigualdades profundas: enquanto países e elites historicamente responsáveis pela maioria das emissões conseguem mitigar ou adiar os impactos, as populações mais vulneráveis enfrentam os piores efeitos desse colapso ambiental. Isto é, trata-se de um problema de justiça social, em que comunidades pobres, povos indígenas e nações do Sul Global sofrem de forma desproporcional as consequências de um aquecimento global, ao qual pouco contribuíram. Em outras palavras, “os mais afetados pelas transformações climáticas são os “condenados da terra”, na célebre formulação de Frantz Fanon (2022). A emergência climática, portanto, não pode ser dissociada das relações de poder globais nem das hierarquias históricas — ela aprofunda injustiças preexistentes e revela a dimensão socioecológica do colapso em curso.

Essa desigualdade estrutural no impacto da crise está enraizada em processos históricos de longa duração. Pensadores contemporâneos argumentam que o colapso ambiental deve ser compreendido como parte de uma catástrofe ancestral, e não apenas como um desastre natural pontual. Elizabeth Povinelli (2024), por exemplo, sugere que a devastação ecológica presente tem origem no projeto colonial e capitalista inaugurado com a colonização das Américas, o qual impôs um modo destrutivo de habitar a Terra baseado na escravização, no racismo e na extração irrestrita da natureza. Essa longa história de violência contra povos e ecossistemas equivale a sucessivos fins de mundo locais — do ponto de vista dos grupos colonizados, seu mundo foi desmantelado desde o encontro colonial.

Assim, o *fim de mundo* deixa de ser apenas uma metáfora ecológica apocalíptica para se tornar uma categoria política e epistêmica: ele remete às rupturas históricas que



destruíram modos de vida, mas também às respostas e reinvenções que emergem dessas ruínas. Achille Mbembe (2025) recorda que os sinais do colapso planetário atual foram pressentidos e denunciados há tempos “pelos habitantes da borda do mundo” — populações periféricas, indígenas, africanas — cujos avisos sobre os limites do extrativismo e os perigos ambientais foram sistematicamente ignorados. Para muitos desses povos subalternizados, o mundo moderno ocidental sempre se apresentou como um “anti-mundo” — uma ordem de violência, exclusão e desgaste da vida, na qual seus fins de mundo já começaram há muito tempo. Diante disso, reconhecer os fins de mundos significa acolher outras narrativas e conhecimentos sobre a crise, aqueles forjados a partir da experiência de quem viveu a perda e a resistência.

Ao encarar o colapso climático não como um evento único no futuro, mas como um processo já em andamento e desigualmente distribuído, abre-se espaço para novas formas de imaginação política, cuidado e resistência. Em vez de sucumbir à desesperança ou apostar em alguma salvação tecnológica distante, diversas vozes propõem enfrentar as ruínas do *Antropoceno* de modo situado e colaborativo. Donna Haraway (2023) formula esse desafio como a necessidade de “ficar com o problema”: é preciso permanecer com as dificuldades do presente e trabalhar coletivamente nelas, estabelecendo “parentescos estranhos” e alianças multiespécies, ao invés de buscar fuga em fantasias de progresso ou colapsar em paralisia. Haraway adverte que nem o catastrofismo resignado nem a fé cega no progresso nos ensinam a viver e cuidar em um mundo danificado, cabendo antes cultivar responsabilidade mútua entre humanos e mais que humanos. Anna Tsing (2022), por sua vez, explora as possibilidades de vida nas ruínas deixadas pelo capitalismo. Em seu estudo sobre o cogumelo matsutake, Tsing mostra como paisagens devastadas podem tornar-se férteis em novas conexões: mesmo após desastres ecológicos e econômicos, surgem colaborações improváveis entre espécies, permitindo uma sobrevivência inesperada. Ela descreve essa dinâmica como sobrevivência colaborativa em paisagens multiespécies, entendida como pré-requisito para a continuidade da vida na Terra. Em outras palavras, o fim de um mundo não é o fim de todos os mundos — nas brechas do colapso, relações de cuidado e interdependência podem brotar e sustentar novas formas de viver. Essas autoras nos convidam a reimaginar a crise não como fim absoluto, mas como um momento de engajamento ativo, em que alternativas são criadas a partir dos escombros do sistema vigente.



Essa leitura das ruínas do Antropoceno ganha outra densidade quando colocada em diálogo com formulações de autores indígenas e brasileiros que pensam o colapso não como novidade histórica, mas como experiência constitutiva da colonização. Em Ailton Krenak (2019), a crítica ao fim do mundo aparece como crítica à separação moderna entre humanidade e Terra, recolocando a floresta, o rio e a montanha como dimensões vivas de uma existência partilhada. Em Davi Kopenawa e Albert (2015), a devastação não é apenas ecológica, mas cosmopolítica: quando a floresta é destruída, não colapsa apenas um ecossistema, mas um mundo de relações, espíritos e condições de sustentação da vida. Já Antônio Bispo dos Santos (2023) permite compreender que a terra não é recurso inerte, mas território de confluência, memória e reprodução da vida, tensionando frontalmente a gramática colonial da propriedade e da mercantilização. Nessa chave, o fim do mundo deixa de ser apenas diagnóstico ocidental do colapso climático e passa a ser lido como nome tardio de uma ruína imposta há séculos a povos indígenas, negros e comunidades tradicionais.

Em síntese, autoras e autores como Mbembe, Haraway, Tsing e Povinelli ajudam a compreender a crise ecológica como processo histórico, desigual e multiespécie, mas esse debate ganha inflexão decisiva quando atravessado por formulações de Ailton Krenak (2019), Kopenawa e Albert (2015) e Antônio Bispo dos Santos (2023). A partir desses interlocutores, os fins de mundo deixam de aparecer apenas como horizonte global abstrato e passam a ser lidos como experiência histórica concreta de povos submetidos à colonização, ao racismo e à expropriação territorial. Mais do que anunciar o colapso, essas formulações recolocam a centralidade dos vínculos entre terra, corpo, memória e coletividade, abrindo uma crítica ao Antropoceno ancorada nas lutas concretas pela continuidade da vida.

Diante desse debate, este artigo parte da seguinte pergunta de pesquisa: como práticas agroecológicas territorializadas no Pampa Sul brasileiro, quando organizadas como comum, constituem formas situadas de reorganização da vida nas ruínas do Antropoceno? O objetivo do artigo é analisar de que modo essas experiências agroecológicas, ancoradas em relações de cuidado, partilha e permanência no território, produzem respostas concretas à crise socioecológica contemporânea. Sustenta-se que tais práticas, ao articularem manejo coletivo dos bens comuns, relações multiespécies e



temporalidades alternativas ao tempo do capital, configuram formas de persistência da vida que não apenas resistem ao colapso, mas reimaginam politicamente o viver em comum no Pampa Sul.

Essas iniciativas baseadas no comum — seja no manejo coletivo de sementes crioulas, na recuperação comunitária de áreas degradadas ou na organização cooperativa da produção — reinventam as relações ecológicas e sociais em escala local, demonstrando na prática que outros futuros são possíveis. Como observam Grear e Bollier (2020), os bens comuns emergem muitas vezes das próprias paisagens devastadas das ruínas capitalistas, ficando raiz em lugares antes marginalizados e abrindo caminho para modos de vida antes impensáveis. No Pampa Sul, os comuns agroecológicos florescem justamente nesses interstícios: hortas comunitárias em territórios empobrecidos, redes de troca de saberes tradicionais, sistemas agroflorestais que conciliam produção de alimento e regeneração ambiental. A imaginação política aqui não é um exercício abstrato sobre futuros distantes, e sim uma prática cotidiana de criação de comum, de cuidado mútuo e de resistência diante do colapso.

Em suma, viver nas ruínas do Antropoceno implica enfrentar a crise climática como um processo social e político, marcado por injustiças, mas também por possibilidades emergentes. Ao apresentar a crise como fenômeno social globalmente desigual, ao situar os “fins de mundo” no plural e como catalisadores de novas formas de vida, e ao indicar as práticas agroecológicas comuns no Pampa Sul como expressões concretas dessa reinvenção do viver, esta introdução delineou o problema e o debate de referência. Para responder a essa questão, o artigo articula o debate sobre Antropoceno e ruínas desiguais à análise de experiências agroecológicas territorializadas no Pampa Sul, examinando como elas atualizam o comum como prática política de sustentação da vida. Nos desenvolvimentos que se seguem, o artigo aprofunda como esses laboratórios vivos de agroecologia no Pampa não apenas mitigam danos ambientais, mas reimaginam ativamente a comunidade e a relação com a terra em meio ao colapso — oferecendo lições valiosas de esperança sóbria e de transformação social ancorada no comum para os debates sobre o *Antropoceno*. Em última instância, a experiência dessas comunidades sul-pampeanas indica que, nas fissuras do mundo que se despede, começam a emergir as bases de um outro mundo possível.



## 2 Antropoceno e ruínas desiguais

A noção de *Antropoceno* frequentemente sugere um colapso ambiental global uniforme, causado e sofrido igualmente por toda a humanidade. Entretanto, essa narrativa universalizante oculta desigualdades históricas profundas na crise climática. Como pontua Elizabeth Povinelli (2024), a atual catástrofe ecológica pode ser entendida como uma catástrofe ancestral — resultado de processos violentos de longa duração (coloniais, raciais, capitalistas) que há séculos arruinam as condições de vida de povos indígenas e comunidades colonizadas. Em outras palavras, as “ruínas” do *Antropoceno* já são realidade em certos territórios e populações do Sul Global, que carregam um peso desproporcional da devastação ambiental. Pensadores como Achille Mbembe (2020) lembram que essa distribuição desigual do colapso não é acidental, mas sim parte da lógica da modernidade colonial: o sistema capitalista criou uma política de corpos descartáveis, na qual certos grupos e regiões são deliberadamente sacrificados e postos à margem. Assim, as ruínas não constituem apenas um destino futuro da humanidade — elas já estão presentes, sobretudo nas periferias globais e comunidades racializadas, que historicamente viveram sob um regime de exploração extrema e morte lenta muito antes de a mudança climática tornar-se uma preocupação mundial.

A crítica à universalização do *Antropoceno* destaca, portanto, que nem todos vivenciam o colapso ambiental da mesma forma nem pelas mesmas causas. No Sul Global, a ruína ecológica e social não é novidade, mas parte de uma continuidade histórico-estrutural. Processos coloniais de extração, monoculturas de *plantation*, expropriação de terras e trabalho escravizado desencadearam catástrofes locais séculos atrás — calamidades que não foram reconhecidas como “de toda a humanidade”, por serem vividas apenas pelos povos colonizados. Povinelli (2024) sugere que o “fim do mundo” começou há muito tempo para esses grupos subalternizados, ainda que o discurso ocidental só recentemente passe a vê-lo como universal. Foram, aliás, as lutas anticoloniais que desde cedo denunciaram essa ruína viva imposta pela pilhagem colonial — uma condição associada às formas de violência do liberalismo tardio. Em suma, o que hoje chamamos de crise climática global é, em grande medida, a intensificação planetária de um colapso antes confinado às margens: um colapso historicamente situado e distribuído de maneira injusta.



No contexto brasileiro, essa crítica à universalização do Antropoceno encontra formulações particularmente potentes em autores e lideranças indígenas que pensam a ruína a partir da longa duração colonial. Em vez de tomar o colapso como evento recente ou exclusivamente climático, essas perspectivas insistem em que o fim do mundo já se instalou, há séculos, por meio da invasão territorial, da destruição de florestas, da ruptura de cosmologias e da tentativa permanente de separação entre povos e seus modos de existência. Nessa direção, a crítica ao Antropoceno não diz respeito apenas à escala planetária da crise, mas ao reconhecimento de que a devastação sempre foi seletiva, racializada e territorialmente situada. A ruína, portanto, não é ausência de mundo, mas imposição violenta sobre mundos que persistem, resistem e seguem produzindo outras formas de habitar a terra.

Longe de representar um evento homogêneo, o Antropoceno conforma um mosaico desigual de devastação. Mesmo nos lugares mais arruinados, a vida persiste e produz novos arranjos. A antropóloga Anna Tsing (2022), por exemplo, explora as possibilidades de vida nas ruínas do capitalismo, mostrando como formas de colaboração multiespécie florescem em paisagens degradadas pela indústria. Em vez de um colapso que nivela todos os espaços, o que se vê são dinâmicas locais diferenciadas: certas áreas se tornaram verdadeiras “zonas de sacrifício”, enquanto outras abrigam bolsões de resistência e criatividade ecológica. Essa perspectiva nos convida a notar que, nas brechas deixadas pela destruição, emergem práticas de sobrevivência colaborativa e redes de cuidado que permitem a continuidade da vida social e ecológica nas ruínas desiguais do Antropoceno.

A vegetação campestre nativa do bioma Pampa tem se reduzido de forma contínua nas últimas décadas, com cerca de 20% da cobertura original perdida entre 1985 e 2022 e apenas menos da metade do bioma ainda mantendo sua vegetação nativa, em grande parte convertida para agricultura e silvicultura, especialmente cultivo de soja (MapBiomias Pampa, 2023). Estudos acadêmicos também apontam que o Pampa é um dos biomas mais transformados e pouco abordados nas políticas de restauração e conservação, sofrendo alta taxa de conversão para usos antropizados em comparação com outras formações naturais no Brasil (Michel; Overbeck, 2024)



A consequência é uma erosão insidiosa da biodiversidade (com diversas espécies campestres sob risco) e a deterioração dos solos, evidenciada pelo avanço da arenização — processo de formação de depósitos arenosos estéreis, natural da região, porém agravado pelas práticas agropecuárias intensivas. Essa devastação ecológica está imbricada a antigas desigualdades sociais e fundiárias no Pampa. Historicamente, a região foi moldada por latifúndios pecuários desde os tempos coloniais, resultando em alta concentração de terras nas mãos de poucos proprietários. No período recente, a expansão do agronegócio não rompeu com essa estrutura; ao contrário, grandes fazendas de soja, pastagens comerciais e silvicultura de espécies exóticas mantêm a lógica latifundiária, aprofundando a concentração fundiária e os desequilíbrios regionais.

Estudos evidenciam que o modelo de produção baseado em monoculturas em larga escala e agronegócio reproduz desigualdades estruturais e impulsiona conflitos no meio rural brasileiro, contribuindo para a perda de acesso à terra e deterioração das condições de vida de agricultores familiares, povos quilombolas e povos indígenas (Jakimiu, 2022; Sencébé *et al.*, 2020; Berg, 2025). A expansão desses sistemas produtivos está associada à concentração fundiária, expropriação de territórios e conflitos agrários, intensificando processos de êxodo rural e fragilização econômica de comunidades tradicionais. Pesquisas específicas em territórios quilombolas indicam que a frente de agronegócios e outras atividades extrativas representam uma constante ameaça às suas reivindicações territoriais e à integridade ambiental de seus espaços de vida (Berg, 2025). Assim, configura-se no Pampa e em outros contextos rurais brasileiros uma crise lenta e contínua de degradação ambiental e esvaziamento social, cujos efeitos são muitas vezes naturalizados e invisibilizados sob paradigmas de desenvolvimento e discurso de progresso.

No Pampa Sul, essa disputa não se expressa apenas como contraste entre modelos produtivos, mas como conflito político em torno da terra, do território e das condições de permanência no campo. Nesse sentido, a agroecologia não pode ser reduzida a uma prática de criatividade comunitária ou de solidariedade local, pois ela se articula diretamente às lutas por reforma agrária, democratização do acesso à terra e enfrentamento da concentração fundiária que estrutura historicamente a região. A presença de assentamentos da reforma agrária e de redes camponesas no Rio Grande do

Sul, em especial aquelas vinculadas ao MST, evidencia que a construção de práticas agroecológicas depende também de organização política, disputa territorial, formação coletiva e defesa ativa de outros usos da terra. No Pampa, portanto, insistir na agroecologia significa igualmente enfrentar a expansão do agronegócio, da monocultura e da lógica latifundiária, afirmando a permanência no território como condição material para a reprodução da vida.

Paralelamente a esse cenário de ruína ecológica e social, emergem no Pampa movimentos de resistência que buscam reimaginar a relação com a terra. Um exemplo notável é a *Teia dos Povos em Luta no Rio Grande do Sul*, articulação que reúne comunidades quilombolas, povos indígenas, assentados da reforma agrária, coletivos agroecológicos, ambientalistas e diversos grupos tradicionais em defesa dos territórios e da vida (Trindade, 2025). Inspirada na Teia dos Povos da Bahia, essa rede gaúcha tece alianças entre os “povos de luta” para enfrentar o colapso socioambiental imposto pelo modelo do agronegócio e da mineração, recusando a dependência em soluções institucionais convencionais. Em seu manifesto (Trindade, 2025), a Teia denuncia que a destruição do meio ambiente se tornou política de Estado, manifestada em desmatamentos, queimadas, megaprojetos e monocultivos que devastam biomas e comunidades de norte a sul do país.

Diante disso, a agroecologia é tomada como eixo central dessa resistência — entendida não como mera técnica, mas como reencontro com práticas ancestrais de autonomia e cuidado com a terra. Promover a transição agroecológica, no entanto, exige confrontar os pilares do sistema vigente — “o capital, o latifúndio, o patriarcado, o colonialismo, o racismo — que coisifica a vida e dissemina morte estéril”, nas palavras do manifesto (Trindade, 2025). Contra esse modelo de morte, a Teia dos Povos propõe a revitalização do comum: resgatar sementes crioulas e conhecimentos tradicionais, fortalecer economias comunitárias solidárias e restabelecer a relação de respeito entre humanos e natureza. Trata-se de semear, nas próprias ruínas do Pampa, os germes de outra forma de viver.

Um episódio ilustrativo desse movimento ocorreu em maio de 2023, quando a Teia dos Povos do RS realizou seu I Encontro Estadual no Kilombo Coxilha Negra, em São Lourenço do Sul. Durante três dias, representantes de diversos territórios



convergir para partilhar saberes e celebrar a resistência: houve a retomada de uma escola comunitária quilombola, rodas de conversa intergeracionais, cantos e histórias ancestrais, atividades lúdicas com as crianças, mutirões de cozinha coletiva e, especialmente, uma feira de trocas de sementes crioulas, onde variedades tradicionais foram distribuídas e cultivadas simbolicamente.

Essa experiência plural — unindo práticas culturais, educação popular e agroecologia — promoveu a união e a autonomia coletiva dos participantes, fortalecendo laços de solidariedade entre quilombolas, indígenas, camponeses assentados e ativistas urbanos. Ao tecer juntos conhecimentos e estratégias, os membros da Teia visam construir a segurança da vida, da terra e do território, garantindo a conservação das sementes nativas e da sociobiodiversidade local. Em outras palavras, eles estão colocando em prática aquilo que Anna Tsing (2022) descreve como “sobrevivência colaborativa” nas ruínas do capitalismo: diferentes atores e espécies colaborando para persistir e criar vida onde o projeto desenvolvimentista produziu devastação. Essas iniciativas sinalizam que, mesmo em meio à crise lenta do Pampa, há imaginação política e ação concreta para viver nas ruínas de forma digna — reconstruindo comuns, recuperando ecologias e semeando futuros mais justos a partir dos escombros do presente. Esses elementos demonstram que, no Pampa Sul, as ruínas do Antropoceno não são apenas ecológicas, mas também fundiárias e políticas: elas dizem respeito à destruição ambiental, à expropriação territorial e à reprodução histórica de desigualdades no acesso à terra. É precisamente nesse terreno de conflito que a agroecologia emerge como prática do comum e como forma concreta de reorganização da vida.

### 3 Agroecologia como comum

Agroecologia pode ser entendida não apenas como um conjunto de técnicas agrícolas sustentáveis, mas como uma prática do comum, ou seja, uma forma coletiva de produzir vida e sociedade em oposição à lógica individualista do capitalismo. Em vez de restringir-se a critérios técnico-produtivos, a agroecologia envolve construir coletivamente novos modos de relação social e ecológica, pautados no compartilhamento e na cooperação. Nessa perspectiva, o “comum” não é dado previamente pela natureza, mas é continuamente produzido por práticas sociais e políticas de comunidades



empenhadas em desafiar a apropriação capitalista da terra e da vida. Como afirmam Dardot e Laval (2017), o comum consiste em uma co-atividade — um fazer junto — que se funda na ação coletiva deliberada, ao em vez da mera *copossessão* de recursos. Trata-se de um princípio político e ético segundo o qual apenas a prática decide o que é comum e institui regras compartilhadas de cuidado e responsabilidade sobre esse comum. Assim, compreender a agroecologia como comum implica enxergá-la como luta e criação permanente de novas formas de convivência solidária, orientadas pelo princípio político do comum em oposição à racionalidade neoliberal e privatizante.

Embora a formulação de Dardot e Laval (2017) seja importante para compreender o comum como princípio político e coatividade, no contexto brasileiro ela precisa ser tensionada e ampliada por perspectivas que partem de experiências históricas de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Nesses contextos, o comum não aparece apenas como instituição política a ser produzida, mas como prática ancestral de relação com a terra, com a água, com as sementes e com a coletividade. A agroecologia, assim, não deve ser compreendida somente como alternativa contemporânea à crise, mas também como atualização de formas históricas de coexistência, cuidado e reprodução da vida que persistiram apesar da colonização, do racismo fundiário e da mercantilização da natureza.

Essa articulação se torna clara quando aproximamos a agroecologia da definição de comum proposta por Pierre Dardot e Christian Laval (2017). Para esses autores, o comum não designa um objeto específico (por exemplo, terra comum ou recurso natural comum), mas sim uma prática social, política e ética coletiva. O comum é uma luta permanente por instaurar novos modos de relações sociais que desafiem a lógica da propriedade e da mercantilização. Em outras palavras, comum é aquilo que se faz em conjunto: um agir em comum que cria laços comunitários e instituições participativas ao redor de objetivos compartilhados. Dardot e Laval enfatizam que o comum deve ser pensado como co-ação, e não mera copropriedade ou co-pertença a um bem estático.

Nessa visão, movimentos sociais que constroem formas de autogestão, solidariedade e partilha — como é o caso do movimento agroecológico — são verdadeiros expoentes das lutas pelo comum, pois confrontam, na prática, as normas do mercado e do Estado empresarial. De fato, observa-se que as lutas emancipatórias no campo da



agroecologia orientam-se pelo princípio do comum, rejeitando a lógica do agronegócio e do lucro privado e, em seu lugar, promovendo valores de cooperação, justiça social e cuidado ecológico. Nesse sentido, a agroecologia assume um caráter explicitamente político: é princípio do comum em ação, pois envolve comunidades deliberando coletivamente sobre como produzir e reproduzir a vida de forma sustentável e equitativa.

Um aspecto central da agroecologia como comum são as relações multiespécies que ela promove, conjugadas a temporalidades alternativas em relação ao tempo acelerado do capital. A prática agroecológica pressupõe enxergar a terra não como uma fábrica inerte de onde se extrai lucro, mas como um ecossistema vivo do qual os seres humanos fazem parte. Essa compreensão ressoa com Donna Haraway (2023), para quem é preciso forjar novas formas de parentesco que vão além dos laços de sangue e englobem relações éticas e políticas com outras espécies e com o ambiente. “Fazer parentesco” — no sentido harawayano — significa criar laços de responsabilidade, cuidado e solidariedade com formas de vida mais que humanas, reconhecendo nossa interdependência planetária.

Na agroecologia, isso se traduz em práticas como o respeito à biodiversidade, o manejo integrado de culturas e criações, a proteção de polinizadores e organismos do solo, e o resgate de saberes tradicionais que ensinam a conviver com a natureza em vez de dominá-la. Anna Tsing (2022), em seu estudo sobre colheita de cogumelos após devastações florestais, cunhou o termo “sobrevivência colaborativa” para descrever como humanos e não-humanos podem prosperar juntos nas ruínas do capitalismo. Essa sobrevivência colaborativa — considerada por Tsing um pré-requisito para a continuidade da vida na Terra — exige experimentação e criatividade, com inícios desordenados, improvisado e novas instituições, reconhecendo múltiplas temporalidades e narrativas de mundo alternativas.

Há aqui uma ruptura consciente com o tempo do capital, que é linear, produtivista e orientado ao curto prazo. As práticas agroecológicas muitas vezes seguem ritmos ecológicos e comunitários mais lentos e cíclicos: respeitam temporadas, ciclos de repouso do solo, tempo de regeneração dos ecossistemas e transmissão geracional de conhecimentos. Esse tempo alternativo valoriza a manutenção da fertilidade futura em vez do ganho imediato, privilegia a resiliência a longo prazo acima da eficiência de curto



prazo — em suma, subverte a noção capitalista de tempo como recurso a ser explorado. Como afirma Haraway (2023), devemos aprender a viver com temporalidades diferentes, aceitando a incerteza e a complexidade da vida em interação multiespécie. A agroecologia incorpora essa lição ao sincronizar a produção humana com os ritmos da natureza, cultivando uma paciência ativa e um cuidado atento com os outros seres que coabitam os agroecossistemas.

Outra dimensão intimamente ligada ao comum agroecológico é a prática do cuidado — cuidado entendido simultaneamente como ética cotidiana e como ato político de resistência. Elizabeth Povinelli (2024) argumenta que nas condições de “arruinamento” impostas pelo capitalismo tardio e pelo abandono neoliberal, persistir e cuidar tornam-se formas de ação política. Comunidades dilapidadas por violência colonial ou econômica frequentemente encontram nas práticas de cuidado mútuo os meios de suportar e continuar vivendo, mesmo quando as promessas de progresso lhes soam inalcançáveis. Em vez de ceder à narrativa da catástrofe irreversível, esses grupos inventam modos de subsistir nas ruínas, transformando a própria precariedade em espaço de potencialidade para novas sociabilidades (Berlant, 2011; Povinelli, 2024).

No contexto agroecológico, o cuidado se manifesta no zelo com a terra, com as sementes, com as águas e com as pessoas — um zelo que é, em si, insurgente, pois contraria a lógica do descuido estrutural do agronegócio. Estudos socioantropológicos e pesquisas sobre práticas comunitárias demonstram que, em territórios marcados pela devastação ambiental, frequentemente emergem iniciativas de apoio mútuo e economia solidária como respostas para manter a vida viável. Hortas comunitárias, por exemplo, atuam como espaços de participação social, saúde e cooperação em contextos de vulnerabilidade, promovendo inclusão e bem-estar coletivo (Chierrito-Arruda, 2024; Freitas, 2025). Em experiências agroecológicas no Norte de Minas Gerais, cooperativas e redes de economia solidária combinam produção e comercialização com práticas coletivas de sustentabilidade social (Irineu; Oliveira, 2018). Bancos e redes comunitárias de sementes crioulas também foram documentadas como mecanismos de cooperação intercomunitária, fortalecendo a autonomia alimentar diante de adversidades (Silva, 2013). Na articulação da Teia dos Povos, práticas como bancos de sementes, restauração de biomas e mutirões de agroecologia ilustram empiricamente como comunidades

impactadas por crises ecológicas mobilizam solidariedade e cuidado coletivo (Trindade, 2025).

O cuidado, portanto, deixa de ser apenas um gesto privado ou moral e se converte em ação coletiva transformadora. Ao cuidar de um manancial, de um solo degradado ou de uma variedade ancestral de planta, agricultores agroecológicos estão simultaneamente fazendo política: estão reivindicando outros futuros possíveis, baseados na persistência da vida e não em sua exploração. Essa política do cuidado confronta diretamente o tempo do capital — que tende a descartar o que não é imediatamente lucrativo — ao investir trabalho e afeto em processos lentos de regeneração e proteção. Cuidar da terra e das demais espécies, nesse sentido, configura-se como um ato político de reexistência: uma reafirmação da vida comunitária diante da lógica da ruína.

Práticas como o plantio de espécies nativas e medicinais ilustram a articulação entre cuidado ecológico, espiritualidade e luta territorial, caracterizando a agroecologia como comum em ação. Por todo o Pampa Sul, é possível encontrar exemplos concretos dessas ideias tomando forma. A região do bioma Pampa — que abrange o sul do Brasil — historicamente sofreu com o latifúndio pecuarista e, mais recentemente, com a expansão da monocultura de soja e eucalipto, resultando em degradação ambiental e conflitos fundiários. Em resposta, movimentos sociais locais têm articulado experiências agroecológicas que retomam territórios e buscam *re-tecer* os laços entre comunidades humanas e a terra. A Teia dos Povos se organiza em núcleos de base e se orienta pela busca de autonomia e soberania sobre os seus projetos de vida, com profundo respeito e cuidado pela terra e seus seres (Trindade, 2025).

No sul do Brasil, a Teia dos Povos tem impulsionado a criação de hortas comunitárias, sistemas agroflorestais e escolas populares de agroecologia, pautando a resistência ao agronegócio e a recuperação de áreas degradadas mediante o plantio de espécies nativas e alimentos diversos. Tais iniciativas demonstram, na prática, as ideias centrais da agroecologia como comum: envolvem cooperação entre grupos diferentes, partilha de conhecimentos tradicionais e científicos, e uma visão da terra como território vivo que deve ser manejado coletivamente para o bem comum, e não apropriado por poucos. Os eventos recentes no Morro Santana, em Porto Alegre, ilustram de forma poderosa essa convergência entre agroecologia, comum e imaginação política no Pampa



Sul. Em 2022, famílias Kaingang e Xokleng retomaram uma área desse morro — último reduto de mata nativa na capital gaúcha — para impedir a especulação imobiliária e preservar as nascentes d'água e a biodiversidade local. Sob a liderança da cacica Gãh Té, a comunidade indígena estabeleceu roças agroecológicas e iniciou o reflorestamento com árvores sagradas como a araucária, integrando práticas ancestrais de manejo às estratégias contemporâneas de conservação ambiental.

Nesse projeto, o cuidado multiespécie é evidente: cuida-se das fontes de água, das árvores centenárias, das plantas medicinais e dos animais que dependem da mata, ao mesmo tempo em que se cuida da comunidade humana, garantindo-lhe terra e futuro. Além disso, a lógica temporal que orienta a retomada se afasta do imediatismo urbano-capitalista. A ação da retomada indígena assume caráter político ao confrontar diretamente projetos econômicos predatórios: a plantação de alimentos e adubação verde no topo do morro visa recuperar solos erodidos por incêndios e deter a invasão de espécies exóticas, regenerando o ecossistema local em vez de deixá-lo à mercê do mercado imobiliário. Essa iniciativa, apoiada por voluntários urbanos e pela Teia dos Povos, demonstra na prática o que significa agroecologia como comum: uma intervenção coletiva, multiespécie e de longo prazo, que conjuga saber tradicional e ciência agroflorestal, e cujo objetivo é tanto material (produzir alimento, água limpa, solo fértil) quanto político (afirmar direitos territoriais, preservar patrimônios bioculturais e propor um modo de vida alternativo em meio às ruínas do Antropoceno).

Assim, compreender a agroecologia como comum nos permite reconhecer que há algo de profundamente transformador quando comunidades se juntam para cultivar a terra de forma solidária. Mais do que técnicas agrícolas, está em jogo uma imaginação política que se realiza no cotidiano: ao plantar sementes crioulas, restaurar matas ciliares, trocar conhecimentos e celebrar parentescos multiespécies, os sujeitos agroecológicos estão vivendo nas ruínas de um sistema insustentável enquanto constroem, aqui e agora, mundos alternativos. Esses mundos se baseiam na partilha, no cuidado e na perseverança — valores que materializam o comum como prática viva. No Pampa Sul, tais experiências indicam caminhos de esperança em meio às crises ecológicas e sociais: mostram que é possível resistir ao tempo do capital com outras temporalidades de cuidado, tecer alianças entre humanos e não-humanos, e reinventar o sentido de prosperidade não como



acumulação privada, mas como bem-viver coletivo. Assim, agroecologia como comum emerge não apenas como resposta às devastações do Antropoceno, mas como ato afirmativo de criação de novos vínculos e formas de vida, ancorados em ética coletiva e na coragem de imaginar — e plantar — futuros anticapitalistas.

Em síntese, esta seção demonstrou que a agroecologia, quando compreendida como comum, ultrapassa a dimensão técnico-produtiva e se configura como prática coletiva de sustentação da vida. Mais do que produzir alimentos, essas experiências reorganizam relações sociais, ecológicas e territoriais, respondendo ao problema central deste artigo ao evidenciar que a permanência no Pampa depende da construção compartilhada de formas de cuidado, uso comum dos bens naturais e reprodução coletiva do território.

#### 4 Ficar com a terra: práticas de permanência no Pampa

Em meio às crises ambientais e sociais que marcam o Antropoceno no bioma Pampa, experiências agroecológicas na região Sul do Brasil despontam como formas de ficar com a terra, isto é, de permanecer nos territórios em colapso por meio do cuidado ativo e da reinvenção das relações com o ambiente. Tais experiências — em assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas, coletivos agroecológicos e escolas do campo — demonstram uma recusa em abandonar o campo degradado e uma aposta em práticas de cuidado que restauram ecossistemas locais e fortalecem a autonomia comunitária. Em vez de sucumbir ao êxodo rural ou esperar por soluções tecnocráticas externas, essas comunidades engajam-se em construir, no presente, as bases materiais e sociais de um futuro habitável.

Como enfatiza Donna Haraway (2023), trata-se de “ficar com o problema”, sem negá-lo ou adiá-lo, gerando “respostas potentes” aqui e agora. No Pampa, isso significa abraçar os desafios da degradação ambiental com ações concretas de preservação da vida, pautadas na colaboração entre humanos e não humanos — uma ética eopolítica sintonizada com a ideia de Achille Mbembe (2025) de forjar uma “comunidade terrestre”, inventando novas formas de habitar o planeta como refúgio de todos os seres. Uma dimensão central dessas práticas de permanência é o cuidado com as sementes crioulas. Agricultores familiares, assentados e guardiões de agrobiodiversidade dedicam-se a



selecionar, multiplicar e trocar sementes tradicionais adaptadas às condições locais, valorizando-as como um patrimônio coletivo. Em feiras de sementes e casas de sementes comunitárias, a diversidade genética cultivada por gerações é celebrada e compartilhada. Autoridades agrárias reconhecem que as sementes crioulas “simbolizam a vida e a autonomia” das comunidades rurais, pois permitem que plantem o que quiserem “sem depender de qualquer ação externa” (Trindade, 2025).

Na 11ª Feira Estadual de Sementes Crioulas em Canguçu (RS), por exemplo, assentados da reforma agrária e povos tradicionais expuseram dezenas de variedades locais de milho, feijão, hortaliças e até raças crioulas de animais, reforçando a importância da agrobiodiversidade. Ao cultivar e guardar suas próprias sementes, as famílias camponesas evitam a dependência de insumos caros e preservam variedades que, embora pouco produtivas segundo a lógica empresarial, carregam sabores, saberes e resiliência importantes no seu cotidiano — contribuindo para manter a diversidade agrícola frente às mudanças climáticas e pressões de mercado. Essa prática de cuidar das sementes expressa uma estratégia de reexistência: ao semear e ressemeiar espécies locais, as comunidades fazem perdurar modos de vida camponeses que desafiam a homogeneização imposta pelo agronegócio.

Em áreas do sudoeste do RS afetadas pela arenização (processo de formação de areais e “desertos” a partir da erosão dos campos), os agricultores agroecológicos têm demonstrado que a diversificação dos cultivos pode frear a degradação. No assentamento Novo Alegrete, por exemplo, onde antes havia lavouras contínuas de soja que deixaram cicatrizes de areia, os moradores passaram a combinar canaviais, milho, mandioca e batata-doce nos campos — criando cobertura vegetal e raízes profundas que estabilizam o terreno e impedem novas voçorocas (Medeiros, 2017). Assim, práticas como adubação verde, plantio direto com cobertura morta, uso de leguminosas fixadoras de nitrogênio e recuperação de pastagens nativas integram o repertório agroecológico para restaurar solos empobrecidos. Trata-se de uma abordagem paciente de “curar” a terra, diametralmente oposta à lógica extrativa. Em vez de esgotar o solo e depois abandoná-lo à ruína, essas comunidades ficam com a terra e cuidam dela, reconstruindo a fertilidade e a capacidade produtiva dos ecossistemas locais grão a grão, chuva a chuva. Nesse sentido, encarnam o que Anna Tsing (2022) descreve como a possibilidade de “vida nas ruínas”, mostrando



que da colaboração multiespécie (entre pessoas, plantas, microrganismos, animais) podem emergir modos de vida diversos e habitáveis mesmo após a devastação industrial.

Outra frente fundamental das práticas de permanência no Pampa é a proteção da água — desde as nascentes e cursos d'água até a gestão comunitária hídrica. No contexto das secas recorrentes e da contaminação de mananciais por agrotóxicos, movimentos camponeses e escolas do campo têm protagonizado iniciativas para assegurar a “água para o futuro”. Um exemplo emblemático é o projeto “Protegendo as Águas do Pampa”, desenvolvido em assentamentos da região da Campanha (sul do RS). Em cerca de cinco anos, esse projeto mapeou, recuperou e resguardou mais de 200 fontes e nascentes nos municípios de Hulha Negra, Aceguá e Candiota, construindo cercas de proteção, reflorestando matas ciliares e instalando sistemas de captação sustentável.

Tais intervenções simples têm efeitos profundos: comunidades que antes sofriam com falta d'água viram seus olhos d'água revigorados, mesmo após estiagens prolongadas. Na Escola Estadual Chico Mendes, situada no assentamento Santa Elmira (Hulha Negra, RS), uma nascente protegida pelo projeto converteu-se em sala de aula viva para os alunos, inserindo a educação ambiental no cotidiano escolar. Professores, estudantes e famílias assentadas engajaram-se no plantio de uma agrofloresta ao redor da fonte, na construção de cisternas para colher água da chuva e em hortas medicinais e agroecológicas irrigadas de modo eficiente. Os alunos aprenderam na prática o contraste entre uma nascente degradada e uma preservada: em maquetes e visitas de campo, viram que onde há manejo comunitário a água continua a fluir limpa e acessível, enquanto a fonte desprotegida seca ou contamina-se.

Essa conscientização local resultou em ações concretas de manejo comunitário da água: comitês de famílias para monitorar a qualidade da água, acordos coletivos para uso justo nas irrigações e criação de pequenos reservatórios de retenção hídrica para recarga de aquíferos. Em síntese, ao cuidar das nascentes como bens comuns, essas comunidades camponesas estão reinventando o comum no Pampa — reivindicando o direito de existir com água limpa e repartida equitativamente, mesmo num cenário de crise hídrica.

As práticas de permanecer na terra no Pampa articulam-se, assim, com uma imaginação política do futuro enraizada no presente. Em vez de esperar por uma solução tecnológica ou salvacionista que reverta a crise socioecológica, esses coletivos apostam



em ações imediatas de cuidado e reexistência — termo que denota a resistência pela continuação da existência, reinventando formas de vida apesar das ruínas. Há aqui uma convergência notável com reflexões contemporâneas de teóricos do comum e anticoloniais. A filósofa Elizabeth Povinelli (2024) sugere uma política da persistência, na qual a obstinação em continuar vivendo e cultivando mundos marginais torna-se um ato político de primeiro plano.

De fato, a persistência dos camponeses que recusam desaparecer ou se conformar às normas do capital agrário subverte a expectativa hegemônica de que esses modos de vida seriam arcaicos ou inviáveis. Trata-se de uma política cotidiana, muitas vezes invisível, porém efetiva: a cada safra de sementes crioulas trocadas, a cada solo arenoso recuperado com adubo verde, a cada fonte protegida, está se construindo ativamente um futuro alternativo no aqui-e-agora. Essa construção prefigura uma outra forma de modernidade rural, não baseada na produção em escala para mercados globais, mas no fortalecimento dos laços ecológicos e comunitários — uma prática do comum que envolve terra, água, sementes e conhecimentos partilhados.

Como argumenta Achille Mbembe (2025), diante de um planeta à beira do colapso precisamos criar uma nova consciência planetária, reconhecendo nossa pertença a uma comunidade terrestre mais ampla. Os assentados e agroecologistas do Pampa, ao ficar com o problema e com a terra, dão um exemplo concreto desse *ethos*: eles esboçam, nas brechas do presente, formas de vida sustentáveis que unem justiça social e ecológica. Viver nas ruínas deixa de ser uma sentença de desolação e converte-se em oportunidade de aprendizado e colaboração multiespécie. E ao persistirem em seus territórios com criatividade e solidariedade, essas comunidades atualizam na prática a ideia de Mbembe de uma Terra como lar comum, onde o cuidado compartilhado pode gerar refúgio para todos os viventes. Assim, ficar com a terra no Pampa Sul significa ficar com a vida e com o comum, cultivando no presente as sementes — literal e metaforicamente — de um porvir antiantropocênico baseado não em promessas de salvação tecnológica, mas na continuidade teimosa do cuidado e da esperança ativa. Desse modo, os casos discutidos indicam que a agroecologia no Pampa Sul não apenas mitiga danos socioambientais, mas constitui uma prática territorial de contraposição à lógica do colapso, demonstrando

empiricamente que o comum pode operar como base concreta para a persistência da vida em contextos de devastação.

## 5 Conclusão – Insistir não é resistir apenas

Este artigo buscou analisar como práticas agroecológicas territorializadas no Pampa Sul, quando organizadas como comum, constituem formas situadas de reorganização da vida nas ruínas do Antropoceno. Ao longo do texto, argumentou-se que a crise climática não pode ser compreendida como fenômeno homogêneo ou estritamente ambiental, pois ela se ancora em processos históricos de colonialismo, racismo, expropriação territorial e expansão capitalista. No Pampa, essas ruínas assumem forma concreta na perda de vegetação nativa, na degradação dos solos, na expansão da monocultura e na persistência da concentração fundiária.

A análise mostrou que, nesse contexto, a agroecologia não se limita a oferecer técnicas sustentáveis de produção. Quando articulada ao comum, ela aparece como prática política de permanência na terra, de manejo coletivo dos bens naturais e de reconstrução de vínculos sociais e ecológicos. As experiências discutidas ao longo do artigo evidenciam que o cuidado com sementes, solo, água e relações comunitárias não constitui apenas adaptação local à crise, mas uma forma de enfrentamento à lógica que produz a própria devastação. Nesse sentido, insistir no Pampa significa mais do que resistir simbolicamente: significa disputar o território, sustentar modos de vida e afirmar, contra a racionalidade do agronegócio e da mercantilização, a viabilidade de outros futuros.

A principal contribuição do artigo, portanto, está em mostrar que respostas concretas à crise climática já existem, mas tendem a ser marginalizadas porque confrontam a estrutura fundiária, produtiva e política que organiza o capitalismo contemporâneo. Ao deslocar o olhar para experiências territorializadas de agroecologia, o estudo evidencia que o comum não é abstração normativa, mas prática efetiva de reprodução da vida em contextos de ruína. Trata-se, assim, de uma contribuição para os debates sociológicos sobre Antropoceno, comum e justiça socioambiental, ao demonstrar que a persistência da vida no Pampa depende tanto de relações de cuidado multiespécie quanto de lutas concretas pelo território e pela permanência na terra.



Do ponto de vista das implicações analíticas e políticas, isso significa reconhecer que a agroecologia deve ser pensada não apenas como alternativa técnica ou nicho produtivo, mas como horizonte de reorganização social e territorial. Tal reconhecimento recoloca no centro do debate a reforma agrária, a defesa dos bens comuns, o fortalecimento de redes comunitárias e o papel dos movimentos sociais na produção de futuros ecologicamente viáveis e socialmente justos.

Por fim, é importante reconhecer os limites deste estudo. O artigo privilegiou a análise sociológica de experiências e formulações já em curso no Pampa Sul, sem pretender esgotar a diversidade de sujeitos, conflitos e escalas envolvidos na construção da agroecologia na região. Pesquisas futuras podem aprofundar, de modo mais sistemático, a dimensão etnográfica dessas experiências, examinar com maior detalhamento o papel de movimentos como o MST e de povos indígenas e quilombolas no Pampa, bem como comparar distintas formas de construção do comum em contextos rurais marcados por degradação ecológica e conflito fundiário. Ainda assim, os casos analisados permitem afirmar que viver e insistir nas ruínas do Antropoceno, no Pampa Sul, é recusar o colapso como destino inevitável e sustentar, no presente, práticas concretas de continuidade da vida.

## Referências

BERG, Tabata *et al.* Socio-ecological conflict in quilombola territory: land titling and external threats. **Sustainability Science**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 903-918, 2025. Disponível em: <https://ui.adsabs.harvard.edu/abs/2025SuSc...20..903B/abstract>. Acesso em: 9 dez. 2025.

BERLANT, Lauren. **Cruel optimism**. Durham: Duke University Press, 2011.

CHIERRITO-ARRUDA, Eduardo *et al.* Afetividade, pessoa-ambiente e hortas comunitárias como práticas de participação social e saúde no contexto contemporâneo. **Saúde e Debate**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 141, p. 1–15, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/r9YfdFWKTXcnYkFH7BqdLVz/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 9 dez. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

FREITAS, João Pedro Santos *et al.* Hortas comunitárias e seus benefícios para segurança alimentar e inclusão social. **Foco Publicações**, v. 8, n. 2, p. 1-13, 2025. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/7666>. Acesso em: 9 dez. 2025.



GREAR, Anna; BOLLIER, David. **The great awakening**: new modes of life amidst capitalist ruins. London: Punctum Books, 2020.

HARAWAY, Donna. **Ficar com o problema**: fazer parentes no chthuluceno. São Paulo: n-1 edições, 2023.

IRINEU, Nádia; OLIVEIRA, Thaís. Agroecologia e economia solidária em experiências agroecológicas no norte de Minas Gerais. **Cadernos de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 2018. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/issue/view/1>. Acesso em: 9 dez. 2025.

JAKIMIU, Camila Campos de Lara. Injustiça ambiental e as lutas ecológicas no campo brasileiro. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 17, n. 46, p. 152–179, ago. 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/65737>. Acesso em: 9 dez. 2025.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MAPBIOMAS PAMPA. **South American Pampa continues to lose its native vegetation** (1985–2022). Brasília: Rede MapBiomias, Coordination: MapBiomias Pampa, 2023. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2023/11/28/pampa-sul-americano-segue-perdendo-a-vegetacao-nativa>. Acesso em: 9 dez. 2025.

MBEMBE, Achille. **A comunidade terrestre**. São Paulo: n-1 edições, 2025.

MBEMBE, Achille. **Brutalismo**. São Paulo: n-1 edições, 2020.

MEDEIROS, Rosa Maria. **O caso do Assentamento Novo Alegrete – RS**: desafios e práticas de manejo agroecológico no contexto da reforma agrária. 2017. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/157471>. Acesso em: 9 dez. 2025.

MICHEL, T.; OVERBECK, G. Review of ecological restoration in the Brazilian Pampa. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 96, n. 4, p. 1–21, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aabc/a/xTVVfJXr9fLzth598y4cMmS/?format=html&lang=en>. Acesso em: 9 dez. 2025.

POVINELLI, Elizabeth. **Catástrofe ancestral**: existências no liberalismo tardio. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora; PISEAGRAMA, 2023.

SENCÉBÉ, Yannick *et al.* On the unequal coexistence of agrifood systems in Brazil. **Review of Agricultural, Food and Environmental Studies**, [S. l.], p. 1–22, 2020. Disponível em: [https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2019/04/Senc-b-\\_et\\_al-2020-Review\\_of\\_Agricultural\\_Food\\_and\\_Environmental\\_Studies.pdf](https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2019/04/Senc-b-_et_al-2020-Review_of_Agricultural_Food_and_Environmental_Studies.pdf). Acesso em: 9 dez. 2025.



SILVA, Clayton Rodrigues França. **Ações de proteção de sementes crioulas e redes comunitárias de sementes**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9090/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2025.

TRINDADE, Eduarda Paz. **A luta é pela terra, pelas sementes e pela ancestralidade: agroecologia e autonomia na Teia dos Povos Em Luta no Rio Grande do Sul**. 2025. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/292278>. Acesso em: 9 dez. 2025.

TSING, Anna. **O cogumelo no fim do mundo**: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: n-1 edições, 2022.

Recebido em: 26/12/2025.

Aceito em: 13/04/2026.

A autora agradece ao Grupo de Pesquisa Sociologia das Práticas Alimentares (SOPAS/UFRGS) e ao INCT Participa pelas interlocuções e contribuições intelectuais. Este trabalho contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da concessão da bolsa de doutorado.



**FINS DE MUNDO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A VIDA NAS RUÍNAS DO ANTROPOCENO EM SÃO GONÇALO (RJ)*****END OF THE WORLD, CLIMATE CHANGE, SPACE PRODUCTION AND LIFE IN THE RUINS OF THE ANTHROPOCENE IN SÃO GONÇALO (RJ)***

Lucas Santos Daniel \*

**Resumo**

O presente artigo tem como objetivo analisar as mudanças climáticas como um fenômeno social e espacialmente produzido no contexto do Antropoceno, defendendo que o colapso climático se manifesta como múltiplos “fins de mundo” territorializados e desigualmente distribuídos. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter teórico-conceitual, articulada à análise de dados secundários sobre eventos climáticos extremos no município de São Gonçalo (RJ), com base em séries históricas entre 2004 e 2024. Os resultados evidenciam que os chamados desastres naturais são, na realidade, socialmente produzidos, resultantes da urbanização desigual, da precariedade da governança urbana e da concentração de populações vulneráveis em áreas de risco, o que torna os impactos climáticos recorrentes e estruturais no cotidiano local. Além disso, observa-se que tais impactos são racializados e territorialmente concentrados, reforçando desigualdades históricas associadas ao capitalismo e ao colonialismo. Conclui-se que a crise climática não pode ser compreendida como um fenômeno universal e homogêneo, mas como expressão de relações de poder e da produção desigual do espaço, exigindo abordagens críticas que articulem justiça climática, planejamento urbano e enfrentamento das desigualdades socioambientais.

**Palavras-chave:** mudanças climáticas; produção do espaço; desigualdade socioambiental; vulnerabilidade climática.

**Abstract**

This article aims to analyze climate change as a socially and spatially produced phenomenon in the context of the Anthropocene, arguing that climate breakdown manifests itself as multiple territorialized and unequally distributed "ends of the world". Methodologically, this is qualitative research of a theoretical-conceptual nature, articulated with the analysis of secondary data on extreme weather events in the municipality of São Gonçalo (RJ), based on historical series between 2004 and 2024. The results show that the so-called natural disasters are, in reality, socially produced, resulting from uneven urbanization, the precariousness of urban governance and the concentration of vulnerable populations in risk areas, which makes the climate impacts recurrent and structural in the local daily life. In addition, it is observed that such impacts are racialized and territorially concentrated, reinforcing historical inequalities associated with capitalism and colonialism. It is concluded that the climate crisis cannot be understood as a universal and homogeneous phenomenon, but as an expression of power relations and the

\* Graduando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil. E-mail: geo.lucasdaniel@gmail.com.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

unequal production of space, requiring critical approaches that articulate climate justice, urban planning and tackling socio-environmental inequalities.

**Keywords:** climate change; space production; socio-environmental inequality; climate vulnerability.

## Introdução

Nas últimas décadas, as mudanças climáticas têm ocupado lugar central nos debates científicos, políticos e midiáticos, sendo frequentemente apresentadas como uma crise ambiental de alcance global e consequências universais. Contudo, Chakrabarty (2025) argumenta que a compreensão das mudanças climáticas exige ir além da escala do global, uma vez que essas crises não podem ser apreendidas apenas como um fenômeno universal e homogêneo.

Sendo assim, conforme aponta Acselrad (2022), a crise climática expressa e aprofunda desigualdades históricas, revelando-se como um fenômeno profundamente social, político e territorialmente produzido. Ocorre que, ao reduzir a crise climática a fatores biológicos supostamente universais, contribui-se para a naturalização de seus impactos e para o obscurecimento do fato de que estes não se distribuem de forma homogênea no espaço.

Diante disso, a emergência do conceito de *Antropoceno* tem ampliado esse debate ao reconhecer a ação humana como força geológica capaz de alterar os sistemas terrestres (Crutzen; Stoermer, 2000). Ocorre que, ao operar com a noção de um *anthropos* abstrato e universal, essa categoria corre o risco de diluir as assimetrias de poder que estruturam o capitalismo contemporâneo, bem como as diferenças históricas e territoriais na produção e na vivência dos impactos climáticos. Desse modo, a partir das reflexões de Alkmin (2023), a responsabilização genérica da humanidade tende a apagar as relações entre colonialismo, urbanização desigual, exploração da natureza e concentração dos riscos socioambientais em determinados territórios e populações.

Diante desse cenário, coloca-se como problema de pesquisa a necessidade de compreender de que maneira as mudanças climáticas, longe de constituírem um fenômeno exclusivamente natural, são produzidas e vividas socialmente por meio da organização desigual do espaço. Interroga-se, assim, como a produção do espaço urbano



e a construção social do risco contribuem para a conformação de territórios sistematicamente expostos aos impactos climáticos, transformando eventos naturais em desastres recorrentes e naturalizados.

Essa problemática revela que os chamados “fins de mundo” não se apresentam como um horizonte futuro comum, mas como experiências históricas e territorializadas, vividas cotidianamente por populações socialmente marginalizadas (Haraway, 2023; Tsing, 2022). Com isso, a relevância deste estudo reside na contribuição para o deslocamento das leituras naturalizantes e globalizadas da crise climática, ao enfatizar sua dimensão social, espacial e política.

Seguindo essa lógica, Acselrad (2022) argumenta que as mudanças climáticas não devem ser compreendidas apenas como um fenômeno natural ou técnico, mas como um processo profundamente atravessado por dimensões socioeconômicas e sociopolíticas. Assim, ao articular mudanças climáticas e produção desigual do espaço, o artigo busca fortalecer abordagens críticas no campo das ciências sociais, humanas e políticas, mobilizando aportes como a análise das desigualdades estruturais, da produção social do espaço, das relações de poder e dos arranjos de governança urbana, contribuindo para o debate sobre justiça climática, governança urbana e vulnerabilidade socioambiental, especialmente em contextos metropolitanos periféricos.

É no debate sobre mudanças climáticas que as dimensões sociológicas das transformações ecológicas têm sido mais especificadas, ainda que de formas bem distintas, notadamente se compararmos as abordagens das diferentes subdisciplinas das ciências sociais, com a perspectiva que tem vigorado nas instituições internacionais de regulação. É comum vermos referências à falta de estudos em ciências sociais sobre as mudanças climáticas (Acselrad, 2022, p. 2).

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar as mudanças climáticas como um fenômeno social e espacialmente produzido no contexto do *Antropoceno*, defendendo a tese de que o colapso climático não representa um fim universal, mas múltiplos “fins de mundo” territorializados e desigualmente distribuídos. Para tanto, estabelece-se um diálogo teórico entre a perspectiva da produção do espaço de Lefebvre (2000), a noção de vulnerabilidade e risco socialmente construído de Cutter (2006) e as reflexões de Haraway (2023) e Tsing (2022) acerca de viver nas ruínas e da ética de “ficar com o problema”.



O trabalho fundamenta-se em uma revisão bibliográfica de caráter crítico, apoiada em uma análise teórico-conceitual, articulada a um recorte empírico localizado no município de São Gonçalo (RJ), compreendido como território-expressão das desigualdades climáticas no capitalismo periférico. Além do diálogo com autores centrais sobre *Antropoceno*, produção do espaço, risco e vulnerabilidade, o estudo mobiliza a análise de dados secundários referentes aos impactos de eventos climáticos extremos no município com o objetivo de evidenciar empiricamente a materialização dessas desigualdades no território e sustentar o argumento crítico desenvolvido ao longo da pesquisa.

Diante disso, a articulação entre referencial teórico e dados empíricos permite evidenciar como os eventos extremos se inscrevem em espaços historicamente produzidos para a vulnerabilidade, reforçando a compreensão das mudanças climáticas como fenômeno social, espacialmente situado e desigualmente vivido. Dessa forma, pensar o clima como fenômeno social implica reconhecer as estruturas que produzem a exposição ao risco, bem como as formas de vida, resistência e permanência que se constroem nos territórios marcados pelas ruínas do desenvolvimento capitalista.

### **Procedimentos metodológicos**

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza teórico-conceitual, articulada à análise de dados secundários, com o objetivo de compreender as mudanças climáticas como um fenômeno social e espacialmente produzido no contexto do *Antropoceno*.

O recorte empírico adotado corresponde ao município de São Gonçalo (RJ), selecionado por constituir um território-expressão das desigualdades socioambientais no contexto da urbanização periférica da Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. O trabalho se configura como um estudo de caso do município de São Gonçalo (RJ), em que a escolha do recorte municipal tem fundamento em seu histórico de ocupação urbana desigual, na recorrência de eventos climáticos extremos, como inundações e movimentos de massa, e na disponibilidade de dados sistematizados sobre seus impactos (Daniel; Lopes, 2024).



Os dados empíricos mobilizados se referem a registros de eventos climáticos extremos ocorridos no município entre os anos de 2004 e 2024, obtidos a partir de bases oficiais, especialmente o Atlas Digital de Desastres no Brasil (Brasil, 2024), bem como de estudos acadêmicos recentes que analisam os impactos socioambientais desses eventos em escala local. Nessa perspectiva, foram considerados indicadores, como número de ocorrências, pessoas afetadas, desalojadas, desabrigadas e óbitos, de modo a evidenciar a recorrência e a dimensão estrutural dos desastres no território analisado.

No que se refere aos critérios de seleção destas fontes, priorizaram-se bases de dados oficiais e produções acadêmicas que apresentassem consistência metodológica, abrangência temporal contínua e pertinência direta ao objeto de estudo. Tal escolha se justifica pela necessidade de trabalhar com informações sistematizadas e comparáveis ao longo do tempo, capazes de evidenciar padrões de recorrência e concentração dos impactos climáticos. Além disso, buscou-se privilegiar fontes que permitissem articular dimensões quantitativas dos desastres com interpretações qualitativas já consolidadas na literatura especializada.

A organização dos dados ocorreu por meio da sistematização dos registros em séries temporais compreendidas entre 2004 e 2024, considerando sua distribuição territorial e frequência de ocorrência. Para tanto, os indicadores selecionados foram agrupados de modo a possibilitar a identificação de padrões de repetição dos eventos, bem como a concentração espacial dos impactos em determinados bairros e setores do município, permitindo não apenas evidenciar a recorrência dos desastres, mas também compreender sua permanência como elemento constitutivo da dinâmica urbana local.

Reconhece-se que o uso de dados secundários, especialmente aqueles produzidos por órgãos estatais, impõe limites à replicabilidade estrita da pesquisa e à apreensão direta das experiências vividas pelas populações afetadas<sup>1</sup>. Nesse contexto, esses registros tendem a privilegiar dimensões quantitativas e institucionais dos desastres, podendo invisibilizar impactos cotidianos, perdas simbólicas e estratégias locais de enfrentamento.

---

<sup>1</sup> Destaca-se que, embora sejam dados secundários, ainda sim, a utilização é considerada pertinente ao objetivo do estudo, na medida em que permite evidenciar a dimensão estrutural e territorializada dos desastres climáticos e problematizar a própria forma como o risco é produzido, registrado e naturalizado pelas instâncias oficiais.

Entretanto torna-se necessário destacar que a leitura e interpretação dos dados não tiveram caráter estatístico-explicativo, mas analítico-interpretativo, buscando identificar padrões de recorrência, concentração territorial dos impactos e permanência das condições de vulnerabilidade ao longo do tempo. Nesse sentido, os dados foram tratados como expressões empíricas de processos históricos e estruturais, e não como eventos isolados ou excepcionalidades naturais.

A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa e relacional, orientada pelo referencial teórico da produção do espaço (Lefebvre, 2000), pela compreensão da vulnerabilidade como construção social (Cutter, 2006) e pelas contribuições críticas acerca do *Antropoceno* e dos “fins de mundo” territorializados (Haraway, 2023; Tsing, 2022). Assim, essa articulação permitiu interpretar os eventos climáticos não como fenômenos naturais isolados, mas como expressões de processos históricos e estruturais associados à urbanização desigual, à fragilidade da governança urbana e à concentração de riscos em determinados territórios e populações.

### ***Antropoceno*, mudanças climáticas e a construção social de uma crise global**

A noção de *Antropoceno* surge no debate científico como uma tentativa de nomear uma nova época geológica caracterizada pela intensificação da ação humana sobre os sistemas naturais da Terra. Nesse contexto, Crutzen e Stoermer (2000), ao reconhecerem a humanidade como força geofísica capaz de alterar ciclos climáticos, ecossistemas e processos biogeoquímicos, contribuem para romper com a ideia de uma natureza intocada e separada da sociedade.

Ocorre que, ao operar com a figura de um *anthropos* abstrato e universal, o *Antropoceno* tende a obscurecer as profundas desigualdades históricas, sociais e territoriais que estruturam a produção da crise ecológica contemporânea. Em outras palavras, como também coloca em destaque Acselrad (2022), pode-se afirmar que ao responsabilizar toda a humanidade de forma genérica, o conceito de *Antropoceno* corre o risco de apagar o fato de que a crise ambiental é produzida de maneira desigual, por grupos, territórios e sistemas específicos, enquanto seus impactos recaem desproporcionalmente sobre populações vulneráveis.

Alguns autores assinalam que a noção de *Antropoceno* desnaturaliza a causa das grandes transformações ecológicas, mas, ao mesmo tempo, as renaturaliza em seguida ao colocar a responsabilidade sobre a natureza humana, deixando em aberto a discussão sobre sua sociogênese (Acsehrad, 2022, p. 2).

Essa universalização da responsabilidade ambiental dilui as relações de poder que sustentam o capitalismo global, apagando as diferenças entre aqueles que mais contribuíram historicamente para a degradação ambiental e aqueles que experimentam, de forma mais intensa, seus impactos. Conforme argumenta Marques (2018), embora exista amplo consenso científico acerca da origem antropogênica do aquecimento global, a persistência do modelo capitalista de produção e consumo, sustentado por elites econômicas e políticas, impede o reconhecimento efetivo da gravidade da crise ecológica e a adoção de medidas compatíveis com seu caráter urgente.

Nesse sentido, a crise climática não pode ser atribuída genericamente à humanidade, mas deve ser compreendida como resultado de modos específicos de produção, consumo e apropriação da natureza, historicamente associados à expansão do capitalismo, ao colonialismo e à urbanização desigual. Assim, a partir da perspectiva de Acsehrad (2022), compreende-se que o *Antropoceno* se revela como um campo de disputa política e epistêmica sobre a interpretação da crise ambiental.

As mudanças climáticas, portanto, não constituem um fenômeno natural externo à sociedade, mas expressam a materialização histórica de relações sociais desiguais. Nesse contexto, Carvalho (2024) demonstra que os impactos das mudanças climáticas recaem de maneira desproporcional sobre populações do Sul Global, povos indígenas e comunidades marginalizadas, ao mesmo tempo em que países industrializados e grandes corporações seguem se beneficiando da exploração ambiental.

Nesse quadro, compreender o *Antropoceno* exige deslocar o debate do campo estritamente ambiental para uma análise crítica das estruturas sociais que produzem a crise climática, como expõe Carvalho (2024). Sendo assim, trata-se de reconhecer que os efeitos do clima são atravessados por relações de poder, decisões políticas e dinâmicas econômicas que definem quem está mais exposto aos impactos ambientais e quem dispõe de maiores recursos para mitigá-los ou evitá-los.

Dessa forma, o clima deixa de ser apenas um elemento natural e passa a ser entendido como um componente ativo da organização social e territorial. Nessa



perspectiva, a crise climática deve ser interpretada como expressão do colonialismo climático, que segundo Alkmin (2023), evidencia como os territórios e populações que menos contribuíram para a degradação ambiental são justamente aqueles que mais sofrem seus impactos, enquanto os benefícios da exploração dos recursos naturais permanecem concentrados nos países centrais e nas elites econômicas globais.

A precariedade ambiental, a insegurança territorial e a exposição constante ao risco fazem parte do cotidiano de populações que vivem nas margens do desenvolvimento capitalista. Dessa forma, Alkmin (2023) ressalta que a vulnerabilidade socioambiental e instabilidade territorial não são, portanto, condições naturais ou ocasionais, mas resultados de processos históricos e estruturais que produzem desigualdade, concentrando benefícios econômicos em certos territórios enquanto expõem outros a riscos permanentes.

Dessa maneira, o *Antropoceno* pode ser compreendido menos como uma era homogênea e mais como um processo marcado por múltiplos “fins de mundo”, territorialmente situados e socialmente diferenciados. Ao reconhecer seu caráter problemático, sobretudo por universalizar responsabilidades e obscurecer desigualdades estruturais, o conceito é aqui mobilizado de forma crítica, deslocando-o de uma categoria meramente descritiva para uma ferramenta analítica capaz de evidenciar as dimensões sociais, políticas e espaciais que conformam a experiência contemporânea da crise ambiental.

### **Produção do espaço, risco e desigualdade climática**

A partir da perspectiva da produção do espaço, torna-se possível compreender que os territórios mais severamente atingidos pelos impactos das mudanças climáticas não são produto do acaso nem de meras contingências naturais. Sendo assim, conforme aponta Lefebvre (2000), o espaço é socialmente produzido, resultado de relações históricas de poder, de decisões políticas e de dinâmicas econômicas que organizam o uso do solo, a distribuição de infraestruturas e as condições de habitabilidade.

De maneira análoga, Milton Santos (2008) destaca que o espaço geográfico expressa a materialização das desigualdades sociais, sendo simultaneamente condição,



meio e produto das relações sociais. Dessa forma, as teses de ambos os autores fomentam a discussão de que os riscos climáticos se inscrevem em espaços previamente marcados pela desigualdade, revelando a dimensão espacial das injustiças socioambientais.

Ao articular essas perspectivas, o espaço urbano deixa de ser entendido como mero cenário e passa a ser compreendido como elemento ativo na produção e reprodução dos riscos climáticos, organizando e legitimando a distribuição desigual de seus impactos como mediação entre dinâmicas globais e manifestações locais. No Brasil, essa desigualdade assume também um caráter racializado, na medida em que populações negras são historicamente concentradas em territórios precarizados, evidenciando que a vulnerabilidade climática incide de forma desproporcional sobre esses grupos, como já apontado por Carolina Maria de Jesus (2007) ao retratar a vida na favela do Canindé.

Nesse sentido, a compreensão dessas dinâmicas pode ser aprofundada a partir das reflexões de Grada Kilomba (2020), ao evidenciar que o racismo não se manifesta apenas em estruturas materiais, mas também em práticas cotidianas, discursos e formas de silenciamento que naturalizam a marginalização de corpos negros. Ao recuperar a memória colonial como elemento constitutivo das relações sociais contemporâneas, a autora demonstra que a racialização dos territórios e das condições de vida está diretamente vinculada à permanência de hierarquias históricas que definem quem pode ocupar espaços dignos e quem é relegado a contextos de precariedade.

A questão supracitada, se relaciona significativamente com o conceito de necropolítica proposto por Mbembe (2021), sobretudo quando o autor coloca em evidência como determinadas populações são sistematicamente expostas a condições de vida marcadas pela precariedade, pela violência e pela maior probabilidade de morte. Diante dessa análise proposta, permite-se analisar que a crise climática não apenas intensifica desigualdades existentes, mas também reproduz e aprofunda estruturas históricas de racialização do espaço e da vulnerabilidade.

Sob essa análise, Harvey (2012) enfatiza que a urbanização se configura historicamente como um fenômeno marcado por relações de classe, uma vez que o excedente econômico é apropriado a partir do trabalho e dos territórios de determinados grupos, enquanto seu controle e redistribuição permanecem concentrados em poucos agentes. Nessa perspectiva, a urbanização sob a lógica capitalista assume papel



determinante na constituição do presente cenário brasileiro, em que esse movimento resulta na expulsão das populações de menor renda para áreas desvalorizadas do território, geralmente caracterizadas por vulnerabilidades ambientais.

Com isso, quando se olha para o cenário da ocupação do território nacional e a presença de características peculiares, como encostas instáveis, margens de rios, áreas sujeitas a alagamentos e zonas com elevada exposição a ondas de calor, compreende-se que, a partir de uma lógica de produção segregadora e periférica, tornam-se espaços de moradia para populações com menor poder econômico e político. Assim, a partir do que Harvey (2012) reflete, consegue-se interpretar que o espaço urbano, longe de ser neutro, atua como mediador das desigualdades sociais, concentrando riscos e vulnerabilidades em territórios específicos.

Diante desse cenário, a vulnerabilidade climática, ao atingir regiões periféricas e em situações de vulnerabilidade econômica e política, deve ser compreendida como uma construção social, conforme argumenta Cutter (2006). Sob esse ponto de vista, percebe-se que a exposição aos riscos ambientais não decorre apenas da presença de ameaças naturais, mas da combinação entre fatores ambientais, socioeconômicos, institucionais e políticos.

As vulnerabilidades criadas socialmente são amplamente ignoradas na literatura sobre riscos e desastres porque são muito difíceis de medir e quantificar. A vulnerabilidade social é parcialmente produto das desigualdades sociais — aqueles fatores e forças sociais que criam a suscetibilidade de vários grupos a danos e, por sua vez, afetam sua capacidade de resposta e recuperação (resiliência) após o desastre [...]. (Cutter, 2006, tradução nossa)

Partindo desse ponto de vista, a capacidade de antecipar, responder e se recuperar de eventos extremos varia conforme o acesso a recursos materiais, infraestrutura urbana, políticas públicas eficazes e redes de proteção social. Com isso, como reflete Canil, Lampis e Santos (2020), estudos sobre vulnerabilidade e risco reforçam que essa construção social se expressa de forma desigual no território, especialmente em regiões metropolitanas marcadas por intensos contrastes socioespaciais.

A ideologia de conquistar e domar a natureza (um ideal europeu herdado de que o homem poderia de fato controlar a natureza), em vez de viver em harmonia com ela, foi (e ainda é) a força motriz por trás da vulnerabilidade física da região metropolitana. (Cutter, 2006, tradução nossa).



A produção social do risco evidencia que desastres climáticos não podem ser explicados exclusivamente por variáveis naturais, pois, conforme apontam Moura e Silva (2008) e Nunes (2015), inundações, deslizamentos, secas prolongadas ou ondas de calor extremas resultam da interação entre eventos climáticos e formas específicas de ocupação do território, planejamento urbano e governança. A ausência ou precariedade de políticas habitacionais, de sistemas de drenagem, de saneamento básico e de estratégias de adaptação climática contribui para a intensificação dos impactos, sobretudo em áreas periféricas.

A intensificação dos riscos climáticos revela, portanto, a face espacial das desigualdades sociais no contexto do *Antropoceno*, conceito que evidencia a centralidade da ação humana como força geofísica capaz de alterar os sistemas naturais da Terra (Crutzen; Stoermer, 2000). Nesse contexto, enquanto grupos socialmente privilegiados dispõem de maior capacidade de adaptação, populações vulnerabilizadas enfrentam o colapso climático como parte de sua experiência cotidiana.

Como aponta Cutter (2006), raça, classe e etnia estruturam a exposição aos riscos, evidenciando que populações negras e pobres, historicamente situadas em áreas mais frágeis e com menor acesso a recursos e proteção, são desproporcionalmente afetadas, o que revela o papel do racismo estrutural, da pobreza e da negligência estatal na definição de quem mais sofre com esses eventos. Assim, tais espaços podem ser compreendidos como ruínas permanentes do desenvolvimento capitalista, onde o “fim do mundo” se manifesta de forma contínua e localizada, sobretudo nas periferias, dialogando com o debate sobre o direito à cidade ao evidenciar que a negação de condições dignas e de proteção frente aos riscos ambientais configura uma forma de espoliação urbana (Harvey, 2012).

Ao reconhecer o risco como construção social e o espaço como produto de relações desiguais, torna-se possível romper com leituras naturalizantes da crise climática e avançar para uma compreensão crítica das mudanças climáticas como fenômeno social. Dessa maneira, essa abordagem permite não apenas identificar as causas estruturais da vulnerabilidade, mas também questionar os modelos de desenvolvimento e planejamento que continuam a produzir territórios destinados a sobreviver nas ruínas do *Antropoceno*.



## Viver nas ruínas, fins de mundo e (re)existência frente às crises climáticas

As contribuições de Haraway (2023) e Tsing (2022) oferecem importantes deslocamentos teóricos para pensar as mudanças climáticas para além das narrativas hegemônicas de colapso total e extinção inevitável. Nesse contexto, em oposição a discursos apocalípticos que anunciam um “fim do mundo” homogêneo e universal, essas autoras contribuem para a reflexão do reconhecimento da gravidade da crise climática sem reduzir o futuro a um horizonte de paralisia política ou desespero absoluto.

Trata-se, antes, de compreender os fins de mundo como processos históricos, situados e atravessados por desigualdades, nos quais coexistem destruição, sofrimento e possibilidades de reinvenção da vida. Nessa perspectiva, como propõe Haraway (2023), não há um colapso único e universal, mas uma multiplicidade de fins de mundo que já vêm sendo experienciados de forma desigual por diferentes povos, territórios e espécies, especialmente aqueles historicamente submetidos às violências do colonialismo, do capitalismo e do racismo ambiental.

Ao incorporar essas perspectivas, o debate sobre mudanças climáticas se desloca de uma abordagem centrada exclusivamente na catástrofe para uma análise que reconhece a coexistência entre destruição e possibilidade. No entanto, é fundamental evitar leituras que romantizem a vida nas ruínas, uma vez que esse conceito deve ser compreendido de forma crítica, como expressão de uma condição historicamente produzida, e não como alternativa desejável, mantendo em evidência as relações de poder que definem quem é obrigado a habitar esses contextos.

A noção de “ficar com o problema”, formulada por Haraway (2023), constitui uma proposta ética e política que recusa tanto a negação da crise quanto a busca por soluções tecnocráticas simplificadoras. Para a autora, viver no *Antropoceno* exige reconhecer a complexidade dos emaranhados que conectam humanos, não humanos, tecnologias e ecossistemas, assumindo a responsabilidade coletiva por um mundo danificado. Como destaca a autora:

Trata-se de mais do que “mudanças climáticas”; trata-se também da enorme carga de produtos químicos tóxicos, de mineração, de esgotamento de lagos e rios, sob e acima do solo, de simplificação de ecossistemas, de grandes



genocídios de pessoas e outros seres etc., em padrões sistemicamente ligados que podem gerar repetidos e devastadores colapsos do sistema. A recursividade pode ser terrível (Haraway, 2016).

Tsing (2022), por sua vez, ao analisar as ruínas do capitalismo, demonstra que mesmo em contextos marcados pela degradação ambiental, pela precarização do trabalho e pela destruição dos ecossistemas, emergem formas de vida que escapam às lógicas totalizantes do progresso capitalista. As ruínas não são apenas espaços de morte e abandono, mas também territórios onde se constroem relações inesperadas, práticas de sobrevivência e modos alternativos de existência. Essa perspectiva permite deslocar o olhar do colapso como fim absoluto para o colapso como condição histórica desigual, na qual diferentes mundos se desintegram enquanto outros são criados.

Essas abordagens tornam possível compreender os “fins de mundo” como experiências múltiplas e territorialmente situadas. Para determinados grupos sociais, especialmente aqueles historicamente privilegiados, o *Antropoceno* representa a ameaça à continuidade de estilos de vida baseados no consumo intensivo e na exploração irrestrita da natureza. Já para populações periféricas, racializadas e socialmente marginalizadas, o colapso ambiental não se apresenta como ruptura futura, mas como uma experiência cotidiana, marcada pela insegurança territorial, pela precariedade ambiental e pela exposição constante ao risco.

Diante dessa perspectiva, importa destacar que reconhecer a existência de vida nas ruínas não implica romantizar o sofrimento ou naturalizar a precariedade, sobretudo quando se trata de populações que vivem as margens da dignidade de viver. Sendo assim, ao contrário, trata-se de evidenciar as contradições que atravessam os territórios afetados pela crise climática, nos quais coexistem abandono estatal, violência ambiental e formas de resistência cotidiana.

O aquecimento global, a extinção em massa de espécies não-humanas, a desflorestação e os eventos meteorológicos extremos são ilustrações sombrias e particularmente emblemáticas da forma como a modernidade, nomeadamente desde a Revolução Industrial, tem acelerado e fomentado uma relação assimétrica com a natureza, que tem resultado, pois, numa destruição generalizada (Carvalho; Requito, 2022, p. 5).

A partir dos pensamentos de Carvalho e Requito (2022), alinhado à visão de Tsing (2022), entende-se que as ruínas revelam tanto os limites do projeto civilizatório



capitalista quanto a capacidade de grupos sociais produzirem sentidos, vínculos e estratégias de sobrevivência em contextos adversos. Assim, as possibilidades de vida que emergem nesses espaços devem ser compreendidas de maneira crítica, sem apagar as assimetrias de poder que estruturam a experiência do colapso.

As mudanças climáticas são um fenômeno excessivamente grande para que sejam ignorados pelo pensamento filosófico, até mesmo porque vemos em todos os lugares seus efeitos ecológicos, econômicos, políticos e sociais. [...] Precisamos, portanto, elaborar um pensamento que leve em conta a Terra, seus habitantes e seu estado crítico de transição climática e, ao mesmo tempo, fundamente um projeto político consistente para a possibilidade de vida humana e não-humana no futuro (Machado, 2019, p. 14).

Nesse sentido, a partir do pensamento de Machado (2019), pensar as mudanças climáticas como fenômeno social implica reconhecer simultaneamente as estruturas que produzem a vulnerabilidade e as práticas de resistência, adaptação e reinvenção da vida que se constroem nos territórios afetados. Os fins de mundo, longe de constituírem uma experiência universal, revelam-se como processos profundamente desiguais, que convocam novas imaginações políticas e ontológicas sobre as relações entre humanos, natureza e espaço.

Sendo assim, mais do que imaginar futuros utópicos, “viver nas ruínas” nos convida a habitar o presente marcado pelo colapso, reconhecendo-o como espaço de possibilidades para novas formas de existência. Conforme proposto por Haraway (2023), “ficar com o problema” significa permanecer junto às crises, reconhecendo a vulnerabilidade e fomentando práticas de adaptação, cuidado e reinvenção da vida. Viver nas ruínas é, assim, uma postura ativa de engajamento com a realidade complexa, onde resistir e reinventar-se se tornam práticas cotidianas e políticas.

### **São Gonçalo (RJ) e os fins de mundo localizados**

Inserido na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o município de São Gonçalo constitui um território emblemático para compreender as mudanças climáticas como fenômeno social e espacialmente produzido. Nesse contexto, como exposto por Daniel e Lopez (2024), marcado por um processo histórico de urbanização acelerada, desigual e



subordinada às dinâmicas metropolitanas, o município expressa de forma contundente as contradições da produção do espaço urbano no capitalismo periférico.

Em linha tênue, Morais *et al.* (2024) enfatizam que a expansão urbana de São Gonçalo ocorreu, em grande medida, sem o acompanhamento de políticas públicas capazes de garantir infraestrutura adequada, planejamento territorial e proteção ambiental. Diante disso, como resultado, parcelas significativas da população passaram a ocupar áreas ambientalmente frágeis, como encostas, margens de cursos d'água e zonas sujeitas a alagamentos.

Consecutivamente, “[...] a população mais vulnerável que ocupam as zonas mais suscetíveis, estão potencialmente mais expostos ao risco de serem atingidos por um evento catastrófico [...]” (Morais *et al.*, 2024, p. 2). A presente exposição nos permite compreender que essa forma de produção do espaço evidencia como as desigualdades socioespaciais precedem e condicionam os impactos climáticos, transformando chuvas intensas, elevação das temperaturas e instabilidades ambientais em riscos permanentes à vida cotidiana.

Nesse contexto, os impactos associados às mudanças climáticas não se apresentam como eventos excepcionais, mas como parte constitutiva do cotidiano de amplos segmentos da população, configurando fins de mundo localizados e recorrentes. No entanto, para compreender de forma mais precisa a especificidade do caso de São Gonçalo, torna-se necessário situá-lo em um quadro mais amplo, evidenciando como esses processos se manifestam em escala regional.

Nesse sentido, a análise dos dados referentes ao estado do Rio de Janeiro permite identificar a distribuição dos impactos dos desastres em diferentes municípios, possibilitando compreender a posição relativa de São Gonçalo no conjunto das áreas mais afetadas (tabela 1). Observa-se que, embora municípios como Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis concentrem os maiores números absolutos de óbitos, São Gonçalo apresenta uma expressiva quantidade de pessoas afetadas e desalojadas, evidenciando que, mesmo não figurando entre os casos mais letais, o município se destaca pela recorrência e pela dimensão social dos impactos. Esse dado reforça a compreensão de que a vulnerabilidade climática não se expressa apenas em eventos extremos de grande magnitude, mas também na repetição contínua de ocorrências que produzem instabilidade cotidiana.

**Tabela 1** – Dez municípios do Estado do Rio de Janeiro com maior quantidade de impactos decorrentes de desastres entre 2004 e 2024

<b>Município</b>	<b>Óbitos</b>	<b>Desalojados</b>	<b>Feridos</b>	<b>Afetados</b>
Petrópolis	516	36372	951	38417
Nova Friburgo	432	9878	905	11315
Teresópolis	382	20307	877	21813
Angra dos Reis	100	48185	213	169164
Rio de Janeiro	91	13595	139	13850
Niterói	65	2838	8	2911
Sumidouro	30	1417	21	1502
São Gonçalo	24	12903	78	13049
Sapucaia	23	1651	1	1675
Duque de Caxias	18	17072	656	17956

**Fonte:** Brasil (2024).

A partir desse enquadramento em escala estadual, torna-se possível avançar para a análise em escala local, de modo a compreender como esses impactos se materializam concretamente no território de São Gonçalo. Nessa perspectiva, Tórnio e Kede (2024) evidenciam a frequência de registros de inundações, desabrigados, desalojados e óbitos no município, indicando que tais eventos produzem danos severos e sistemáticos à população no âmbito intraurbano (tabela 2).

Mais do que evidenciar a distribuição espacial das ocorrências, os dados apresentados (tabela 2) permitem identificar a existência de uma lógica territorial persistente, na qual determinados bairros concentram de forma recorrente os impactos dos eventos climáticos extremos. Essa regularidade indica que os desastres não podem ser interpretados como eventos episódicos, mas como parte de uma dinâmica estrutural de produção da vulnerabilidade, em que a repetição dos impactos ao longo do tempo revela não apenas a intensificação dos fenômenos climáticos, mas, sobretudo, a permanência de condições urbanas que reproduzem a exposição ao risco.

**Tabela 2** – Bairros com mais registros de inundações (%) em São Gonçalo (RJ)

Ordem	Bairro	Inundações	Desabrigados	Mortes
6	Alcântara	3,1	0,1	1,5
28	Amendoeira	0,7	3,3	0
24	Barro Vermelho	1,1	0	4,6
13	Boa Vista	1,8	0	0
12	Boaçu	2	0	0
14	Coelho	1,4	0	0
2	Colubandê	7,1	0	1,5
17	Engenho Pequeno	1	0	13,7
30	Gradim	0,5	0	4,6
31	Ipiíba	0,4	0,3	0
10	Itaúna	2,2	47,6	9,1
1	Jardim Catarina	30,4	10,8	17
23	Jóquei	1,2	0,3	0
25	Luiz Caçador	1	7,9	12,5
5	Mutuá	1,3	0,3	0
7	Neves	3	0,6	4,6
19	Novo México	1	2,9	0
15	Pacheco	1,5	0	0
3	Palmeiras	4,8	16,4	12,5
29	Porto do Rosa	0,7	0	3
20	Porto Novo	1,7	0	0
21	Rio do Ouro	1,3	0	0
11	Rocha	2,1	0,4	0
26	Sacramento	0,1	0	3
27	Salgueiro	0,9	7,9	12,5
4	Santa Catarina	0,7	0,7	0
16	Santa Isabel	1,5	0	0
22	Santa Luzia	3,5	0	0
8	Tribobó	2,1	0,5	0
9	Trindade	2,4	0	0
18	Vista Alegre	1,4	0,2	0

**Fonte:** Tórnio e Kede (2024, p. 825), adaptado pelo autor.

A recorrência de inundações no município revela que os chamados “desastres naturais” são, na realidade, desastres socialmente produzidos, uma vez que as mudanças



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n36.77609.p80-103>

climáticas atuam como fator de intensificação de vulnerabilidades já existentes, potencializando processos de perda material, deslocamentos forçados e insegurança territorial. Assim, como apontam Daniel e Lopez (2024), a exposição ao risco não é distribuída de forma homogênea, mas concentrada em territórios historicamente marcados pela precariedade urbana e pela ausência de políticas efetivas de adaptação climática, corroborando a compreensão do risco como construção social.

A avaliação dos indicadores de desastres ocorridos em São Gonçalo revela a expressiva quantidade de indivíduos atingidos, bem como de desalojados e desabrigados, além de significativas perdas materiais (tabelas 1 e 2). Nessa perspectiva, os dados indicam que tais impactos vão além de eventos pontuais, assumindo uma dimensão estrutural e consolidando uma condição de vulnerabilidade integrada à dinâmica cotidiana do espaço urbano.

À luz da perspectiva lefebvriana, os dados sobre inundações, deslocamentos forçados e óbitos em São Gonçalo (RJ) evidenciam que os impactos das mudanças climáticas incidem sobre territórios historicamente produzidos por relações desiguais de poder. Conforme Lefebvre (2000), ao compreender o espaço como produto e condição das relações sociais, torna-se possível reconhecer que a recorrência dos desastres não resulta apenas da intensificação dos eventos climáticos, mas da própria lógica de produção do urbano, marcada pela urbanização periférica e pela segregação socioespacial, de modo que a vulnerabilidade climática se encontra materialmente inscrita no espaço urbano.

Essa leitura dialoga diretamente com a noção de vulnerabilidade como construção social proposta por Cutter (2006), ao demonstrar que a exposição ao risco é mediada por fatores socioeconômicos, institucionais e políticos, e não apenas pela presença de ameaças naturais. Os dados analisados corroboram, assim, a crítica de Acsehrad (2022) às leituras naturalizantes da crise climática, ao evidenciar que os chamados “desastres naturais” são socialmente produzidos e territorialmente concentrados.

Diante da compreensão da produção do espaço, Assis *et al.* (2019) nos levam a compreender que São Gonçalo deve ser analisado como um território produzido para a vulnerabilidade, no qual a lógica da urbanização periférica define quem pode habitar áreas protegidas e quem é empurrado para espaços de risco.



As tragédias urbanas não se repetem porque faltam soluções técnicas, mas porque o modelo de urbanização vigente beneficia interesses econômicos poderosos. Interromper esse ciclo exigiria enfrentar esses interesses e mudar profundamente a forma como a cidade é produzida. A mídia, ao tratar os desastres como eventos naturais e excepcionais, contribui para ocultar essas causas estruturais (Maricato, 2011, p. 1).

Com isso, a fragilidade da governança urbana e ambiental contribui para a naturalização dessas condições, fazendo com que eventos climáticos extremos sejam tratados como fatalidades, e não como expressão de decisões políticas e econômicas. A leitura dos dados empíricos à luz das desigualdades socioespaciais permite avançar na compreensão de que a vulnerabilidade climática em São Gonçalo não é apenas territorialmente distribuída, mas também racialmente estruturada.

Tal dinâmica aproxima-se da noção de necropolítica, na medida em que revela como determinadas populações são sistematicamente expostas a condições de maior precariedade e vulnerabilidade, tornando-se mais suscetíveis à perda da vida e à negação de direitos básicos (Mbembe, 2021). Compreender São Gonçalo como território da crise climática implica reconhecer que seus “fins de mundo” são atravessados por processos de racialização do espaço, nos quais clima, desigualdade e raça se entrelaçam na produção cotidiana da vulnerabilidade.

**Figura 1** – Deslizamentos de terra em São Gonçalo em 2023



**Fonte:** A e B (Lourenço; Canosa, 2023); C (Cascardo, 2023) e D (Brasil, 2023).



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n36.77609.p80-103>

Ao mesmo tempo, São Gonçalo pode ser interpretado como espaço de vida nas ruínas do desenvolvimento capitalista, onde, em meio à precariedade ambiental e à instabilidade climática, os moradores constroem estratégias cotidianas de adaptação, resistência e permanência. Essas práticas não eliminam as desigualdades estruturais, mas evidenciam a coexistência entre vulnerabilidade e reinvenção da vida, em diálogo com Tsing (2022), ao destacar formas de existência nas ruínas do capitalismo, e com Haraway (2023), ao propor a necessidade de “ficar com o problema”

Desse modo, São Gonçalo não deve ser compreendido apenas como um recorte empírico localizado, mas como um território-expressão das múltiplas crises que caracterizam o *Antropoceno*. O município evidencia que os “fins de mundo” não são um destino universal, mas experiências territorializadas, vividas de forma contínua por populações historicamente marginalizadas.

### Considerações finais

Portanto, o artigo analisou as mudanças climáticas como um fenômeno social e espacialmente produzido no contexto do Antropoceno, defendendo que o colapso climático não constitui um “fim do mundo” universal, mas múltiplos fins de mundo territorializados e desigualmente vividos. Nesse sentido, buscou-se superar leituras naturalizantes e globalizantes da crise climática, evidenciando sua articulação com a produção desigual do espaço, as relações de poder do capitalismo contemporâneo e as heranças históricas do colonialismo.

A discussão teórica sobre o *Antropoceno* permitiu demonstrar que, embora o conceito seja relevante ao reconhecer a ação humana como força geofísica, sua formulação abstrata tende a diluir responsabilidades e a obscurecer as assimetrias sociais, políticas e territoriais na produção da crise ambiental. Nesse sentido, o artigo contribui para a hipótese de que a crise climática não pode ser compreendida apenas como resultado genérico da “humanidade”, mas como expressão de modos específicos de produção, consumo e urbanização que concentram riscos em determinados territórios e populações.



Diante desse cenário, o recorte em São Gonçalo (RJ) confirmou, empiricamente, os argumentos teóricos desenvolvidos ao longo do trabalho, evidenciando como a urbanização periférica, a fragilidade da governança urbana e a ausência de políticas efetivas de adaptação climática produzem um território sistematicamente exposto aos impactos das mudanças climáticas. Assim, São Gonçalo se revelou como um território que é a expressão das desigualdades climáticas no *Antropoceno*, confirmando a centralidade da produção do espaço na compreensão da crise climática.

Torna-se fundamental destacar que a crise climática, ao ser analisada como fenômeno social e espacialmente produzido, revela-se também como um processo profundamente atravessado por relações raciais. Nesse contexto, os chamados “fins de mundo” não apenas se distribuem de forma desigual entre territórios, mas incidem de maneira sistemática sobre populações historicamente racializadas, que vivenciam de forma mais intensa os efeitos da precariedade ambiental, da insegurança territorial e da negligência estatal.

Entre as limitações do trabalho, destaca-se o caráter predominantemente teórico-conceitual da análise e o uso de dados secundários no recorte empírico, o que restringe uma apreensão mais aprofundada das experiências vividas pelas populações afetadas. Diante disso, pesquisas futuras podem avançar a partir de abordagens qualitativas, como entrevistas e etnografias, que permitam compreender de forma mais detalhada as percepções, estratégias e formas de resistência construídas nos territórios vulnerabilizados.

Por fim, ao compreender as mudanças climáticas como fenômeno social, espacialmente produzido e desigualmente vivido, este artigo reafirma que enfrentar a crise climática exige mais do que soluções técnicas ou discursos universalizantes. Com isso, implica questionar os modelos de desenvolvimento, as formas de produção do espaço e as estruturas de poder que transformam determinados territórios em espaços destinados a sobreviver nas ruínas.

## Referências

ACSELRAD, H. O "social" nas mudanças climáticas. **Liinc em Revista**, Brasília, v. 18, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.proquest.com/scholarly-journals/o-social-nas-mudancas-climaticas/docview/3181323848/se-2?accountid=195669>. Acesso em: 20 dez. 2025.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n36.77609.p80-103>

ALKMIN, F. M. Colonialismo climático e financeirização do carbono: reflexões sobre o REDD+ e a autonomia socioterritorial dos povos indígenas na Amazônia. **Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política**, Francisco Beltrão, v. 5, n. 2, p. 50–79, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/amb.v5i2.31885>. Acesso em: 20 dez. 2025.

ASSIS, G. C.; MATOS, T.; BRONZI, L. Industrialização e urbanização no município de São Gonçalo/RJ: uma análise a partir da pesca artesanal na Baía de Guanabara. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16, Vitória, 2019. **Anais...** Vitória, 2019. Disponível em: <https://commoncity.net/uploads/2021/07/publicacao-simpurb-anais-de-evento.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2025.

BRASIL, C. I. Encontrados os corpos de mais 2 vítimas do soterramento em São Gonçalo: trabalho de busca e resgate durou mais de 53 horas. **Agência Brasil**, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-02/encontrados-os-corpos-de-mais-2-vitimas-do-soterramento-em-sao-goncalo> Acesso em: 20 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Secretaria de Proteção e Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil. **Atlas Digital de Desastres no Brasil**. Brasília: MIDR, 2024. Disponível em: <https://atlasdigital.mdr.gov.br/>. Acesso em: 8 dez. 2025.

CANIL, K.; LAMPIS, A.; SANTOS, K. L. Vulnerabilidade e a construção social do risco: uma contribuição para o planejamento na macrometrópole paulista. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 22, n. 48, p. 397-416, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4803>. Acesso em: 22 dez. 2025.

CARVALHO, A. **Antropoceno (s): crise climática, ontologia e o social**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2024.

CARVALHO, A.; RIQUITO, M. Linhas de fuga do antropoceno : ontologias não-modernas e os antípodas da Razão. **e-cadernos CES**, Coimbra, n. 38, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/eces.7546>. Acesso em: 25 dez. 2025.

CASCARDO, R. CNN Brasil. Bombeiros encontram mais uma vítima fatal de desabamento no Rio de Janeiro. **CNN Brasil**, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/bombeiros-encontram-mais-uma-vitima-fatal-de-desabamento-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

CHAKRABARTY, D. **O global e o planetário: a história na era da crise climática**. São Paulo: Ubu Editora, 2025.

CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The anthropocene. **Global Change Newsletter**, 2000. Disponível em: <http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2025.

CUTTER, S. The geography of social vulnerability: race, class, and catastrophe. **Perspectives from the Social Sciences**, New York, 2006. Disponível em: <https://items.ssrc.org/understanding-katrina/the-geography-of-social-vulnerability-race-class-and-catastrophe/>. Acesso em: 28 dez. 2025.

DANIEL, L. S.; LOPEZ, G. G. S. Ensino da geografia para redução dos impactos da urbanização desordenada: o caso de São Gonçalo (RJ). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE



GEÓGRAFOS E GEÓGRAFAS, 8, 2024, São Paulo. **Anais...** 2024, São Paulo. Disponível em: [https://www.cbg2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1726058474\\_ARQUIVO\\_0ba1825196044ca581f1037392693849.pdf](https://www.cbg2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1726058474_ARQUIVO_0ba1825196044ca581f1037392693849.pdf). Acesso em: 28 dez. 2025.

HARAWAY, D. **Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno**. São Paulo: N 1 edições, 2023.

HARAWAY, D. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom – Vulnerabilidade**, Campinas, ano 3, n. 5, 2016. Disponível em: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/>. Acesso em: 28 dez. 2025.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73–89, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18497>. Acesso em: 28 dez. 2025.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LOURENÇO, A. B.; CANOSA, M. CNN Brasil. Desabamentos em São Gonçalo deixam um morto e três desaparecidos: 'Caiu tudo!', diz sobrevivente. **G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/02/14/desabamento-durante-chuva-deixa-um-morto-no-rj-diz-corpo-de-bombeiros.ghtml> Acesso em: 20 dez. 2025.

MACHADO, R. Uma vida no chthuluceno. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, n. 543, 2019, Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7692-uma-vida-no-chthuluceno>. Acesso em: 28 dez. 2025.

MARICATO, E. As tragédias urbanas: desconhecimento, ignorância ou cinismo. **Correio Caros Amigos**, [S. l.], v. 20, p. 1–5, 2011. Disponível em: <https://claudiovereza.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/01/as-tragc3a9dias-urbanas1.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2025.

MARQUES, L. C. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MORAIS, N. B.; SANTOS, M. S.; BORGES, G. F.; AVELAR, A. S. Análise da vulnerabilidade nas áreas suscetíveis a movimento de massa nas encostas do município de São Gonçalo, Rio de Janeiro. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 4, 2024. **Anais...** Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/sbgfa/2024/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV206\\_MD1\\_ID2842\\_TB1260\\_30082024131125.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/sbgfa/2024/TRABALHO_COMPLETO_EV206_MD1_ID2842_TB1260_30082024131125.pdf). Acesso em: 27 dez. 2025.

MOURA, R.; SILVA, L. A. A. Desastres naturais ou negligência humana? **Revista Geografar**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 58–72, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/geografar.v3i1.12910>. Acesso em: 26 dez. 2025.

NUNES, L. H. **Urbanização e desastres naturais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.



SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2005.

TÓRNIO, C. A. A.; KEDE, M. I. F. M. Inundações urbanas: análise dos impactos em São Gonçalo (RJ) entre os anos de 2005 e 2018. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 34, p. 813–836, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55761/abclima.v34i20.17966>. Acesso em: 19 dez. 2025.

TSING, A. L. **O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo**. São Paulo: n-1 edições, 2022.

Recebido em: 29/12/2025.

Aceito em: 27/04/2026.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n36.77609.p80-103>

## NÃO HÁ FUTURO SEM CHÃO: colapso climático, solos urbanos e a política da sobrevivência<sup>1</sup>

### *THERE IS NO FUTURE WITHOUT SOIL: climate collapse, urban soils, and the politics of survival*

Márcio Silveira Nascimento \*

#### Resumo

O aprofundamento das mudanças climáticas tem evidenciado os limites ecológicos, políticos e epistemológicos das sociedades urbanas contemporâneas, sobretudo em territórios marcados por desigualdades socioambientais estruturais. Este artigo desenvolve uma análise teórico-analítica do solo urbano como operador sociológico do colapso climático, examinando como sua materialidade permite articular a produção social do risco, a territorialização das desigualdades e as disputas políticas que estruturam as cidades contemporâneas. Argumenta-se que o solo condensa processos históricos de injustiça ambiental, decisões políticas orientadas pela sobrevivência do poder e práticas situadas de permanência da vida em contextos de degradação socioecológica. Em diálogo com a sociologia do risco, a teoria da sobrevivência política, a antropologia das ruínas e contribuições recentes da ciência do solo sob mudanças climáticas, sustenta-se que a crise climática revela uma tensão estrutural entre a sobrevivência dos regimes sociopolíticos e a sobrevivência da vida. Defende-se que não há futuro sem chão porque é no solo urbano que se materializam os conflitos centrais do Antropoceno periférico, exigindo uma política da permanência ancorada em saberes situados, práticas educativas e éticas de cuidado com a Terra.

**Palavras-chave:** mudanças climáticas; solos urbanos; injustiça ambiental; política da sobrevivência.

#### Abstract

The deepening of climate change has highlighted the ecological, political, and epistemological limits of contemporary urban societies, especially in territories marked by structural socio-environmental inequalities. This article develops a theoretical-analytical analysis of urban soil as a sociological operator of climate collapse, examining how its materiality allows for the articulation of the social production of risk, the territorialization of inequalities, and the political disputes that structure contemporary cities. It argues that soil condenses historical processes of

<sup>1</sup> O autor declara que houve uso de ferramenta de Inteligência Artificial (IA) como apoio técnico à escrita, especificamente para correção gramatical, revisão ortográfica, sugestões de melhoria de fluidez textual e aprimoramento da clareza e coesão na redação. Ressalta-se, contudo, que a autoria intelectual do trabalho é integralmente do autor, sendo este o único responsável pela concepção teórica, estrutura argumentativa, seleção bibliográfica, análise crítica e elaboração das reflexões apresentadas. Esclarece-se ainda que, em nenhum momento, foi utilizada IA para gerar dados, resultados, análises, interpretações ou conteúdos substantivos da pesquisa. O artigo é fruto de elaboração autoral, fundamentado em pesquisa bibliográfica e reflexão teórico-crítica.

\* Doutorando e mestre em Ensino Tecnológico pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Brasil. Professor da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do Amazonas. E-mail: marciosn.geo@gmail.com.



environmental injustice, political decisions oriented towards the survival of power and situated practices of life permanence in contexts of socio-ecological degradation. In dialogue with the sociology of risk, the theory of political survival, the anthropology of ruins, and recent contributions from soil science under climate change, it is argued that the climate crisis reveals a structural tension between the survival of socio-political regimes and the survival of life. It is argued that there is no future without soil because it is on urban soil that the central conflicts of the peripheral Anthropocene materialize, requiring a politics of permanence anchored in situated knowledge, educational practices, and ethics of care for the Earth.

**Keywords:** climate change; urban soils; environmental injustice; politics of survival.

## Introdução

As mudanças climáticas consolidaram-se como um dos principais vetores de reorganização das agendas científicas, políticas e sociais contemporâneas, tensionando categorias fundantes do pensamento moderno, como desenvolvimento, progresso e a própria noção de natureza. Distantes de configurarem apenas um problema técnico ou ambiental, elas se apresentam como um fenômeno social complexo, atravessado por relações de poder, assimetrias históricas e disputas epistemológicas que condicionam tanto a produção do conhecimento quanto as formas de enfrentamento da crise (Beck, 2010; Giddens, 2010; Hulme, 2009).

Essa dimensão social da crise climática torna-se particularmente visível no espaço urbano, sobretudo nas cidades do Sul Global, onde os impactos do aquecimento global assumem uma materialidade concreta e territorialmente localizada. Processos como a depleção da matéria orgânica do solo, a liberação de gases radiativamente ativos, as erosões aceleradas, os deslizamentos de terra, os alagamentos recorrentes e a contaminação dos solos não apenas intensificam a vulnerabilidade ambiental, mas revelam a profunda interdependência entre dinâmicas climáticas, modelos de uso do solo e padrões historicamente desiguais de urbanização (Rosenzweig; Hillel, 2000; Edoa, 2025).

Tais eventos, contudo, não podem ser interpretados como ocorrências naturais isoladas ou como meros efeitos colaterais do aquecimento global. Eles expressam, de forma condensada, os resultados de um modelo histórico de produção do espaço urbano que converte determinados territórios em zonas de sacrifício, destinando populações



específicas à exposição sistemática ao risco socioambiental. Nesse sentido, a crise climática atua como amplificador de desigualdades estruturais, tornando visíveis os mecanismos de injustiça ambiental que organizam a distribuição diferencial dos danos e das vulnerabilidades (Acselrad, 2010).

É nesse contexto de emergência climática, compreendida não apenas como aceleração dos impactos ambientais, mas como crise das formas de governar, habitar e significar o mundo, que a produção científica e as formas contemporâneas de ativismo deixam de operar exclusivamente como dispositivos de alerta. Elas passam a assumir centralidade política na legitimação pública do colapso em curso e na mobilização de respostas coletivas orientadas à transformação, ainda que parcial, das dinâmicas estruturais que sustentam a degradação dos territórios e a precarização da vida (Shirts, 2022). A emergência, nesse sentido, não se define apenas pela urgência temporal, mas pela exigência de reorganização profunda das relações entre sociedade, natureza e poder.

Partindo desse quadro analítico, este artigo sustenta a tese de que não há futuro sem chão, compreendendo o solo urbano como elemento central tanto na produção quanto na experiência cotidiana do colapso climático. O solo não constitui um simples suporte físico da urbanização, mas o lugar onde se condensam decisões políticas, dinâmicas econômicas, processos ecológicos e modos de vida precarizados. Ele opera, assim, como interface material privilegiada entre sociedade e natureza, revelando de forma sensível os limites do projeto urbano moderno diante das mudanças climáticas.

O objetivo deste artigo é analisar o solo urbano como operador sociológico do colapso climático, compreendendo-o como categoria analítica capaz de articular materialidade, poder e crise climática no contexto das cidades contemporâneas.

Busca-se, assim, evidenciar como a materialidade do solo permite apreender a produção social do risco, a territorialização das desigualdades socioambientais e as disputas políticas que estruturam o Antropoceno periférico. Trata-se de um estudo de natureza teórico-analítica, que dialoga com aportes da sociologia ambiental, da teoria política, da antropologia das ruínas e de epistemologias críticas, conforme mobilizado ao longo das seções do texto. Ao recusar abordagens tecnocráticas e universalizantes da crise climática, o artigo demonstra como o colapso se territorializa no chão urbano e como, a partir dele, emergem disputas ontopolíticas em torno da sobrevivência da vida. Dessa

forma, o solo urbano deixa de ser apenas objeto de análise ambiental e se afirma como eixo interpretativo central da crise climática nas cidades.

## Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma análise teórico-analítica de natureza qualitativa, orientada por pressupostos epistemológicos das ciências sociais críticas. Trata-se de uma abordagem que não se limita à descrição ou sistematização de produções existentes, mas busca interpretar, problematizar e articular diferentes referenciais teóricos a partir de categorias analíticas construídas no próprio desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, a análise teórico-analítica consiste em colocar os autores e conceitos em diálogo, identificando convergências, tensões e lacunas, com o objetivo de produzir uma compreensão integrada do solo urbano como operador sociológico do colapso climático.

Tal abordagem parte do entendimento de que o conhecimento científico, especialmente em contextos de crise socioambiental, não se constrói de forma linear ou cumulativa, mas por meio de um processo contínuo de observação, reflexão e interpretação, no qual os significados analíticos são progressivamente elaborados à medida que a análise avança (Chizzotti, 2014). Assim, o estudo privilegia uma leitura crítica e relacional das produções selecionadas, buscando não apenas reunir contribuições, mas construir um argumento teórico capaz de articular materialidade, poder e crise climática no contexto urbano.

A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do problema investigado, que envolve dimensões simbólicas, políticas e ontológicas da crise climática urbana. Diferentemente de abordagens quantitativas, a pesquisa qualitativa possibilita apreender aspectos da realidade social que não podem ser reduzidos à mensuração, tais como valores, crenças, percepções, práticas sociais e disputas de sentido que estruturam as relações entre sociedade, natureza e território (Gil, 2019). Nesse sentido, este estudo buscou compreender de que maneira o solo urbano vem sendo mobilizado, no campo teórico, como categoria analítica associada às mudanças climáticas, à injustiça ambiental e às políticas de sobrevivência.



O percurso analítico foi desenvolvido em duas etapas conceitualmente articuladas. Na primeira etapa, realizou-se o levantamento e a seleção de produções científicas nacionais e internacionais que abordam os eixos centrais do estudo, mudanças climáticas, solos urbanos, Antropoceno, injustiça ambiental e políticas de sobrevivência. Privilegiaram-se obras teóricas, ensaios analíticos e estudos críticos de reconhecida relevância acadêmica, publicados em livros e periódicos qualificados, com o objetivo de construir um arcabouço conceitual consistente para a análise.

Na segunda etapa, procedeu-se à análise interpretativa e hermenêutica do material selecionado. Nessa fase, os textos foram examinados de maneira relacional, buscando-se identificar convergências teóricas, tensões conceituais e contribuições analíticas para a compreensão do solo urbano como operador sociológico do colapso climático. Esse movimento analítico não se limitou à sistematização das abordagens existentes, mas envolveu um esforço de problematização crítica, no qual os referenciais teóricos foram colocados em diálogo à luz de categorias analíticas construídas ao longo da pesquisa, tais como risco, sobrevivência, materialidade, poder e permanência da vida (Minayo; Deslandes; Gomes, 2025).

Dessa forma, o procedimento adotado consistiu na interpretação e articulação crítica de diferentes referenciais teóricos, buscando compreender como o solo urbano pode ser mobilizado como operador sociológico do colapso climático. O percurso envolveu a identificação de convergências, tensões e complementaridades entre os autores analisados, permitindo a construção de um argumento integrado acerca das relações entre materialidade, poder e crise climática no contexto urbano.

Os achados foram sistematizados em quatro eixos temáticos que estruturam a seção de resultados e discussão do artigo: (i) mudanças climáticas e produção social do risco; (ii) o solo urbano como arquivo material do Antropoceno; (iii) viver nas ruínas: ontologias do colapso e permanência da vida; e (iv) política da sobrevivência: do poder à vida. Essa organização permitiu evidenciar, de forma progressiva, como o solo urbano articula dimensões sociais, políticas e ecológicas da crise climática, contribuindo para uma leitura crítica das condições contemporâneas de habitar e sobreviver em territórios marcados pela degradação socioambiental.

## Mudanças climáticas e produção social do risco

As ciências sociais têm reiterado que os riscos associados às mudanças climáticas não constituem externalidades naturais, mas são socialmente produzidos, distribuídos e legitimados no interior das formações sociais contemporâneas. Beck (2010) argumenta que os riscos característicos da modernidade tardia emergem das próprias formas de organização econômica, tecnológica e política que sustentam o desenvolvimento moderno, tornando insustentável qualquer tentativa de separação entre desastre ambiental e estrutura social. Desse modo, os eventos climáticos extremos não podem ser compreendidos como acidentes fortuitos, mas como expressões históricas de decisões políticas, modelos produtivos e regimes de governança que produzem vulnerabilidade de forma sistemática.

Essa perspectiva é aprofundada pelas contribuições de Giddens (2010) e Hulme (2009), que deslocam a compreensão do clima do domínio estritamente físico-natural para o campo das relações sociais, políticas e culturais. Ao enfatizarem que o clima também se constitui como uma construção social, esses autores demonstram que os riscos climáticos não existem apenas como fenômenos objetivos, mensuráveis por indicadores científicos, mas como realidades mediadas por narrativas, regimes de conhecimento e disputas de poder. Assim, o aquecimento global não adquire sentido político apenas por sua materialidade biofísica, mas pelos enquadramentos simbólicos e institucionais que orientam sua circulação no espaço público e sua tradução em agendas de ação ou de inação.

Nesse sentido, a percepção social do risco climático é profundamente assimétrica. Determinados impactos tendem a ser amplificados, enquanto outros são silenciados, conforme os interesses econômicos em jogo, a capacidade de determinados atores influenciarem a agenda pública e a posição que ocupam nas estruturas de poder. Giddens (2010) destaca que a ação política diante das mudanças climáticas é frequentemente marcada por adiamentos estratégicos, nos quais a ausência de respostas imediatas é justificada pela incerteza científica, pela complexidade do problema ou pela priorização de agendas econômicas de curto prazo. Hulme (2009), por sua vez, evidencia que o clima opera como um objeto cultural, passível de múltiplas interpretações e apropriações



discursivas, podendo tanto mobilizar ações transformadoras quanto legitimar a inércia política.

A comunicação e o enfrentamento dos riscos climáticos, portanto, não são processos neutros ou tecnicamente determinados. Eles refletem relações de poder que definem quais territórios são considerados prioritários para a proteção, quais populações são sistematicamente expostas à vulnerabilidade e quais danos ambientais se tornam socialmente aceitáveis. Em contextos urbanos marcados por desigualdades estruturais, essa construção social do risco contribui para a naturalização do colapso em áreas periféricas, onde a degradação dos solos, a recorrência de desastres e a precarização das condições de vida passam a ser percebidas como fatalidades inevitáveis, e não como resultados de decisões políticas historicamente situadas.

Essa leitura é fundamental para compreender por que o colapso climático, embora global em sua dinâmica, se manifesta de forma localizada, desigual e territorialmente seletiva. Ao serem filtrados por narrativas hegemônicas e prioridades políticas específicas, os riscos climáticos transformam-se em instrumentos de gestão diferencial da vida e do território, reforçando processos de injustiça ambiental e evidenciando que a crise climática é, antes de tudo, uma crise de governança, de poder e de produção de sentido.

No contexto urbano, a produção social do risco assume contornos ainda mais evidentes. Processos históricos de segregação socioespacial direcionam populações vulnerabilizadas para áreas ambientalmente instáveis, como encostas, margens de rios e terrenos degradados. Essa exposição diferencial aos impactos climáticos configura o que Acsehrad (2010) define como injustiça ambiental, revelando que determinados grupos sociais são sistematicamente mais afetados pelos danos ambientais, ao mesmo tempo em que permanecem afastados dos processos decisórios que produzem esses riscos.

É nesse cenário que o solo urbano emerge como elemento central na materialização dessas desigualdades. Longe de constituir um componente neutro da paisagem urbana, o solo expressa, de forma condensada, as escolhas políticas, os modelos de ocupação do território e as hierarquias sociais que estruturam a cidade. Sua degradação não é contingente, mas estrutural, refletindo decisões econômicas e políticas que naturalizam a precariedade territorial e transferem os custos ambientais para populações



historicamente marginalizadas. Assim, o solo urbano consolida-se como operador sociológico privilegiado para compreender como o risco climático é produzido, distribuído e vivido no cotidiano das cidades.

### **O solo urbano como arquivo material do Antropoceno**

Compreender o solo urbano como operador sociológico implica reconhecê-lo como arquivo material da história social urbana, no qual se inscrevem, de forma estratificada, os efeitos de processos históricos, políticos e econômicos que moldaram a produção das cidades. Nos seus estratos acumulam-se marcas da especulação imobiliária, da ausência de planejamento urbano, do racismo ambiental e da subordinação sistemática da natureza à lógica da acumulação capitalista. O solo, nesse sentido, não constitui um suporte neutro da urbanização, mas um registro material das relações de poder que organizaram o espaço urbano ao longo do tempo.

Essa leitura dialoga com a crítica marxista da urbanização, segundo a qual a cidade deve ser compreendida como produto histórico da circulação do capital. Harvey (2014) argumenta que a urbanização opera como estratégia central de absorção de excedentes, convertendo o espaço urbano em campo privilegiado de valorização do capital. Nesse processo, o solo urbano é continuamente reconfigurado como mercadoria, sendo apropriado, fragmentado e revalorizado de acordo com interesses econômicos dominantes. A degradação ambiental associada à urbanização não constitui, portanto, um efeito colateral indesejado, mas parte constitutiva da lógica de produção do espaço.

Do mesmo modo, Smith (2020) demonstra que o desenvolvimento capitalista é inerentemente desigual, produzindo diferenciações espaciais que se expressam tanto na valorização seletiva de determinados territórios quanto na degradação sistemática de outros. No contexto urbano, essa lógica de desenvolvimento desigual transforma o solo em marcador material das hierarquias socioespaciais, convertendo áreas periféricas em zonas de sacrifício ambiental. A degradação do solo urbano, nesse sentido, expressa a territorialização da desigualdade, tornando visível a articulação entre classe, raça e espaço.



A degradação do solo urbano não se limita, contudo, à perda de suas propriedades físico-químicas. Ela expressa a ruptura de relações ecológicas, sociais e simbólicas que sustentam a vida urbana. Quando o solo deixa de cumprir funções básicas, como a infiltração da água, a sustentação da vegetação ou a regulação microclimática, ele evidencia a falência das separações modernas entre cidade e natureza. O colapso do solo revela que a urbanização não ocorre sobre a natureza, mas por meio dela, produzindo o que Swyngedouw (2004) denomina de socio-natureza, isto é, uma configuração híbrida na qual processos sociais e naturais tornam-se inseparáveis.

Essa perspectiva converge com as críticas ontológicas ao Antropoceno, que problematizam as categorias modernas de natureza e sociedade. Latour (2020) argumenta que a crise ecológica contemporânea expõe a impossibilidade de sustentar a distinção moderna entre humanos e não humanos, uma vez que os efeitos das ações humanas retornam sob a forma de instabilidade climática, degradação dos solos e colapso dos sistemas ecológicos. O solo urbano emerge, nesse contexto, como um ator material que responde às intervenções humanas, evidenciando os limites do projeto moderno de controle da natureza.

Moore (2016), ao propor o conceito de Capitaloceno, aprofunda essa crítica ao enfatizar que a crise ecológica não resulta de uma humanidade abstrata, mas de um sistema histórico específico baseado na exploração do trabalho humano e da natureza. O solo urbano, enquanto espaço de convergência entre exploração ambiental e desigualdade social, torna-se expressão privilegiada dessa articulação histórica entre acumulação de capital e degradação ecológica. Sua exaustão material reflete a exaustão de um modelo civilizatório que tratou a Terra como recurso infinito.

Assim, compreender o solo urbano como arquivo material do Antropoceno implica reconhecer que o colapso climático não se manifesta apenas em escalas globais abstratas, mas se territorializa no cotidiano das cidades. O solo registra, em sua materialidade degradada, as escolhas políticas que priorizaram o crescimento econômico em detrimento da sustentabilidade, a valorização imobiliária em detrimento do direito à cidade e a sobrevivência do poder em detrimento da sobrevivência da vida. Nessa condição, o solo urbano deixa de ser apenas objeto de análise ambiental e se afirma como



categoria central para uma sociologia crítica do colapso climático e das possibilidades de permanência da vida em contextos urbanos.

### **Viver nas ruínas: ontologias do colapso e permanência da vida**

As contribuições de Haraway (2023) e Tsing (2022) oferecem um deslocamento decisivo na forma de compreender a crise climática, ao recusarem tanto as narrativas apocalípticas quanto as promessas *tecnossolucionistas* que dominam parte significativa do debate contemporâneo. Em vez de projetarem a crise como evento futuro ou como problema a ser resolvido por inovações técnicas, essas autoras propõem uma atenção radical ao presente, às condições concretas de existência e às formas de vida que persistem em mundos já profundamente degradados.

Ao defender a necessidade de “ficar com o problema”, Haraway (2023) propõe uma ética e uma ontologia da convivência em um mundo ferido, no qual não há retorno a um passado idealizado nem garantias de redenção futura. Essa perspectiva desloca o foco da busca por soluções totais para a construção de relações situadas de cuidado, responsabilidade e corresponsabilidade entre humanos e não humanos. Viver nas ruínas, nesse sentido, não significa resignar-se ao colapso, mas aprender a habitar um mundo instável, reconhecendo a interdependência entre espécies, territórios e processos ecológicos.

Tsing (2022), ao analisar as possibilidades de vida nas ruínas do capitalismo, aprofunda esse deslocamento ao demonstrar que o colapso não implica o fim absoluto da vida, mas a emergência de formas precárias, contingentes e não escaláveis de existência. A autora evidencia que, nas fissuras deixadas pela destruição capitalista, surgem modos de vida que escapam às lógicas de crescimento, eficiência e controle. Essas formas de existência não operam segundo a racionalidade do progresso contínuo, mas por meio de arranjos frágeis, improvisados e profundamente dependentes de condições locais. O colapso, assim, não elimina a vida, mas transforma radicalmente suas condições de possibilidade.

Essa compreensão permite pensar o colapso climático não apenas como catástrofe terminal, mas como processo que reorganiza ontologias e práticas sociais. Em contextos



urbanos marcados pela degradação dos solos, pela instabilidade ambiental e pela precarização das condições de vida, emergem práticas de permanência que desafiam a lógica da destruição contínua. Hortas comunitárias em terrenos degradados, estratégias locais de contenção da erosão e formas de cuidado territorial constituem exemplos de como a vida insiste mesmo quando os fundamentos materiais da cidade entram em colapso.

A essa discussão soma-se a crítica epistemológica de Krenak (2022), que questiona a própria noção moderna de futuro como promessa abstrata e linear. Ao propor a ideia de futuro ancestral, o autor desloca o horizonte temporal dominante, afirmando que a continuidade da vida depende da reconexão com a memória viva da Terra e com saberes historicamente marginalizados pelo projeto moderno-colonial. Esse deslocamento temporal é também ontológico, pois recusa a separação entre humanidade e natureza e recoloca o território como sujeito de relações, e não como recurso disponível à exploração.

Essa crítica converge com reflexões de Latour (2020), para quem o novo regime climático impõe a necessidade de redefinir o que significa habitar a Terra. O autor argumenta que a crise ecológica contemporânea dissolve as fronteiras entre natureza e política, exigindo uma reorientação ontológica que reconheça os territórios como atores centrais na organização da vida coletiva. Viver nas ruínas, nessa perspectiva, implica abandonar a ilusão de domínio sobre a Terra e aprender a negociar com seus limites materiais.

Do mesmo modo, autores como Povinelli (2016) contribuem para aprofundar essa discussão ao analisar como as formas tardias do liberalismo administram a vida em contextos de esgotamento ecológico. A autora demonstra que, em muitos territórios, a sobrevivência se dá em condições de “quase-vida”, nas quais a distinção entre viver e não viver torna-se cada vez mais tênue. Essa abordagem é particularmente relevante para compreender os contextos urbanos periféricos, nos quais a degradação dos solos e a recorrência de desastres ambientais produzem formas de existência marcadas pela instabilidade permanente.

Assim, pensar o viver nas ruínas como ontologia do colapso implica reconhecer que a crise climática não se limita a um problema ambiental, mas redefine profundamente



as condições de existência, os regimes de conhecimento e as formas de relação com o mundo. A permanência da vida, nesse contexto, não se funda na promessa de restauração plena, mas na capacidade de construir vínculos, cuidados e práticas situadas em territórios degradados. O solo urbano, enquanto materialidade viva e instável, torna-se espaço privilegiado dessa ontologia da permanência, registrando tanto as marcas do colapso quanto as tentativas de recomposição da vida em meio às ruínas.

### **Política da sobrevivência: do poder à vida**

A noção de política da sobrevivência encontra uma formulação clássica na teoria política desenvolvida por Mesquita *et al.* (2004), para quem a permanência no poder constitui o princípio organizador da ação política em diferentes regimes. Nessa abordagem, decisões governamentais são orientadas menos por compromissos normativos ou éticos e mais pela necessidade de manter coalizões mínimas vencedoras, ainda que isso implique a externalização sistemática de custos sociais, territoriais e ambientais. A sobrevivência política, nesse sentido, estrutura-se como racionalidade instrumental que hierarquiza vidas, territórios e ecossistemas conforme sua utilidade para a manutenção do poder.

No contexto da crise climática, essa racionalidade adquire contornos particularmente agudos. A sobrevivência política não se sustenta apenas pela gestão material dos territórios, mas também pela administração dos fluxos de informação e pela produção de narrativas que organizam a percepção social do risco. Harari (2018) observa que, em um cenário marcado pela saturação informacional, a clareza constitui um recurso estratégico de poder. Tal *insight* permite compreender como a ambiguidade discursiva, a fragmentação das informações e a disputa de sentidos operam como mecanismos de adiamento da ação climática. Ao controlar a inteligibilidade do colapso, atores políticos conseguem deslocar responsabilidades, diluir causalidades estruturais e naturalizar processos de degradação ambiental.

Essa lógica discursiva e informacional articula-se ao que Latour (2020) denomina novo regime climático, no qual a crise ecológica deixa de ser um problema externo à política e passa a reconfigurar os próprios fundamentos da governança. Entretanto, em vez de promover uma reorganização profunda das prioridades políticas, a resposta



dominante tem sido a manutenção de arranjos institucionais que protegem interesses econômicos estabelecidos. Nesse quadro, a degradação dos solos urbanos periféricos emerge não como anomalia, mas como resultado previsível de decisões orientadas pela sobrevivência do poder, que convertem determinados territórios em zonas de sacrifício ambiental.

A economia política do risco climático reforça essa interpretação. Autores como Harvey (2014) e Moore (2016) demonstram que o capitalismo contemporâneo administra suas crises por meio da deslocação espacial dos danos, transferindo custos ambientais para populações e territórios com menor capacidade de resistência política. A precarização dos solos urbanos em áreas periféricas, frequentemente habitadas por populações racializadas e empobrecidas, evidencia como a política da sobrevivência do capital e do Estado opera pela produção diferencial da vulnerabilidade.

Entretanto, ao deslocar o foco analítico dos centros decisórios para os territórios afetados pelo colapso climático, emerge uma outra concepção de política da sobrevivência. Diferentemente da racionalidade instrumental do poder, as práticas de sobrevivência observadas em contextos de degradação socioambiental operam segundo éticas do cuidado, da permanência e da recomposição da vida. Trata-se de uma política que não se organiza em torno da conquista ou da manutenção do poder institucional, mas da possibilidade concreta de continuar existindo em condições materiais adversas.

Essa inflexão dialoga diretamente com as ontologias do colapso discutidas por Haraway (2023) e Tsing (2022), para quem a vida persiste não apesar das ruínas, mas precisamente nelas. A política da sobrevivência da vida funda-se em práticas situadas, relacionais e não escaláveis, que articulam saberes científicos, conhecimentos locais e experiências cotidianas de enfrentamento da crise. Nesse contexto, o solo urbano deixa de ser apenas objeto de gestão técnica e passa a constituir elemento central de práticas políticas de cuidado e resistência.

É nesse horizonte que os estudos sobre educação em solos adquirem relevância analítica e política, ao deslocarem o solo do estatuto de objeto técnico para o de mediação epistemológica e pedagógica da crise climática. Pesquisas recentes indicam que o conhecimento situado sobre o solo possibilita a construção de saberes críticos voltados à sustentabilidade e à justiça ambiental, na medida em que articula dimensões científicas,



territoriais e cidadãs em contextos concretos de vulnerabilidade socioambiental (Nascimento; Marques, 2025a). Ao ancorar o processo educativo na materialidade do território vivido, a educação em solos rompe com abordagens abstratas da crise climática e favorece a compreensão das relações estruturais entre degradação ambiental, decisões políticas e desigualdades sociais.

Nessa perspectiva, o solo urbano opera como dispositivo pedagógico e político, capaz de condensar memórias ambientais, experiências de risco e práticas cotidianas de sobrevivência. Ao mediar processos educativos em territórios marcados por instabilidade ambiental, o solo torna-se suporte de narrativas que articulam passado, presente e futuro, fortalecendo vínculos de pertencimento territorial e ampliando a capacidade coletiva de interpretação crítica do colapso climático. Essas práticas educativas não apenas informam sobre a degradação dos solos, mas produzem condições para a emergência de ações coletivas orientadas ao cuidado, à recomposição territorial e à permanência da vida, configurando-se, assim, como eixo pedagógico central da política da sobrevivência da vida (Nascimento; Marques, 2025b).

A centralidade do solo nessa política da permanência é reforçada por sua dimensão material e biofísica. Estudos na área da ciência do solo demonstram que as mudanças climáticas alteram significativamente a dinâmica de elementos essenciais, como o selênio, com implicações diretas para a saúde humana e para os sistemas alimentares (El-Ramady *et al.*, 2015). Esses achados evidenciam que a crise climática não pode ser dissociada da materialidade do solo, pois é nele que se articulam processos ecológicos, condições de vida e desigualdades sociais.

Assim, a política da sobrevivência revela-se como campo de tensão entre duas racionalidades distintas. De um lado, a sobrevivência do poder, orientada por cálculos estratégicos, gestão diferencial do risco e naturalização do colapso em territórios periféricos. De outro, a sobrevivência da vida, sustentada por práticas de cuidado, conhecimento situado e recomposição das relações entre sociedade e natureza.

É precisamente nesse ponto que o solo urbano se afirma como operador sociológico dessa tensão, uma vez que é em sua materialidade que essas racionalidades se tornam concretas, visíveis e disputadas. A degradação, a impermeabilização ou a contaminação do solo não apenas refletem decisões políticas, mas também condicionam

as possibilidades de vida, circulação, moradia e permanência nos territórios urbanos. O solo, portanto, não atua como mero suporte passivo, mas como elemento que medeia, intensifica e, em certos contextos, limita as formas de existência social.

Compreender essa tensão, a partir do solo urbano, é fundamental para analisar o colapso climático não apenas como falha ambiental, mas como disputa política materializada no território, na qual se definem, de forma concreta, quais vidas podem ser sustentadas e quais são expostas à precarização quando o próprio chão deixa de garantir as condições mínimas de reprodução da vida.

### Considerações finais

Este artigo sustenta que não há futuro sem chão, ao compreender o solo urbano como operador sociológico central para a análise do colapso climático nas cidades contemporâneas. Ao longo do texto, buscou-se responder à questão de como o solo, enquanto materialidade historicamente produzida, permite compreender a crise climática não apenas como fenômeno ambiental, mas como processo social, político e ontológico, profundamente atravessado por desigualdades estruturais e disputas de poder.

A análise desenvolvida evidenciou que os riscos climáticos são socialmente produzidos e distribuídos de forma desigual, sendo o espaço urbano um *locus* privilegiado dessa assimetria. Nesse contexto, o solo urbano emergiu como arquivo material do Antropoceno periférico, registrando em sua degradação os efeitos acumulados da urbanização desigual, da mercantilização da terra, do racismo ambiental e da externalização sistemática dos custos socioambientais. Assim, o colapso climático mostrou-se indissociável das escolhas políticas e econômicas que historicamente organizaram a produção do espaço urbano.

Ao articular as contribuições da sociologia do risco, da economia política urbana, das ontologias do colapso e da teoria da sobrevivência política, o artigo demonstrou que a crise climática explicita uma tensão estrutural entre duas racionalidades distintas. De um lado, a sobrevivência do poder, orientada por cálculos estratégicos, gestão diferencial do risco e naturalização da degradação em territórios politicamente fragilizados. De outro, a sobrevivência da vida, sustentada por práticas situadas de cuidado, permanência e



recomposição das relações entre sociedade e natureza. Essa tensão revelou-se fundamental para compreender por que determinados territórios urbanos se tornam zonas de sacrifício, enquanto outros são protegidos e valorizados.

Uma contribuição central do estudo consiste em evidenciar o solo urbano não apenas como objeto de análise ambiental, mas como categoria analítica capaz de articular materialidade, poder e política. Ao reconhecer o solo como mediador de processos educativos, de memória ambiental e de ação coletiva, o texto destacou o papel da educação em solos como eixo pedagógico da política da sobrevivência da vida, ao favorecer a construção de saberes críticos, o fortalecimento do pertencimento territorial e a ampliação da capacidade coletiva de interpretação do colapso climático.

Entretanto é necessário reconhecer as limitações deste trabalho. Por tratar-se de um estudo de natureza teórica, o artigo não incorporou investigações empíricas de campo, o que restringe a possibilidade de aprofundar a análise das práticas concretas de sobrevivência em territórios específicos. Além disso, a abordagem adotada privilegiou determinados referenciais teóricos, o que, embora tenha garantido densidade conceitual, abre espaço para diálogos ainda mais amplos com outras tradições analíticas e contextos geográficos.

Como desdobramentos futuros, sugerem-se pesquisas empíricas que investiguem, em escala local, como comunidades urbanas vivenciam o colapso climático a partir da materialidade do solo, bem como estudos comparativos entre diferentes cidades e territórios. Do mesmo modo, investigações que articulem educação, políticas públicas e gestão do solo urbano podem contribuir para aprofundar a compreensão das possibilidades e limites de uma política da permanência da vida em contextos de crise climática.

Em síntese, ao afirmar que não há futuro sem chão, este artigo demonstrou que enfrentar o colapso climático exige deslocar o olhar para o território, para a materialidade do solo e para as relações sociais que o constituem. Mais do que antecipar futuros abstratos, trata-se de compreender as condições concretas de sobrevivência no presente e de construir, a partir do chão urbano, possibilidades éticas, políticas e pedagógicas de continuidade da vida em um mundo marcado pela instabilidade climática.



## Referências

- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/10469>. Acesso em: 2 dez. 2025.
- BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- EDO, L. Mudanças climáticas, abordagens totalitárias e diversidade de vozes: desafios, hegemonias e alternativas na gestão da crise climática. **Artífices**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 34-52, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55847/artifices.v6i1.1235>. Disponível em: <https://publicacoes.ifba.edu.br/artifices/article/view/1235>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- EL-RAMADY, Hassan; ABDALLA, Neama; ALSHAAL, Tarek; DOMOKOS-SZABOLCSY, Éva; ELHAWAT, Neven; PROKISCH, József; SZTRIK, Attila; FÁRI, Miklós; EL-MARSAFAWY, Samia; SHAMS, Mohamed S. Selenium in soils under climate change: implication for human health. **Environmental Chemistry Letters**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 1-19, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10311-014-0480-4>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10311-014-0480-4>. Acesso em: 2 nov. 2025.
- GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2019.
- HARARI, Y. N. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- HARAWAY, D. J. **Ficar com o problema**: fazer parentes do Chthluceno. São Paulo: N-1 Edições, 2023.
- HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HULME, M. **Why we disagree about climate change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- LATOUR, B. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- MESQUITA, B. B.; SMITH, A.; SIVERSON, R. M.; MORROW, J. D. **The logic of political survival**. Cambridge. The MIT Press, 2004.
- MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2025.
- MOORE, J. W. **Anthropocene or capitalocene?** Oakland: PM Press, 2016.



NASCIMENTO, M. S.; MARQUES, J. D. O. Agenda 2030: a importância da educação em solos para alcançar as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 42, n. 1, p. 341-363, 2025a. DOI: <https://doi.org/10.63595/remea.v42i1.16822>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/16822>. Acesso em: 2 out. 2025.

NASCIMENTO, M. S.; MARQUES, J. D. O. Solos urbanos e catástrofes anunciadas: percepções docentes, narrativas e práticas escolares em territórios de risco. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, v. 2, p. 157-174, 2025b. DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v2.4235>. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/4235>. Acesso em: 2 jan. 2025.

POVINELLI, E. A. **Geontologies: a requiem to late liberalism**. Durham: Duke University Press, 2016.

ROSENZWEIG, C.; HILLEL, D. Soils and global climate change: challenges and opportunities. **Soil science**, [S. l.], v. 165, n. 1, p. 47-56, 2000. Disponível em: [https://journals.lww.com/soilsci/abstract/2000/01000/soils\\_and\\_global\\_climate\\_change\\_challenges\\_and.7.aspx](https://journals.lww.com/soilsci/abstract/2000/01000/soils_and_global_climate_change_challenges_and.7.aspx). Acesso em: 2 nov. 2025.

SHIRTS, M. **Emergência climática: o aquecimento global, o ativismo jovem e a luta por um mundo melhor**. São Paulo: Claro Enigma, 2022.

SMITH, N. **Desarrollo desigual. Naturaleza, capital y la producción del espacio**. 2020. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

SWYNGEDOUW, E. **Social power and the urbanization of water: flows of power**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

TSING, A. **O cogumelo no fim do mundo**. São Paulo: N-1 Edições, 2022.

Recebido em: 02/01/2026.

Aceito em: 22/04/2026.



## TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, (IN)JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E A PRODUÇÃO DE MUNDOS POSSÍVEIS NO ANTROPOCENO<sup>1</sup>

### *ENERGY TRANSITION, SOCIO-ENVIRONMENTAL (IN)JUSTICE, AND THE MAKING OF POSSIBLE WORLDS IN THE ANTHROPOCENE*

Silvia Cristina de Jesus \*

#### Resumo

Este artigo analisa a transição energética a partir de uma perspectiva teórico-analítica, problematizando seus efeitos socioambientais e territoriais à luz do Antropoceno. Parte-se do entendimento de que, embora necessária frente à crise climática e à insustentabilidade dos sistemas fósseis, a transição energética não se realiza de forma neutra ou homogênea. Com base em revisão teórica interdisciplinar ancorada na ecologia política e na justiça socioambiental, o estudo analisa como a ampliação de infraestruturas energéticas e das cadeias produtivas associadas tem reproduzido assimetrias históricas, externalizando impactos ambientais e sociais para territórios específicos e populações vulnerabilizadas. Argumenta-se que esses processos configuram conflitos ecológico-distributivos e produzem “ruínas” materiais, sociais e simbólicas, reconfigurando passivos ambientais e formas de vida em vez de superá-los. O artigo também dialoga com abordagens cosmopolíticas orientadas ao cuidado e à responsabilidade, deslocando o foco da eficiência tecnocrática para as condições concretas de coexistência em territórios marcados por degradação ambiental e conflitos sociais. Como contribuição, o texto articula diferentes campos teóricos para evidenciar os limites de uma transição energética orientada exclusivamente por critérios técnicos e econômicos, apontando a justiça socioambiental como eixo estruturante para a reorientação normativa e política da transição e para a construção de mundos possíveis no Antropoceno.

**Palavras-chave:** ecologia política; conflitos ecológico-distributivos; cosmopolíticas do cuidado; justiça climática.

#### Abstract

This article offers a theoretical-analytical approach to energy transition processes, addressing their socio-environmental and territorial implications in the context of the Anthropocene. While widely framed as a necessary response to climate change and the unsustainability of fossil fuel systems, energy transitions are not inherently neutral or equitable. Based on an interdisciplinary theoretical review grounded in political ecology and environmental justice, the study analyzes how the expansion of energy infrastructures and associated production chains has reproduced historical asymmetries, externalizing environmental and social impacts onto specific territories and

<sup>1</sup> Declaro que o texto do manuscrito “Transição energética, (in)justiça socioambiental e a produção de mundos possíveis no Antropoceno” foi integralmente elaborado pela autora. Ferramentas automatizadas foram utilizadas apenas em tarefas de apoio editorial, especificamente: (i) verificação de consistência entre citações e referências; (ii) adequação do resumo ao limite de palavras; e (iii) apoio à tradução do abstract. Não houve uso de IA para redação, interpretação teórica ou produção de resultados.

\* Doutora em Ciências Ambientais (UFSCar), Brasil. Pesquisadora da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: [silvia.jesus@ufscar.br](mailto:silvia.jesus@ufscar.br).



vulnerable populations. These dynamics are interpreted as ecological distribution conflicts and as processes that generate material, social, and symbolic “ruins,” reconfiguring rather than resolving the environmental liabilities of previous energy regimes. The study also engages with cosmopolitical approaches oriented toward care and responsibility, shifting the focus from technocratic efficiency to the concrete conditions of coexistence in territories marked by environmental degradation and social conflicts. As a theoretical contribution, the article integrates multiple critical perspectives to expose the limits of energy transitions driven primarily by technical and economic rationalities, emphasizing socio-environmental justice as a key framework for reorienting transition pathways and for envisioning alternative, more just possible worlds in the Anthropocene.

**Keywords:** political ecology; ecological-distributive conflicts; care cosmopolitics; climate justice.

## Introdução

A crise climática contemporânea tem sido amplamente reconhecida como uma crise civilizatória que ultrapassa a dimensão ambiental e questiona os fundamentos históricos das relações entre sociedade, natureza, tecnologia, economia e política (Wagner, 2022). O agravamento das condições climáticas sinaliza os limites de um modelo de desenvolvimento que se apoia na exploração intensiva de bens naturais, na expansão contínua do consumo e na desigual distribuição de riscos e benefícios ambientais (Beck, 2011; Fligstein, 2025). O Antropoceno emerge aqui como uma categoria analítica que expressa a profundidade das transformações em curso e a impossibilidade de dissociar processos naturais e sociais (Olsson et al., 2017).

Tais transformações se materializam por meio de “fins de mundo” múltiplos, localizados e desiguais, experimentados de maneira persistente por povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos e pequenos agricultores cujos territórios são atravessados por projetos energéticos e por cadeias produtivas associadas (Deivanayagam et al., 2023; Ngcamu, 2023; Tsing, 2015). Esses fins de mundo não correspondem a um evento apocalíptico global, mas a processos graduais de perda, desterritorialização, degradação ambiental e erosão de modos de vida, como amplamente discutido pela literatura da justiça ambiental (Acselrad et al., 2009; Martínez-Alier, 2018; Wolf et al., 2025). Como sugerem as cosmopolíticas de Haraway (2016) e Tsing (2015), trata-se de um mundo marcado por ruínas, fricções e coexistências forçadas, no qual diferentes formas de vida precisam aprender a habitar territórios danificados, atravessados por conflitos e assimetrias de poder.



É nesse cenário que a transição energética se consolida como a principal narrativa de futuro frente à crise climática. A substituição de fontes fósseis por renováveis, a descarbonização das matrizes energéticas e a expansão de infraestruturas consideradas “limpas” (como hidrelétricas, parques eólicos, usinas solares, biocombustíveis e aproveitamentos oceânicos) são apresentadas como respostas necessárias e inadiáveis para a mitigação das mudanças climáticas (Bondarik et al, 2018; Teixeira; Silva, 2021). De fato, o enfrentamento da crise climática pressupõe a redução drástica das emissões de gases de efeito estufa e o abandono progressivo dos combustíveis fósseis (Barthelmie; Pryor, 2021; Naeem et al., 2023; Osman et al., 2023). No entanto, a transição energética configura-se como um processo profundamente político, territorial e social, para além de uma solução técnica ou tecnológica, cujos efeitos se distribuem de forma desigual no espaço (Brock et al., 2021; Sovacool, 2021; Yang et al., 2024). Ao deslocar o foco da produção energética, a transição reorganiza territórios, redefine usos da terra, reconfigura infraestruturas e reativa dinâmicas históricas de apropriação e exploração de bens naturais. Assim, ainda que necessária do ponto de vista climático, a transição energética não é neutra. Seus custos, riscos e benefícios são mediados por relações de poder, por arranjos institucionais e por escolhas políticas que tendem a reproduzir desigualdades socioambientais preexistentes, especialmente em regiões periféricas do sistema econômico global (Golubchikov; O’Sullivan, 2020; Sovacool, 2021; UNEP, 2025).

Dados apresentados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP, 2025) mostram que a expansão da demanda por minerais estratégicos para a transição energética tem intensificado pressões socioambientais em diferentes países do Sul Global, especialmente na América do Sul, onde se concentram reservas relevantes de lítio, cobre e outros insumos críticos. Esses processos estão associados ao aumento de conflitos por uso da água e da terra, impactos sobre ecossistemas frágeis e tensões com comunidades indígenas e populações locais, além de uma forte dependência de investimentos externos e inserção em posições de menor poder em cadeias globais de materiais.

Torna-se, então, necessário compreender a transição energética para além de seus objetivos climáticos agregados, incorporando suas materializações territoriais e seus efeitos socioambientais concretos. Isso implica analisar, de forma articulada, três

dimensões interdependentes. A primeira refere-se à desterritorialização, entendida como a reconfiguração dos usos e do controle do território associada à implantação de infraestruturas energéticas, incluindo deslocamentos, restrições ao acesso a recursos e perda de autonomia territorial (Broto; Calvet, 2020; O’Sullivan et al., 2020). A segunda diz respeito aos impactos ambientais e à qualidade de vida, envolvendo processos como degradação ambiental, pressões difusas e alterações nos sistemas ecológicos que incidem diretamente sobre práticas produtivas, saúde e reprodução social de populações territorialmente situadas (Acsehrad, 2002; Porto et al., 2013; Sant’Anna et al., 2023). A terceira dimensão corresponde à ampliação das cadeias materiais e extrativas que sustentam a transição, aqui compreendida como uma expansão de sua pegada ecológica em sentido ampliado, marcada pela intensificação da mineração, pelo deslocamento espacial de impactos e pela concentração de custos socioambientais em territórios periféricos inseridos em cadeias globais de materiais e energia (Islam et al., 2022; Martínez-Alier, 2018; Sovacool et al., 2020; Wackernagel et al., 2002). Em conjunto, essas dimensões evidenciam que a transição energética reorganiza simultaneamente territórios, ecossistemas e fluxos globais de recursos, articulando benefícios climáticos a custos socioambientais desigualmente distribuídos.

Para analisar essas dinâmicas, este artigo propõe compreender a transição energética a partir dessas três dimensões socioambientais interrelacionadas. O objetivo é analisar como a transição energética se materializa territorialmente a partir desses processos, articulando contribuições da Sociologia Ambiental, da Ecologia Política e das cosmopolíticas de Donna Haraway (2016) e Anna Tsing (2015). A pergunta central que orienta a análise é: de que forma a transição energética, enquanto resposta necessária à crise climática, produz convergências de impactos socioambientais em diferentes territórios, e quais são as implicações desses processos para a justiça socioambiental no Antropoceno?

### **Sociologia ambiental, ecologia política e cosmopolíticas do Antropoceno**

A análise da transição energética no contexto do Antropoceno exige um enquadramento teórico capaz de articular crise ambiental, desigualdade social, conflitos territoriais e disputas epistemológicas. Para tanto, este artigo dialoga com a Sociologia



Ambiental e a Ecologia Política, em interlocução com as cosmopolíticas contemporâneas formuladas por Haraway (2016) e Tsing (2015). Esse referencial permite compreender a transição energética como um processo político e territorial que redistribui de forma desigual riscos e benefícios, ultrapassando a ideia de uma simples mudança técnico-produtiva voltada à mitigação climática.

A Sociologia Ambiental tem contribuído de forma decisiva para a compreensão da crise ambiental como expressão de contradições estruturais dos modelos modernos de desenvolvimento, associadas à lógica de crescimento contínuo e à externalização sistemática de custos ambientais e sociais (Schnaiberg, 1980). Ao enfatizar que os impactos ambientais não são socialmente neutros, esse campo evidencia como riscos e danos ambientais recaem de maneira desproporcional sobre populações historicamente vulnerabilizadas, configurando situações recorrentes de injustiça socioambiental (Beck, 2011; Bullard, 1990). Nessa perspectiva, a crise climática pode ser interpretada como uma crise civilizatória, vinculada à mercantilização da natureza e aos limites da racionalidade econômica moderna, deslocando o foco da eficiência técnica para os efeitos sociais e territoriais das políticas ambientais e energéticas (Leff, 2006).

A Ecologia Política reforça essa leitura ao analisar as relações entre poder, natureza e economia, destacando os conflitos socioambientais como dimensões centrais dos processos de apropriação e controle dos bens naturais (Robbins, 2012). No campo da energia, essa abordagem evidencia que as transições energéticas não ocorrem de forma homogênea nem consensual, sendo atravessadas por disputas territoriais, interesses econômicos e assimetrias de poder entre atores globais, nacionais e locais (Sovacool; Dworkin, 2015). A expansão de infraestruturas energéticas, como hidrelétricas, parques eólicos e a mineração de insumos estratégicos, frequentemente implica processos de desterritorialização, reconfiguração de modos de vida e intensificação de conflitos socioambientais, especialmente em regiões periféricas, onde os custos ambientais tendem a se concentrar (Martínez-Alier, 2018; UNEP, 2025). Assim, a transição energética, embora necessária frente à crise climática, também pode produzir novas formas de desigualdade e novas fronteiras de exploração.

Sob esse enfoque, o território assume centralidade analítica como o espaço onde se materializam os efeitos concretos das decisões políticas e econômicas, constituindo-se



como uma dimensão fundamental das relações de poder e dos conflitos socioambientais (Lefebvre, 1991; Haesbaert, 2011). Deste modo, o território configura-se como um campo de relações sociais, simbólicas e ecológicas, e ultrapassa a ideia de um recorte meramente espacial, no qual se expressam disputas por reconhecimento e acesso a recursos (Haesbaert, 2011). A distribuição desigual dos riscos e benefícios da transição energética torna-se particularmente visível quando se observa a concentração de impactos socioambientais em territórios ocupados por povos indígenas, comunidades tradicionais e populações locais, evidenciando a dimensão territorializada da injustiça socioambiental e a produção desigual do espaço (Acsehrad et al., 2009; Harvey, 1996).

As cosmopolíticas do Antropoceno, conforme propostas por Haraway (2016) e Tsing (2015), oferecem um deslocamento teórico relevante ao questionar interpretações da crise ambiental que a tratam como um fenômeno homogêneo, progressivo e abrangente. Essas leituras tendem a invisibilizar as desigualdades históricas e territoriais que marcam tanto a produção quanto a experiência dos impactos ambientais, ao mesmo tempo em que pressupõem trajetórias únicas de degradação ou resolução. Com isso, reduzem a diversidade de modos de vida e formas de relação com a natureza a um enquadramento explicativo único, pouco sensível às múltiplas temporalidades e às especificidades locais. Essas autoras propõem pensar em “fins de mundo” múltiplos, parciais e desiguais, vividos de forma cotidiana em territórios marcados por degradação ambiental, violência e precarização da vida. O Antropoceno é, assim, compreendido como uma condição política e relacional, caracterizada por fricções, ruínas e coexistências forçadas entre humanos e não humanos, indo além de sua definição como época geológica.

Haraway (2016) propõe a ideia de “viver com o problema” como alternativa às narrativas tecnossolucionistas e às leituras apocalípticas da crise ambiental. Para a autora, não se trata de buscar soluções finais ou futuros redentores, mas de assumir a responsabilidade de habitar mundos danificados por meio de relações de cuidado, interdependência e coabitação multiespécie. O conceito de “Chthulucene” desloca o foco do Antropoceno como era do “homem” para uma perspectiva relacional, na qual múltiplas formas de vida estão enredadas em processos históricos e ecológicos complexos, o que se mostra particularmente relevante para a análise dos efeitos territoriais da transição

energética. Tsing (2015), ao examinar as ruínas do capitalismo, evidencia como a vida persiste em contextos de precariedade por meio de arranjos sociotécnicos heterogêneos (*assemblages*) formadas por humanos, não humanos, mercados e ecossistemas. A autora demonstra que os processos econômicos globais se articulam a dinâmicas locais imprevisíveis, produzindo coexistências instáveis e desiguais que escapam à lógica da escalabilidade e do controle total. Aqui, a noção de ruínas aponta para a emergência de formas precárias de existência em territórios já marcados por sucessivas camadas de exploração.

A incorporação das cosmopolíticas de Haraway (2016) e Tsing (2015), em diálogo com contribuições mais amplas do pensamento cosmopolítico (Stengers, 2015), à Sociologia Ambiental e à Ecologia Política permite uma leitura da transição energética que reconhece sua urgência frente à crise climática e, de forma articulada, seus custos socioambientais desigualmente distribuídos. Trata-se de um quadro analítico em que projetos orientados à mitigação climática não estão isentos de produzir novos “fins de mundo” localizados, evidenciando um universo marcado por ruínas, fricções e coexistências impostas. Esse enquadramento teórico possibilita superar contrastes simplórios entre “energia limpa” e “energia suja”, evidenciando que a transição energética se constitui como um processo permeado por conflitos ontológicos e distributivos. Com isso, o referencial sustenta a análise das dimensões socioambientais da transição energética como um processo no qual diferentes mundos entram em fricção, e no qual a justiça socioambiental depende do reconhecimento e da proteção da diversidade de territórios, modos de vida e formas de coexistência.

### **Dimensões socioambientais da transição energética**

A transição energética tem sido apresentada como resposta à crise climática, mas sua implementação envolve a reorganização de relações entre energia, território, natureza e poder, operando em múltiplas escalas e produzindo efeitos desiguais (Sovacool; Brisbois, 2019; Golubchikov; O’Sullivan, 2020; O’Sullivan et al., 2020; Rocha et al., 2025).

Sob essa perspectiva, a transição energética não pode ser compreendida apenas a partir de seus objetivos climáticos globais, mas exige a análise de suas materializações



territoriais concretas, das infraestruturas que a sustentam e das assimetrias sociais que produz ou intensifica. As dimensões socioambientais desse processo (desterritorialização, impactos ambientais e pegada ecológica) são descritas a seguir e buscam explicitar esses aspectos, enfatizando conflitos, impactos e externalidades frequentemente invisibilizados nos discursos da transição.

### **Desterritorialização**

A implantação de grandes infraestruturas associadas à transição energética, como parques eólicos e solares, linhas de transmissão, hidrelétricas, complexos minerários e polos industriais, promove profundas reconfigurações nos usos e funções dos territórios. Essas infraestruturas frequentemente demandam extensas áreas, controle logístico e padronização espacial, subordinando dinâmicas locais a racionalidades externas de produção e circulação de energia (Broto; Calvet, 2020; Lamhamedi; De Vries, 2022; Poggi et al., 2018). Esse processo implica a transformação de territórios vividos em territórios funcionais, orientados prioritariamente à eficiência energética e à integração aos mercados nacionais e globais, em detrimento de usos tradicionais, práticas comunitárias e formas locais de manejo ambiental (Matanzima; Loginova, 2024; O’Sullivan et al., 2020).

A desterritorialização manifesta-se também por meio de deslocamentos físicos e simbólicos, conflitos fundiários e restrições ao acesso a bens comuns, como terra, água e florestas (Andreucci et al., 2023; Barbosa; Nóbrega, 2025; Contreras et al., 2023). Comunidades rurais, povos indígenas e populações tradicionais são frequentemente afetados por processos decisórios centralizados, com baixa participação social e reconhecimento limitado de seus direitos territoriais (Jesus et al., 2024; Randell, 2022; Santos et al., 2025; Silva, 2025). Mesmo na ausência de deslocamento compulsório direto, a imposição de novos usos energéticos pode resultar em perda de autonomia territorial, redefinindo quem decide sobre o território e quais atividades são legítimas (Contreras et al., 2023). A literatura sobre justiça climática interpreta tais processos como formas de erosão da autodeterminação coletiva, uma vez que decisões centrais passam a ser tomadas externamente (Mancilla; Baard, 2024).

Evidências desses processos podem ser observadas em conflitos associados à implantação de grandes hidrelétricas no Brasil, conforme o Quadro 1.

**Quadro 1** – Conflitos socioambientais associados a hidrelétricas no Brasil

Nome do conflito	Estado	Localização do conflito	Área do projeto (ha)	População afetada	Início do conflito
Usina Hidrelétrica Teles Pires	Mato Grosso e Pará	Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta	314.900	80.000	2010
Usina Hidrelétrica de Tucuruí	Pará	Tucuruí	301.400	32.000+	1976
Usina Hidrelétrica de Marabá	Pará, Tocantins e Maranhão	Marabá	111.500	10.000 famílias	2014
Usina Hidrelétrica Dardanelos	Mato Grosso	Aripuanã	200	250.000	2010
Usina Hidrelétrica de Belo Monte	Pará	Altamira	150.000	20.000 a 50.000	1975
Usina Hidrelétrica Aimorés	Minas Gerais	Itueta, Resplendor e Aimorés	280.000	50.000	2005

Fonte: EJATlas (2026). Organizado pela autora.

Os dados apresentados mostram que a desterritorialização associada à transição energética ocorre por meio de intervenções de grande escala territorial e social, com impactos que atingem dezenas de milhares de pessoas e se estendem por longos períodos. A variação entre áreas de projeto e populações afetadas indica que os efeitos desses empreendimentos extrapolam os limites físicos das infraestruturas, alcançando áreas de influência mais amplas e afetando dinâmicas regionais. Além disso, a duração dos conflitos (em alguns casos iniciados ainda na década de 1970) revela a persistência de disputas territoriais associadas à produção de energia, reforçando a ideia de que a desterritorialização constitui um processo contínuo, e não um evento pontual.

Esses processos podem ser compreendidos como efeitos territoriais de cadeias infraestruturais que conectam decisões tomadas em escalas distantes a transformações profundas nos espaços locais. Embora a desterritorialização envolva impactos ambientais concretos, ela é aqui tratada como uma dimensão analítica específica por expressar, de forma mais ampla, processos de perda de controle territorial, reconfiguração de poderes

e desestruturação de relações sociais e simbólicas com o espaço, que não se reduzem aos efeitos biofísicos abordados na seção seguinte.

### **Impactos ambientais e na qualidade de vida**

Embora associada à redução de emissões de gases de efeito estufa, a transição energética pode gerar impactos ambientais significativos em escala local, incluindo desmatamento, fragmentação de habitats, risco geológico, emissão de gases do efeito estufa, contaminação de recursos hídricos e alterações nos regimes ecológicos (Berenguer et al., 2024; Chen et al., 2015; Fearnside, 2001; Freitas, 2016; Gorayeb et al., 2025; Hyde et al., 2018; Rebolo-Ifrán et al., 2025; Usman et al., 2020). Os impactos ambientais se traduzem em efeitos diretos sobre a qualidade de vida e os modos de vida locais, afetando práticas produtivas, segurança alimentar, saúde, mobilidade e relações socioculturais (Acselrad, 2002; Ferreira; Carvalho, 2022; Porto et al., 2013; Sant’Anna et al., 2023). A perda de áreas de uso comum, a redução da biodiversidade e a intensificação de conflitos socioambientais comprometem a reprodução social de comunidades que dependem de relações específicas com o território, configurando conflitos ecológico-distributivos recorrentes em contextos de expansão de grandes empreendimentos (Martínez-Alier, 2018; Svampa, 2019). Tais processos evidenciam que a “energia limpa” não é ambientalmente neutra, sobretudo quando considerada a totalidade de seus efeitos territoriais e ecológicos (Ferreira; Carvalho, 2022; Sant’Anna et al., 2023).

O Quadro 2 sintetiza casos de países da América do Sul que têm papel estratégico na oferta de minerais críticos à transição energética, destacando a relação entre extração, impactos ambientais e efeitos sobre populações locais. Destaca-se, em primeiro lugar, a pressão intensiva sobre recursos hídricos, especialmente em regiões áridas e semiáridas, onde a extração de lítio e cobre tem sido associada à redução de disponibilidade de água, salinização de solos e comprometimento de atividades agrícolas. Em paralelo, observa-se a ocorrência sistemática de contaminação por metais pesados, geração de grandes volumes de rejeitos e degradação de ecossistemas sensíveis, com efeitos cumulativos sobre a qualidade ambiental. Esses processos se articulam à intensificação de conflitos socioambientais, frequentemente relacionados ao uso da água, à ocupação do território e à ausência ou fragilidade de mecanismos de consulta às populações locais.



**Quadro 2** – Minerais da transição energética, impactos socioambientais e conflitos territoriais na América do Sul

<b>País</b>	<b>Mineral de Transição</b>	<b>Reservas Estimadas</b>	<b>Nível de Produção e Extração</b>	<b>Impactos Socioambientais Identificados</b>	<b>Conflitos e Direitos Indígenas</b>
Argentina	Lítio	2.700 mil toneladas métricas (terceira maior reserva global)	6 mil toneladas métricas em 2021 (quarto maior produtor mundial)	Pressão sobre recursos hídricos em regiões áridas e impactos potenciais em ecossistemas de salares	Tensões sobre a gestão de recursos hídricos e consentimento de comunidades locais
Bolívia	Lítio	Maiores recursos mundiais (reservas não quantificadas por falta de exploração avançada)	Produção comercial ainda em fase de testes piloto e plantas industriais adiadas	Riscos potenciais ao ecossistema sensível do Salar de Uyuni e alto consumo de água	Soberania estatal absoluta através da empresa YLB, com debates sobre benefícios locais
Brasil	Nióbio	16.000 mil toneladas métricas (89% das reservas mundiais)	Responsável por 91,5% da produção global em 2020	Danos ambientais por falhas em barragens de rejeitos (ex.: Brumadinho) e degradação de solos	Conflitos sobre posse de terra e impactos em comunidades tradicionais
Chile	Lítio	9.300 mil toneladas métricas (35,6% das reservas globais)	39 mil toneladas métricas em 2021	Esgotamento de reservas de água doce e subterrânea, salinização do solo e diminuição do rendimento agrícola	Comunidades indígenas próximas aos salares contestam a extração de salmoura devido a impactos hídricos
Chile	Cobre	190.000 mil toneladas métricas (30% das reservas globais)	Líder mundial em produção; extração representou 28% da produção global em 2020	Escassez hídrica na região de Antofagasta, poluição de corpos hídricos e geração massiva de rejeitos (890 Mt em 2020)	Alta concentração de conflitos socioambientais mapeados ao longo da cordilheira dos Andes
Peru	Cobre	81.000 mil toneladas métricas	Segundo maior produtor mundial em 2021	Conflitos por uso de água e terra, poluição por metais pesados em solos e sedimentos	Elevado número de conflitos minerários identificados pelo Atlas de Justiça Ambiental na região andina

Fonte: UNEP, 2025. Organizado pela autora.

Outro aspecto relevante refere-se à concentração desses impactos em territórios inseridos de forma subordinada em cadeias globais de fornecimento de materiais, nos quais a expansão da mineração ocorre em associação a investimentos externos e à



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n36.77678.p122-148>

crescente demanda internacional por minerais estratégicos. Nesses contextos, os benefícios econômicos da transição tendem a se distribuir de maneira desigual, enquanto os custos ambientais e sociais permanecem territorialmente concentrados. Assim, a análise comparativa evidencia que a transição energética, ao mesmo tempo em que contribui para a mitigação climática em escala global, pode intensificar processos locais de degradação ambiental e vulnerabilização social, reforçando a centralidade dos impactos ambientais e da qualidade de vida como dimensões críticas para sua avaliação.

### **Pegada ecológica ampliada**

Utiliza-se aqui a noção de pegada ecológica ampliada para designar não apenas os impactos ambientais diretos dos empreendimentos energéticos, mas também os efeitos indiretos, cumulativos e territorialmente deslocados associados às cadeias materiais, logísticas e extrativas que sustentam a transição energética. Embora o conceito clássico de pegada ecológica seja fundamental para entender a pressão dos padrões de consumo sobre os ecossistemas (Wackernagel et al., 2002), sua formulação agregada e predominantemente biofísica mostra-se insuficiente para captar as dimensões sociais, políticas e territoriais dos impactos contemporâneos (Di Ruocco, 2025; Jenkins et al., 2016; Thies et al., 2018).

Ao incorporar o deslocamento espacial dos custos ambientais, frequentemente concentrados em territórios periféricos, enquanto os benefícios da energia “limpa” se realizam em centros urbanos ou países do Norte, a noção ampliada permite evidenciar conflitos territoriais, perda de bens comuns, impactos sobre modos de vida e processos de erosão da autonomia territorial (Martínez-Alier, 2018; Sevá Filho, 2010). Nesse sentido, a pegada ecológica ampliada constitui uma categoria socioambiental e política, articulada aos aportes da Ecologia Política, ao evidenciar trocas ecologicamente desiguais e metabolismo social, e às cosmopolíticas do Antropoceno, ao dialogar com as noções de cadeias, fricções e coexistência em mundos danificados (Tsing, 2015) e com a ética da responsabilidade situada (Haraway, 2016).

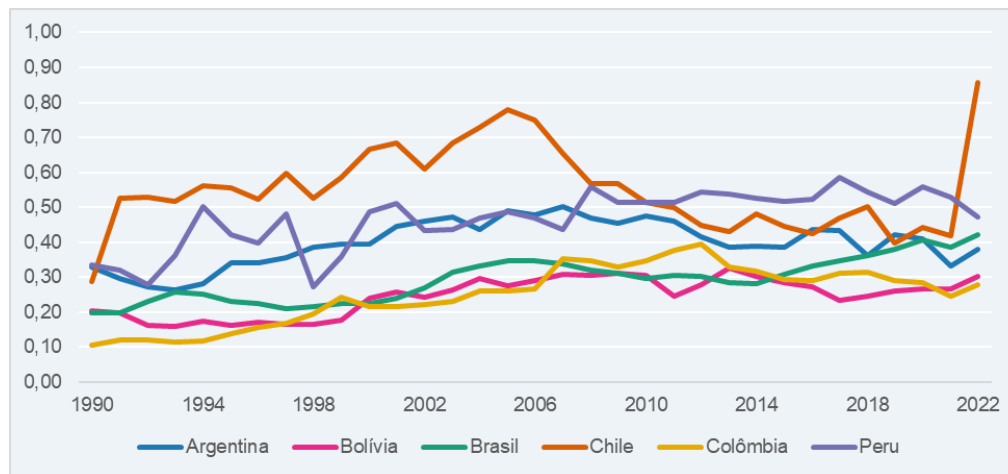
A pegada ecológica da transição energética se expressa, em grande medida, na ampliação da mineração e da reorganização das cadeias globais de materiais, resultando na externalização sistemática de impactos ambientais e sociais. Ou seja, implica uma



expansão significativa da demanda por minerais e materiais estratégicos, como lítio, cobre, níquel, cobalto e terras raras, essenciais para tecnologias renováveis, sistemas de armazenamento e redes inteligentes (Calvo; Valero, 2022; Sovacool et al., 2020). Essa demanda intensifica atividades minerárias e extrativas, frequentemente localizadas em regiões periféricas do sistema econômico global (Sovacool et al., 2020). Como resultado, observa-se uma externalização sistemática dos impactos ambientais e sociais, nos quais territórios específicos assumem os custos ecológicos da transição, enquanto os benefícios energéticos e climáticos são apropriados em outras escalas (Costa et al., 2023; Dorn; Dietz, 2024; Martínez-Alier, 2018; Sovacool, 2021). Essa dinâmica revela a profunda conexão entre transição energética, neoextrativismo e economia política global, questionando a ideia de uma ruptura estrutural com os padrões históricos de apropriação da natureza. Em muitos casos, a transição reproduz relações coloniais e dependentes, reforçando desigualdades socioambientais sob novas justificativas climáticas (Andreucci et al., 2023; Svampa, 2019).

Dados sistematizados pela York University (2025), a partir dos componentes de pegada ecológica de produção (EFP), importações (EFI) e exportações (EFE), permitem derivar uma medida de externalidade ambiental. Neste trabalho, a externalidade foi operacionalizada como a razão entre a pegada ecológica incorporada nas exportações e a pegada ecológica de consumo (EFE/EFC), indicando a parcela das pressões ambientais associadas à produção nacional que é direcionada para atender demandas externas. Trata-se de um indicador que não se restringe a setores específicos, como a mineração, mas captura o conjunto das pressões ambientais associadas às economias nacionais, incluindo produção, consumo e comércio internacional.

A evolução desse indicador para países da América do Sul entre 1990 e 2022 (Figura 1) evidencia tendências consistentes de externalização ambiental, ainda que com trajetórias nacionais diferenciadas.

**Figura 1** – Evolução da externalização ambiental associada ao consumo (EFE/EFC) na América do Sul (1990-2022)

Fonte: York University (2025). Organizado pela autora.

De modo geral, observa-se a intensificação da inserção da região em cadeias globais baseadas em bens naturais, com aumento da parcela de impactos ambientais associados à produção voltada à exportação. Esse movimento é particularmente evidente em economias com forte especialização em *commodities* minerais e agrícolas, como Chile, Peru e, em menor medida, Brasil e Colômbia, nas quais a externalização se apresenta de forma mais pronunciada e, em alguns casos, mais intensificada. Em contraste, outros países, como Argentina e Bolívia, exibem trajetórias mais graduais ou oscilatórias, refletindo a influência de ciclos econômicos, mudanças na demanda internacional e reconfigurações nas políticas de exploração e comércio de recursos. Em conjunto, esses padrões reforçam a interpretação de que a transição energética, ao intensificar fluxos materiais e energéticos em escala global, contribui para aprofundar dinâmicas de deslocamento espacial de impactos ambientais. Assim, os custos ecológicos permanecem territorializados em países exportadores de recursos, enquanto os benefícios do consumo e da descarbonização tendem a se concentrar em outras escalas, evidenciando a persistência de assimetrias estruturais no metabolismo socioeconômico global.

## Transição energética, desigualdades e mundos possíveis

Em conjunto, essas dinâmicas corroboram o referencial teórico ao indicar que a transição energética reconfigura a distribuição dos ônus socioambientais de forma multiescalar e desigual (Broto; Calvet, 2020; Martínez-Alier, 2018; O’Sullivan et al., 2020). A articulação entre desterritorialização, impactos ambientais e pegada ecológica ampliada permite compreender a transição energética como um processo de produção simultânea de território e desigualdade. Esses três eixos operam de forma integrada, visto que a reconfiguração dos usos do território viabiliza a expansão de infraestruturas energéticas. Estas, por sua vez, produzem impactos ambientais localizados e ambas se articulam a cadeias globais de extração, circulação e consumo de energia e materiais. O resultado é a produção de convergências territoriais de impacto, nas quais diferentes dimensões de desigualdade se sobrepõem e se reforçam. Essa dinâmica pode ser sistematizada a partir do diálogo com as cosmopolíticas do Antropoceno, conforme sintetizado no Quadro 3, que relaciona as três dimensões analíticas mobilizadas no artigo com os aportes teóricos de Haraway (2016) e Tsing (2015), bem como suas implicações operacionais.

A sistematização apresentada evidencia que a transição energética pode ser interpretada como um processo de fricção entre diferentes mundos socioecológicos, no qual cadeias globais de energia e materiais se articulam a contextos locais, produzindo desestabilizações, rearranjos e formas desiguais de coexistência. Ao aproximar as dimensões empíricas analisadas das contribuições de Haraway (2016) e Tsing (2015), torna-se possível compreender esses processos como transformações nas condições de vida, nas relações multiespécie e nas formas de habitar territórios marcados por degradação e conflito.

Como um caso emblemático, a Amazônia evidencia de forma particularmente nítida essas tensões. A região ocupa uma posição estratégica na agenda climática global, ao concentrar biodiversidade, desempenhar papel central na regulação climática e abrigar extensos territórios indígenas e áreas protegidas (Albert et al., 2023; Walker et al., 2020). Ao mesmo tempo, permanece historicamente inserida como fronteira de extração e infraestruturação. Essa condição se intensifica por meio da expansão de hidrelétricas, mineração, abertura de estradas e reconfiguração de cadeias extrativas associadas à produção de energia renovável. Esses grandes empreendimentos têm produzido dinâmicas sobrepostas



de desterritorialização, degradação ambiental e conflitos socioambientais, frequentemente incidindo sobre territórios protegidos e áreas tradicionalmente ocupadas (Bebbington et al., 2018; Merino, 2024; Randell; Klein, 2021; Schaeffer et al., 2023).

**Quadro 3** – Dimensões socioambientais da transição energética e suas articulações cosmopolíticas

Dimensão analítica	Conceitos propostos por Haraway (2016)	Conceitos propostos por Tsing (2015)	Operacionalização analítica
<b>Desterritorialização</b>	A desterritorialização pode ser compreendida a partir da ideia de “viver com o problema” e da responsabilidade situada, na medida em que a imposição de infraestruturas energéticas rompe relações multiespécie e redes de cuidado territorial, reconfigurando formas de coexistência.	A expansão de projetos energéticos ocorre por meio de fricções entre cadeias globais e práticas locais, nas quais encontros assimétricos reconfiguram <i>assemblages</i> territoriais e produzem conflitos e instabilidade.	Analisar a perda de autonomia territorial como ruptura de relações socioecológicas e imposição de racionalidades externas, evidenciando como projetos energéticos produzem fricções entre modos de vida locais e cadeias globais.
<b>Impactos ambientais e qualidade de vida</b>	Os impactos ambientais podem ser lidos como desestabilização de redes de interdependência entre humanos e não humanos, no horizonte do Chthuluceno, afetando simultaneamente ecossistemas e condições de reprodução da vida.	Os impactos configuram contextos de coexistência em ruínas, nos quais <i>assemblages</i> emergem sob condições precárias, revelando como a vida persiste em ambientes degradados e instáveis.	Interpretar os impactos como transformação das condições de coexistência e reprodução da vida, analisando como comunidades reconfiguram práticas diante de degradação ambiental e instabilidade ecológica.
<b>Pegada ecológica ampliada</b>	A pegada ecológica ampliada pode ser entendida como expressão de responsabilidades distribuídas, nas quais cadeias de impacto conectam territórios distantes por relações não lineares que implicam diferentes contextos socioecológicos.	As cadeias globais de materiais operam por meio de conexões não escaláveis, nas quais fluxos de energia e matéria articulam territórios de extração e consumo, produzindo fricções e externalização de impactos.	Evidenciar a externalização de impactos e as conexões entre territórios, analisando a transição energética como rede de fluxos materiais que produz “fins de mundo” localizados ao longo das cadeias globais.

Fonte: Organizado pela autora



A transição energética, embora necessária diante da crise climática, insere-se em padrões históricos de desenvolvimento desigual, nos quais a reorganização dos sistemas energéticos tende a reproduzir assimetrias territoriais e sociais. A noção de “periferias energéticas” contribui para compreender como determinados territórios permanecem estruturalmente desfavorecidos ao longo de todo o sistema energético, concentrando vulnerabilidades, menor capacidade de decisão e maior exposição a riscos socioambientais (Golubchikov; O’Sullivan, 2020). Esse quadro dialoga com a ideia de transições energéticas desiguais, nas quais comunidades periféricas, mesmo inseridas em territórios estratégicos para a geração de energia de baixo carbono, enfrentam limitações estruturais para internalizar seus benefícios, permanecendo condicionadas por relações de poder e dependência multiescalares (O’Sullivan et al., 2020).

Na América Latina, esse processo se articula à expansão de fronteiras extrativistas, nas quais a intensificação da exploração de bens naturais, frequentemente justificada pela agenda climática, reconfigura conflitos e aprofunda dinâmicas de dependência e desigualdade (Svampa, 2019; UNEP, 2025). Nessa mesma direção, a noção de colonialismo energético permite evidenciar como projetos de energia renovável podem implicar apropriação de terras, imposição de decisões e externalização de impactos, reproduzindo relações desiguais de poder entre territórios e atores (Contreras et al., 2023). Tais impactos não se distribuem de forma equitativa, incidindo de maneira desproporcional sobre populações historicamente marginalizadas, com menor acesso a recursos, reconhecimento e participação nos processos decisórios (Achselrad, 2002; Bullard, 1990; Schlosberg, 2007). No Sul Global, essas desigualdades são ainda mais acentuadas, uma vez que os efeitos das mudanças climáticas e das próprias estratégias de mitigação recaem sobre grupos cuja capacidade de adaptação é limitada por condições socioeconômicas, políticas e institucionais, frequentemente marcadas pela ausência ou insuficiência de políticas públicas efetivas (Ngcamu, 2023). Além disso, persistem descompassos entre problemas, enquadramentos políticos e soluções propostas, o que evidencia dilemas éticos na forma como a transição energética tem sido concebida, frequentemente desconsiderando desigualdades sociais e a necessidade de abordagens diferenciadas (Jasanoff, 2018).



A expansão das infraestruturas energéticas pode também ser compreendida como um processo de produção de ruínas, no qual territórios são reconfigurados por usos intensivos e, posteriormente, marcados por degradação ambiental, fragilização de vínculos sociais e perda de referências territoriais (Tsing, 2015). Essas ruínas são materiais, sociais e simbólicas, expressando a erosão de modos de vida e de relações socioecológicas historicamente constituídas (Haesbaert, 2011; Lefebvre, 1991). Nesse sentido, a transição não elimina os passivos do modelo energético baseado em combustíveis fósseis, mas frequentemente os reconfigura e desloca espacialmente, produzindo novas periferias energéticas e zonas de sacrifício (Andreucci et al., 2023; Johansen et al., 2024; Meira et al., 2025; O’Sullivan et al., 2020; Pinto et al., 2023).

Frente a esse cenário, abordagens inspiradas nas cosmopolíticas do cuidado, da coexistência e da responsabilidade oferecem uma chave interpretativa relevante. Ao deslocar o foco da eficiência tecnocrática para as condições concretas de convivência em mundos danificados, essas perspectivas enfatizam a interdependência entre humanos e não humanos e a necessidade de assumir responsabilidades situadas em relação aos efeitos da transição (Haraway, 2016; Stengers, 2015; Tsing, 2015). Trata-se, portanto, de reconhecer que a transição energética envolve responsabilidades éticas e políticas concretas em relação aos territórios, populações e formas de vida que sustentam materialmente sua implementação (Miller, 2014).

Os limites de uma transição energética orientada exclusivamente por critérios técnicos e econômicos tornam-se evidentes quando decisões são tomadas de forma centralizada, com baixa participação social e reduzido reconhecimento das especificidades territoriais (Jasanoff, 2018; Mancilla; Baard, 2024). Modelos baseados exclusivamente em indicadores de eficiência, redução de emissões ou viabilidade econômica tendem a invisibilizar conflitos, externalidades e impactos cumulativos, reforçando uma lógica de solução técnica para problemas que são, fundamentalmente, sociais e políticos (Beck, 2011; Robbins, 2012).

## Considerações finais

A transição energética, ao se materializar territorialmente, produz convergências de impactos socioambientais que, ao articular processos multiescalares e interdependentes, reforçam a distribuição desigual de custos e benefícios, incidindo de forma mais intensa sobre territórios periféricos e populações vulnerabilizadas. Sua análise deve ir além de seus benefícios agregados em termos de mitigação climática. Embora, no longo prazo, a substituição de fontes fósseis por matrizes de menor intensidade de carbono tenda a resultar em reduções líquidas de emissões de gases de efeito estufa, sua implementação envolve processos que também geram pressões ambientais relevantes, especialmente associadas à conversão da cobertura da terra, à expansão de infraestruturas e à intensificação de cadeias extrativas. Esses processos configuram fontes importantes de emissão e, sobretudo, de transformação de ecossistemas, com efeitos territorialmente concentrados e socialmente desiguais.

Em muitos casos, tais impactos incidem sobre regiões ecologicamente sensíveis e populações vulnerabilizadas, evidenciando que os custos da transição não são homogêneos nem diretamente compensáveis pelos ganhos climáticos globais. Assim, ainda que a mitigação permaneça central, torna-se igualmente necessário incorporar estratégias de adaptação que considerem os efeitos territoriais da transição e priorizem populações mais expostas. Desse modo, a efetividade climática da transição energética depende não apenas da redução agregada de emissões, mas também da forma como seus impactos socioambientais são distribuídos e enfrentados em diferentes contextos.

Do ponto de vista teórico, o artigo contribui ao articular a Sociologia Ambiental, a Ecologia Política e as cosmopolíticas do Antropoceno como um enquadramento integrado para a análise da transição energética. Essa abordagem permite deslocar a interpretação centrada na substituição de fontes energéticas para uma leitura relacional, que evidencia as conexões entre territórios, fluxos materiais e formas de vida, bem como as transformações nas condições de coexistência em contextos marcados por degradação e conflito. Do ponto de vista metodológico, a principal contribuição reside na proposição de um esquema analítico baseado em três dimensões interrelacionadas (desterritorialização, impactos ambientais e pegada ecológica ampliada) que possibilita



integrar diferentes escalas e evidências na análise da transição energética. Esse enquadramento permite apreender simultaneamente efeitos locais e processos globais de externalização de impactos, oferecendo uma base para investigações empíricas em distintos contextos.

Em termos práticos, os resultados indicam que a reorientação da transição energética requer a incorporação da justiça socioambiental como princípio estruturante. Isso implica ampliar a participação social, reconhecer especificidades territoriais e considerar os efeitos cumulativos dos empreendimentos energéticos, superando abordagens baseadas exclusivamente em critérios técnicos e econômicos.

## Referências

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 5, p. 49-60, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v5i0.22116>. Acesso em 27 abr. 2026.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALBERT, J.; CARNAVAL, A.; FLANTUA, S.; LOHMANN, L.; RIBAS, C.; RIFF, D.; CARRILLO, J.; FAN, Y.; FIGUEIREDO, J.; GUAYASAMIN, J.; HOORN, C.; DE MELO, G.; NASCIMENTO, N.; QUESADA, C.; ULLOA, C.; VAL, P.; ARIEIRA, J.; ENCALADA, A.; NOBRE, C. Human impacts outpace natural processes in the Amazon. **Science**, [S. l.], v. 379, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.abo5003>. Acesso em : 27 abr. 2026.

ANDREUCCI, D.; LÓPEZ, G.; RADHUBER, I.; CONDE, M.; VOSKOBOYNIK, D.; FARRUGIA, J.; ZOGRAFOS, C. The coloniality of green extractivism: unearthing decarbonisation by dispossession through the case of nickel. **Political Geography**, [S. l.], v. 107, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2023.102997>. Acesso em: 27 abr. 2026.

BARBOSA, L.; NÓBREGA, L. From the agrarian question to the territorial question: green grabbing and the corridors of extractivist dispossession in Latin America. **Land**, [S. l.], v. 14, n. 5, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/land14051104>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BARTHELMIE, R.; PRYOR, S. Climate change mitigation potential of wind energy. **Climate**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. 136, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/cli9090136>. Acesso em: 27 abr. 2026.

BEBBINGTON, A.; BEBBINGTON, D.; SAULS, L.; ROGAN, J.; AGRAWAL, S.; GAMBOA, C.; IMHOF, A.; JOHNSON, K.; ROSA, H.; ROYO, A.; TOUMBOUROU, T.; VERDUM, R. Resource extraction and infrastructure threaten forest cover and community rights. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**,



[S. l.], v. 115, n. 52, p. 13164-13173, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1812505115>. Acesso em: 27 abr. 2026.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BERENQUER, E.; ARMENTERAS, D.; LEES, A. C.; FEARNSIDE, P. M.; ALENCAR, A.; ALMEIDA, C.; ARAGÃO, L.; BARLOW, J.; BILBAO, B.; BRANDO, P.; BYNOE, P.; FINER, M.; FLORES, B. M.; JENKINS, C. N.; SILVA JR., C.; SMITH, C.; SOUZA, C.; GARCÍA-VILACORTA, R.; NASCIMENTO, N. Drivers and ecological impacts of deforestation and forest degradation in the Amazon. **Acta Amazonica**, Manaus, 54(spe1): p. 1–32, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4392202203420>. Acesso em: 27 abr. 2026.

BONDARIK, R.; PILATTI, L. A.; HORST, D. J. Uma visão geral sobre o potencial de geração de energias renováveis no Brasil. **Interciência**, v. 43, n. 10, p. 680-688, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/339/33957861002/html/>. Acesso em: 26 abr. 2026.

BROCK, A.; SOVACOO, B.; HOOK, A. Volatile Photovoltaics: Green Industrialization, Sacrifice Zones, and the Political Ecology of Solar Energy in Germany. **Annals of the American Association of Geographers**, [S. l.], v. 111, n. 6, p. 1756-1778, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/24694452.2020.1856638>. Acesso em: 26 abr. 2026.

BROTO, V.; CALVET, M. Sacrifice zones and the construction of urban energy landscapes in Concepción, Chile. **Journal of Political Ecology**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 279-299, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.2458/v27i1.23059>. Acesso em: 27 abr. 2026.

BULLARD, R. D. **Dumping in dixie**: race, class, and environmental quality. Boulder: Westview Press, 1990.

CALVO, G.; VALERO, A. Strategic mineral resources: Availability and future estimations for the renewable energy sector. **Environmental Development**, [S. l.], v. 41, p. 100640, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.envdev.2021.100640>. Acesso em : 27 abr. 2026.

CHEN, G.; POWERS, R. P.; CARVALHO, L. M. T.; MORA, B. Spatiotemporal patterns of tropical deforestation and forest degradation in response to the operation of the Tucuruí hydroelectric dam in the Amazon basin. **Applied Geography**, [S. l.], v. 63, p. 1–8, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2015.06.001>. Acesso em: 27 abr. 2026.

CONTRERAS, J.; RUIZ, A.; CAMPOS-CELADOR, A.; FJELLHEIM, E. Energy Colonialism: A category to analyse the corporate energy transition in the global south and north. **Land**, [S. l.], v. 12, n. 6, p. 1241, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/land12061241>. Acesso em: 27 abr. 2026.

COSTA, V.; CAPAZ, R.; BONATTO, B. Small steps towards energy poverty mitigation: Life cycle assessment and economic feasibility analysis of a photovoltaic and battery system in a Brazilian indigenous community. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, [S. l.], v. 180, p. 113266, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rser.2023.113266>. Acesso em: 27 abr. 2026.

DEIVANAYAGAM, T.; ENGLISH, S.; HICKEL, J.; BONIFACIO, J.; GUINTO, R.; HILL, K.; HUQ, M.; ISSA, R.; MULINDWA, H.; NAGGINDA, H.; DE MORAIS SATO, P.; SELVARAJAH, S.; SHARMA, C.; DEVAKUMAR, D. Envisioning environmental equity:



climate change, health, and racial justice. **Lancet**, London, v. 402, p. 64-78, 2023. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(23\)00919-4](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(23)00919-4). Acesso em: 27 abr. 2026.

DI RUOCCO, I. Supply chain resilience and just transitions in the global south. **Contesti**, Florência, Itália, v. 1, p. 70-85, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.36253/contest-16052>. Acesso em: 28 abr. 2026.

DORN, F. M.; DIETZ, K. Legitimising lithium mining: Global energy transition and green developmentalism in Jujuy, Argentina. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, Amsterdam, n. 118, p. 43-66, 2024. Disponível em: <http://doi.org/10.32992/erlacs.11121>. Acesso em: 28 abr. 2026.

ENVIRONMENTAL JUSTICE ATLAS (EJATLAS). **Global Atlas of Environmental Conflicts**. Disponível em: <https://ejatlas.org>. Acesso em: 04 abr. 2026.

FEARNSIDE, P. Environmental Impacts of Brazil's Tucuruí Dam: unlearned lessons for hydroelectric Development in Amazonia. **Environmental Management**, [S. l.], v. 27, p. 377-396, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s002670010156>. Acesso em : 28 abr. 2026.

FERREIRA, L. F.; CARVALHO, C. X. Hidrelétricas na Amazônia: uma discussão dos impactos de Belo Monte à luz do licenciamento ambiental. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, n. 27, p. 385-422, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/336>. Acesso em: 28 abr. 2026.

FLIGSTEIN, N. Political economy and climate change. **Regulation & Governance**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 511-514, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/rego.70009>. Acesso em: 28 abr. 2026.

FREITAS, M. M. Avaliação de riscos geológicos no planejamento energético eólico no Rio Grande do Norte, Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 117-129, 2016. DOI: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/MsrPdSds9yzFgGbh436f9JB/?lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2026.

GOLUBCHIKOV, O.; O'SULLIVAN, K. Energy periphery: Uneven development and the precarious geographies of low-carbon transition. **Energy and Buildings**, [S. l.], v. 211, 109818, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.enbuild.2020.109818>. Acesso em: 28 abr. 2026.

GORAYEB, A.; BRANNSTROM, C.; XAVIER, T. Counter-mapping reveals potential conflicts between offshore wind energy and traditional fishing communities in Brazil. **Energy Research & Social Science**, [S. l.], v. 127, 104302, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.erss.2025.104302>. Acesso em: 28 abr. 2026.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HARAWAY, D. J. **Staying with the trouble: making kin in the chthulucene**. Durham: Duke University Press, 2016.

HARVEY, D. **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Blackwell, 1996.

HYDE, J. L.; BOHLMAN, S. A.; VALLE, D. Transmission lines are an under-acknowledged conservation threat to the Brazilian Amazon. **Biological Conservation**, [S. l.], v. 228, p. 343-



356, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2018.10.027>. Acesso em: 28 abr. 2026.

ISLAM, K.; YOKOI, R.; MOTOSHITA, M.; MURAKAMI, S. Ecological footprint accounting of mining areas and metal production of the world. **Resources, Conservation and Recycling**, [S. l.], v. 183, 106384, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2022.106384>. Acesso em: 28 abr. 2026.

JASANOFF, S. Just transitions: a humble approach to global energy futures. **Energy Research & Social Science**, [S. l.], v. 35, p. 11–14, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.erss.2017.11.025>. Acesso em: 28 abr. 2026.

JENKINS, K.; MCCAULEY, D.; HEFFRON, R.; STEPHAN, H.; REHNER, R. Energy justice: A conceptual review. **Energy Research & Social Science**, [S. l.], v. 11, p. 174–182, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.erss.2015.10.004>. Acesso em: 28 abr. 2026.

JESUS, A.; MONTAÑO, M.; JESUS, V. G. S. Território e identidade: impactos dos aproveitamentos hidrelétricos na Amazônia brasileira. **Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 21, n. 12, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n12-183>. Acesso em: 28 abr. 2026.

JOHANSEN, I. C.; MAYER, A. P.; MORAN, E. F. Up close, it gets worse: comparison of hydropower perceptions between impacted populations in the Amazon and those of the Brazilian population as a whole. **Energy Research & Social Science**, [S. l.], v. 110, 103455, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.erss.2024.103455>. Acesso em: 28 abr. 2026.

LAMHAMEDI, B. E. H.; DE VRIES, W. T. An exploration of the Land-(Renewable) Energy Nexus. **Land**, [S. l.], v. 11, n. 6, 767, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/land11060767>. Acesso em: 28 abr. 2026.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MANCILLA, A.; BAARD, P. Climate justice and territory. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change**, [S. l.], v. 15, n. 2, e870, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/wcc.870>. Acesso em: 28 abr. 2026.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2018.

MATANZIMA, J.; LOGINOVA, J. Sociocultural risks of resource extraction for the low-carbon energy transition: evidence from the global south. **The Extractive Industries and Society**, [S. l.], v. 18, p. 1-11, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.exis.2024.101478>. Acesso em: 28 abr. 2026.

MEIRA, J. C.; CARVALHO, P.; TOMEI, J. How territorial arrangements determine justice outcomes in energy transitions? **npj Clean Energy**, [S. l.], v. 1, n. 13, p. 1–3, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s44406-025-00015-3>. Acesso em: 28 abr. 2026.

MERINO, R. The open veins of the Amazon: rethinking extractivism and infrastructure in extractive frontiers. **The Journal of Peasant Studies**, [S. l.], v. 51, n. 6, p. 1387–1408, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2024.2318466>. Acesso em: 28 abr. 2026.



MILLER, C. The ethics of energy transitions. *In*: IEEE INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON ETHICS IN SCIENCE, TECHNOLOGY AND ENGINEERING, 2014, Chicago. **Proceedings** [...]. Chicago: IEEE, 2014. p. 1-5. Disponível em: <https://doi.org/10.1109/ETHICS.2014.6893445>. Acesso em: 30 abr. 2026.

NAEEM, M.; APPIAH, M.; TADEN, J.; AMOASI, R.; GYAMFI, B. Transitioning to clean energy: assessing the impact of renewable energy, bio-capacity and access to clean fuel on carbon emissions in OECD economies. **Energy Economics**, [S. l.], v. 127, 107091, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.eneco.2023.107091>. Acesso em: 30 abr. 2026.

NGCAMU, B. Climate change effects on vulnerable populations in the Global South: a systematic review. **Natural Hazards**, [S. l.], v. 118, p. 977–991, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11069-023-06070-2>. Acesso em: 30 abr. 2026.

O’SULLIVAN, K.; GOLUBCHIKOV, O.; MEHMOOD, A. Uneven energy transitions: understanding continued energy peripheralization in rural communities. **Energy Policy**, [S. l.], v. 138, 111288, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2020.111288>. Acesso em: 30 abr. 2026.

OLSSON, P.; MOORE, M.; WESTLEY, F.; MCCARTHY, D. The concept of the Anthropocene as a game-changer: a new context for social innovation and transformations to sustainability. **Ecology and Society**, Dedham, MA, v. 22, n. 2, art 31, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5751/es-09310-220231>. Acesso em: 30 abr. 2026.

OSMAN, A.I.; CHEN, L.; YANG, M.; MSIGWA, G.; FARGHALI, M.; FAWZY, S.; ROONEY, D. W.; YAP, P. S. Cost, environmental impact, and resilience of renewable energy under a changing climate: a review. **Environmental Chemistry Letters**, [S. l.], v. 21, p. 741–764, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10311-022-01532-8>. Acesso em: 30 abr. 2026.

PINTO, A. P.; GARCÍA, P. B.; ALMONACID, L. E.; HENRÍQUEZ, B. J. Sacrifice zones and socio-environmental recovery in Chile: failures and opportunities of the environmental policy. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 26, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0137r1vu2023L3OA>. Acesso em: 30 abr. 2026.

POGGI, F.; FIRMINO, A.; AMADO, M. Planning renewable energy in rural areas: impacts on occupation and land use. **Energy**, [S. l.], v. 155, p. 630-640, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.energy.2018.05.009>. Acesso em: 30 abr. 2026.

PORTO, M. F. S.; FINAMORE, R.; FERREIRA, H. Injustiças da sustentabilidade: conflitos ambientais relacionados à produção de energia “limpa” no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 100, p. 37–64, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.5217>. Acesso em: 30 abr. 2026.

RANDELL, H. The challenges of dam-induced displacement: reducing risks and rethinking hydropower. **One Earth**, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 849–852, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.oneear.2022.07.002>. Acesso em: 30 abr. 2026.

RANDELL, H.; KLEIN, P. Hydropower development, collective action, and environmental justice in the Brazilian Amazon. **Society & Natural Resources**, [S. l.], v. 34, n. 9, p. 1232–1249, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08941920.2021.1948649>. Acesso em: 30 abr. 2026.



REBOLO-IFRÁN, N.; LOIS, N. A.; LAMBERTUCCI, S. A. Wind energy development in Latin America and the Caribbean: risk assessment for flying vertebrates. **Environmental Impact Assessment Review**, [S. l.], v. 112, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2024.107798>. Acesso em: 30 abr. 2026.

ROBBINS, P. **Political ecology**: a critical introduction. 2. ed. Malden: Wiley-Blackwell, 2012.

ROCHA, H.; SILVA, R.; SEIXAS, C. Territorial normatization, wind energy and unequal spatialization of the impacts of wind energy around the world: a systematic review. **Proceedings of The World Conference on Climate Change and Global Warming**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 68–95, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.33422/ccgconf.v2i1.1012>. Acesso em: 30 abr. 2026.

SANT'ANNA, F. M.; BORTOLLETO, P. C.; DONDA, A. C. Transição energética justa na Amazônia e as hidrelétricas. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, v. 32, p. 167–202, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/489>. Acesso em: 30 abr. 2026.

SANTOS, A. N. S.; FELIPPE, J. N. O.; PEREIRA, K. R. O.; SANTANA, E. C.; FERRARI, T. C.; PANTOJA, C. S.; DUQUE, R. R.; CARDOSO, A. B.; SILVA, C. T. P.; AGUIAR, A. A. M. L.; ARAÚJO, L. R.; MAIA, N. C.; SANTOS, R. A.; FERREIRA, G. H.V.; LIMA NETO, A. M.; OLIVEIRA, S. M. Terra dos ventos: geopolítica, impactos ambientais e desafios da energia eólica no Brasil. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 7, n. 6, p. 29407–29458, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/5619/8045>. Acesso em: 30 abr. 2025.

SCHAEFFER, R.; BARRANTES, R.; KLAUTAU, A.; MALKY, A.; FIORINI, A. C. O.; CALISTO, A. M. D.; ABELÉM, A.; SIMMONS, C.; CHERMONT, L.; OKAMURA, M.; ARTEAGA, M.; FLORES, O. L. H.; DELGADO, R.; SORIA, R. A new infrastructure for the Amazon: policy brief. **Science Panel for the Amazon**, New York, p. 1–20, 2023. Disponível em: [https://eng-briefs.sp-amazon.org/231208%20Infrastructure%20PB%20\(English\).pdf](https://eng-briefs.sp-amazon.org/231208%20Infrastructure%20PB%20(English).pdf). Acesso em: 08 dez. 2026.

SCHLOSBERG, D. **Defining environmental justice**: theories, movements, and nature. Oxford: Oxford University Press, 2007.

SCHNAIBERG, A. **The environment**: from surplus to scarcity. New York: Oxford University Press, 1980.

SEVÁ FILHO, A. O. Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas Amazônias. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p.114-147.

SILVA, R. G. C. Amazônia, dinâmicas territoriais e conflitos agrários: revisão de uma trajetória de curta duração. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 28, n. 1, p. 1–27, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v28i1.10467en>. Acesso em: 30 abr. 2026.

SOVACOOOL, B. K. Who are the victims of low-carbon transitions? Towards a political ecology of climate change mitigation. **Energy Research & Social Science**, [S. l.], v. 73, p. 1–16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.erss.2021.101916>. Acesso em: 30 abr. 2026.



SOVACOOOL, B. K.; ALI, S. H.; BAZILIAN, M.; RADLEY, B.; NEMERY, B.; OKATZ, J.; MULVANEY, D. Sustainable minerals and metals for a low-carbon future. **Science**, [S. l.], v. 367, n. 6473, p. 30–33, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.aaz6003>. Acesso em : 02 maio 2026.

SOVACOOOL, B. K.; BRISBOIS, M. C. Elite power in low-carbon transitions: A critical and interdisciplinary review. **Energy Research & Social Science**, [S. l.], v. 57, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.erss.2019.101242>. Acesso em: 02 maio 2026.

SOVACOOOL, B. K.; DWORKIN, M. H. Energy justice: conceptual insights and practical applications. **Applied Energy**, [S. l.], v. 142, p. 435–444, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.apenergy.2015.01.002>. Acesso em: 02 maio 2026.

STENGERS, I. **In catastrophic times: resisting the coming barbarism**. London: Open Humanities Press, 2015.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro territoriais e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.

TEIXEIRA, R. L. B. C.; SILVA, W. A. Energia de fontes renováveis na matriz energética brasileira: uma revisão sobre o panorama atual e perspectivas futuras. **Revista Brasileira de Gestão e Sustentabilidade**, João Pessoa, v. 8, n. 20, p. 1515–1532, 2021. Disponível em: [https://doi.org/10.21438/rbgas\(2021\)082016](https://doi.org/10.21438/rbgas(2021)082016). Acesso em: 02 maio 2026.

THIES, C.; KIECKHÄFER, K.; SPENGLER, T.; SODHI, M. Spatially differentiated sustainability assessment for the design of global supply chains. **Procedia CIRP**, [S. l.], v. 69, p. 435–440, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.procir.2017.11.001>. Acesso em: 02 maio 2026.

TSING, A. L. **The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins**. Princeton: Princeton University Press, 2015.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). **Financing the responsible supply of energy transition minerals for sustainable development**. Nairobi: International Resource Panel, 2025. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/20.500.11822/47718>. Acesso em: 03 abr. 2026.

USMAN, A.; AMETA, S. K.; TUKUR, A.; DANJUMA, M. S.; YUSUF, T. U.; HAMZA, Y. G.; BOLYA, K. An overview of the adverse effects of renewable energy sources. **International Journal for Research in Applied Science & Engineering Technology**, [S. l.], v. 8, n. 7, p. 477–486, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.22214/ijraset.2020.7079>. Acesso em: 02 maio 2026.

WACKERNAGEL, M.; SCHULZ, N. B.; DEUMLING, D.; LINARES, A. C.; JENKINS, M.; KAPOS, V.; MONFREDA, C.; LOH, J.; MYERS, N.; NORGAARD, R.; RANDERS, J. Tracking the ecological overshoot of the human economy. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 99, n. 14, p. 9266–9271, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.142033699>. Acesso em: 02 maio 2026.

WAGNER, P. The triple problem displacement: climate change and the politics of the great acceleration. **European Journal of Social Theory**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 24 – 47, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/13684310221136083>. Acesso em: 02 maio 2026.



WALKER, W. S.; GORELIK, S. R.; BACCINI, A.; ARAGON-OSEJO, J. L.; JOSSE, C.; MEYER, C.; MACEDO, M. N.; AUGUSTO, C.; RÍOS, S.; KATAN, T.; DE SOUZA, A. A.; CUELLAR, S.; LLANOS, A.; ZAGER, I.; MIRABAL, G. D.; SOLVIK, K. K.; FARINA, M. K.; MOUTINHO, P.; SCHWARTZMAN, S. The role of forest conversion, degradation, and disturbance in the carbon dynamics of Amazon indigenous territories and protected areas. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, [S. l.], v. 117, n. 6, p. 3015–3025, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1913321117>. Acesso em: 02 maio 2026.

WOLF, S.; BULLARD, R.; BUONOCORE, J. J.; DONLEY, N.; FARRELLY, T.; FLEMING, J.; GONZÁLEZ, D. J. X.; ORESKES, N.; RIPPLE, W.; SAHA, R.; WILLIS, M. D. Scientists' warning on fossil fuels. **Oxford Open Climate Change**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfclm/kgaf011>. Acesso em: 02 maio 2026.

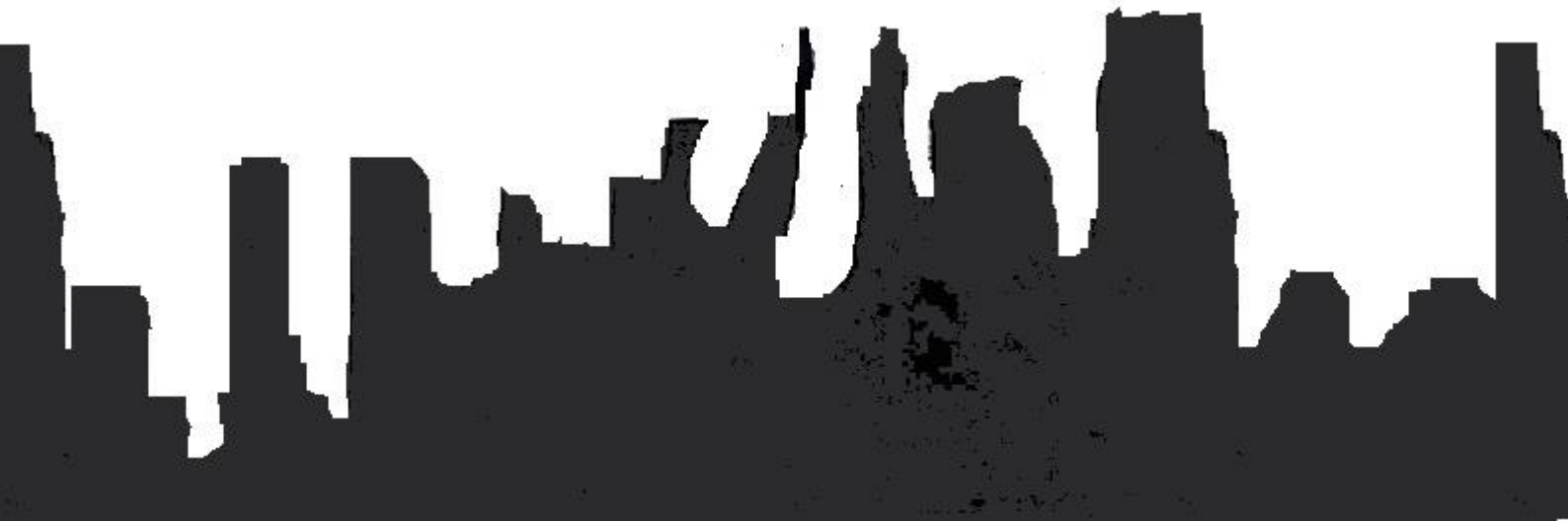
YANG, Y.; XIA, S.; HUANG, P.; QIAN, J. Energy transition: connotations, mechanisms and effects. **Energy Strategy Reviews**, [S. l.], v. 52, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.esr.2024.101320>. Acesso em: 02 maio 2026.

YORK UNIVERSITY. Ecological Footprint Initiative. **National Ecological Footprint and Biocapacity Accounts** - 2025 edition (1961–2024). Disponível em: <https://www.yorku.ca/footprint/data/>. Acesso em: 04 abr. 2026.

Recebido em: 10/01/2026.

Aceito em: 27/04/2026.





**“EU SEMPRE QUIS MAIS”: a migração como uma das formas de manifestação da condição juvenil interiorana*****“I ALWAYS WANTED MORE”: migration as one of the expressions of the inland youth condition***

João Pedro Sousa Pereira \*

**Resumo**

Este artigo discute a relação entre juventude e cidades interioranas a partir de uma pesquisa qualitativa acerca das experiências de migração para a cidade de João Pessoa/PB de três jovens interioranos. Seu principal objetivo é identificar como as relações constituídas entre os jovens e suas respectivas cidades interioranas contribuíram para suas experiências de migração para uma cidade grande, visando compreender como as características que definem a condição juvenil, e que muitas vezes são amplificadas pelas particularidades de cada situação juvenil, se chocam com as características que constituem o *interior* de forma a produzir um restrito campo de possibilidades na vida destes sujeitos. A pesquisa concluiu que mesmo que as motivações para a migração não sejam as mesmas, elas estão atreladas aos limites involuntariamente impostos pelo *interior* à capacidade de agência e de desenvolvimento dos jovens sujeitos, sendo a migração uma das maneiras encontradas por eles de exercerem a sua condição de jovens, tanto no que se refere ao presente quanto no que diz respeito ao futuro.

**Palavras-chave:** juventude; interior; migração; motivação.

**Abstract**

This article discusses the relationship between youth and inland cities, based on a qualitative research on the migration experiences to the city of João Pessoa/PB of three young people from the countryside. Its main objective is to identify how the relationships established between the youth and their respective inland cities contributed to their migration experiences to a big city, seeking to understand how the characteristics that define the youth condition, and which are often amplified by the particularities of each youth situation, collide with the characteristics that constitute the countryside in such a way as to produce a restricted field of possibilities in the lives of these subjects. The research concluded that even though the motivations for migration are not the same, they are linked to the limits involuntarily imposed by the countryside on the capacity for agency and development of the young subjects, migration being one of the ways found by them to exercise their condition as young people, both with regard to the present and to the future.

**Keywords:** youth; countryside; migration; motivation.

\* Graduado em Ciências Sociais (Bacharelado) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil. E-mail: pedrojohnspp@gmail.com.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

## Introdução

O que leva uma pessoa a sair de sua cidade natal para morar em uma cidade maior? Essa pergunta pode ser respondida, sobretudo quando se fala em tendências migratórias, pela necessidade de buscar um local que ofereça melhores condições de vida, pois “Ninguém migra se não por vislumbrar uma melhoria tácita de vida no local onde passará a viver” (Krummer, 2013, p. 56).

A migração, no entanto, é um fenômeno que não se resume ao âmbito das necessidades materiais, dando-se dentro de um contexto simbólico e subjetivo que amplia as possibilidades de sua significação, como destaca Helenilda Cavalcanti (2002, p. 148):

O migrante sai de um universo cultural recebido por herança ao nascer em direção a outro em que é confrontado com o que lhe foi dado a priori. Entre o sair e o chegar, ocorre um processo duplo que vai falar das ilusões dos emigrantes ao sofrimento do imigrante que atravessa a fronteira do estabelecido e do desconhecido.

A noção de “melhores condições de vida” pode apresentar diferentes sentidos a depender de quem o significa, abrangendo tanto as condições materiais de existência — como saúde, trabalho, educação, moradia, saneamento básico, segurança — quanto aspectos que dizem respeito a uma melhor qualidade de vida do ponto de vista subjetivo — como liberdade, acesso ao lazer e a cultura. Essa ampliação de significados se potencializa quando se delimita um público-alvo específico, permitindo construir associações particulares entre as características deste segmento em questão e o desejo por migrar.

Elisa Guaraná Castro (2007), ao abordar a migração do interior para as grandes cidades, destaca a juventude como um dos segmentos sociais que protagonizaram esse fenômeno no decorrer do tempo. Uma das explicações mais recorrentes para este fenômeno está no fato da fase juvenil ser justamente o período de ingresso ao mercado de trabalho (Cavalcanti, 2002), corroborando a ideia da existência de culturas migratórias em decorrência da falta de oportunidade de trabalho diversificado e de qualidade de vida no interior.

A migração, como pontuado anteriormente, não se resume apenas à esfera material, evidenciando, em qualquer análise que se restrinja apenas a esse aspecto, uma



percepção reducionista acerca da experiência migratória e do público migrante analisado (Carneiro, 2007). Assim sendo, partindo dessa problematização, o presente artigo visa compreender as particularidades da relação entre juventude e interior e como esta contribui para a experiência de migração juvenil.

A análise decorre da monografia (Pereira, 2025) realizada no curso de Ciências Sociais entre agosto de 2024 e abril de 2025 com jovens interioranos estudantes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e residentes da cidade de João Pessoa/PB. Esta pesquisa, por sua vez, teve como objetivo compreender as motivações que levaram três jovens interioranos a migrarem sozinhos para a capital paraibana, considerando as particularidades de cada jovem sujeito, de suas respectivas situações juvenis e de seus respectivos contextos interioranos.

Para atingir os fins aqui propostos, este artigo foi dividido da seguinte maneira: apresentação da abordagem metodológica empregada na pesquisa; definição dos conceitos de juventude e interior aqui empregados; explanação da postura teórico-metodológica no que concerne a concepção da relação indivíduo e sociedade aqui adotada; discussão acerca das diferentes formas de relação estabelecidas entre juventude e interior a partir do relatos de três jovens interioranos; análise acerca do papel destas relações nas motivações para a migração dos jovens aqui pesquisados.

## Metodologia

A abordagem metodológica adotada pela pesquisa foi de caráter qualitativo, tendo como principal instrumento metodológico a entrevista semiestruturada. A escolha dessa abordagem se deu pelo entendimento de que, para a concretização dos objetivos desta investigação, era necessário uma metodologia que possibilitasse o aprofundamento da compreensão subjetiva dos sujeitos quanto às suas experiências de migração.

Os participantes da pesquisa foram identificados a partir de um formulário aplicado — via *google forms* — nos grupos de estudantes da UFPB dos cursos de Jornalismo, Ciências Sociais, Biomedicina e Contabilidade, tendo como critérios de seleção os seguintes aspectos: ter entre 18 e 29 anos — conforme o estatuto da juventude (Brasil/2013) —; ser oriundo de uma cidade com menos de 30 mil habitantes; ter migrado



sozinho (sem a família); e residir em João Pessoa há pelo menos um ano. O formulário ficou disponível para respostas entre os dias 19 e 27 de agosto de 2024 e alcançou um total de 34 pessoas. Sobre a escolha dos entrevistados, esta ocorreu entre os 34 respondentes do formulário, sendo considerada, sobretudo, a pluralidade de situações entre os jovens interioranos migrantes, abrangendo gêneros, orientações sexuais e estados de origem diversos. Essa multiplicidade de critérios decorreu da compreensão de que cada uma dessas particularidades está diretamente vinculada à construção de distintas relações estabelecidas pelos jovens com o interior, promovendo, por sua vez, diferentes experiências migratórias. Para atingir esse objetivo, cinco entrevistas foram realizadas, das quais três foram analisadas.

As entrevistas, por sua vez, ocorreram de forma presencial e oral, apoiando-se em um roteiro de tópicos flexíveis elaborado previamente conforme os objetivos da pesquisa. Elas foram realizadas no campus 1 da própria UFPB, entre os dias 3 e 6 de setembro de 2024, sendo gravadas através do celular do próprio pesquisador, autor deste artigo.

**Quadro I** – Situação Juvenil dos Sujeitos da Pesquisa

ENTREVISTADOS	CIDADE DE ORIGEM	SITUAÇÃO JUVENIL
<b>Monalisa</b>	São José do Bonfim/PB	Mulher, 23 anos, parda, heterossexual, moradora da zona rural (sem ser na sede do município), filha de agricultores, possui 4 irmãos
<b>Mari Maia</b>	Itapetim/PE	Mulher, 21 anos, branca, bissexual, moradora da sede do município interiorano, filha única de pensionista e sobrinha do prefeito
<b>Átila</b>	Porto Franco/MA	Homem, 22 anos, branco, homossexual, morador da sede do município interiorano, neto de pastores evangélicos, possui uma irmã mais nova

**Fonte:** elaboração própria, João Pessoa, 2025.

Visando garantir a privacidade dos jovens entrevistados, foram adotados três nomes fictícios: Monalisa, 23 anos; Mari Maia, 21 anos; e Átila, 22 anos. Sendo estes jovens oriundos, respectivamente, de São José do Bonfim/PB (3. 242 hab.<sup>1</sup>), Itapetim/PE

<sup>1</sup> Conforme o censo de 2022 efetuado pelo IBGE.



(13.791 hab.) e Porto Franco/MA (23.903 hab.), conforme perfis apresentados no Quadro I.

Quanto à sistematização dos dados, esta ocorreu por meio da transcrição manual das entrevistas, na qual visou-se, por meio da operacionalização da teoria e dos conceitos aqui empregados, identificar similaridades e diferenças nas experiências de migração dos jovens analisados.

### **Juventude e interior: definindo conceitos**

A migração de jovens interioranos para grandes cidades não é um fenômeno recente, constituindo parte significativa da literatura acadêmica acerca dessa temática (Castro, 2007). Porém, o olhar e a abordagem adotados para tratar dessa questão não se mantiveram iguais ao longo do tempo, acompanhando os debates teóricos e as transformações conceituais que circundam o fenômeno em questão. Nesse sentido, antes da discussão acerca das motivações para a migração, é necessário discorrer sobre as duas pontas que constituem a relação juventude e interior, assim como a importância da definição desses conceitos para a análise subsequente.

Começando pela juventude, este artigo parte do pressuposto de que esta é uma construção social e histórica que reflete características e valores sociais específicos<sup>2</sup> (Abramovay; Castro, 2015). Sendo assim, entende-se que independentemente do conceito de juventude utilizado, este, necessariamente, carregará consigo uma percepção cultural e/ou teórica particular acerca desse segmento, orientando, por conseguinte, o tratamento que a este será dirigido.

Partindo dessa compreensão e levando em consideração multidimensionalidade dos jovens enquanto sujeitos, este artigo operacionalizou a distinção entre condição juvenil e situação juvenil, conforme a autora Maria de Assunção Lima de Paulo (2011, p. 71) explica:

---

<sup>2</sup> Longe de ser algo biologicamente natural, universal e imutável da raça humana, a fase juvenil é algo que necessariamente se manifesta conforme o cenário social no qual cada indivíduo está inserido. Isso não implica dizer que não há um solo biológico no qual as características juvenis socialmente elaboradas florescem — como puberdade, desenvolvimento corporal e cognitivo —, apenas que o contexto sociocultural é o que dá contorno e sentido a essas características.

A condição juvenil diz respeito ao “modo como a sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, que alcança uma abrangência social maior, referida a uma dimensão histórico geracional”, enquanto que a situação juvenil “revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais — classes, gênero, etnia etc. e podemos acrescentar, lugar de vida”.

Logo, enquanto a *condição juvenil* diz respeito a como um dado contexto histórico e sociocultural atribui sentido à juventude, a *situação juvenil* trata de como cada jovem vivencia essa condição dentro das particularidades da situação no qual se encontra, como gênero, raça, classe, orientação sexual, naturalidade etc. Essas diferentes formas de vivenciar a *condição juvenil* em função de distintos marcadores sociais é o que explicita a heterogeneidade desse segmento social.

Mas o que há em comum entre as juventudes? O que reúne os diferentes jovens brasileiros do século XXI nessa cunha partilhada chamada juventude? Para esse estudo, destacam-se dois elementos preponderantes: a transição para a vida adulta e a moratória vital. No que tange à transição para a vida adulta, esta pode ser definida pela condição de liminaridade no qual o jovem se encontra, não sendo nem criança, desprovido de obrigações e responsabilidades, e nem adulto, com uma existência familiar, profissional e social independente (Weisheimer, 2009).

Seguindo essa lógica, considera-se que o início da juventude pode ser demarcado como um momento no qual diversas possibilidades e potencialidades emergem devido à maturação biológica e psicológica dos indivíduos, se manifestando através da “capacidade de procriar, quando a pessoa dá sinais de ter necessidade de menos proteção por parte da família, quando começa a assumir responsabilidades, a buscar a independência e a dar provas de autossuficiência” (Dayrell, 2003, p. 42). Entretanto, “[...] é preciso dizer que o jovem não é um pré-adulto. Pensar assim é destituí-lo de sua identidade no presente em função da imagem que projetamos para ele no futuro” (Dayrell; Carrano, 2014, p. 106).

A moratória vital, por sua vez, surge como um complemento relevante à condição de transição para a vida adulta, pois redimensiona a importância que o presente exerce na vida das juventudes. Para Mario Margulis e Marcelo Urresti (1996), esse conceito se refere a uma maior disponibilidade de energia, vitalidade e tempo que os jovens carregam em comparação com adultos e idosos, manifestando-se, na maioria das vezes, como uma

intensidade significativa nas formas de se viver o presente, sobretudo no que tange aos aspectos que envolvem o campo da sexualidade, da cultura, do lazer e da sociabilidade.

Entende-se que, ao mesmo tempo que a preparação para o futuro permanece sendo um aspecto basilar da juventude, as demandas do presente são tão importantes quanto. É na articulação entre essas duas dimensões que se assenta a abordagem deste trabalho.

A *condição juvenil*, cabe frisar, não ocorre dentro de um vácuo, deslocado da realidade no qual o sujeito está situado, mas sim dentro de um contexto histórico e sociocultural particular. É neste aspecto que reside a outra ponta da relação aqui discutida, o local de origem do qual eles são provenientes e foram socializados: o interior. Esse termo, normalmente utilizado pelo senso comum para designar cidades e municípios distantes das capitais estaduais e das zonas litorâneas, apresenta um caráter extremamente relativo, variando consideravelmente conforme o referencial. Ao falar sobre as pequenas cidades, Maria José Carneiro (2007, p. 57) pontua:

Se observarmos esses espaço a partir de uma perspectiva relacional “eles poderão ser reconhecidos como “cidades” para os moradores das áreas rurais sob sua influência, como poderão, também ser classificados como “rurais” ou “interior” do ponto de vista de um habitante de uma cidade maior.

Partindo dessa perspectiva relacional, utilizou-se neste trabalho o conceito de interior como termo guarda-chuva para abranger tanto as pequenas cidades quanto às zonas rurais, adotando, também, a abordagem de Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2007), que observa o espaço rural para além dos critérios institucionais.

Segundo a autora, o rural se configura como um espaço físico diferenciado, que, ao mesmo tempo que é um lugar de vida, ou seja, um lugar onde se vivencia as particularidades do modo de vida local e, conseqüentemente, desenvolve uma referência identitária, é também um lugar onde se vê e se vive o mundo, ou, em outras palavras, um local pelo qual seus habitantes estão inseridos dentro de um contexto nacional maior (Wanderley, 2007).

Entre as características que definem esse modo de vida particular partilhado tanto pela zonas rurais quanto pelos pequenos municípios, Wanderley (2007) destaca: uma particular vinculação com a natureza; a baixa densidade populacional; uma sociabilidade baseada no interconhecimento; e a precariedade de serviços, de infraestrutura, de



oportunidades de trabalho e educação.

No que se refere às relações de interconhecimento, Wanderley (2007) ressalta como essa é uma das principais características que distinguem os espaços rurais e as pequenas cidades das grandes cidades. Essa forma de sociabilidade diferenciada, decorrente da baixa densidade habitacional, está diretamente vinculada com a ideia de “pessoalidade” discutida pelas autoras Rosane M. Prado (1995) e Joseli Maria Silva (2000). Prado (1995) descreve essa *pessoalidade* como um "paraíso" e, ao mesmo tempo, um "inferno", estando ligada à possibilidade de ser reconhecido e à ausência de anonimato em cidades pequenas.

Nesse sentido, a noção de interior aqui adotada abrange tanto as pequenas cidades quanto as zonas rurais como um único *lugar de vida*, reunindo as duas sob o mesmo termo ao considerar as diversas similaridades que compartilham — mas sem ignorar as diferenças que as particularizam. No entanto, deve-se pontuar que as cidades interioranas, apesar de compartilharem esse conjunto de características, não são iguais, resguardando suas singularidades locais, regionais e culturais.

Para visualização mais clara das cidades interioranas — e algumas de suas principais características estruturais — pertinentes a esta pesquisa, segue o Quadro II, que fornece um panorama geral das cidades de origem dos sujeitos da pesquisa, explicitando, por meio da comparação com João Pessoa — local de destino dos pesquisados —, as características interioranas que mais contribuíram para a decisão de migrar dos jovens. Entre elas, se destacam o baixo nível de ocupação, de oportunidades de educação e a diminuta densidade populacional — que tem como efeito direto o modo de vida baseado em relações de interconhecimento/*pessoalidade*. Categorizados em níveis hierárquicos<sup>3</sup> considerados baixos — o que expressa diretamente o nível de autonomia e subordinação de uma cidade em uma dada região —, mesmo sendo cidades com realidade culturais e regionais distintas — o que inevitavelmente produz contornos socioculturais distintos à essas características —, estas constituem o solo material e social da experiências

<sup>3</sup> A hierarquia urbana indica a centralidade da Cidade de acordo com a atração que exerce a populações de outros centros urbanos para acesso a bens e serviços e o nível de articulação territorial que a Cidade possui por estar inserida em atividades de gestão pública e empresarial. São cinco níveis hierárquicos, com onze subdivisões: Metrôpoles (1A, 1B e 1C), Capitais Regionais (2A, 2B e 2C), Centros Sub-Regionais (3A e 3B), Centros de Zona (4A e 4B) e Centros Locais (5). Alguns Municípios são muito integrados entre si e constituem apenas uma Cidade para fim de hierarquia urbana, trata-se dos Arranjos Populacionais, os quais são indicados no complemento da hierarquia urbana quando ocorrem (IBGE, 2018).

migratórias dos jovens aqui analisados, reunidas em torno de uma constante basilar: a restrição de possibilidades decorrente da infraestrutura local.

**Quadro II** – Panorama Geral da Cidade de Origem e de Destino dos Sujeitos da Pesquisa de acordo com o IBGE

CIDADE	TERRITÓRIO	NÍVEL HIERÁRQUICO	HABITANTES	DENSIDADE DEMOGRÁFICA
<b>São José do Bonfim/PB</b>	153,629 km <sup>2</sup>	5: Centro local	3.242	21,10 hab./km <sup>2</sup>
<b>Itapetim/PE</b>	411,901 km <sup>2</sup>	5: Centro local	13.791	33,48 hab./km <sup>2</sup>
<b>Porto Franco/MA</b>	1.420,510 km <sup>2</sup>	3B: Centro Sub-regional B	23.903	16, 83 hab./km <sup>2</sup>
<b>João Pessoa/PB</b>	210,055 km <sup>2</sup>	2A: Capital Regional A	833.932	3.970,27 hab./km <sup>2</sup>
PIB <i>per capita</i>	IDHM	OCUPAÇÃO	SAÚDE (SUS)	EDUCAÇÃO
<b>São José do Bonfim:</b> R\$8.943,38/ha b.	0,578 (2010)	5,2%	2	Ensino fundamental: 5 Ensino médio: 1
<b>Itapetim:</b> R\$10.367,12/h ab.	0,592 (2010)	8,2%	6	Ensino fundamental: 13 Ensino médio: 1
<b>Porto Franco:</b> R\$42.237,94/h ab.	0,684 (2010)	14,41%	10	Ensino fundamental: 30 Ensino médio: 3
<b>João Pessoa:</b> R\$26.936,78/h ab.	0,763 (2020)	39,11%	208	Ensino Fundamental: 339 Ensino Médio: 133

**Fonte:** elaboração própria, João Pessoa, 2025.

Também é válido destacar que, em função da alta densidade populacional — 3.970,27 hab./km<sup>2</sup>, no caso de João Pessoa —, um dos principais elementos que diferenciam o modelo de sociabilidade das grandes cidades das pequenas é a impessoalidade (Simmel, 2005). Sobre isso, Gilberto Velho e Machado da Silva (1977, p. 80) destacam: “O que seria característico, então, da grande metrópole é a possibilidade

de desempenhar papéis diferentes em meios sociais distintos, não coincidentes e, até certo ponto, estanques. Isto é o que seria o anonimato relativo”. Desta forma, em contraponto às cidades interioranas, as grandes cidades apresentam não apenas maior pluralidade de serviços e oportunidades, mas também maior liberdade — em função do seu modelo de sociabilidade — para usufruir dessa maior variedade de opções.

Assim sendo, é partindo dessas definições e dessas realidades materiais/sociais que este trabalho visa pensar a relação das juventudes com o interior, principalmente no que tange à forma como estas contribuem para a migração, impactam o exercício da *condição juvenil* e são significadas pelas diferentes *situações juvenis*.

### **Agência, campo de possibilidades e associação involuntária**

Se a juventude e o interior constituem as duas pontas da relação aqui investigada, o que existe entre esses pontos que os liga? Para responder a essa pergunta, é necessário tratar, anteriormente, do problema fundamental da sociologia enquanto área do conhecimento: a relação indivíduo e sociedade. Dentro das abordagens possíveis para se pensar essa relação, a adotada por este estudo é a que busca conciliar esses polos, não pensando a estrutura como uma força coercitiva que condiciona e determina as condutas sociais, e nem o indivíduo como ser puramente autônomo que age e reage livremente conforme sua subjetividade. Seguindo essa linha, o autor Anthony Giddens (2003) descreve a realidade social como sendo continuamente produzida e reproduzida pelas ações dos indivíduos, que, enquanto agentes, possuem a capacidade de transformá-la por meio de suas escolhas e dos recursos que essa própria realidade lhes oferece.

Mas o que é agência? Segundo o referido autor (Giddens, 2003, p.10-11), “‘Agencia’ diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente. O que quer que tenha acontecido não o teria se esse indivíduo não tivesse interferido”. Logo, constata-se que agência é a capacidade de escolha existente quando há mais de uma possibilidade de ação, mesmo que sejam reduzidas.

Aliado à esta noção, encontra-se o conceito de “campo de possibilidades”. De acordo com Gilberto Velho (2003, p. 28), “campo de possibilidades trata do que é dado



com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura”. Ou seja, refere-se às possibilidades existentes dentro de um espaço social delimitado, sendo este decorrente de um processo sócio-histórico particular. Desta forma, assim como a noção de estrutura de Giddens (2003), o *campo de possibilidades* oferece margem para desenvolver projetos e escolhas, desde que estejam circunscritos na delimitação socialmente estabelecida pelo campo.

Ademais, embora o *campo de possibilidades* no qual todo e qualquer indivíduo está inserido não seja determinista, ele também não é voluntário, ou seja, não é decorrente da vontade ou da escolha dos sujeitos, mas sim resultado de uma “associação involuntária”. Isso implica dizer que os sujeitos são obrigados, segundo o autor Michael Walzer (2008), a participarem de determinados grupos e cenários sociais em função de determinados condicionamentos sociais, como a família, a cultura, o Estado e a moral.

Sendo assim, nota-se que a noção de *campo de possibilidades* e o conceito de *associação involuntária* corroboram a ideia de que, apesar de os sujeitos disporem da capacidade de agência, essa liberdade de escolha sempre estará circunscrita aos limites impostos pelo contexto social, cultural, político, histórico, econômico e ambiental. Nesse sentido, pode-se dizer que para ambos os autores, “o que a liberdade exige não é o voluntarismo puro, mas a possibilidade de oposição e fuga” (Walzer, 2008, p. 4).

### **A relação juventude e interior: um delimitado campo de possibilidades**

Como pontuado anteriormente, entre os aspectos que caracterizam as cidades interioranas — sobretudo quando comparadas às grandes cidades — estão o modo de vida baseado nas relações de interconhecimento, a baixa densidade populacional e uma série de restrições sociais decorrentes da falta de infraestrutura local (Wanderley, 2007). Essas características, independentemente do recorte social, afetam negativamente o desenvolvimento dos indivíduos, conforme Amartya Kumar Sen (2000) argumenta. Segundo o autor, a capacidade de desenvolvimento de um indivíduo, ou seja, a possibilidade que um sujeito tem de alcançar seus objetivos, se sentir realizado tanto nos planos pessoais quanto profissionais e melhorar sua qualidade de vida, está diretamente atrelada à ideia de liberdade:



A ligação entre liberdade individual e realização de desenvolvimento social vai muito além da relação constitutiva, por mais importante que ela seja. O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo ao aperfeiçoamento de iniciativas. (Sen, 2000, p. 19)

Logo, quanto mais oportunidades e condições sociais/materiais, mais possibilidades de escolha o indivíduo tem a sua disposição, sendo o cenário mais propício para alcançar seus objetivos e desenvolver capacidades conforme sua subjetividade enquanto sujeito.

Essa constatação não diz respeito apenas às juventudes, impactando todo e qualquer indivíduo independentemente da fase da vida. Contudo, como Helena W. Abramo (2005, p. 31) enfatiza acerca dos jovens, estes são sujeitos

[...] com necessidades, potencialidades e demandas singulares em relação a outros segmentos etários. Requerem estruturas de suporte adequadas para desenvolver sua formação integral e também para processar suas buscas, para construir seus projetos e ampliar sua inserção na vida social.

Tomando como base essa perspectiva exposta por Abramo (2005), é coerente dizer que essa formação integral não envolve apenas o desenvolvimento de capacidades e habilidades necessárias para ingressar no mercado de trabalho, mas também a capacidade de saber quem é e o que quer para a vida. A ideia de moratória vital, seguindo essa lógica, serve justamente para pensar a *condição juvenil* como um dado espaço de tempo no qual existe uma maior necessidade de experimentação, em virtude do amadurecimento cognitivo e corporal característico desse período (Dayrell, 2003). Ou seja, nesta fase em específico, combina-se tanto um desenvolvimento cognitivo/corporal quanto uma progressiva autonomia para escolher elementos que não necessariamente a família, primeiro espaço socializador e primeira forma de *associação involuntária*, disponibilizou.

Neste sentido, é possível dizer que, conforme os indivíduos crescem e amadurecem, em virtudes das próprias características biológicas, o *campo de possibilidades* no qual estão inseridos necessariamente se amplia. Entretanto, o que condiciona o alcance dessas possibilidades, delimitando ou potencializando a capacidade

de desenvolvimento de cada um, são as *associações involuntárias* no qual nasceram e pertencem.

Assim, quando se pensa nas características interioranas indo ao encontro das características da *condição juvenil*, há uma espécie de contradição basilar, tornando-se progressivamente mais evidente conforme os jovens crescem e demandam autonomia para fazer as próprias escolhas, como foi o caso de Mari Maia:

Quando eu entrei no ensino médio, eu percebi que depois do ensino médio, o que era que eu ia fazer? Eu ia ter meus filhos, é... eu ia, não sei, fazer algum cursinho? Porque é basicamente essas opções que eram oferecidas pra gente. [...] Não ia ter muitas oportunidades de estudo, muitas oportunidades de emprego. O meu ciclo social ficava muito fechado, eu percebi que eu não queria ficar acomodada com isso (Mari Maia, 2024, Itapetim/PE).

É possível inferir que, embora as características interioranas cerceiem a liberdade e restrinjam as possibilidades de experiências — tanto do futuro quanto do presente — de todo e qualquer sujeito interiorano, em virtude das suas próprias particularidades, aqueles que sentem de maneira mais direta essas limitações são os jovens. Isso ocorre tanto no que tange à moratória vital quanto no que diz respeito à transição para a vida adulta. No caso da moratória vital, primeiramente, destacam-se dois elementos principais: o controle social decorrente das relações de interconhecimento e a ausência de pluralidade de opções no que tange ao lazer, à cultura e à sociabilidade.

Sobre as relações de interconhecimento e como estas restringem a moratória vital, Silva (2000, p. 27) aponta:

A vivência nesta coletividade, buscando o reconhecimento social, significa, portanto, aderir ao seu sistema de valores e desempenhar comportamentos para cumprir o papel social que foi designado pelo grupo. [...] Os usuários obedecem às regras sem necessariamente dar-se conta disso, pois o padrão está internalizado e, para obter o reconhecimento da coletividade e aproveitar-se das relações sociais profundamente marcadas pela personalidade, não se deve transgredir as regras culturais, "não se pode causar falatório na cidade".

Neste sentido, o policiamento e controle social manifestados por meio do “falatório” e da “fofoca”, impossibilitam que esse momento de experimentação, fundamental no processo de constituição da identidade, ocorra de forma livre e desinibida. Esse processo, por sua vez, ocorre de duas formas. Primeiramente, através de uma literal vigilância, decorrente da constante e ininterrupta condição de “pessoa” assumida pelos



cidadãos interioranos, sendo passíveis de reconhecimento e identificação dentro de sistema social no qual todos ocupam um local e posição muito bem definidos (DaMatta, 1979, 1985). Isso pode ser observado, novamente, na experiência de Mari Maia, que, como ela mesma afirmou, se sentia “constantemente vigiada” em sua cidade:

Outras pessoas da minha família sempre prejudicadas, sendo tipo assim, por fofoca, por pessoas que viu as coisas pela metade e saíam falando assim, porque eu tenho um *requisitinho*, assim, que é que eu sou sobrinha do prefeito da cidade. Eu adoro minha família, só que, cara, por ser, assim, sobrinha do prefeito, eu estava sendo constantemente vigiada (Mari Maia, 2024, Itapetim/PE).

E, em segundo lugar, por meio da internalização de normas de conduta — a moral socialmente compartilhada — involuntariamente impostas e amplificadas devido ao círculo social consideravelmente pequeno e homogêneo (Walzer, 2008), sendo justamente a realidade vivenciada por Átila:

É uma das coisas que aconteciam, além das próprias conversas, né, que eles tinham entre eles, entre as pessoas, muito, *ehh*, de preconceito mesmo. Que, querendo ou não, a gente vai ouvindo e vai internalizando e aí acaba virando um ambiente muito, muito difícil de se viver. E eu acho que isso tudo foi me gerando um ódio pela cidade, não pela família, mas pela cidade, porque eu sabia que a cidade influenciava isso tudo. Não só a religião, mas eu acho que a cidade também influenciava, influenciava a eles terem esse pensamento tão fechado. (Átila, 2024, Porto Franco/MA)

Quanto à ausência de opções no que tange ao lazer, à cultura e a sociabilidade, mesmo os jovens interioranos carregando uma disposição para “viver a juventude” — assim como os jovens urbanos<sup>4</sup> — (Abramo, 2007), esta encontra barreiras para sua concretização devido ao clima de estagnação que normalmente caracterizam o cotidiano das pequenas cidades (Silva, 2000):

É sempre as mesmas pessoas, sempre os mesmos lugares, não tinha nada pra fazer, eu não era estimulada intelectualmente, socialmente, amorosamente... Era tudo, assim, muito parado. Numa cidade acima de 14 mil habitantes, a única época animada era quando tinha o São João, então, todo mundo esperava

<sup>4</sup> Essa comparação se faz pertinente, pois, historicamente, a sociologia da juventude carrega uma tendência a privilegiar os jovens urbanos, em detrimento dos jovens interioranos — como objetos de análise para compreender as diferentes manifestações culturais e de sociabilidade associadas a esse segmento social. Abramo (2007), todavia, enfatiza que, apesar de não haver as mesmas condições e recursos para tal, os jovens interioranos — tanto de pequenas cidades quanto das zonas rurais — mantêm as mesmas disposições que os jovens urbanos, adequando-as ao contexto e às limitações impostas pelo interior enquanto *lugar de vida*.

o São João e o São João era a maior festa que tem. Então, a gente passava o ano todo esperando por um ou dois dias, porque no resto dos dias não tinha absolutamente nada pra fazer. (Mari Maia, 2024, Itapetim/PE)

Além disso, em virtude do círculo social mais fechado, existe menos diversidade e pluralidade de culturas, circunscrevendo as experiências juvenis, sobretudo no que se refere aos processos de experimentação e de autodescoberta, a um restrito *campo de possibilidades* involuntariamente imposto<sup>5</sup>. Assim, as chances de um dado jovem se identificar e se envolver com uma cultura ou estilo de vida distinto daquele vivido em sua cidade é consideravelmente menor, restringindo, por sua vez, a sua capacidade de desenvolvimento enquanto sujeito.

Já no que diz respeito à transição para a vida adulta, esta ocorre dentro de um cenário marcado pela baixa diversidade de oportunidades de trabalho e estudo, conforme Wanderley (2007) argumenta. Essa, por sua vez, foi a realidade vivenciada de maneira consideravelmente explícita por Monalisa:

Eu sempre quis, né? Alguma forma de ajudar meus pais, melhorar de vida, melhorar a (vida) dos meus pais e dos meus irmãos, e lá não tinha emprego. Eu também sempre gostei muito de estudar e lá é geralmente o máximo que a gente consegue terminar é o ensino médio, e eu sempre quis mais. Isso me entristecia muito, eu queria estudar, também queria trabalhar e lá eu não conseguia. (Monalisa, 2024, São José do Bonfim/PB)

É importante salientar que, assim como a cidade grande, o interior é um espaço caracterizado por uma heterogeneidade de situações, possibilitando uma pluralidade de vivências e atravessamentos da *condição juvenil*. Ou seja, tanto no que concerne à transição para a vida adulta quanto à moratória vital, a *condição juvenil* é experienciada a partir das particularidades de cada *situação juvenil*. No que tange aos sujeitos desta pesquisa, as semelhanças e as particularidades de cada *situação juvenil* podem ser visualizadas no Quadro I.

Nesse sentido, se os jovens, em função das características da própria *condição juvenil*, sentem de maneira amplificada as restrições impostas pelo interior enquanto

<sup>5</sup> A presença de um restrito *campo de possibilidades* na esfera do lazer e da cultura não implica dizer que não havia formas encontradas e desenvolvidas pelos jovens para se entreter em suas cidades de origem. Seja em praças locais, ou atividades em espaços naturais de suas cidades, como mencionado pelos três entrevistados. No entanto, é importante reiterar que, apesar de haver possibilidades de entretenimento e lazer, os interlocutores, especialmente Mari Maia e Átila, sentiam essas possibilidades de forma consideravelmente restritiva.

*lugar de vida* — se comparados com indivíduos de outras faixas etárias —, isso se intensifica ainda mais ao interseccionar a categoria juventude com outras categorias e elementos que particularizam cada *situação juvenil*. Dentro disso, uma das entrevistadas comentou,

*Ehh...* Eu já morei em muitos lugares, mas morando em cidade pequena na adolescência, eu percebia que pra mulheres era muito limitado. Principalmente, sendo bem do interior do sertão ehh... A oportunidade que a gente tinha era encontrar alguém que provavelmente era um cara, no ensino médio, era um cara mais velho, sair e casar e daí, um ou dois anos depois, ter filhos, e começar ali a maternidade com 19 anos. Isso foi uma das coisas que me desesperou, porque não era isso que eu queria. (Mari Maia, 2024, Itapetim/PE)

No caso específico de Mari Maia, existem duas particularidades que chamam atenção: o fato dela ser mulher e de ser sobrinha do prefeito. A articulação entre esses elementos e as demandas por autonomia relacionadas à juventude se chocavam diretamente com as relações de interconhecimento baseadas na pessoalidade, tornando, para entrevistada, a experiência no interior “opressiva” e “desestimulante”.

Outro exemplo de intersecção entre categorias que promove a ampliação das limitações vivenciadas e sentidas pelos jovens interioranos é a união entre juventude, gênero feminino e ser membro de uma unidade de produção agrícola, como pode ser visualizado na situação de Monalisa:

Eu morava na zona rural, certo? Eu me sentia, assim isolada do mundo, realmente. Porque era bem assim, rural mesmo, dentro dos mato, assim 5 km de mata fechada pra chegar. Eu me sentia isolada, sem oportunidades [...] Por que tem muito isso de indicação, né? Eu pensava muito nesse lado, porque lá no interior, se você não for amigo do prefeito, se você não for parente de empresário, você não trabalha,

Porque, pensa, gente do interior tem uma cabeça bem fechada. Como eu falei, o contexto da vida de uma menina é esse: só sai de casa pra casar. Minha mãe sempre me dizia isso: “você só vai sair de casa um dia se for pra casar”. (Monalisa, 2024, São José do Bonfim/PB)

Em virtude da ambivalência familiar característica das unidades de produção agrícola, devido à convergência das relações familiares e de trabalho em um único espaço, “os jovens oscilam entre o projeto de construírem vidas mais individualizadas, expresso no desejo de 'melhorarem o padrão de vida', de 'serem algo na vida', e o compromisso com a família” (Oliveira, 2006 apud Carneiro, 1999, p. 34), sendo um cenário ainda mais restritivo se tratando das mulheres.



Por fim, como um último exemplo de intersecção, há o caso de Átila, que, em virtude de ser homossexual e neto de pastores evangélicos, sofreu diferentes formas de discriminação e preconceito:

Começou, eu acho, no início do ensino médio, que foi quando eu tava, assim, descobrindo minha sexualidade, né? Foi quando eu tive, por exemplo, o meu primeiro namorado, ficante, sei lá, não sei o que que era, mas enfim, foi o meu primeiro contato com a minha sexualidade em si, real, né? *Ehh*, e aí pra ele também, eu acho que foi a mesma coisa, desse menino, e aí foi quando algumas questões religiosas começaram a bater.

*Ehh*, aí o que acho... O que mais me pegou foi quando a gente passou por uma situação meio delicada, porque ele também tava se descobrindo, e aí os pais dele também tinham essa relação com ele, sabe, de preconceito por causa da religião também. E aí os pais dele descobriram, né, sobre a gente e tudo mais, e eu acho que essa foi a principal situação, que foi quando rolou ameaça de violência física e tudo mais, que aí a gente precisou separar, assim, não só se separar de relacionamento, mas até de amizade, tipo, qualquer contato. (Átila, 2024, Porto Franco/MA)

Ao considerar o cenário vivenciado por Átila, marcado pela intersecção de sua condição de jovem interiorano e gay, oriundo de uma família evangélica, especialmente dentro de um contexto juvenil de autodescoberta e emergência de desejos e potencialidades ainda inexploradas, evidencia-se como sua experiência em Porto Franco foi baseada em uma constante tensão entre ser aquilo que ele era e aquilo que se esperava dele.

Portanto, apesar das particularidades de cada *situação juvenil*, é notável nas relações explanadas o sentimento de rejeição e recusa aos limites involuntariamente impostos pelo interior, enquanto *lugar de vida*, para a satisfação de suas demandas como sujeitos, configurando-se como um cenário de tensão e desacordo entre os desejos juvenis e as características locais.

### **A migração como uma das formas de manifestação da condição juvenil interiorana**

Uma das principais estratégias adotadas pelos jovens para lidar — e muitas vezes superar — o delimitado *campo de possibilidades* instaurado pela relação juventude e interior é a migração para uma grande cidade. Segundo José C. A. Pereira (2007), as motivações para migração podem ser analisadas à luz de dois tipos de fatores, sendo estes macro e microsociais. Sobre essa distinção, o referido autor explica:



a) fatores de ordem macrossocial e estrutural — infraestrutura regional, políticas públicas, arranjos institucionais; b) fatores de ordem microsocial, mais tangíveis nas práticas cotidianas dos indivíduos, suas famílias e/ou redes de sociabilidade. (Pereira, 2007, p. 149)

Dentro dessa lógica, mesmo que seja inviável estabelecer um critério uniforme que homogeneíze as motivações para o migrar dos jovens, um aspecto ainda permanece como sendo central: a busca por melhores condições de vida. Ou, em outras palavras, a busca por romper com os diversos limites impostos pelo interior e alcançar/atender seus objetivos e necessidades ali não satisfeitos. Entretanto, o que significa “melhores condições de vida” não é algo objetivo e unívoco, mas elaborado e almejado conforme o contextos micro e macro nos quais cada um está inserido. Esse cenário, no que diz respeito aos jovens sujeitos desta pesquisa, pode ser visualizado de maneira mais completa no Quadro III.

É possível notar, a partir das motivações para migração visualizadas no quadro, como estas estiveram diretamente vinculadas às particularidades de cada *situação juvenil* — gênero, orientação sexual, condição socioeconômica, situação familiar, cidade de origem, — e suas diferentes formas de lidar com as características interioranas. Ao mesmo tempo, estas também se deram dentro de uma *condição juvenil* comum, vivenciada em contextos sociais com diferentes níveis de infraestrutura e com realidades socioculturais distintas.

Sobre as semelhanças que reúnem as motivações para migração dos três entrevistados, destacam-se, sobretudo, os aspectos macrossociais, como a ausência de oportunidades de educação, trabalho e lazer, fazendo-se presente, nos depoimentos dos três jovens interioranos, a percepção do interior como um local cujo *campo de possibilidades* era consideravelmente diminuto. Quanto às diferenças, sobressaem-se os aspectos microsociais, especialmente no que tange à ausência, ou não, de identificação com o modo de vida interiorano. Estas diferenças, por sua vez, influenciaram o momento/idade no qual o desejo por migrar floresceu, assim como as expectativas nutridas quanto à capital da Paraíba<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Cabe frisar que a escolha especificamente pela capital da Paraíba, nos três casos, possuiu justificativas pessoais e influências endógenas. Monalisa, primeiramente, além de ser a capital mais próxima de sua cidade natal, escolheu a cidade de João Pessoa por ser o local onde sua irmã mais velha residia, sendo

**Quadro III – Contexto pré-migração**

QUESTÃO	MONALISA	MARI MAIA	ÁTILA
<b>1. Relação com a cidade de origem</b>	Local isolado e sem oportunidades de trabalho e estudo	Sem oportunidades de trabalho e estudo; mentalidade fechada; sem opções de lazer; fofoca; se sentia oprimida e não estimulada	Sem oportunidades de trabalho e estudo; mentalidade fechada; sem opções de lazer; fofoca; sentia ódio pela cidade e a achava “tóxica”
<b>2. Quando surgiu o desejo de migrar</b>	Infância (10 anos)	Adolescência (15/16 anos)	Adolescência (13 anos)
<b>4. Motivo (s) para migrar (entrevista)</b>	Falta de oportunidades de trabalho e estudo, “melhorar de vida”	Oportunidades de estudo, falta de identificação com a cidade que morava, desejo por liberdade e conhecer pessoas diferentes	Escape da família e cursar biomedicina
<b>5. Influência direta</b>	Primos e irmãos	Amigos e professora de literatura	Pais e professor de física
<b>6. Papel da família</b>	Suporte material da irmã	Suporte emocional e material da mãe e do tio	Suporte emocional dos pais e suporte material dos avós
<b>7. Expectativa quanto a João Pessoa</b>	Conseguir um trabalho	Ampliar seu círculo social e suas oportunidades	Se estabelecer emocionalmente

**Fonte:** elaboração própria, João Pessoa, 2025.

Ademais, embora a migração não seja uma demanda universal no que diz respeito aos jovens interioranos, e também não seja o objetivo deste trabalho hierarquizar o interior e as grandes cidades como “pior” e “melhor”, é observável que, para estes jovens sujeitos em específico, a migração foi a maneira encontrada por eles para exercerem sua

esse suporte material e afetivo um fator determinante em sua decisão. Mari Maia, por sua vez, foi influenciada por 4 amigos que também migraram para João Pessoa e representavam uma segurança nessa transição inerentemente desafiadora. Por fim, Átila, mesmo sendo do estado do Maranhão, escolheu a capital da Paraíba por já possuir uma relação afetiva com a cidade em decorrência do seu pai ser oriundo do estado da Paraíba e pelo fato de, quando mais novo, ter visitado João Pessoa e se “encantado pelo mar”.



*condição juvenil*, algo que, em virtude de diversas características interioranas — principalmente no que se refere às restrições materiais e sociais —, suas cidades de origem não deram conta de abarcar. Isso pode ser observado de maneira nítida na experiência de Mari Maia após migrar para João Pessoa:

Assim, eu não posso dizer que fiquei decepcionada em nenhum quesito. Eu consegui ter experiências novas, conheci lugares novos, conheci pessoas novas. Conheci muitas vivências que não têm nenhuma relação com a minha realidade. Também abri mais os braços pras vivências que são diferentes da minha, porque antes eu achava que isso era limitado, mas caramba, agora vejo que são muitos tipos de vivências. Eu consegui também um estágio muito rápido; eu tive uma oportunidade muito boa de estagiar assim que cheguei aqui. (Mari Maia, Itapetim/PE, 2025)

Nesse sentido, conforme Prado (1995, p. 51-52) destaca: “[...] se ir para fora, ou estabelecer contato com gente de fora, alivia a sujeição à mesmice e ao controle social”. Esse ponto vai ao encontro das responsabilidades do Estado frente às juventudes como sujeitos de direitos (Brasil, 2013), tendo como princípios a promoção da autonomia, da emancipação, do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem. A partir disso, é possível notar que o exercício da *condição juvenil* é um direito das juventudes, independentemente dos locais nos quais residem.

Sobre isso, ao discorrer especificamente sobre as juventudes rurais — mas ainda enquadradas na noção de juventude interiorana aqui empregada —, Paulo (2013, p. 337) aponta:

Pensar desenvolvimento deve ser sinônimo de possibilitar para os indivíduos, como atores sociais, o direito de escolher seu destino e de agir em relação a essas escolhas. Assim, se quiser ficar, o jovem precisa ter mais do que políticas que visem à produção (e nesse sentido, pode-se apontar que o modelo agroecológico poderia potencializar isso), mas também outros aspectos, pois é própria da condição juvenil socialmente cunhada, a necessidade de lazer, consumo, educação, esporte e acesso a tecnologias e os jovens, independente das situações juvenis rurais, mesmo adotando para estes significados diferentes e os utilizando para fins específicos, querem participar dessa condição do ser jovem.

Logo, como observado por Paulo (2013) e pelos próprios jovens interlocutores desta pesquisa, em diversos aspectos, a realidade encontrada das cidades interioranas não oferece as condições para efetivação desses direitos, sendo, em muitos casos, necessário recorrer à migração para “fazer valer” seus direitos enquanto jovens cidadãos.

Conclui-se, por conseguinte, que a migração para as grandes cidades, apesar de não se configurar como uma necessidade para sua concretização, opera como uma das formas de manifestação da *condição juvenil* interiorana, ocorrendo conforme as especificidades de cada cidade interiorana, as particularidades de cada *situação juvenil* e a historicidade/subjetividade de cada sujeito.

### Considerações finais

No artigo, discutiu-se a relação das juventudes com interior e de que forma esta contribui para a migração dos jovens interioranos para grandes cidades. Para isso, além do manuseio e articulação dos referenciais teóricos acerca das categorias abordadas, considerou-se o relato de três jovens interioranos que haviam migrado para a cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba.

Por meio dos depoimentos dos jovens entrevistados, percebeu-se como cada motivação e expectativa reveladas estavam diretamente vinculada às particularidades de cada *situação juvenil*. Dentro disso, notou-se também como a intersecção entre diferentes indicadores sociais e a categoria juventude contribuiu para amplificação das restrições vivenciadas pelos entrevistados em suas respectivas cidades natais. No entanto, apesar das diferenças, como o nível de identificação com o modo de vida local e até mesmo o grau de restrições materiais vivenciado — seja pela situação familiar ou pela própria infraestrutura local —, constatou-se que nos três casos havia um cerne motivacional comum: a busca pela ampliação dos respectivos campos de possibilidades.

Este texto corrobora a percepção de que a base de toda e qualquer migração é a busca por um local que ofereça melhores condições de vida. No entanto, o que diferencia cada situação, como no caso dos três sujeitos da pesquisa, são os critérios e percepções individuais acerca do que é uma vida melhor e uma vida pior, e como as características sociais do contexto no qual se está inserido afeta diretamente essa realidade.

Portanto, constatou-se nesta pesquisa uma dissonância entre os aspectos que caracterizam a *condição juvenil* — transição para a vida adulta e moratória vital — e as características que definem o interior enquanto *lugar de vida* — modo de sociabilidade baseado na *pessoalidade* e a precariedade de serviços, bens e oportunidades —, sendo a

migração uma das maneiras adotadas pelos jovens para exercerem tal condição e romperem com as *associações involuntárias* que limitavam seu desenvolvimento.

No entanto, o exercício da *condição juvenil* é direito da juventude, independentemente do local ou região em que esteja. Nesse sentido, faz-se necessário perceber os jovens interioranos como sujeitos de direitos, que demandam políticas públicas voltadas para a integralidade de suas necessidades e potencialidades, tanto no que concerne ao presente quanto no que diz respeito ao futuro. É somente a partir dessa compreensão que será possível pensar um cenário social no qual a migração não surja como uma forma de o jovem fazer valer seus direitos como cidadãos, e sim como decorrente de sua vontade pessoal e subjetiva.

## Referências

ABRAMO, Helena Wendel. Debate. *In*: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 67-71.

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Instituto Cidadania, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira**. Cadernos Adenauer, 2015. v. XVI.

BRASIL. **Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 ago. 2013.

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. *In*: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 53–66.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbano: campo e cidade no horizonte dos jovens. *In*: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos *et al.* **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Editora Campus/Pronex, 1999. p. 97-117.

CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, Elisa Guaraná. Balanço e perspectivas. *In*: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro; Mauad X, 2007. p. 128-136.

CAVALCANTI, Helenilda. **O desencontro do ser e do lugar: a migração para São Paulo**. *In*: BURITY, Joanildo A. **Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 143-159.



DAMATTA, Roberto A. **A casa e a rua**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DAMATTA, Roberto A. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais: Faculdade de Educação, 2003.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e ensino médio: quem é este jovem que chega à escola?. *In*: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (org.). **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículo em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 101-133.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 7 abr. de 2025.

KUMMER, R. **Juventude rural, entre ficar e partir**: a dinâmica dos jovens rurais da comunidade de Cerro Azul, Palma Sola/SC. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2013.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventude es más que una palabra. *In*: MARGULIS, Mario (ed.). **La juventude es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996, p. 13-30.

PAULO, M. de A. L. de. Juventudes rurais nos pequenos municípios do Nordeste do Brasil: uma breve reflexão acerca do desenvolvimento rural. *In*: MENEZES, Jaileila de Araújo; COSTA, Mônica Rodrigues; SANTOS, Tatiana Cristina dos. (org.). **Territórios interculturais de juventude**. Recife: Editora da UFPE, 2013. p. 325-341. v. 1.

PAULO, M. de A. L. de. **Juventude rural**: construções identitárias. Recife: UFPE, 2011.

PEREIRA, J. P. S. “**Eu sempre quis mais**”: motivações para a migração de jovens interioranos. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2025.

PEREIRA, José C. A. Da migração nacional à internacional: enredos e desenredos de jovens rurais na agricultura familiar. *In*: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 149–166.

PRADO, Rosane M. Cidade pequena: paraíso e inferno da personalidade. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 31-56, 1995.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Joseli Maria. Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena cidade. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 9-37, 2000.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/WfkbJzPmYNdfNWxpyKpcwWj/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2026.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 3. ed. Rio



de Janeiro: J. Zahar Editor, 2003.

VELHO, Gilberto; SILVA, Luiz Antônio Machado da. Organização social do meio urbano. *In: Anuário Antropológico 76*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977. p. 71-82.

WALZER, Michael. **Política e paixão**: rumo a um liberalismo mais igualitário. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. *In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (org.). Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21–34.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Recebido em: 04/09/2025.

Aceito em: 11/05/2026.



## MARÉS INVISÍVEIS: os direitos das mulheres pescadoras e a Convenção 169 da OIT na Costa dos Corais<sup>1</sup>

### *INVISIBLE TIDES: fisherwomen's rights and ILO Convention 169 on the Costa dos Corais*

Carolina Maia Lins \*

#### Resumo

Este artigo analisa como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem sido mobilizada no Brasil para garantir os direitos das mulheres pescadoras artesanais, com foco na Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais (APACC). A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em análise documental e bibliográfica de fontes institucionais, normativas e acadêmicas, além de materiais de organizações da sociedade civil. O estudo investiga se os princípios da Convenção, como: diversidade cultural, consulta prévia, autodeterminação e direito ao território estão sendo efetivamente aplicados no contexto da APACC, especialmente por meio da atuação do Conselho Gestor (CONAPACC). Os resultados indicam que, apesar da relevância do marco internacional, há uma lacuna entre o reconhecimento legal e a realidade vivida pelas pescadoras, evidenciando desafios relacionados à invisibilidade institucional, à exclusão de processos decisórios e à fragilidade das políticas públicas específicas.

**Palavras-chave:** pesca artesanal; mulheres pescadoras; Convenção 169; direitos territoriais.

#### Abstract

This article analyzes how Convention 169 of the International Labour Organization (ILO) has been mobilized in Brazil to guarantee the rights of artisanal fisherwomen, focusing on the Costa dos Corais Environmental Protection Area (APACC). The research adopts a qualitative and exploratory approach, based on documentary and bibliographic analysis of institutional, normative, and academic sources, as well as materials from civil society organizations. The study investigates whether the Convention's principles, such as cultural diversity, prior consultation, self-determination, and the right to territory, are being effectively applied in the context of the APACC, especially through the actions of the Management Council (CONAPACC). The results indicate that, despite the relevance of the international framework, there is a gap between legal recognition and the reality experienced by the fisherwomen, highlighting challenges related to institutional invisibility, exclusion from decision-making processes, and the fragility of specific public policies.

**Keywords:** artisanal fishing; fisherwomen; Convention 169; territorial rights.

<sup>1</sup> A autora declara que (1) a produção intelectual, análise de dados e redação deste artigo são de minha inteira autoria, refletindo pesquisa original conduzida de forma independente; (2) não foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial generativa para a criação, estruturação ou redação do conteúdo teórico e analítico do texto; (3) foram utilizadas ferramentas de suporte apenas para revisão gramatical e auxílio na tradução de termos técnicos, sem qualquer interferência na elaboração das ideias ou na síntese dos resultados; (4) assumo total responsabilidade pela integridade das informações apresentadas e pela originalidade do trabalho.

\* Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. E-mail: carolinamaia.lins@ufpe.br.



## 1 Introdução

De que maneira o Conselho Consultivo da APA dos corais (CONAPACC) serve de instrumento de implementação doméstica da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)? Esta questão central orienta a pesquisa que se segue, com o objetivo de analisar o papel deste instrumento internacional no reconhecimento e na proteção das trabalhadoras da pesca artesanal, com foco na Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais (APACC), localizada no Sul Litorâneo brasileiro. A pesca artesanal, prática fundamental para a subsistência e a economia das comunidades costeiras, desempenha um papel crucial na segurança alimentar e na preservação de saberes tradicionais, especialmente no Brasil (Sousa, 2022). No entanto, as mulheres pescadoras, apesar de sua participação ativa e indispensável neste setor, enfrentam um histórico de invisibilidade e discriminação (Antunes Neto *et al.*, 2021). Suas contribuições, muitas vezes limitadas a funções de apoio, não são reconhecidas nas políticas públicas, nas legislações trabalhistas e nas decisões políticas que impactam diretamente suas vidas e territórios (Antunes Neto *et al.*, 2021).

Neste contexto, a Convenção 169 da OIT (1989), ratificada pelo Brasil em 2004, surge como um potencial instrumento transformador. Ao contrário da Convenção 107, ocorrida em 1957, que possuía uma perspectiva assimilacionista, a Convenção 169 reconhece os direitos coletivos dos povos indígenas e tribais, destacando a consulta prévia, livre e informada, a autodeterminação e a proteção de territórios tradicionais (Anaya, 2004; Stavenhagen, 2006). Esse marco legal, conforme apontam Cunha (2009b) e a Oficina Internacional do Trabalho (2009), pode representar uma ferramenta estratégica para fortalecer os direitos das mulheres pescadoras, especialmente em contextos como o da APACC, onde a falta de políticas públicas específicas e os conflitos socioambientais agravam suas vulnerabilidades (ICMBio, 2025).

O presente estudo tem como objetivo analisar como a Convenção 169 da OIT contribui para a visibilidade e o fortalecimento dos direitos das mulheres pescadoras no Sul Litorâneo brasileiro, com um enfoque especial na atuação da APACC. A relevância deste estudo não se limita a destacar as lacunas entre o marco legal e a realidade vivida pelas mulheres pescadoras. Ele também propõe reflexões sobre como a Convenção 169 pode ser mobilizada para combater desigualdades de gênero e promover uma inclusão



efetiva dessas mulheres nos processos decisórios que impactam seus direitos e territórios. Por meio de uma abordagem qualitativa e exploratória, este trabalho visa ampliar o debate sobre justiça social, sustentabilidade e direitos humanos, contribuindo para a construção de políticas públicas mais equitativas e inclusivas.

O principal objetivo do trabalho, portanto, é analisar a implementação doméstica da Convenção 169 da OIT, com foco na atuação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) da Costa dos Corais (CONAPACC). Os objetivos específicos são, de acordo com as especificidades da convenção: (1) investigar se há respeito à diversidade cultural das mulheres pescadoras no âmbito do CONAPACC, considerando o reconhecimento de suas práticas e saberes tradicionais; (2) analisar de que forma o CONAPACC atua na garantia do direito à posse e controle dos territórios tradicionais utilizados pelas mulheres pescadoras; (3) avaliar se os processos de consulta prévia, livre e informada, previstos na Convenção 169 da OIT, são efetivamente realizados com a participação das mulheres pescadoras; (4) examinar como o CONAPACC contribui para a manutenção das tradições culturais e para a autodeterminação das mulheres pescadoras no contexto da APACC.

## **2 Direitos dos povos tradicionais: da Convenção 107 à Convenção 169 da OIT**

A Convenção 169 da OIT surgiu em resposta a mudanças no movimento internacional pelos direitos indígenas e à transformação de paradigmas dentro da própria OIT nos anos 1980. Como descreve Anaya (2004), a antiga Convenção 107 (1957) tratava os povos indígenas de forma assimilacionista, visando sua integração à sociedade nacional. Contudo, com o fortalecimento dos direitos humanos e a mobilização indígena global nas décadas seguintes, essa visão passou a ser questionada. Nos anos 1980, a OIT iniciou a revisão da Convenção 107, reconhecendo a necessidade de respeitar a identidade cultural e a autodeterminação dos povos indígenas. Esse processo resultou na adoção da Convenção 169, em 1989, que reconheceu direitos coletivos como a consulta prévia e a proteção de terras e culturas tradicionais. Dessa forma, a Convenção 169 representa uma mudança histórica, alinhada à nova visão internacional de respeito à diversidade e aos direitos dos povos indígenas (Anaya, 2004).



Além disso, a publicação da Oficina Internacional do Trabalho (2009) oferece uma visão atualizada sobre a Convenção 169, abordando seu histórico, princípios centrais e os desafios de implementação. O documento destaca que a Convenção 169 surgiu como uma resposta à necessidade de superar a abordagem assimilacionista da Convenção 107, reconhecendo os povos indígenas e tribais como sujeitos de direitos coletivos. Entre os princípios fundamentais, a publicação enfatiza a consulta prévia, livre e informada; o direito dos povos indígenas de manterem suas próprias instituições e modos de vida; e o respeito às suas terras, territórios e recursos naturais.

A Oficina Internacional do Trabalho (2009) também aponta que, embora a convenção tenha impulsionado avanços jurídicos e políticos em diversos países, ainda existem desafios significativos para garantir sua plena implementação, especialmente no que diz respeito à efetiva participação dos povos indígenas nos processos de decisão. Assim, o documento reafirma a importância da Convenção 169 como um instrumento dinâmico para promover a autodeterminação e o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas e tribais (Oficina Internacional do Trabalho, 2009).

Por sua vez, Carneiro da Cunha (2009a) afirma que as políticas culturais relativas aos povos indígenas representam uma mudança importante em relação às práticas históricas de assimilação e tutela. Em vez de tratar a cultura indígena como algo a ser superado, essas políticas reconhecem o direito dos povos indígenas de manter, desenvolver e transmitir suas tradições, modos de vida e instituições próprias. A autora destaca que o reconhecimento da diversidade cultural passou a ser articulado internacionalmente a partir de instrumentos como a Convenção 169 da OIT, reforçando o direito à diferença e à autodeterminação. Políticas culturais eficazes, segundo Carneiro da Cunha (2009b), devem assegurar que os povos indígenas tenham controle sobre seus próprios processos de reprodução cultural, incluindo iniciativas em educação, comunicação e gestão territorial.

Apesar dos avanços, Cunha(2009b) alerta que essas políticas enfrentam desafios estruturais, como a persistência de práticas estatais que ainda buscam integrar os indígenas à sociedade majoritária, sem respeitar plenamente suas especificidades. Assim, para a autora, políticas culturais só são verdadeiramente efetivas quando partem do protagonismo indígena e respeitam seus projetos próprios de futuro.



Na entrevista com Rodolfo Stavenhagen, realizada em 8 de outubro de 2009, o antropólogo discute a importância da Convenção 169 da OIT para os povos indígenas, destacando seu papel crucial no reconhecimento dos direitos desses povos no contexto internacional. Ele enfatiza que a Convenção representa um avanço significativo na luta pela autodeterminação dos povos indígenas, ao garantir que eles tenham o direito de controlar seus próprios processos culturais, sociais e territoriais, além de assegurar a preservação de suas culturas e modos de vida.

Stavenhagen (2010) ressalta que, embora a Convenção seja um marco normativo importante, sua aplicação enfrenta desafios práticos em muitos países, principalmente devido à resistência dos Estados na implementação efetiva desses direitos. Ele observa que a falta de mecanismos eficazes de fiscalização e a resistência local dificultam o pleno reconhecimento dos direitos indígenas, exigindo um maior esforço das organizações internacionais e dos próprios povos indígenas para garantir que esses direitos sejam respeitados. Portanto, segundo Stavenhagen, a Convenção 169 não é apenas uma ferramenta legal, mas também um reflexo do crescente reconhecimento internacional das culturas indígenas e de sua luta pela autodeterminação e pela defesa de seus territórios.

No entanto, a implementação da Convenção nº 169 da OIT, que reconhece os direitos dos povos indígenas e tribais, enfrenta diversos desafios, especialmente no contexto brasileiro. Embora a convenção tenha sido ratificada pelo Brasil, garantindo uma série de direitos coletivos, como a consulta prévia e a proteção dos territórios indígenas, sua efetiva implementação continua a ser um processo complexo. Como indagam Fonsêca *et al.* (2024), que discutem esses desafios, destacando a resistência de estruturas estatais e a falta de mecanismos eficazes de fiscalização como obstáculos significativos para garantir os direitos dos povos indígenas. Os principais desafios na implementação da Convenção nº 169 da OIT no Brasil incluem a inadequada articulação entre as políticas públicas nacionais e as normas internacionais, resultando em lacunas na integração das diferentes esferas governamentais e políticas de desenvolvimento. A falta de coordenação eficaz entre as instituições e a sobrecarga de interesses conflitantes dificultam a proteção dos direitos territoriais e culturais dos povos indígenas. Além disso, a resistência de parte da sociedade e das autoridades locais, que percebem os direitos indígenas e povos tradicionais como obstáculos ao desenvolvimento econômico, também impede a plena



aplicação das normas. Outro desafio significativo é a escassez de recursos financeiros e apoio técnico, o que compromete a efetividade das políticas de consulta prévia e proteção territorial. Por fim, a marginalização política das comunidades indígenas, frequentemente afastadas dos processos decisórios, também enfraquece a implementação dos direitos garantidos pela Convenção (Fonsêca *et al.*, 2024).

## 2. 1 Invisibilidade e discriminação das mulheres na pesca artesanal

A pesca artesanal, atividade essencial para a segurança alimentar e a economia de diversas comunidades costeiras, é marcada pela intensa participação das mulheres. Assim como afirma Sousa (2022), que a participação das mulheres na atividade pesqueira artesanal é fundamental para a sustentabilidade econômica e social das comunidades costeiras. Segundo o autor, o trabalho feminino, frequentemente invisibilizado, é essencial não apenas no processamento e comercialização do pescado, mas também na manutenção dos saberes tradicionais transmitidos entre gerações. Além disso, Sousa (2022) enfatiza a importância do empoderamento das mulheres e da promoção da igualdade de gênero como elementos centrais para a governança dos oceanos e para o uso sustentável dos recursos marinhos.

Se adentrarmos na legislação, Antunes Neto *et al.* (2021), ao examinar legislações e registros históricos entre 1846 e 1990, revelam que, mesmo quando ocorreram avanços pontuais na inclusão das mulheres em programas sociais ou políticas públicas, tais iniciativas foram tardias e limitadas. Ou seja, a figura da mulher na pesca era frequentemente associada a um papel auxiliar, o que impediu o reconhecimento de seus direitos trabalhistas, previdenciários e de participação política. Os autores ainda destacam que essa invisibilização legal e institucional contribuiu para a reprodução de desigualdades de gênero no setor pesqueiro, reforçando a marginalização das mulheres em um espaço onde sua atuação sempre foi fundamental.

Um grande exemplo em âmbito legislativo é a existência da Lei nº 11.959/2009, que institui a Política Nacional de Agricultura Familiar (PNAF), incluindo a pesca artesanal como parte da agricultura familiar, garantindo às mulheres pescadoras o acesso a políticas de apoio, como crédito rural e assistência técnica. Essa lei visa fortalecer a agricultura familiar e reconhece a importância da pesca artesanal para



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

alimentar e a economia das comunidades costeiras. Contudo, a implementação dessa política ainda enfrenta dificuldades, como a falta de integração com outras áreas essenciais, como saúde e educação, o que limita os benefícios para as mulheres (Brasil, 2009).

E a Lei nº 13.879/2019, conhecida como Lei das Mulheres Pescadoras, reconhece a atividade pesqueira feminina e estabelece ações afirmativas para promover a igualdade de gênero no setor. Ela busca garantir que as mulheres tenham acesso a recursos financeiros, capacitação e participação nas decisões políticas sobre a pesca artesanal. Apesar dos avanços, a aplicação dessa lei também encontra obstáculos, como a falta de articulação com outras políticas públicas e o desconhecimento das pescadoras sobre seus direitos (Brasil, 2019).

Com isso, sua presença frequentemente permanece invisibilizada, refletindo padrões históricos de discriminação de gênero, apesar de desempenharem papéis fundamentais. Segundo Berkes (1989), as comunidades locais dependem diretamente dos recursos naturais, e a gestão desses recursos tende a ser mais eficaz quando realizada de forma comunitária, em comparação com modelos estatais ou privados. Embora seu foco principal esteja na gestão de recursos comuns e no desenvolvimento sustentável, Berkes (1989) também aponta para questões subjacentes de desigualdade social e econômica dentro dessas comunidades. Embora não analise diretamente a invisibilidade e discriminação das mulheres na pesca artesanal, suas reflexões oferecem uma base importante para discutir esse fenômeno. Em muitas comunidades pesqueiras, as mulheres desempenham papéis centrais, especialmente no processamento e comercialização do pescador. No entanto, suas contribuições são frequentemente impossibilitadas, não reconhecidas como parte fundamental da economia local e não valorizadas de forma adequada. Essa marginalização está intimamente ligada à exclusão das mulheres dos espaços de decisão política e econômica, bem como à distribuição desigual dos recursos.

Nesse sentido, Berkes (1989) sugere que a gestão comunitária pode ser mais inclusiva, mas ressalta que, para que essa inclusão se concretize, é necessário enfrentar barreiras estruturais, culturais e sociais que perpetuam a discriminação de gênero, possibilitando que as mulheres tenham acesso aos espaços de poder e suas contribuições sejam devidamente reconhecidas.



Dialogando diretamente com essa perspectiva, Antunes Neto *et al.* (2021) aprofundam a análise sobre as desigualdades de gênero na pesca artesanal no Brasil. Em seu estudo, os autores evidenciam como as mulheres, embora desempenhem funções fundamentais no setor, como o beneficiamento e a comercialização do pescado, são sistematicamente marginalizadas. O trabalho feminino é frequentemente tratado como complementar ao dos homens, o que reforça sua invisibilidade tanto na economia pesqueira quanto nas políticas públicas. Essa marginalização, apontada por Antunes Neto *et al.* (2021), reforça a necessidade urgente de políticas inclusivas que transformem as estruturas tradicionais de poder nas comunidades pesqueiras, garantindo o reconhecimento e a valorização do trabalho das mulheres.

## 2.2 Importância da Convenção 169 para as mulheres e marisqueiras

Para entendermos a relação da Convenção 169 com a importância da visibilidade das mulheres pesqueiras, faz-se necessário o entendimento do nascimento e construção da convenção. A Convenção 107 da OIT, adotada em 1957, foi o primeiro tratado internacional voltado à proteção dos direitos de povos indígenas e tribais. Seu objetivo era promover a integração progressiva desses povos às sociedades nacionais majoritárias, partindo da premissa de que as culturas indígenas seriam transitórias e, com o tempo, absorvidas pelo modelo de desenvolvimento ocidental dominante (OIT, 1957). Com o passar das décadas, essa abordagem assimilacionista revelou-se incompatível com o respeito à diversidade cultural e aos direitos coletivos. As críticas vindas dos próprios povos indígenas, de estudiosos e de organismos internacionais levaram à revisão do tratado, culminando na elaboração da Convenção 169 da OIT, em 1989, que representou uma mudança de paradigma: em vez de estimular a integração forçada, passou a defender o direito dos povos indígenas e tribais de manterem suas culturas, instituições e modos de vida próprios (Cunha, 2009b).

A Convenção 169 da OIT, adotada em 1989, é o principal instrumento internacional para a proteção dos direitos de povos indígenas e tribais. Ela estabelece normas que garantem o direito à autodeterminação desses povos, reconhecendo suas identidades culturais e sociais, seus direitos territoriais e o direito à consulta prévia, livre e informada sobre medidas administrativas ou legislativas que possam afetá-los (OIT,



1989). Sua importância reside em assegurar que esses povos não sejam meramente objetos de políticas públicas, mas protagonistas na definição de seus próprios projetos de desenvolvimento. Diferentemente da lógica assimilacionista anterior, a Convenção reconhece que a diversidade cultural deve ser protegida e que a participação ativa dos povos tradicionais é essencial nos processos decisórios que impactam suas vidas (Stavenhagen, 2006).

O Brasil, embora não tenha ratificado a Convenção 107 (1957), ratificou a Convenção 169 em 2002, por meio do Decreto Legislativo nº 143/2002, e a incorporou ao ordenamento jurídico nacional pelo Decreto nº 5.051/2004. A adesão brasileira foi especialmente significativa diante da expressiva presença de comunidades indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais, historicamente marcados por violações de seus direitos territoriais, sociais e culturais (Brasil, 2004). Entretanto, a implementação efetiva da Convenção 169 (1989) no Brasil enfrenta desafios persistentes. Entre eles, destacam-se a resistência de setores econômicos interessados na exploração de terras tradicionalmente ocupadas, a insuficiência de políticas públicas específicas e as dificuldades para assegurar o direito à consulta prévia de maneira adequada e respeitosa (Conectas, 2021). Assim, embora a Convenção represente um marco importante para a promoção dos direitos dos povos tradicionais, sua efetividade depende do fortalecimento de mecanismos institucionais e do compromisso contínuo com o respeito às suas diretrizes no nível local. Sem esse esforço constante, os avanços conquistados correm o risco de permanecer apenas no papel.

A luta das mulheres pescadoras no Brasil, representada por figuras como Joana Mousinho e Marizelia Lopes, está intimamente ligada à implementação da Convenção 169 da OIT. Joana, a primeira mulher eleita presidente de uma colônia de pescadores no Brasil em 1989, e Marizelia, pescadora e quilombola da Ilha de Maré, são exemplos de liderança feminina na pesca artesanal. Elas têm sido fundamentais na conquista de direitos para as mulheres pescadoras, como o registro de trabalhadora da pesca e a inclusão em conselhos de pesca. No entanto, apesar da predominância feminina nas comunidades pesqueiras, as mulheres continuam a enfrentar barreiras significativas, como a exclusão de espaços de decisão e a falta de apoio governamental, especialmente em contextos de

desastres ambientais, como o derramamento de petróleo em 2019 e o desastre de rejeitos no Rio Doce<sup>2</sup>.

**Quadro 1** – Comparação de convenções

Aspecto	Convenção 107 (1957)	Convenção 169 (1989)
<b>Objetivo Principal</b>	Integração dos povos indígenas à sociedade nacional	Reconhecimento da autonomia e autodeterminação dos povos indígenas e tribais
<b>Visão sobre os povos indígenas</b>	Assimilacionista (entendida como “desaparecimento” gradual das culturas indígenas)	Respeito à diversidade cultural, reconhecimento das culturas como vivas e autônomas
<b>Direitos territoriais</b>	Garantia de acesso às terras, mas com foco na integração às estruturas do Estado	Direito de posse e controle de seus territórios tradicionais, sem a imposição de integração
<b>Consulta prévia</b>	Não prevista	Consulta prévia, livre e informada antes de qualquer projeto ou política que afete os povos indígenas
<b>Autonomia cultural</b>	Limitada, focada na adaptação à cultura nacional	Garantia de manutenção das tradições culturais e autodeterminação dos povos
<b>Educação e saúde</b>	Prevê a oferta de serviços, mas com foco na adaptação dos indígenas ao sistema nacional	Oferece serviços respeitando as especificidades culturais dos povos indígenas
<b>Ratificação pelo Brasil</b>	Não ratificada pelo Brasil	Ratificada em 2002, substituindo a Convenção 107
<b>Participação política</b>	Enfatizava a integração política dentro do sistema nacional	Estabelece a participação política e o direito à autodeterminação e governança indígena

**Fonte:** elaboração própria (2025).

Essas dificuldades também são evidentes na APACC (Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais), uma região ecológica e pesqueira localizada no litoral

<sup>2</sup> C.f. <https://www.brasildefato.com.br/podcast/no-rastro-das-lutas/2023/11/10/no-rastro-das-lutas-o-passado-e-o-presente-de-lutas-das-mulheres-pescadoras/>



de Alagoas e Pernambuco, no Brasil, sendo a maior unidade de conservação federal marinha costeira do Brasil, ela possui mais de 400 mil ha de área e cerca de 120 km de praia e mangues (IMA-AL, 2023). Embora a APACC seja crucial para a conservação dos recifes de corais e da biodiversidade local, as pescadoras da região enfrentam invisibilidade nas políticas públicas e dificuldades no acesso a direitos essenciais, como saúde e segurança no trabalho. O trabalho das mulheres pescadoras, muitas vezes informal, é pouco reconhecido, o que agrava a exclusão social e a falta de proteção (OIT, 2010). No contexto da pesca artesanal no Brasil, as mulheres têm sido historicamente invisibilizadas, pois seu trabalho, voltado principalmente para o beneficiamento do pescado, é considerado um serviço de apoio e não é reconhecido como atividade laboral garantida pelos direitos previdenciários, como o seguro-desemprego (Defeso). A legislação brasileira, ao definir a pesca como a captura dos recursos naturais e reconhecer apenas os pescadores como titulares de direitos, discrimina indiretamente as mulheres, pois naturaliza a divisão sexual do trabalho e as normas de gênero, o que se reflete nas políticas públicas e na ausência de reconhecimento formal do trabalho feminino nesse setor (Huguenin; Martinez, 2021).

A Convenção 169 da OIT, ao garantir direitos territoriais e a consulta prévia, livre e informada, poderia ser uma ferramenta importante para empoderar essas mulheres, assegurando que suas necessidades fossem ouvidas e atendidas nas políticas públicas. Contudo, a efetiva aplicação da Convenção nas comunidades pesqueiras da APACC enfrenta desafios estruturais, como a falta de dados sobre a participação das mulheres na pesca, a escassez de políticas públicas específicas e a discriminação de gênero que desvalorizam o trabalho feminino.

Assim, embora a Convenção 169 seja uma ferramenta crucial para garantir os direitos das pescadoras e promover a sustentabilidade de suas práticas, sua implementação na APACC exige uma abordagem mais eficaz, com políticas públicas que respeitem as especificidades das mulheres pescadoras e que garantam acesso a recursos e oportunidades para o setor. Pois, atualmente, o que acontece é que os avanços prometidos pela Convenção poderão continuar sendo apenas ideais, sem impacto real na vida das pescadoras e nas comunidades pesqueiras, cujo exemplo pode ser o 13º Grito da Pesca Artesanal, realizado em 21 de novembro de 2024. Ele está diretamente relacionado às



pescadoras, pois a mobilização tem como um dos seus principais objetivos o reconhecimento e garantia de direitos para as comunidades pesqueiras, incluindo as mulheres pescadoras (Feifel, 2024).

### 3 Referencial teórico

No Brasil, os tratados e convenções internacionais de direitos humanos, uma vez ratificados pelo Congresso Nacional e promulgados por decreto presidencial, passam a integrar o ordenamento jurídico interno. De acordo com o artigo 5º, §2º da Constituição Federal de 1988, os direitos e garantias expressos na Carta Magna não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais dos quais o Brasil seja parte. Nesse sentido, a Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2002 e promulgada pelo Decreto nº 5.051/2004, passou a ter força normativa no país, podendo ser invocada em processos judiciais, administrativos e nas políticas públicas voltadas aos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Conforme destaca Flávia Piovesan (2007), a incorporação de tratados internacionais de direitos humanos fortalece a proteção jurídica desses direitos ao ampliar o repertório normativo disponível e ao consolidar seu caráter vinculante. Para a autora, tais tratados não apenas complementam a Constituição, mas também se tornam instrumentos de exigibilidade judicial e administrativa, servindo como base para a atuação do Ministério Público, da Defensoria Pública e de movimentos sociais. Assim, a Convenção 169 da OIT não deve ser vista apenas como um compromisso internacional, mas como um instrumento jurídico aplicável internamente, capaz de orientar políticas públicas e decisões judiciais voltadas à proteção de povos e comunidades tradicionais.

A ratificação de tratados internacionais representa apenas a etapa inicial no processo de internalização dos compromissos assumidos pelos Estados no plano global. Como destacam Hawkins e Jacoby (2008), o principal desafio não reside na adesão formal aos instrumentos jurídicos internacionais, mas sim na sua implementação prática e efetiva. A existência de um tratado no ordenamento jurídico não garante, por si só, que seus dispositivos sejam respeitados ou operacionalizados em políticas públicas.

Esse processo depende de diversos fatores internos, entre eles a vontade política, isto é, o comprometimento real das autoridades em aplicar os dispositivos internacionais no cotidiano institucional. Além disso, a capacidade institucional, entendida como a presença de estruturas administrativas adequadas, com pessoal capacitado e recursos financeiros, é condição fundamental para que os compromissos internacionais saiam do papel (Hawkins; Jacoby, 2008).

Outro fator crítico é a articulação entre as diferentes esferas de governo. Em países federativos como o Brasil, a implementação de tratados pode ser comprometida por sobreposições de competência, falhas de coordenação entre União, estados e municípios e conflitos entre políticas setoriais. Simmons (2009) reforça que, além dessas dificuldades institucionais, a mobilização da sociedade civil é indispensável. Segundo a autora, a pressão popular é muitas vezes o principal motor da efetivação de compromissos internacionais, especialmente em temas ligados a direitos humanos e justiça social.

Nesse sentido, como apontam Hawkins e Jacoby (2008), a efetividade de tratados como a Convenção 169 da OIT depende da existência de instituições intermediárias, conselhos, comitês e instâncias participativas, que atuem como tradutores das normas globais no plano local. Essas estruturas são fundamentais para garantir que os grupos diretamente afetados, como as mulheres pescadoras da APACC, sejam reconhecidos como sujeitos de direitos e possam participar das decisões que impactam seus modos de vida.

A governança de recursos naturais tem mostrado a importância das instituições intermediárias que articulam as normas internacionais com as realidades locais. Berkes (1989) destaca que conselhos gestores e comitês locais são fundamentais para promover a participação direta das comunidades, fortalecendo processos democráticos e a sustentabilidade dos territórios. Essas instituições facilitam o diálogo entre diferentes níveis de governança e contribuem para a justiça socioambiental. As redes transnacionais e atores locais desempenham papel essencial na “tradução” das normas internacionais para contextos específicos, adaptando as diretrizes globais às necessidades e culturas locais. Essa articulação favorece a efetividade das políticas públicas e a ampliação da participação social, aproximando os processos decisórios das comunidades afetadas (Keck; Sikkink, 1998).



A Convenção 169 da OIT representa um avanço significativo na proteção dos direitos dos povos indígenas e tribais, pois exige não apenas mudanças legais formais, mas também a adoção de práticas participativas que respeitem a diversidade cultural (Anaya, 2004; Oficina Internacional do Trabalho, 2009). Sua implementação exige a territorialização das normas, isto é, o reconhecimento das especificidades culturais e sociais das comunidades envolvidas. Essa territorialização implica reconhecer sujeitos coletivos, como mulheres pescadoras, como protagonistas dos processos decisórios territoriais. Stavenhagen (2006) e Fonsêca *et al.* (2024) ressaltam que essa abordagem rompe com modelos centralizados e excludentes, promovendo uma gestão mais justa e inclusiva dos territórios indígenas e tradicionais.

A incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas é fundamental para superar desigualdades históricas e estruturais. Alvarez (1990) argumenta que a ausência desse enfoque tende a reforçar exclusões sociais, como a invisibilidade das mulheres em espaços decisórios, especialmente na pesca artesanal. Estudos recentes, como os de Antunes Neto *et al.* (2021), evidenciam a discriminação indireta enfrentada pelas mulheres pescadoras no Brasil, tanto no âmbito laboral quanto na falta de reconhecimento de seus direitos. Essas pesquisas destacam a necessidade de políticas específicas que valorizem o papel das mulheres na pesca e garantam sua participação plena.

A Política Nacional para as Mulheres Pescadoras (Lei nº 13.879/2019) é um marco importante que busca promover a inclusão e o fortalecimento dessas mulheres no setor pesqueiro, reconhecendo suas especificidades e contribuindo para a justiça social e a sustentabilidade territorial (Brasil, 2019). Por fim, a integração da perspectiva de gênero nas políticas ambientais e territoriais não só amplia a participação social, mas também fortalece os territórios sustentáveis, promovendo um desenvolvimento mais justo e equitativo para todas as comunidades envolvidas (Huguenin; Martinez, 2021; Santos *et al.*, 2024).

### 3 Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, voltada para compreender como a Convenção 169 da OIT contribui para a visibilidade e o fortalecimento dos direitos das mulheres pescadoras na Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais (APACC). A coleta de dados foi realizada por meio da análise documental e bibliográfica, uma estratégia pertinente quando se busca interpretar significados e compreender práticas



sociais a partir de registros escritos, conforme destaca Flick (2009), para quem a pesquisa qualitativa se caracteriza por lidar com a complexidade dos contextos sociais.

Para atender aos objetivos propostos nesta pesquisa, a coleta de dados foi organizada com base em diferentes tipos de fontes documentais e bibliográficas, selecionadas por sua relevância para a análise dos direitos das mulheres pescadoras no contexto da Convenção 169 da OIT. Essa estratégia permitiu o levantamento de informações de caráter normativo, institucional, científico e político, fundamentais para compreender como os direitos dessas mulheres são (ou não) reconhecidos e implementados. A seguir, apresenta-se a sistematização da coleta e análise de dados, com a indicação dos tipos de fonte utilizados, os locais de obtenção, os critérios de seleção e a forma de análise aplicada.

**Quadro 2** – Estratégia de coleta e Análise de dados

<b>Tipo de Fonte</b>	<b>Onde foi coletado</b>	<b>Crítérios de Seleção</b>	<b>Forma de Análise</b>
Documentos institucionais	Sites oficiais do ICMBio e do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA-AL)	Relatórios sobre a APACC, políticas de conservação e gestão de territórios tradicionais	Análise de conteúdo com base em categorias como reconhecimento, participação e gênero
Legislações nacionais e internacionais	Portais oficiais: Planalto ( <a href="http://www.planalto.gov.br">www.planalto.gov.br</a> ) e OIT ( <a href="http://www.ilo.org">www.ilo.org</a> )	Normas que tratam dos direitos das mulheres pescadoras e dos povos tradicionais	Análise normativa e temática: identificação de avanços, lacunas e limites na aplicação
Produção acadêmica (artigos, dissertações, livros)	Bases como Scielo, Google Scholar, CAPES, repositórios da UFPE e outras universidades	Trabalhos que abordem pesca artesanal, gênero, direitos territoriais, implementação da Convenção 169 da OIT	Análise interpretativa e categorização temática
Materiais de movimentos sociais e organizações da sociedade civil	Sites da Rede de Mulheres Pescadoras, Brasil de Fato, Conectas, cartilhas e notas públicas e atas do CONAPACC	Publicações voltadas à defesa dos direitos das pescadoras e à mobilização por políticas públicas	Análise crítica: estratégias de resistência, visibilidade e construção de narrativas

**Fonte:** elaboração própria (2025).

Ou seja, a análise foi orientada pela técnica de análise de conteúdo, permitindo a identificação de padrões, categorias analíticas e lacunas na implementação dos direitos das mulheres pescadoras. O foco recaiu sobre como a Convenção 169 da OIT tem sido mobilizada (ou negligenciada) em políticas públicas, práticas institucionais e nos processos de reconhecimento das pescadoras enquanto sujeitas de direitos.

#### 4 Resultados e discussões

A Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais (APACC), localizada entre os estados de Alagoas e Pernambuco, é um dos ecossistemas costeiros mais ricos do Brasil, mas também é palco de intensos conflitos socioambientais. A ampliação da APACC visa reforçar a proteção ambiental da região, mas gera tensões entre as comunidades locais e os interesses econômicos externos. De acordo com o relatório do ICMBio (2025), um dos principais conflitos identificados é a pesca predatória, especialmente pela atuação de pescadores industriais que competem diretamente com os pescadores artesanais, incluindo as mulheres pescadoras. Essas mulheres desempenham um papel vital nas atividades pesqueiras familiares, tanto na captura quanto no processamento dos produtos do mar, sendo frequentemente as principais responsáveis pelo sustento da família. Contudo, a concorrência desleal e as práticas destrutivas, como o uso de redes de cerco, limitam o acesso às áreas de pesca essenciais e reduzem a oferta de recursos pesqueiros, agravando a insegurança alimentar das populações locais. Além disso, como aponta Diegues (2008), as estratégias de conservação ambiental muitas vezes desconsideram as práticas tradicionais e os modos de vida das comunidades locais, reforçando processos de exclusão e intensificando os conflitos em territórios protegidos.

O relatório também destaca os impactos da expansão urbana e da expansão imobiliária nas áreas litorâneas da APACC, afetando diretamente o território de pesca e os modos de vida das mulheres pescadoras. A ocupação irregular e a construção de empreendimentos turísticos desordenados interferem na qualidade ambiental e no acesso das comunidades aos recursos naturais. O turismo não regulamentado, muitas vezes ignorando as práticas tradicionais locais, intensifica a pressão sobre os ecossistemas, resultando na perda de habitats naturais e na redução dos estoques pesqueiros.



A pesca artesanal, prática tradicional e de grande importância econômica e cultural para as comunidades da Costa dos Corais, está sendo constantemente ameaçada por pressões externas, como a expansão do turismo, a pesca industrial e o crescimento urbano nas áreas costeiras. A intensificação dessas atividades compromete a qualidade dos ecossistemas marinhos e, conseqüentemente, a sustentabilidade da pesca. Contudo, o impacto dessas mudanças é ainda mais profundo para as mulheres pescadoras, que enfrentam uma dupla marginalização: social e ambiental. Embora as mulheres desempenhem um papel vital na gestão dos recursos pesqueiros e na economia local, sua contribuição é muitas vezes invisibilizada (Santos *et al.*, 2024).

Em muitas comunidades da APACC, as mulheres não apenas participam da pesca, mas também se responsabilizam pela comercialização do pescado e pela manutenção das tradições pesqueiras. No entanto, a perspectiva de gênero nas políticas de gestão ambiental ainda é amplamente negligenciada, o que dificulta a criação de soluções que levem em consideração a realidade dessas mulheres. Isso se reflete em sua exclusão dos processos de tomada de decisão sobre o uso dos recursos naturais e nas estratégias de conservação da região (ICMBio, 2025).

Além da degradação ambiental, as mulheres pescadoras da APACC enfrentam conflitos territoriais cada vez mais intensos. O aumento do turismo e a chegada de projetos de grande porte, como resorts e empreendimentos imobiliários, têm gerado disputas pelo uso dos territórios pesqueiros tradicionais. Em muitas situações, essas comunidades são pressionadas a ceder suas terras e espaços de pesca, o que ameaça a continuidade de suas práticas sustentáveis. Em resposta a essas pressões, têm surgido iniciativas voltadas para o reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades pesqueiras, como o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS). Esse instrumento, promovido pelo ICMBio (2025), tem sido utilizado para garantir que as comunidades pesqueiras possam continuar suas atividades de forma sustentável, respeitando o meio ambiente e suas práticas tradicionais. No entanto, as mulheres pescadoras muitas vezes ficam à margem desse processo, apesar de sua importância central na manutenção das práticas pesqueiras e na gestão ambiental local (Santos *et al.*, 2024).

A exclusão das mulheres das discussões sobre o uso sustentável dos territórios reflete uma visão tradicionalista, que associa a pesca e a gestão dos recursos naturais à



figura masculina. No entanto, as mulheres estão progressivamente se organizando e lutando por seus direitos. A criação de redes como a Rede de Mulheres Pescadoras da Costa dos Corais tem sido fundamental para dar visibilidade à sua atuação e fortalecer sua participação na gestão e conservação ambiental (ICMBio, 2025).

Apesar dos desafios, as mulheres pescadoras da APACC têm se destacado na gestão sustentável dos recursos pesqueiros. Elas são fundamentais não apenas para a pesca, mas também para a conservação dos ecossistemas que dependem da saúde ambiental da região. Muitas delas lideram iniciativas de educação ambiental, promovendo a conscientização sobre a necessidade de proteger os recifes de corais, manguezais e outros ambientes naturais essenciais para a reprodução de espécies marinhas (Santos *et al.*, 2024).

A análise das atas da 41<sup>a</sup> (2022) e 43<sup>a</sup> (2024) Reuniões Ordinárias do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (CONAPACC) revela persistentes avanços limitados e significativas lacunas no reconhecimento das mulheres pescadoras e de seus saberes tradicionais no âmbito da gestão territorial e cultural da APACC. Em relação ao respeito à diversidade cultural e saberes tradicionais, ambas as atas mencionam iniciativas como o “Encontro de Fortalecimento da Rede de Pesca” e programas de monitoramento participativo dos manguezais, como o Programa Monitora, que promovem a construção coletiva de pautas pelas comunidades pesqueiras. Contudo, não há menção explícita à valorização dos saberes femininos ou das práticas tradicionais das mulheres pescadoras, o que evidencia um reconhecimento coletivo que ainda invisibiliza a perspectiva de gênero (CONAPACC, 2022, 2024).

Sobre posse e controle dos territórios tradicionais, as atas registram discussões sobre fiscalização, denúncias de pressões por embarcações irregulares e procedimentos burocráticos para autorizações de uso (TAUS). Entretanto, não apresentam referências específicas ao papel das mulheres nesses processos, tampouco garantem a consideração das desigualdades de gênero, indicando uma gestão territorial que não contempla os direitos diferenciados das mulheres pescadoras (CONAPACC, 2022, 2024). Quanto à efetividade da consulta prévia, livre e informada, as estruturas de governança refletem mecanismos formais de debate e votação, porém não há registros nominiais nem processos que assegurem a participação diferenciada das mulheres pescadoras, o que revela um

distanciamento dos critérios da Convenção 169 da OIT, especialmente no que tange à perspectiva de gênero (CONAPACC, 2022; 2024). Por fim, no tocante às tradições culturais e autodeterminação, embora haja fortalecimento da Rede de Pesca e iniciativas, como o Projeto Político Pedagógico da Zona Costeira Marinha, a autodeterminação das mulheres pescadoras não se configura como prioridade institucional, mantendo-as invisíveis como sujeitos políticos nos processos decisórios (CONAPACC, 2022, 2024).

Em síntese, as atas das reuniões reforçam a invisibilidade das mulheres pescadoras nos documentos oficiais do CONAPACC, a ausência do reconhecimento de suas práticas, saberes e demandas específicas e a carência de mecanismos diferenciados que incorporem a perspectiva de gênero nos processos de consulta e tomada de decisão. Tal quadro evidencia a necessidade urgente de maior inclusão e valorização dessas mulheres nas políticas e decisões futuras da APACC.

## Referências

ALVAREZ, Sofia E. **Engendering democracy in Brazil: women's movements in transition politics**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ANAYA, S. James. **Indigenous peoples in international law**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2004.

ANTUNES NETO, J.; SILVA, R. de O.; AMARAL, S. C. de S. Maré invisível e as mulheres na pesca artesanal: um estudo sobre o perfil laboral e a discriminação indireta na atividade pesqueira do Brasil. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 16, n. 43, p. 103–128, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/62618>. Acesso em: 14 maio 2026.

BERKES, Fikret. **Common property resources: ecology and community-based sustainable development**. Londres: Belhaven Press, 1989.

BRASIL. Lei nº 13.879, de 27 de setembro de 2019. Institui a Política Nacional para as Mulheres Pescadoras. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 set. 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13879.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13879.htm). Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 jun. 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm). Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível



em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm). Acesso em: 14 maio 2026. (incluir nas referências)

CONECTAS. Consulta prévia, livre e informada: veja a importância da Convenção 169 da OIT para os indígenas. 26 abr. 2021. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/consulta-previa-livre-e-informada-veja-a-importancia-da-convencao-169-da-oit-para-os-indigenas/>. Acesso em: 26 abr. 2025.

CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS – CONAPACC. **Ata da 43ª Reunião Ordinária**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conape/ata-das-reunioes/Atada43ReunidoConape.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2025.

CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS – CONAPACC. **Ata da 41ª Reunião Ordinária**. 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/apa-da-costa-dos-coraais/informacoes-da-unidade-de-conservacao/conselho-gestor/documentos-e-reunioes-do-conselho/2022/ata\\_41ro\\_conapacc\\_vf\\_3\\_1\\_1.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/apa-da-costa-dos-coraais/informacoes-da-unidade-de-conservacao/conselho-gestor/documentos-e-reunioes-do-conselho/2022/ata_41ro_conapacc_vf_3_1_1.pdf). Acesso em: 4 jul. 2025.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009a.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: Editora UNESP, 2009b.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2008.

FEIFEL, Bianca. Pescadores artesanais marcham em Brasília por direitos territoriais e justiça climática. **Brasil de Fato**, Brasília, 21 nov. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/11/21/pescadores-artesanais-marcham-em-brasilia-por-direitos-territoriais-e-justica-climatica/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSÊCA, E. S.; CRUZ, T. A. de L. da; DIAS, G. de A.; ARAÚJO, N. A. R. A.; OLIVEIRA, F. S. de. Implementação da convenção nº 169 da OIT, desafios e perspectivas para os povos indígenas e tribais. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.] v. 16, n. 5, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/4206>. Acesso em: 14 maio 2026.

HAWKINS, Darren; JACOBY, Wade. How agents matter. *In*: HAWKINS, Darren et al. (org.). *Delegation and agency in international organizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 31-63.

HUGUENIN, Fernanda; MARTINEZ, Silvia. Mulheres da pesca: invisibilidade e discriminação indireta no direito ao seguro-desemprego. **Revista Direito Público**, Brasília, v. 18, n. 97, p. 660-668, 2021. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5038>. Acesso em: 14 maio 2026.



ICMBio. **Relatório de síntese dos estudos sobre a APACC**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2025. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/criacao-de-unidades-de-conservacao/lista-de-consultas-publicas/Relatorio\\_021270242\\_Sintese\\_Estudos\\_APACC\\_site.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/criacao-de-unidades-de-conservacao/lista-de-consultas-publicas/Relatorio_021270242_Sintese_Estudos_APACC_site.pdf). Acesso em: 28 abr. 2025.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE ALAGOAS (IMA-AL). Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (APACC). **Dados Alagoas**, Alagoas, 2023. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/es/dataset/area-de-protecao-ambiental-costa-dos-corais-apacc>. Acesso em: 28 abr. 2025.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond borders: advocacy networks in international politics**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

OFICINA INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais: direitos, implementação e desafios**. Genebra: OIT, 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 107 sobre populações indígenas e tribais**. Genebra: OIT, 1957.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais**. Genebra: OIT, 1989.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Recomendações sobre o trabalho das mulheres na pesca artesanal**. Genebra: OIT, 2010.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SANTOS, M. O. S. dos.; MEDEIROS, A. C. L. V.; SILVA, E. S. da.; MACHADO, R. M.; GONÇALVES, J. E.; GURGEL, A. do M.; GURGEL, I. G. D. Vulnerabilidades socioambientais na pesca artesanal: desafios e conquistas para Territórios Saudáveis e Sustentáveis em Pernambuco. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 48, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2358-28982024E18718P>. Acesso em: 14 maio 2026.

SIMMONS, Beth A. **Mobilizing for human rights: international law in domestic politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SOUSA, Enilson Silva. A participação das mulheres na atividade pesqueira. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, Rio Grande, RS, v. 4, n. 1, p. 19–26, 2022. Disponível em: <https://revistamares.com.br/index.php/files/article/view/119>. Acesso em: 14 maio 2026.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Antropologia, direitos humanos e povos indígenas: entrevista com Rodolfo Stavenhagen. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 137-142, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/11180>. Acesso em: 26 abr. 2025.

Recebido em: 05/09/2025.

Aceito em: 19/03/2026.



## A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NA PÓS-MODERNIDADE E NA TRANSMODERNIDADE: um estudo de teoria social comparativa

### *THE CONSTITUTION OF CULTURAL IDENTITY IN POSTMODERNITY AND TRANSMODERNITY: a study of critical social theory*

Guilherme Sena \*

#### Resumo

O presente estudo é uma análise exegetica e comparativa entre a formação da identidade cultural em dois contextos distintos, a saber: a pós-modernidade, vista como fenômeno majoritariamente benéfico e baluarte dos movimentos contestatórios das identidades hegemônicas, principalmente na visão do sociólogo Stuart Hall (2022), especialmente em *A identidade cultural na pós-modernidade*, por um lado; e a transmodernidade, conceito desenvolvido pelo filósofo Enrique Dussel (2016) como uma forma de crítica à perspectiva pós-moderna e às vicissitudes que esse fenômeno acarreta, principalmente em *Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação*, por outro. Torna-se, portanto, necessário problematizar o conceito de pós-modernidade por meio do entendimento do transmoderno, enfatizando que, de fato, não houve uma ruptura radical com o advento da modernidade e que o desejo de relegar/rotular o passado como categoria antiquada e de importância *a posteriori* frente a um projeto modernizador recai em uma teleologia vulgar e eurocêntrica.

**Palavras-chave:** pós-modernidade; transmodernidade; identidade cultural; filosofia da libertação.

#### Abstract

This study presents an exegetical and comparative analysis of the formation of cultural identity in two distinct contexts: postmodernity, seen as a predominantly beneficial phenomenon and a bulwark of movements contesting hegemonic identities, particularly in the view of sociologist Stuart Hall (2022), especially in *Cultural Identity in Postmodernity*, on the one hand; and transmodernity, a concept developed by philosopher Enrique Dussel (2016) as a form of critique of the postmodern perspective and all the vicissitudes that this phenomenon entails, mainly in *Transmodernity and Interculturality: An Interpretation from the Philosophy of Liberation*. It is therefore necessary to problematize the concept of postmodernity through an understanding of the transmodern, emphasizing that, in fact, there was no radical rupture with the advent of modernity and that the desire to relegate/label the past as an outdated category with a posteriori importance in the face of a modernizing project falls into a vulgar and Eurocentric teleology.

**Keywords:** postmodernity; transmodernity; cultural identity; philosophy of liberation.

\* Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil. E-mail: guilherme.sena.143@ufrn.edu.br.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

## Introdução

A proposição de uma analítica da constituição dos processos relacionados à formação da identidade no período conhecido como pós-modernidade, e na transmodernidade, conceito desenvolvido pelo filósofo argentino Enrique Dussel como uma crítica à pós-modernidade europeia, e continuada por seu colega do giro decolonial, Ramón Grosfoguel, se dá por meio de uma experiência que tive num primeiro contato com a clínica psicanalítica enquanto figura de estagiário em psicologia. Por meio desse contato específico com a outridade, foi possível entender, *a priori*, como a multiplicidade das identidades assumidas/performadas por sujeitos particulares necessitam de um olhar psicossociológico, sem que necessariamente se recaia num psicologismo vulgar e individualizante.

Por um lado, valho-me principalmente das teorias da identidade desenvolvidas pelo sociólogo jamaicano Stuart Hall (2022), especialmente em *A identidade cultural na pós-modernidade*. Aqui, utilizarei brevemente o entendimento da conjuntura pós-moderna empreendida por Jean-François Lyotard (2021) em *A condição pós-moderna*, por entender que, apesar de não se considerar um autor pós-moderno, ele escreve essa obra ressaltando — muitas vezes — as benesses desse processo de aceleração das relações inter-humanas e disciplinamento das subjetividades.

Por outro viés de entendimento, concordo que esse momento sócio-histórico não deve, nem pode, ser visto como um ideal a ser atingido, a nível macroestruturante. Dussel (2002, 2016), dessa forma, se apresenta como um ferrenho crítico ao movimento desenvolvimentista da modernidade habermasiano. Para ele, o projeto moderno e/ou pós-moderno é marcado por uma inconsistência central: apesar de a Europa e os Estados Unidos empreenderem fortes mecanismos para perpetuar a colonialidade do poder/saber/ser, um paradigma universalizante e totalizante como o da modernização/modernidade parte de um pressuposto colonial, eurocêntrico e paternalista, visto que são os autores do Norte que devem guiar esse processo.

Para além do rol de autores já citados anteriormente, outros dois filósofos decoloniais se mostram de suma importância para o entendimento do projeto que tento desenvolver aqui, a saber, Santiago Castro-Gómez, principalmente por desenvolver um



trabalho metateórico sobre a forma com que os movimentos pós-coloniais e decoloniais entendiam as questões ligadas à modernidade/modernização; e Ramón Grosfoguel, pelo fato de suceder Dussel no estudo da transmodernidade e das questões identitárias nesse contexto, apesar de que, a meu ver, em muitos momentos, instaurando uma perspectiva equivocada.

Com isso exposto, o presente texto se divide em dois eixos primordiais: por um lado, buscarei erigir como o conceito de identidade, dentro da perspectiva pós-moderna hallsiana, se modificou ao longo dos anos e como o ponto de vista sócio-historicamente situado de onde partem os discursos desses autores influencia em suas perspectivas. Por outro lado, elucidarei, brevemente, uma teoria da identidade cultural segundo a perspectiva transmoderna, enfatizando os principais pontos de crítica dessa perspectiva teórica à pós-modernidade.

### **A (re)estruturação das identidades pós-modernas**

Para começar a discussão sobre a constituição das identidades na pós-modernidade, primeiro é preciso discorrer sobre o que caracteriza essa perspectiva pós-moderna. Para Lyotard (2021), a era pós-moderna caracteriza-se como um período de ceticismo e de transformação em relação aos ideais universalistas. Segundo ele,

A palavra [pós-moderna] é usada, no contexto americano, por sociólogos e críticos. Designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX (Lyotard, 2021, p. 17, grifos nossos).

Seguindo essa linha de raciocínio, o autor define que o objetivo do seu estudo sobre a condição pós-moderna se refere exclusivamente à questão do saber nas ditas “sociedades desenvolvidas”. Nesse ponto, Lyotard afirma algo que será, anos mais tarde, confirmado por Grosfoguel (2008): a pós-modernidade se define como um movimento estritamente europeu. A diferença entre ambos é que o autor porto-riquenho realiza essa afirmação como uma tentativa de estabelecer uma crítica a essa forma de visão eurocêntrica posta por Lyotard.

Tanto Lyotard (2021) quanto Hall (2022) concordam que a era pós-moderna surge concomitantemente ao aparecimento de outro fenômeno social, qual seja, o advento da



sociedade pós-industrial — datada por volta dos anos 1950. Porém, apesar desse marco se referir, também, ao alto fluxo de informações, mercadorias, serviços e capital, é importante destacar que o termo pós-industrial, quando aplicado num contexto global, se torna problemático, visto que boa parte dos países em desenvolvimento ainda vivem na dita era industrial, onde são explorados econômica, política e militarmente, vendendo *commodities* e importando matérias industrializadas, tendo alinhamentos ideológicos próximos aos das sociedades industrializadas e sofrendo com a estruturação de ditaduras cívico-militares-empresariais.

Com isso exposto, Hall (2022) começa seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade* já interrogando sobre seu objetivo na primeira página: é possível dizer que a identidade, no contexto pós-moderno, está em crise? E como essa crise se apresentaria? Na tentativa de responder a essas questões, Hall afirma compactuar com a visão que as identidades sociais assumidas pelos sujeitos pós-modernos estão cada vez mais “descentradas”. Portanto, é dessa posição anti-essencialista e construcionista que partirão suas análises sobre a problemática das identidades pós-modernas.

Assim, Hall, justamente por ser um imigrante caribenho, ou, para utilizar sua própria terminologia, diaspórico, radicado no berço colonizatório inglês, quebra com o paradigma presente no cânone dos Estudos Culturais desenvolvidos por autores europeus ao afirmar que estes sustentam que a identidade, na pós-modernidade, está em crise por conta do avanço de movimentos contestatórios ao essencialismo moderno-colonial presente no seio dos países do Norte Global. Dessa forma, com o avanço de movimentos sociais como o femismo, cultura *queer* e movimento negro, as pessoas que tradicionalmente estão acostumadas a exercer o poder político, social, econômico e simbólico passam a se sentir ameaçadas de alguma forma. Criando, dessa maneira, subterfúgios para barrar a continuação dessas formas de crítica ao *status quo*, como a teoria da crise das identidades.

Nessa esteira de pensamento, Hall (2022) descreve três concepções distintas acerca do entendimento sobre a constituição e manutenção das identidades modernas: em primeiro lugar, o “sujeito do Iluminismo”; em segundo lugar, o “sujeito sociológico”; por fim, o “sujeito pós-moderno”.



A primeira dessas formas de enxergar a constituição da subjetividade se refere ao sujeito do suposto saber, aquele dotado de uma racionalidade superior quando comparado aos demais animais e povos, ou seja, o indivíduo europeu que se aproveita direta ou indiretamente do processo colonizatório e do acúmulo primitivo de capital. Com o avanço dos estudos nas ciências humanas e sociais, especialmente no século XIX, e a teorização das três feridas narcísicas desenvolvidas por Freud (1976), os sujeitos foram gradativamente deixando de se entender como seres apartados do social, autônomos e autossuficientes em relação aos outros. Vale salientar que essa visão sociológica do sujeito criticada por Hall não abandona o essencialismo presente na concepção iluminista, mas a transforma por entender que as pessoas têm um eu interior/verdadeiro e um eu que se apresenta ao Outro<sup>1</sup>. Por último, a perspectiva pós-moderna entende os sujeitos longe de qualquer essencialismo, captando que, por conta dos processos instaurados pela lógica do capital e do neoliberalismo, as identidades estão cada vez mais múltiplas, contraditórias e diferentes quando comparadas a épocas anteriores.

Contudo, o fato de Hall partir desse pressuposto de revolução frente ao ideal moderno se mostra contraproducente em certo nível. Já que, como mostrado por Bruno Latour (1994), o pós-modernismo, enquanto movimento que busca romper radicalmente com o passado, norteia-se por uma posição niilista frente ao novo. Sem contar, é claro, que muitos autores anteriores ou críticos ao movimento pós-moderno já argumentavam que, na modernidade “em si”, a identidade cultural não era centrada num eu homogêneo e *sui generis*, como W. E. B. Du Bois (2021) com seu conceito clássico de “dupla consciência”.

Com isso exposto, “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (Hall, 2022, p. 12). Assim, não é possível afirmar, por exemplo, que o entendimento que o próprio Hall tem enquanto sujeito negro vivendo no capitalismo central do séc. XX seja semelhante à forma como uma pessoa preta em situação de escravidão era enxergada por si e pelo Outro

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar que, com essa diferenciação entre o “outro” e o “Outro”, tanto eu quanto Hall nos baseamos num conceito-chave da teoria psicanalítica de Jacques Lacan (2008), que foi principalmente desenvolvido em seu *O Seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Por um lado, o outro se refere aos indivíduos concretos que nos cercam, aqueles que interagimos constantemente e que sofremos e engendramos relações de afetação. Por outro lado, o Outro se refere à influência que as normas sociais, crenças e as estruturas **socio-simbólicas** exercem na formação do aparelho psíquico e na sua relação com o mundo.

no Brasil colonial do séc. XVI. O autor sugere ainda que a ideia de completude identitária não passa de um mito. Mito, vale salientar, que é extremamente propagado por determinadas correntes de pensamento que veem os sujeitos como totalidades fechadas dentro de sistemas complexos e completos.

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de *diferença* (Hall, 2022, p. 16).

Para prosseguir, vale destacar que a análise crítica realizada por Hall em *A identidade cultural na pós-modernidade* (2022) só nos leva até certo ponto no entendimento da constituição identitária nesse período histórico, já que o autor elucida que o foco desse seu trabalho teórico é o aprofundamento sobre a formação das identidades nacionais. Aqui, entretanto, me proponho a fazer uma interpretação mais centrada no entendimento da identidade pós-moderna numa perspectiva mais aberta e multidirecional, não deixando de lado suas especificidades, mas sem que se recaia num dualismo ontológico entre o objeto de análise socialmente constituído (identidade) e a instância que interpela os indivíduos a se tornarem sujeitos (Althusser, 1980) através da necessidade de performar múltiplas práxis frente ao coletivo (sociedade). Penso ser importante esse entendimento mais amplo da questão identitária por entender que, como aponta Castro-Gómez (2000, p. 32), pensadores modernos como Rousseau, Fichte e — segundo creio, Hall — atribuíram uma centralidade desnecessária e errônea à figura do Estado como “portador da identidade nacional de um povo”.

Partindo da perspectiva teórica da relação entre uma política da identidade e uma política de diferença, Silva, Hall e Woodward (2014) argumentam que o primeiro ponto que deve ser levado em consideração ao se analisar a constituição das múltiplas identidades culturais é a relação intrínseca e indissociável que a identidade mantém com a diferença. Para os autores, inicialmente, o processo de formação da identidade se dá por meio de dois fatores principais: num primeiro momento, a necessidade de uma comparação com um outro para que haja uma constituição de si, perspectiva que mostra forte influência da teoria do reconhecimento hegeliana (Faustino, 2022). Num segundo momento, o entendimento de si parte de uma afirmativa de negatividade, ou seja, eu sou

eu porque não sou o outro, eu sou uma pessoa preta, pois não sou uma pessoa branca ou amarela.

Nessa produção teórica em questão, os autores e a autora argumentam que, para a constituição da identidade própria, além de depender da identidade do outro, é preciso que esse segundo sujeito tenha como estruturante de sua autopercepção identitária uma essência estática que o faz ser quem é, e, portanto, não ser o outro. Partindo dessa problemática, eles questionam se é possível dizer que a formação da identidade passa, necessariamente, por esse entendimento essencialista do sujeito herdado da concepção humanista do Iluminismo. Como resposta a essa pergunta, não somente eles, mas boa parte dos autores e das autoras pós-estruturalistas concordam que a formação da identidade depende de uma perspectiva construcionista, que se afaste do essencialismo biologizante presente em determinadas visões acerca desse assunto (Williams, 2013). Dessa forma, esses autores se aproximam fortemente do paradigma anti-humanista teórico, pois há uma descentralização da figura do sujeito nos processos de formação identitária.

Ainda para Silva, Hall e Woodward. (2014, p. 14), a globalização foi um fator central na mudança da constituição identitária moderna e pós-moderna, já que ela promove a dissolução de fronteiras e, conseqüentemente, pode resultar no apagamento e invisibilização de identidades a nível local. Ao mesmo tempo, é possível que esse processo eleve determinadas identidades, anteriormente relegadas, a níveis de reconhecimento social. Justamente por centrar a importância de sua produção no caráter nacionalista das identidades, os autores argumentam que, por conta dos processos de descolonização ocorridos ao redor do mundo nos séculos XIX e XX, houve uma fragmentação das identidades dos sujeitos subalternos e uma conseqüente reformulação delas. Assim, esse argumento será de extrema importância no desenvolvimento do próximo tópico, acerca da identidade cultural na transmodernidade.

Na esteira do pensamento desenvolvido por Michel Foucault, os autores afirmam que Judith Butler (1990, 1993 *apud* Silva; Hall; Woodward, 2014), por meio do seu conceito de performatividade e da união teórico-metodológica que ela desenvolveu, envolvendo a psicanálise freudo-laciana e o pós-estruturalismo foucaultiano, foi fundamental para a análise da constituição e funcionamento da identidade dos sujeitos.



Segundo eles, na perspectiva butleriana, tanto o freudo-marxismo (para utilizar um vocabulário foucaultiano) quanto a própria analítica desenvolvida pelo filósofo francês se preocuparam apenas em investigar como os indivíduos passaram a assumir determinados lugares sociais de sujeitos, não se perguntando o porquê de eles se sujeitarem a essas formas de exercício do saber/poder e não a outras (Silva; Hall; Woodward, 2014).

Para eles, os processos de constituição das identidades culturais são baseados em jogos de poder, mostrando, novamente, forte influência da teoria genealógica do poder presente no pensamento foucaultiano (Foucault, 2021). “Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas” (Silva *et al.*, 2014, p. 81). Dessa forma, a definição de poder presente nessa produção teórica visa se afastar de perspectivas hierárquicas e macroestruturantes das relações de poder, buscando se afirmar como heterárquicas e microestruturantes (Castro-Gómez, 1998).

Além disso, a visão trazida pelos autores se aproxima fortemente do paradigma pós-estruturalista foucaultiano por entender o poder não apenas como uma estrutura repressiva utilizada pelos “detentores do poder”, e sim como instância produtora, por meio de seus diversos dispositivos, como o dispositivo de sexualidade foucaultiano e o dispositivo de racialidade desenvolvido por Sueli Carneiro (2023). Assim, “podemos dizer que, onde existe diferenciação — ou seja, identidade e diferença —, aí está presente o poder”. (Silva; Hall; Woodward, 2014, p. 81).

Ainda para esses autores, os diversos processos de constituição identitárias se apresentam enquanto campo de disputa, pois há tanto uma tentativa de fixá-las quanto de subvertê-las. “Tal como a linguagem, a tendência da identidade é para a fixação. Entretanto, tal como ocorre com a linguagem, a identidade está sempre escapando. A fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade” (Silva; Hall; Woodward, 2014, p. 84). Eles argumentam que as formas de pensamento desenvolvidas por Foucault em termos de “relação com o eu” e do “reconhecimento ‘de si mesmo’” são formas rudimentares utilizadas pelo filósofo para trabalhar com a problemática da identidade, mesmo que de uma maneira não tão densa e um tanto quanto deficitária.

Retomando o que foi posto por Santiago Castro-Gómez, fica nítido que, ao partir dessa influência sofrida da ontologia do presente foucaultiana (Foucault, 2020) e,

justamente, por se utilizar do léxico interpretativo desenvolvido por Foucault, de maneira que preserva o eurocentrismo a priori do método arqueogenealógico, leva esse diagnóstico social posto pelo colombiano até pontos extremos de inflexão. Castro-Gómez afirma, portanto, que as análises realizadas por autores pós-coloniais ou que se relacionam em certa medida com essa perspectiva partindo da analítica foucaultiana recaem no mesmo erro do filósofo-historiador francês, a saber, a falta de entendimento de que “as relações de poder são marcadas por imperativos *macrofísicos* de caráter colonial” (Castro-Gómez, 2000, p. 39).

Quanto aos déficits presentes na visão foucaultiana sobre assujeitamento/sujeição por formas microfísicas de saber e poder, vale destacar ainda que os párias socialmente marginalizados mostrados por Foucault (2019), a saber: o louco, o homossexual, as pessoas em conflito com a lei etc., não são suficientes para projetar uma análise efetiva das identidades culturais, não apenas no Norte Global, como também no Sul. Pretos, árabes, pessoas amarelas, povos nativos, para citar apenas alguns grupos, foram e continuam sendo fortemente interpelados por formas de constituição identitária repressiva, fechada em torno de si, auto e alter-excludentes e preconceituosas (Silva; Hall; Woodward, 2014).

Hall (2022) argumenta ainda que não se pode estudar esse período histórico em termos de um “pós-modernismo global”. Dessa forma, o autor afirma que somente as sociedades do Norte Global, no binômio centro-periferia, podem desfrutar de todos os privilégios que esse fenômeno cultural, social e político traz. Porém, diferentemente da crítica decolonial que será feita posteriormente por Dussel e Grosfoguel, Hall (2022) entende o pós-modernismo como um movimento predominantemente benéfico. Assim,

Mesmo que o pós-modernismo não seja uma nova era cultural, mas somente o modernismo nas ruas, isso, em si, representa uma importante mudança no terreno da cultura rumo ao popular — rumo a práticas populares, práticas cotidianas, narrativas locais, descentramento de antigas hierarquias e de grandes narrativas (Hall, 2023, p. 311).

Com isso exposto, o sociólogo reitera que o pós-modernismo trouxe ao centro dos debates sociais as identidades subalternas que antes eram ignoradas e rechaçadas, como as questões dos povos pretos, não-heteronormativos e de mulheres. Vale salientar que, dentro da perspectiva a qual o presente trabalho se situa — percebendo a pós-

modernidade como um evento estritamente europeu e estadunidense —, boa parte da produção teórica referida principalmente aos estudos sobre raça e racismo, por um lado, e feminismos não liberais e antirracistas, por outro, surgiu a partir de autores e autoras de países que sofreram e ainda sofrem com o colonialismo e a colonialidade.

Outro ponto importante de crítica nesse argumento hallsiano seria a forte tendência a um modo de culturalismo exacerbado. Ao atribuir papel central à pós-modernidade no que se refere ao resgate de identidades subalternizadas, Hall parece esquecer que não é o *Zeitgeist* que produz ideias, mas pessoas temporal e localmente situadas em determinados espaços de exercício de saberes/poderes. Sobre esse assunto, não me estenderei na crítica, mas vale dizer que, como mostrado em Sena (2024), o aumento do interesse acadêmico e social por temas como decolonialidade e racismo não implicou, em momento nenhum, numa descolonização efetiva do viés eurocêntrico presente nas sociedades ditas “Ocidentais”.

Assim, o autor defende que o pós-colonialismo e a pós-modernidade estão estritamente ligados entre si. Essa proximidade teórico-metodológica-prática ocorre por conta do caráter diaspórico, descentrado e fragmentado que o pós-colonialismo aplica às identidades subalternas (Hall, 2023, p. 383). Por último, cabe dizer que ele alega que a identidade cultural pode ser definida, também, por meio de uma perspectiva de posicionamento frente às relações com o outro e o Outro.

### **A transmodernidade como crítica ao paradigma pós-moderno**

Enrique Dussel (2005) abre seu célebre texto *Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação*, problematizando a “virada culturalista” nas ciências humanas e na filosofia. Para sustentar tal empreitada, o autor parte de um pressuposto teórico-metodológico de valorização das vertentes críticas desenvolvidas pelo Sul Global, vide a “teoria da dependência”, seu projeto de uma “filosofia da libertação” e a crítica de(s)colonial empreendida por ele e seus/as colegas do Grupo Modernidade-Colonialidade (M/C).



Dussel (2016) não nega a importância do entendimento da cultura no que tange ao desenvolvimento das subjetividades “periféricas”<sup>2</sup>, porém, para ele, os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos acerca dessa temática são bastante problemáticos por partirem de pressupostos onto-epistêmicos coloniais. Dessa forma, o autor entende que compreender a relação entre a cultura oprimida e a cultura dominante — ou hegemônica — deve ser o que orientará os estudos interculturais. Assim, Dussel se autodefine como um “pós-culturalista”.

Ele afirma que sua visão sobre o fenômeno da pós-modernidade se diferencia fortemente do entendimento dos ditos autores pós-modernos dos anos 1980, especialmente em suas críticas dirigidas a Jürgen Habermas — apesar de não dizer a quais textos do filósofo alemão ele estuda para tecer tal crítica — e sua proposição de uma “modernidade inacabada” (Dussel, 2016).

Ainda na esteira do pós-culturalismo, o pensamento de Dussel aparenta se apoiar fortemente no último parágrafo do texto *Teoría tradicional y teoría crítica*, de Santiago Castro-Gómez. O autor colombiano afirma sobre essa questão:

Não basta uma análise cultural que se limite a tematizar as exclusões de sexo, raça, etnia ou conhecimento, ou seja, que se limite a tematizar a homogeneização das diferenças, e sim que é necessário pensar que é aquilo que “estruturou” os sujeitos sociais e por que razão este projeto de controle social (“a modernidade”) chegou ao seu fim, abrindo espaço para novas formas de (re)estruturação global. Com outras palavras, se faz necessário pensar quais são as transformações históricas que a Geocultura do sistema-mundo moderno está sofrendo, em seu atual momento de crise. Este é, a meu ver, o ponto básico na agenda de uma teoria social que entenda a si mesma como “ontologia crítica do presente” (Castro-Gómez, 2000, p. 41, tradução própria).

Buscando me afastar desse projeto de uma ontologia crítica do presente a partir dos termos foucaultianos (Foucault, 2020), por falta de espaço para tal, e partindo do entendimento sobre a problemática culturalista em ciências humanas e sociais, Dussel refletirá sobre como as teorias desenvolvidas por seu colega do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) — Immanuel Wallerstein — recaem no que ele denominou “eurocentrismo de segunda linha”.

<sup>2</sup> Ponho entre aspas por ser um termo ferrenhamente criticado pelo autor.

Tal qual este pensador decolonial, pode-se dizer que o projeto empreendido por Hall se enquadraria, também, como um segundo eurocentrismo ou, para utilizar outra terminologia, um eurocentrismo periférico. Sendo ainda possível descrever como feito por Castro-Gómez (1998, p. 123), que alcunha esses pensadores como “intelectuais terceiro-mundistas do Primeiro Mundo”. O uso dessas terminologias se refere à ideia de que, apesar desses dois pensadores desenvolverem problematizações “a partir do Sul”, ambos acabam por reforçar algumas ideias coloniais, como o mito desenvolvimentista.

Ainda na esteira do artigo mencionado acima de Castro-Gómez, a crítica realizada por autores que se enquadram no perfil dos dois já citados ao colonialismo e ao apoio aos movimentos anticoloniais apoia-se numa noção de tornar ato uma potência moderna a partir do “Terceiro Mundo”, em parte por conta da influência da teoria habermasiana sobre o “projeto inconcluso da modernidade” (Dussel, 2016). Para ele, muitos dos pressupostos criados por esses pensadores se ancoram na manutenção de um horizonte essencialista, de formas de vigilância e punição (Foucault, 2014) colonialistas e na divisão dualista dos fenômenos sociais, fator este que imbricará numa sobredeterminação em relação à colonialidade do saber/eurocentrismo.

Dussel percebe que as teorias desenvolvidas por autores europeus e estadunidenses ditos “progressistas” sobre as culturas latino-americanas, africanas e asiáticas podem ser classificadas como um “multiculturalismo liberal”. Essa abertura em relação ao novo que muitas sociedades europeias vêm desenvolvendo acaba por recair num dos pontos centrais do racismo-moderno-colonial: o exotismo. O multiculturalismo liberal baseado no outro como exótico se baseia, assim, em críticas superficiais a problemas profundamente enraizados mundialmente.

Partindo desse entendimento e das contribuições de Castro-Gómez (1998; 2000), a cultura é o *locus* enunciativo onde se desenvolve e se aplica a colonialidade do poder, conseqüentemente, as identidades culturais são formadas através desse processo repressivo/produtivo de formas-de-estar-no-mundo. Além disso, ao se apoiar nas ideias desenvolvidas por Edward Said (2007) em *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*, Castro-Gómez reflete quanto ao papel desse avanço pelo interesse das culturas colonizadas por parte das potências coloniais e como esse fenômeno reforça o lugar do subalterno enquanto “outro”.



Ainda por conta da influência saidiana nesse texto de Castro-Gómez (1998, p. 134), o autor colombiano qualifica o estudo eurocêntrico a partir do Sul feito sobre a América Latina como um “latinoamericanismo de primeira linha”. Essa perspectiva fará com que ele afirme que as teorias pós-modernas (Foucault, Lyotard, Derrida) e as pós-coloniais eurocentradas (Guha, Bhabha, Spivak e Said) são dois lados de uma mesma moeda colonialista e excludente (Castro-Gómez, 1998, p. 131). Frente ao exposto, o autor indica um caminho possível para (re)pensar epistemologias outras quanto à forma de estudar a América Latina, a saber, um latinoamericanismo de segunda linha ou pós-colonial.

Enquanto o latinoamericanismo de primeira linha se baseia num olhar sobre os fenômenos sociais latino-americanos, o latinoamericanismo de segunda linha se pauta num estudo com/para/junto aos povos que aqui residem, partindo de uma conjectura desconstrutiva ético-política. E o principal fator que diferencia essas duas abordagens é o caráter estritamente autorreflexivo que o latinoamericanismo faz sobre si.

Diferentemente de outros autores que tratam a modernidade como um amálgama sócio-histórico onde é vista como conceito macrofísico, que tende a ter poucas mudanças durante esse período de mais de 500 anos, sendo a principal mudança nas formas capitalistas europeias, Dussel (1993; 2002) divide esse conceito numa miríade de quatro pontas. Portanto, Dussel desenvolve o conceito de transmodernidade como uma tentativa de estabelecer uma saída não-essencialista, não-desenvolvimentista e não-eurocêntrica na qual as sociedades subalternizadas possam superar problemáticas advindas da Modernidade e Pós-modernidade eurocentradas, do capitalismo global, do sistema-mundo e da colonialidade. O autor explicita ainda que não houve relação causal entre surgimento da Modernidade europeia e o papel de protagonista que o continente teria como potência imperialista nos séculos seguintes.

Enquanto a Modernidade data de 1492, com a invasão nas Américas, a Europa só assume o centro das relações políticas, econômicas e militares no sistema-mundo a partir do fim do século XVIII (Dussel, 2016, p. 61-62). Com o avanço dos ideais ocidentais e da colonialidade do poder/saber, as identidades culturais subalternas foram sendo cada vez mais invisibilizadas, apagadas e destruídas. Outrossim, para o autor, esse processo de

inferiorização cultural serviu como forma de perpetuação delas “em silêncio”, como o sincretismo. Logo,

Essa exterioridade cultural não é uma mera “identidade” substantiva não contaminada e eterna. Ela tem evoluído diante da própria Modernidade; trata-se de uma “identidade” em processo de crescimento, mas sempre como uma exterioridade (Dussel, 2016, p. 62).

Nessa esteira de pensamento, as culturas não ocidentais nunca serão modernas, muito menos pós-modernas, mas podem se tornar transmodernas. Aqui, chegamos num ponto de divergência entre o pensamento transmoderno desenvolvido pelo precursor do tema e seu colega da virada decolonial, Ramón Grosfoguel. Dussel (2016) entende que o projeto transmoderno se pauta numa perspectiva emancipatória baseada fortemente em sua filosofia da libertação e que se deve aproveitar dos principais temas desenvolvidos pela Modernidade e Pós-modernidade europeia e estadunidense, unindo-os aos saberes ancestrais do Sul. Diferentemente do filósofo argentino, Grosfoguel (2007a; 2007b; 2008) afirma que a transmodernidade deve partir de visões do Sul e para o Sul, sem que houvesse influência de estudos produzidos no e para o Norte, mesmo aqueles que visavam entender os fenômenos do Sul.

Outro ponto que mostra o distanciamento teórico-metodológico entre ambos é a questão identitária. Enquanto para o argentino a pauta da identidade é fator fundamental no processo de descolonização e decolonialidade, para o porto-riquenho essa problemática deve ser superada em nome de um avanço ao transmoderno. Com isso exposto, Dussel (2016, p. 64) afirma que devemos buscar “a identificação de uma ‘identidade’ processual e reativa diante da própria Modernidade. As culturas pós-coloniais devem efetivamente se decolonizar, mas devem começar pela autoavaliação”.

Esse processo de autoafirmação passa, necessariamente, pelo entendimento, por exemplo, de que o conhecimento produzido pela colonialidade do saber pode ser acessado de forma diferencial por autores e autoras pertencentes a culturas subalternizadas. Além disso, outro ponto que vale se referenciar é explicitar a influência que pensadores do Norte sofreram de concepções africanas, latino-americanas, caribenhas e asiáticas, como bem mostrado pela filósofa estadunidense Susan Buck-Morss (2011), em seu excelente texto *Hegel e o Haiti*, sobre como Hegel, somente após estudar a revolução ocorrida em São Domingos, teria desenvolvido sua teoria dialética da história.



Dussel parece partir de um pressuposto de viés genealógico e pós-estruturalista por entender que o estudo da história das culturas visando o projeto transmoderno deve ser iniciado de forma afirmativa, negando visões totalizantes, essencialistas e herméticas. Além de entender que sua pesquisa se baseia nas descontinuidades dos acontecimentos, focando em temas “não hegemônicos”. De qualquer forma, o autor não faz uma valorização ufanista dessas culturas dominadas. Para ele, é importante que elas sejam estudadas criticamente e repensadas nos pontos que não se adequem ao que está sendo proposto.

Para isso, o autor estabelece um ponto norteador de onde devem partir as críticas ao sistema-mundo-colonial/moderno: uma posição fronteiriça assumida pelos intelectuais do Sul. Vale ressaltar que é preciso certa cautela ao atribuir centralidade ao papel dos intelectuais no contexto da descolonização, pois a estrutura epistemológica dos saberes acadêmicos — ao menos nos países ditos “ocidentais”, mesmo que latino-americanos e caribenhos — é marcada fortemente pela colonialidade do saber e da herança racista difundida por autores como Descartes, Kant e Humboldt (Grosfoguel, 2007a; Sena, 2024).

A definição da perspectiva fronteiriça não surge no pensamento de Dussel do nada. Ele se inspirou no conceito de *exterioridade*, desenvolvido pelo filósofo francês Emmanuel Levinas (2008). Assim, pode-se dizer que, enquanto Dussel parte de um pressuposto de se apropriar das melhores partes das culturas dominante e dominada no processo de descolonização, produzido a partir de críticos “da fronteira”, Grosfoguel se aproxima ainda mais do conceito de exterioridade levinasiano ao descentrar a figura do intelectual de sua análise crítica da Modernidade e Pós-modernidade, e por buscar justamente o que está “do lado de fora do modernidade”. Entretanto, vale dizer que, para Dussel (2016), o processo de junção das diversas culturas não pressupõe uma homogeneização das identidades culturais ao redor do mundo. O projeto transmoderno é “essencialmente” “multicultural” e heterogêneo.

Saindo brevemente da perspectiva crítica desenvolvida por Dussel, Grosfoguel (2007b) afirma que a questão identitária surge, inicialmente, no contexto estadunidense ao qual ele está inserido como professor, como uma reação primária ao racismo sistêmico sofrido pelas populações racializadas. Grosfoguel utiliza o termo “políticas identitárias”

como forma de tecer sua crítica ao processo de (re)afirmação de identidades subalternizadas. Para ele, no passado, foi, sim, importante essa necessidade de relatar a si mesmo como maneira de autovalorização. Porém, com o passar do tempo e os consequentes avanços passados tanto nos âmbitos dos direitos civis quanto dos estudos sobre racialidade, torna-se um projeto fundamentalista, eurocêntrico e essencialista (Grosfoguel, 2007b; 2012). O autor compara esse momento de guinada na estima às subjetividades relegadas a uma espécie de racismo vindo de baixo para cima, quase que microfísico e invertido.

Mostra-se importante destacar que a visão desenvolvida pelo autor porto-riquenho se apresenta relativamente rasa ao comparar um mecanismo de defesa por parte das populações oprimidas frente aos exercícios de saber/poder e de colonialidade advindos do Norte. Ele parte de um ponto de afirmação que se aproxima fortemente de um mau entendimento do paradigma pós-colonial/anticolonial/decolonial/descolonial, por pressupor uma visão que encara os problemas estruturais e estruturantes do sistema-mundo-moderno/colonial como já tendo sido superados em muitas partes.

Dessa forma, o próprio Hall (2023), que, vale salientar, tem como objetos de estudos principais as culturas europeias e estadunidense, afirma que o prefixo “pós” presente na terminologia “pós-colonial” não implica num processo de superação dos problemas herdados desse sistema de opressão mundial. O referido prefixo indica que, sim, tivemos avanços significativos nas lutas de descolonização, mas que é importante continuar disputando espaços tradicionalmente ocupados por lideranças hegemônicas, vide masculinas, brancas, heteronormativas e abastadas. Com essa visão entendida, o autor do giro decolonial entende que:

As políticas identitárias partem de um reducionismo identitário e culturalista que acaba essencializando e naturalizando as identidades culturais. Nesses projetos identitários não há espaço ou há uma forte reticência para grupos cuja origem etno-racial seja distinta à do grupo. Eles normalmente mantêm fronteiras identitárias ainda entre os próprios grupos subalternos, impossibilitando o diálogo e as alianças políticas. Em alguns casos acabam invertendo o racismo hegemônico e reproduzindo um racismo invertido ao fazer do grupo etno-racial subalterno um grupo cultural e/ou biologicamente superior aos brancos (Grosfoguel, 2007b, p. 33).

É extremamente importante destacar inicialmente que não existe a possibilidade de haver qualquer forma de racismo invertido, tal qual sugere o professor de Berkeley. O



racismo não se refere ao preconceito sofrido por sujeitos individuais independentemente de a qual raça/etnia/cor essas pessoas se adequem. O dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023) opera como forma de afirmação do eu branco hegemônico através da negação, desvalorização e invisibilização do Outro negro.

Ou seja, o racismo se refere a um conjunto de formas de usos de discursividades e relações de poder estruturadas a partir de um dispositivo engendrado por meio do processo colonial. Assim, pessoas que pertencem às identidades hegemônicas não podem passar pelas mesmas experiências sofridas por aqueles pertencentes a grupos marginalizados. Em síntese, Gonzalez (2020) afirma que o antirracismo é um debate que deve ser coletivizado cada vez mais. Logo, não significa que, por exemplo, pessoas brancas não possam ajudar a compor conhecimentos e discussões acerca da negritude. Mas é preciso situar esses discursos a partir de onde e como eles são formados e proferidos, sem que essas pessoas sejam vistas como representantes dos movimentos pela emancipação dos grupos minoritários.

Ainda em Grosfoguel (2007b; 2012), há o entendimento de que muitas das problematizações realizadas a partir do Sul a respeito da questão identitária sob o paradigma moderno e pós-moderno surgem por meio de críticas eurocêntricas ao eurocentrismo. Novamente, o autor mostra uma visão um tanto quanto equivocada ao equiparar uma proposta de centralidade maior de saberes subalternos no que tange aos debates atuais na academia e na sociedade com um mero “identitarismo”.

O autor afirma ainda que a rachadura causada pelas políticas identitárias atrapalha no desenvolvimento de propostas de(s)coloniais e transmodernas por conta da divisão cada vez maior entre os diversos grupos oprimidos. Para ele, a valorização da própria identidade cultural mantém intactas as estruturas de dominação coloniais, fomentando brigas entre as causas e ignorando o *status quo*. Para finalizar a crítica a esses trabalhos específicos de Grosfoguel, gostaria de concordar com ele num ponto importante: é necessário um ensino “transdisciplinar” no contexto acadêmico para que se torne possível pensar futuros outros que não os projetos moderno e pós-moderno desenvolvimentistas europeus.

Para Grosfoguel (2012), a afirmação de identidades subalternizadas não é necessariamente um problema. Porém, a partir do momento que essa autovalorização se

transvalora numa “política de identidade”, não será possível romper com os moldes modernos/coloniais do atual sistema-mundo-moderno/colonial. Aqui, concordo com ele, até certo ponto. Parto do pressuposto de que o próprio conceito de identidades é falho e deficitário no que se propõe a ser. Entretanto, defender as “políticas identitárias” não significa militar por uma conceitualização estática, universal e a/trans-histórica, mas que precisam ser desconstruídas a partir de um lugar crítico que entenda a precariedade ligada a elas.

Para corroborar com o exposto, Preciado (2022) afirma existir um paradigma ético-estético-político fortemente arraigado ao pensamento colonialista europeu e eurocêntrico, tendo a psicanálise europeia como um de seus representantes maiores. O autor afirma que esses adeptos da linha de pensamento desenvolvida por Freud veem a si mesmos como seres que não são dotados de identidades, eles são a representação quase que metafísica da universalidade teleológica da Humanidade. Dessa forma, “ou bem todos temos uma identidade ou então não existe identidade” (Preciado, 2022, p. 31).

Com isso, Preciado entende que essa parcela representante do colonialismo impõe aos outros não-europeus estruturas de identidades, ao mesmo tempo que se exime dessa responsabilidade. Para tal, faço das palavras dele as minhas: “Ser marcado com uma identidade significa simplesmente não ter o poder de nomear sua posição identitária como universal” (Preciado, 2022, p. 31).

Grosfoguel (2016) entende que o projeto empreendido por seu contemporâneo argentino — Dussel (1993) — de buscar estruturar uma geopolítica do conhecimento que parta da materialidade dos corpos políticos frente ao projeto modernizante de uma egopolítica do conhecimento pode vir a ser um caminho propício para repensar as estruturas de saber na América Latina, ou, para usar um termo de Lélia Gonzalez (2020), América Ladina. A meu ver, a valorização dos corpos políticos enquanto sujeitos de conhecimento engajada por Grosfoguel reforça, mesmo que sem intenção de fazê-lo, a importância da (re)afirmação das identidades culturais subalternas como forma de pensar alternativas outras ao projeto colonialista/modernizante.

Para concluir, Dussel (2002) dá indícios das identidades latino-americanas que são/foram primordiais para o desenvolvimento dessas culturas e territórios e que continuarão sendo durante o processo de descolonização. São elas: as populações



indígenas que sofreram com os processos de dessubjetivação, genocídio, epistemicídio empreendidos pelas coroas espanholas e portuguesas; as pessoas em situação de escravidão vindas de África para servirem de mão de obra e mercadoria para uma parcela considerável de brancos; o mestiço, filho de espanhóis ou portugueses com indígenas — muitas vezes sendo concebido por meio de violência sexual — que carrega a situação de sujeitos divididos entre a cultura opressora e a oprimida; os *criolos* — sendo uma identidade somente presente na América espanhola — detinham vários privilégios a mais que os outros grupos citados anteriormente, principalmente em contexto nacional, mas não se perpetuando a nível internacional; os camponeses, visto que a luta por terras é algo tão antigo na América do período da colonização quanto os diversos âmbitos da colonialidade; os operários, já que a América Latina passa por muitos processos de industrialização por conta do capitalismo dependente e é essa parcela de trabalhadores que será imprescindível para que isso ocorra; por fim, o último “rosto” da “outra face” da Modernidade são os “marginais”, já que é uma condição material e identitária produzida a partir da desigualdade social e de renda que é estrutural e estruturante do sistema-mundo-moderno/colonial-patriarcal.

### Considerações finais

Ao longo desta produção, foi possível entender como as diversas perspectivas pós-modernas, mas principalmente a desenvolvida por Stuart Hall, compreendem os processos de constituição identitária no contexto do Norte Global. Permitindo, assim, uma análise comparativa e crítica contrapondo-a à visão de dois autores transmodernos — Enrique Dussel e Ramón Grosfoguel — e de outro que, apesar de não utilizar essa terminologia, se aproxima bastante dela — Santiago Castro-Gómez. Assim, mostramos suas confluências e distanciamentos teórico-metodológicos e crítico-normativos, mas entendendo que uma tentativa de diálogo entre eles é fundamental para que seja possível transcender em relação ao ideal pós-moderno.

O conceito de identidade é primordial no bom entendimento e prosseguimento de várias frentes de luta anti/contra/de/descoloniais por permitirem afirmar o Eu não em relação ao Outro opressor-colonial, mas em relação aos outros membros de culturas subalternas, permitindo um diálogo não mais Sul-Norte, e sim Sul-Sul. A posição de



fronteira é um marco importante para a compreensão aqui desenvolvida por acolher dentro de si as múltiplas identidades contraditórias presentes nas figuras de quem pensa a descolonização mediante a teorização transmoderna, se aproximando fortemente da perspectiva interseccional como parâmetro de fortificação das causas oprimidas.

## Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

BUCK-MORSS, Susan. Hegel e Haiti. **Novos estudos CEBRAP**, p. 131-171, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. São Paulo: Zahar, 2023.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Teoría tradicional y teoría crítica. **Universitas Humanística**, Bogotá, v. 49, n. 49, p. 29-41, 2000. Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/9560/7787>. Acesso em: 26 nov. 2025.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Latinoamericanismo, modernidad, globalización. Prolegómenos a una crítica poscolonial de la razón. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo (org.). **Teorías sin disciplina** (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate). México: Miguel Ángel Porrúa, 1998. p. 79-91.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas do povo negro**. São Paulo: Veneta, 2021.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 51-73, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6079/5455>. Acesso em: 26 nov. 2025.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 24-32, 2005.

DUSSEL, Enrique. World-System and transmodernity. **Nepantla Views from South**, Durham, v. 3, n. 2, p. 221-244, 2002. Disponível em: <https://www.ifil.org/dussel/textos/c/2002-332.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2025.

DUSSEL, Enrique. **O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

FAUSTINO, Deivison. **Frantz Fanon e as encruzilhadas: teoria, política e subjetividade**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2019.



FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREUD, Sigmund. Uma dificuldade no caminho da psicanálise. *In*: FREUD, Sigmund. **Uma neurose infantil e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976. p.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade E Estado**, Brasília, n. 31, v. 1, p. 25–49, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078/5454>. Acesso em: 26 nov. 2025.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna decolonial. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 337-362, 2012. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/86/51>. Acesso em: 26 nov. 2025.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais**, Rio de Janeiro, n. 80, p. 115-147, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/3428/2354>. Acesso em: 26 nov. 2025.

GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramon (org.). **El decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores: Universidade Central, Instituto de Estudos Sociais Contemporâneos e Pontifícia Universidade Javeriana: Instituto Pensar, p. 63-77, 2007a. p. 63–77.

GROSFOGUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. **Ciência e cultura**, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 32-35, 2007b. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n2/a15v59n2.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2025.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 16: de um Outro ao outro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito: ensaio sobre a exterioridade**. Lisboa: Edições 70, 2008.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.



SAID, Edward. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia de bolso, 2007.

SENA, Guilherme Ribeiro dos Santos. Colonialidade da biopolítica, saberes eurocêntricos e a genealogia decolonial. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 7, p. 1-21, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/8136/5089>. Acesso em: 26 nov. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis: Vozes, 2013.

Recebido em: 26/11/2025.

Aceito em: 19/03/2026.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n36.77372.p195-216>

**A COBERTURA DO TED QUILOMBOS UFPR ENQUANTO EXERCÍCIO DO QUEFAZER CRÍTICO DO JORNALISMO: aspectos de uma comunicação sensível*****COVERING THE TED QUILOMBOS UFPR EVENT AS AN EXERCISE IN CRITICAL JOURNALISM: aspects of sensitive communication***

Gabriel Airto Domingos \*

**Resumo**

Este trabalho se dedica à análise crítica do *quefazer* jornalístico em relação à cobertura de eventos de comunidades quilombolas envolvidas no projeto Termo de Execução Descentralizada (TED) Quilombos, tocado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em parceria com o Incra-PR. Foram duas edições do Encontro da Força Jovem Quilombola no ano de 2025 e, sobre elas, foram produzidas duas narrativas entre reportagens e posts em redes sociais. O embasamento teórico deste trabalho se dá em Moraes (2022) e Freire (2021), tais autores discutem, respectivamente, o jornalismo de subjetividades e sensibilidades e a construção profissional teórico-crítica. A análise crítica, com base na metodologia de Luiz Gonzaga Motta (2013), revelou uma cobertura jornalística em busca de aprendizado para concluir uma aproximação cultural e, a partir daí, criar vínculos com as comunidades quilombolas que permitem a produção jornalística com valores éticos e afetuosos. Esse movimento abre, inclusive, caminhos para a conexão de leitores com tais personagens, proporcionando uma adesão as pautas reivindicadas pelas comunidades.

**Palavras-chave:** jornalismo; comunidades quilombolas; comunicação sensível; narrativas.

**Abstract**

This work is dedicated to the critical analysis of journalistic practices in relation to the coverage of events in Quilombola communities involved in the Quilombos Decentralized Execution Mandate (TED) project, carried out by the Federal University of Paraná (UFPR) in partnership with Incra-PR. Two editions of the Quilombola Youth Force Meeting took place in 2025, and two narratives were produced about them, including news reports and social media posts. The theoretical basis of this work is found in Moraes (2022) and Freire (2021), authors who discuss the journalism of subjectivities and sensibilities, as well as the professional theoretical-critical construction. The critical analysis, based on the methodology of Luiz Gonzaga Motta (2013), revealed a journalistic coverage in search of learning to achieve a cultural approach and, from there, create links with the Quilombola communities that allow for journalistic production with ethical and affective values. This movement also opens avenues for readers to connect with these characters, fostering engagement with the issues championed by the communities.

**Keywords:** journalism; quilombola communities; sensitive communication; narratives.

\* Mestre e doutorando em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. E-mail: gabrielairto@outlook.com.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

## 1 Introdução

O texto que se apresenta está embasado na perspectiva de Freire (2021). Em *Ação cultural para a liberdade*, o educador estabelece critérios para uma prática de constante reflexão crítica sobre o *quefazer* teórico-prático e profissional da área da educação. Segundo ele, as instâncias da teoria e da prática não podem ser separadas e o que deve ficar de fora do ato educacional, na verdade, é o “[...] blá-blá-blá ou o falso pensar.” (Freire, 2021, p. 21). O presente trabalho parte dessa premissa metodológica de Freire, de constante reflexão sobre a teoria-prática da profissão, neste caso do jornalismo, para examinar as atividades comunicativas e a produção de conteúdo jornalístico-informativo sobre o Termo de Execução Descentralizada (TED) Quilombos, um projeto em parceria entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra-PR) para a elaboração de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) de nove comunidades quilombolas do estado do Paraná.

O TED Quilombos é desenvolvido pela UFPR sob a coordenação de professores das áreas da antropologia, da geografia, da arquitetura e do direito. Além deles, há uma equipe de estudantes-pesquisadores, também interdisciplinar. As equipes atuam em conjunto com as comunidades quilombolas para que seja possível a construção dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs), que são as peças fundamentais para o andamento dos processos de titulação das terras quilombolas.

Especificamente em relação à produção comunicativa de conteúdo jornalístico-informativo, as ações são conduzidas por dois estudantes, um jornalista e uma designer, que possuem vinculação ao coletivo Planejamento Territorial e Assessoria Popular (Plantear). Tais ações de comunicação têm uma base tradicional. São produzidas reportagens, notícias, vídeos, fotografias, entrevistas, entre outros conteúdos.

As equipes do TED, professores e estudantes-pesquisadores, organizam-se entre atividades de campo e a produção técnica dos relatórios. Tais atividades podem ser direcionadas pela equipe TED, por exemplo: as visitas de campo para aplicação de questionários com o objetivo de coletar dados. A atuação da equipe TED também inclui a participação em eventos das comunidades. Nesses ambientes, a equipe é envolvida na



programação sociocultural e participa de conversas, demonstrando entrosamento e troca recíproca com as famílias quilombolas.

Dois desses eventos serão examinados com maior afinco neste trabalho, a saber: a 1ª e a 2ª edição do Encontro da Força Jovem Quilombola. Tais eventos foram uma mobilização das comunidades do município de Adrianópolis, entre as quais: Porto Velho, Sete Barras, Córrego das Moças, Tatupeva e João Surá. A intenção das lideranças das comunidades, em parceria com a Congregação das Irmãs de Jesus Bom Pastor, era a reunião dos jovens da região para um momento de prática esportiva e de ações educativas. A primeira e a segunda edição do encontro tiveram a presença de mais de 100 pessoas.

A escolha por essas duas ocasiões de cobertura jornalística *in loco* se dá pelos seguintes fatores: 1) a cobertura de ambos foi a primeira presencial com as comunidades quilombolas do município de Adrianópolis, Vale do Ribeira; e 2) há diferenças sensíveis na escolha metodológica e na execução da proposta comunicativa do primeiro evento — promovido em 20 de julho de 2025 — para o segundo evento — promovido em 26 de outubro de 2025.

O trabalho parte da seguinte pergunta norteadora: *Como construir uma “teoria-prática” da comunicação sensível em casos de vulnerabilidade socioeconômica e sociopolítica?* A intenção é examinar os aspectos metodológicos da proposta comunicativa em ambos os eventos que levam a uma aproximação não violenta da comunicação do projeto TED com as comunidades quilombolas.

As comunidades quilombolas do Vale do Ribeira demandam, sobretudo, a titulação da terra. Em conversa com lideranças locais e com a equipe TED, os relatos a respeito dos quilombos daquela região destacam que a falta de oportunidades de trabalho está entre os principais desafios. Com a titulação, as possibilidades para desenvolvimento do turismo e do cultivo de agricultura seriam expandidas, favorecendo a manutenção dos jovens na região com a geração de renda e oportunidades profissionais.

Para além disso, existem demandas sobre a constituição de uma educação quilombola, acompanhada de uma oferta mais substancial, de mais acessos ao transporte, de construção de estradas, de mais saúde e de comunicação (mais acesso à internet).

É neste contexto que esse trabalho se desenha. Entendendo que é uma construção profissional em andamento — tendo em vista que o projeto de comunicação das ações do



TED seguirá, pelo menos, até maio de 2026 — o objetivo, aqui, é analisar métodos de trabalho e execução da proposta comunicativa das duas edições do Encontro da Força Jovem Quilombola, bem como a construção narrativa decorrida dessas duas atividades, sejam nos textos jornalísticos produzidos e divulgados pelos meios de comunicação vinculados ao TED, sejam nos discursos e falas das lideranças da região e da equipe TED.

Tal perspectiva, para o desenvolvimento deste artigo, enquadra-se naquilo que Paulo Freire (2021), em *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*, denomina como constante reflexão crítica sobre o *quefazer* teórico-prático. Teoria, para o autor, é um elemento indissociável da prática. Isso se dá porque ambas são parte de um ciclo que se retroalimenta. Esse ciclo é constituído pela reflexão crítica que gera produção de conhecimento, que gera transformação na atividade prática e esta, com a constante reflexão, gera novas transformações e aprimoramentos, seja na produção teórica, seja na produção prática.

Essa constante atividade reflexiva gera questionamentos no âmbito profissional e prático a respeito das metodologias escolhidas para a execução da proposta comunicativa dos eventos. Um desses questionamentos é a respeito do lugar da sensibilidade e das subjetividades, perspectiva teórica do *quefazer* jornalístico abordada por Fabiana Moraes (2022). No sentido proposto pela autora, o olhar profissional se volta para a lida com os sentimentos das comunidades quilombolas. Este ponto de vista emocional tem uma influência sobre o trabalho jornalístico, na medida em que aspectos como: expectativas das comunidades, perigos, lutas, frustrações e felicidades moldam as relações entre comunidade e pesquisadores e, logo, com os comunicadores.

Assim, Moraes e Freire são articulados enquanto base teórica para este artigo. Ambos são ferramentas para aprimorar a reflexão crítica sobre o *quefazer* jornalístico e para sustentar a análise a respeito das narrativas que emergem do encontro entre equipe TED — tanto pesquisadores, quanto comunicadores — e comunidades quilombolas. Tais narrativas são carregadas de expectativa para a transformação sociocultural, socioeconômica e sociopolítica desejada pelas famílias e lideranças locais.

A análise dessas narrativas será estruturada pela metodologia de *Análise crítica da narrativa*, de Luiz Gonzaga Motta (2013). A proposta do autor envolve a análise da performance do narrador, nesse caso: o jornalista do projeto TED e personagens das



comunidades entrevistadas para as matérias veiculadas no site e redes sociais. Esse método de análise envolve a observação do produto final das narrativas, o texto. Isso se dá mediante a descrição da construção do enredo, da dramatização da história e de construção de personagens.

Este trabalho utilizará, como objetos de análise, duas reportagens produzidas sobre os eventos citados e publicadas em portal de notícias do projeto TED e cinco publicações em redes sociais a respeito dos dois eventos. Além disso, anotações do caderno de campo<sup>1</sup> servirão como material complementar de análise.

Cabe ressaltar que a utilização do caderno de campo é um elemento fundamental da metodologia de pesquisa oriunda da área da antropologia. Como apontado por Magnani *et al.* (2023), o caderno de campo funciona como um diário da pesquisa, e os registros que nele são feitos são, posteriormente, agregados ao relatório de pesquisa. Carvalho e Evangelista (2018) veem semelhanças nas áreas do jornalismo e da antropologia. Na perspectiva dos autores, o olhar e a escuta atenta são ferramentas fundamentais para ambas as áreas profissionais que são descritas por eles como sendo profissionais pesquisadores. Assim, a ida a campo é uma das características deste trabalho jornalístico, e o uso do caderno de campo também se faz importante. Contudo, há diferenças sensíveis nos dados anotados e, sobretudo, em seu tratamento.

No trabalho jornalístico clássico de Lage (2012), o jornalista vai a campo para verificar os fatos e apurar as informações sobre a história que se desenrolou. No jornalismo literário de Pena (2022), é desenhada uma metodologia que dispõe de um tempo maior para apuração e aprofundamento da história; acontecem mais entrevistas, mais dados são coletados e analisados. Contudo, o foco segue sendo o desenvolvimento da história jornalística, um arco narrativo fechado, enquanto a pesquisa antropológica procura por regras gerais, ainda que em uma perspectiva microssocial.

Antes de avançar na pesquisa, cumpre destacar que as comunidades quilombolas aqui citadas e examinadas lutam, há décadas, pelo processo de titulação dos territórios. Tanto o quilombo Tatupeva quanto o quilombo Porto Velho ficam localizados no município de Adrianópolis. A cidade faz fronteira com o estado de São Paulo e faz parte

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1BXhpinUvkbSTdnS3fQ28niad-0yf9kF/edit?usp=sharing&oid=100106216338661868908&rtpof=true&sd=true>.

do chamado Vale da Ribeira. As comunidades foram as primeiras a organizar o encontro da juventude, e ambas recebem assessoria da Congregação das Irmãs de Jesus Bom Pastor em questões como a busca por demandas básicas de saúde, transporte, educação e outros direitos. Contudo, a comunidade de Tatupeva não está dentro do projeto TED Quilombos e a presença da equipe da universidade na 2ª edição do encontro com a juventude se deu em função do acompanhamento das outras comunidades, em especial, de Porto Velho e Sete Barras. As comunidades quilombolas de Adrianópolis são acessíveis por estradas de chão e convivem, na região, com atividades de minério e com a luta contra a implementação de barragens.

Esse elemento também é revelador da notoriedade da proposta de análise aqui exposta. Isso porque o papel que lhes asseguraria o direito à terra é propulsor de uma série de conquistas socioculturais, sociopolíticas e socioeconômicas ainda songadas. Em conversas para a elaboração das reportagens, como demonstrado nos textos analisados e também nas notas de observações em campo, o principal motivo para a promoção do encontro da Força Jovem é a manutenção da juventude nos territórios, bem como sua mobilização para a reivindicação das pautas fundamentais da comunidade. Ter direito ao território é, apontado pelas lideranças da comunidade, a pedra fundamental para que eles possam criar novos mundos e histórias, com emprego, educação, saúde e possibilidade de renda e subsistência.

## **2 O *quefazer* crítico e a sensibilidade no jornalismo.**

No transcorrer do processo de elaboração dos RTIDs, a equipe TED se deparou com uma série de histórias socioculturais e de vulnerabilidades sociopolíticas e socioeconômicas. Foram organizadas atividades de campo para coletar esses dados que constituem o embasamento dos relatórios. Tal trabalho de pesquisa fundamentou laços entre a equipe de pesquisadores e as comunidades. Estas, por sua vez, convidaram a equipe para participar de eventos locais, como as duas edições do Encontro da Força Jovem Quilombola.

As duas edições do evento ocorridas em 2025 tiveram cobertura jornalística por parte da equipe TED. Do primeiro para o segundo evento, essa cobertura jornalística sofreu alterações metodológicas que serão aqui discutidas sob a perspectiva de Paulo



Freire do constante *quefazer* crítico da teoria-prática, e do jornalismo de subjetividades de Moraes (2022).

A temática do projeto TED contempla uma série de características que se enquadram nos critérios noticiosos clássicos de Traquina (2012) e Lage (2012). Tais critérios formam um conjunto de valores-notícia que podem ser: a) relevância; b) interesse público; 3) novidade; 4) notoriedade; 5) proximidade; 6) tempo; 7) notabilidade; 8) inesperado, entre outros.

Lage (2012) explica que o repórter atua modelando a realidade da qual faz o relato. O autor afirma que esse processo é uma competência humana, o que a faz também ser uma metodologia. Para se tornar um método essa organização segue critérios como os de valor-notícia que atuam como um guia da prática jornalística. Esses critérios e a formação de uma prática que se pode chamar de metodologia jornalística correspondem ao que Traquina (2012) chama de profissionalização do jornalismo e também da emergência de uma autoridade profissional.

Para o autor, é na criação do *lead* que fica evidenciada a preocupação com a autoridade profissional, pois esse formato de texto suscita todos os valores que explicam o porquê daquele relato ser escolhido como notícia. Além disso, é a partir do uso do *lead* que emergem também princípios como o da objetividade e toda a orientação para o estilo de produção jornalística dominante.

Tais elementos configuram, para o projeto, o caráter de “necessidade de notícia” (Pontes; Silva, 2009). Os autores apontam a existência do contrato de leitura entre jornalista e leitores (espectadores, consumidores da notícia). Por esta visão, o jornalismo é responsável por transmitir um fato, e aqueles que consomem essa transmissão acreditam na narrativa como sendo correspondente à verdade mesmo se, eventualmente, não tiverem sido testemunhas presenciais dos acontecimentos.

Para Pontes e Silva (2009), há, no desenvolvimento histórico do jornalismo, um marco da constituição de uma necessidade social de informação. Esta era voltada para contextos políticos, econômicos e histórias com apelo social e emocional. É a sociedade, afirmam os autores, que atribui a um fato a qualidade de acontecimento. Portanto, uma vez que o acontecimento é construído socialmente, o jornalismo — enquanto lugar licenciado para falar do mesmo — também é uma produção social.



Logo, na execução do TED, há características que fazem despertar o que os autores classificam como necessidade de notícia, a saber: a comunicação de comunidades quilombolas, histórias de interesse público e apelo emocional, informações sobre o cuidado e a preservação com o meio ambiente e, ainda, uma dimensão institucional de o projeto sentir necessidade de comunicar suas ações, pesquisas e resultados. Daí a origem e a constituição de uma equipe para planejar e executar as ações comunicativas aqui analisadas das duas edições do Encontro da Força Jovem Quilombola.

Autores, como Traquina (2012) e Lage (2012), explicam a produção jornalística por duas vertentes. A primeira é ligada a um conceito de objetividade. Trata-se de olhar para o fato e descrevê-lo de maneira direta com foco no acontecimento mais importante e depois oferecendo mais detalhes. Essa objetividade é o conceito que dita as regras da “pirâmide invertida” que surgiu no jornalismo dos Estados Unidos e é predominante na profissão. A segunda possibilidade é a produção de reportagens. Esta é o aprofundamento da notícia jornalística. Ela tem mais tempo de produção, mais entrevistas, mais informações e, portanto, mais detalhamento em relação ao fato contado “na hora” do seu acontecimento.

Moraes (2022), em seu *A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*, escreve que a reflexividade da prática jornalística tem seu início na pauta. Para a autora, as perguntas que constroem a pauta são as responsáveis por guiar uma produção que poderá contribuir, de fato, com um debate para melhorias sociais. Moraes entende que é um exercício de pensar uma comunicação transformadora na base da produção do conteúdo informativo-noticioso.

Ao criticar o conceito “clássico” de objetividade no jornalismo, Moraes argumenta que essa prática não confronta os preconceitos e, portanto, não produz um debate que resulte em avanços sociais. Ainda nesse sentido, a autora vê uma aproximação violenta da comunicação na medida em que esta pode não alcançar a todos e todas. Outro resultado desse tipo de objetividade, para Moraes, é a produção de narrativas que valorizam uma perseverança ante dificuldades socioeconômicas, algo que não contribui para a desconstrução de discursos e narrativas de dominação socioeconômica e sociopolítica.



Moraes ainda argumenta que o jornalismo costuma privilegiar aspectos técnicos em suas decisões editoriais e de produção de conteúdo. Para que seja possível alcançar um potencial mais elevado, a autora aponta como solução a busca por aprendizado e reflexão sobre o que é dito e sobre as narrativas que são produzidas pelo jornalismo. Essa solução converge para a argumentação de Paulo Freire (2021) em seu *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*.

Escreve Freire que o processo de orientação dos seres humanos no mundo envolve “pensamento-linguagem” e “trabalho-ação” transformadores. Para o autor, deve existir, como ideal educacional e de busca pelo aprendizado, um esforço coletivo e engajado em realidades sociais. Desse esforço, ele acrescenta, pode-se dar partida em um ciclo virtuoso donde a prática produz questionamentos, estes se transformam em novas teorias e estas, por sua vez, embasam atualizações das práticas profissionais e sociais. Daí que, ele argumenta, não seja possível separar teoria da prática.

Freire entende que existe uma relação entre o ato de pronunciar o mundo e o de transformá-lo. Por isso, ele escreve “[...] a palavra humana é palavração [...]” (Freire, p.78, 2021). Nesse sentido, a produção de narrativas de comunicação e de conteúdo informativo é uma forma de agir com palavras para contar a história das comunidades quilombolas, inseridas no projeto TED. Logo, constitui-se também a necessidade de ter, no fluxo de trabalho, uma constante atividade de reflexão sobre o *quefazer* teórico-prático.

Freire também argumenta que sem o conhecimento de como as populações à margem da cultura dominante fazem de suas vulnerabilidades uma força, o que se produz é um tipo de colonialismo intelectual. Nesse sentido, a produção de comunicação sobre as comunidades só pode ser feita mediante a proposta de um jornalismo de subjetividades encontrada em Moraes (2022).

Freire escreve: “Para os seres humanos, como seres da práxis, transformar o mundo, processo em que se transformam também, significa impregná-lo de sua presença criadora, deixando nele as marcas de seu trabalho” (Freire, 2021, p. 112). Aqui o autor indica que aquilo que emerge da atividade reflexiva é a transformação do mundo. Esse processo se dá, segundo ele, pelo fazer-utópico, pelo sonhar novas possibilidades. E este

sonho, argumenta, é aquilo que confere a criatividade ao trabalho de reflexão, de compreensão e de mudança.

Novamente, um caminho possível para a constante reflexão crítica, questionamentos e para a transformação criativa do mundo são as narrativas. Estas, no caso deste trabalho, as produzidas sobre o 1º e o 2º Encontro da Força Jovem Quilombola pela equipe de comunicação do TED. Tais narrativas foram produzidas no contexto de diálogo, mas, principalmente, de escuta das comunidades sobre suas demandas, seus sonhos, seus medos e suas forças. No percurso da proposta de comunicação dos eventos, diferentes metodologias do fazer jornalístico foram aplicadas e estas receberão, a seguir, um exame acurado, levando em conta a proposta de Freire — presente também em Moraes — de produção teórico-prática crítica e engajada na perspectiva da transformação do mundo, seja da profissão jornalística, seja do contexto sociocultural das comunidades quilombolas.

### **3 As narrativas transformadoras: metodologia de análise crítica e diálogos com o *quefazer* e a reflexividade**

A proposta metodológica de Luiz Gonzaga Motta (2013) está colocada em seu *Análise crítica da narrativa*. Tal metodologia pode ser interpretada, no que diz respeito a sua operação, como uma descrição densa das narrativas. O objetivo dessa descrição é verificar no produto narrativo — o texto — elementos que revelam a performance de narradores. Essa performance está vinculada a dois momentos do ciclo narrativo de Paul Ricoeur (2010), a saber: 1) o pré-texto e 2) o texto.

O primeiro momento, de acordo com o autor, é aquele em que o narrador está inserido em um contexto sociocultural. No caso da análise que se seguirá: as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, Paraná. A partir disso, acontece a coleta de elementos para produzir a narrativa. Enquanto o segundo momento é aquele em que o narrador, munido de detalhes, informações e elementos do enredo, utiliza estratégias de linguagem e de argumentação para produzir a narrativa propriamente dita.

De modo a operacionalizar esta análise, Motta propôs uma série de procedimentos, a saber:



1) compreender a intriga como síntese do heterogêneo, 2) compreender a lógica do paradigma narrativo, 3) deixar surgirem novos episódios, 4) permitir ao conflito dramático se revelar, 5) personagem: metamorfose de pessoa a persona, 6) as estratégias argumentativas e 7) permitir as metanarrativas aflorar. (Mota, 2013, p. 139-209)

Como forma de complementar a análise, Motta sugere o diálogo com uma base teórica — que neste artigo é dada por Freire e Moraes, na proposta de construção de um jornalismo reflexivo — e também a utilização de dados complementares — que neste trabalho serão as anotações de campo, a partir de uma observação jornalística.

O *corpus* de análise é composto por duas notícias publicadas no site do projeto TED Quilombos, cinco posts publicados nas redes sociais do Coletivo Plantear – UFPR, cujos membros são integrantes do projeto TED, além das anotações feitas a partir de observação jornalística. Esse escopo contempla toda a produção informativa sobre os dois eventos examinados. Como o corpus é relativamente pequeno e, entre os textos disponíveis no site e nas redes sociais, existem semelhanças, não foi necessário eliminar nenhum conteúdo do conjunto selecionado.

Em relação aos procedimentos operacionais, a análise da narrativa aqui proposta dará enfoque a duas categorias principais, a saber: 1) personagens — buscando observar quais são citadas e com que espaço e 2) elemento principal do enredo/descrição de cenas — nesta categoria é observado o destaque principal, aquele elemento que puxa o enredo da matéria, além das descrições de cenas que dão a dimensão das estratégias de apuração e observação usadas. A intenção é verificar as mudanças de uma cobertura para outra e, dessa forma, observar como é possível construir uma “teoria-prática” para uma comunicação sensível e reflexiva.

#### **4 Análise crítica das construções narrativas, aspectos de transformação sociocultural**

O *corpus* de análise deste trabalho é tal como descrito a seguir:



**Quadro 1** – Reportagens publicadas no site

<b>Título</b>	<b>Local/Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Entrevistas</b>
O Quilombo Porto Velho joga com a juventude na preservação da natureza e das culturas locais. <sup>2</sup>	Quilombo Porto Velho, Adrianópolis.  Data do evento: 20 de julho. Data de publicação: 24 de setembro.	Trata da realização do evento, da vivência de capuêra, de uma explicação geral do trabalho do TED na região e a repercussão pós-evento. Esse texto foi publicado no site do projeto.	Maria Sueli Miriam de Sousa Raquel Mombelli  Falas colhidas no dia em diálogos e escutas e recuperadas das anotações de campo.
Tem gente que ouve e sente o chamado. <sup>3</sup>	Quilombo Tatupeva, Adrianópolis.  Data do evento: 26 de outubro. Data da publicação: 6 de novembro.	Relato mais apurado da vivência de capuêra, foco em Heliton, personagem envolvido pela atividade. Breve descrição de como foi o evento e informações importantes, como a ida a COP.	Apenas falas colhidas em campo e recuperadas das anotações.

Fonte: elaborado pelo autor, 2026.

**Quadro 2** – Postagens nas redes sociais

<b>Título</b>	<b>Local/Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Entrevistas</b>
Futebol, diversão e medalhas: como foi o 1º Encontro da Força Jovem Quilombola. <sup>4</sup>	Quilombo Porto Velho, Adrianópolis.  Data do evento: 20 de julho. Data da publicação: 19 de agosto. Publicação nas redes sociais do Plantear.	Relato do evento com foco em Jeferson, jovem quilombola que estava atuando na disputa do futebol. Outros relatos de jovens que estavam participando do evento e informações gerais.	Texto produzido com base nas anotações feitas em campo.
O Quilombo Porto Velho joga com a juventude na preservação da natureza e das culturas locais <sup>5</sup> Divulgação, nas redes sociais, da	Quilombo Porto Velho, Adrianópolis.  Data do evento: 20 de julho. Data da publicação: 17 de outubro.	Divulgação da notícia do evento publicada no site. Na legenda, são abordadas informações gerais.	Texto produzido com base nas informações da reportagem

<sup>2</sup> Disponível em: <https://projetos.ufpr.br/quilombos/2025/09/24/o-quilombo-porto-velho-joga-com-a-juventude-na-preservacao-da-natureza-e-das-culturas-locais/>.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://projetos.ufpr.br/quilombos/2025/11/06/tem-gente-que-ouve-e-sente-o-chamado/>.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DNi6v-KR26D/?igsh=MXNvZWZmMmphpd3RjZQ==>.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DQOfXhpksT0/>.



notícia divulgada no site.	Publicação nas redes sociais do Plantear.		
Boletim Plantear – Episódio 2. <sup>6</sup>	Data da publicação: 25 de outubro.	O Boletim Plantear é um conteúdo em áudio divulgado no Instagram do coletivo. O objetivo do conteúdo é aproveitar o conteúdo de entrevistas realizadas para as matérias jornalísticas e relembrar eventos, acontecimentos e outras divulgações importantes. Nesse caso, um dia antes do 2º Encontro da Força Jovem Quilombola, foi relembrada a primeira edição.	Conteúdo com base na entrevista de Maria Sueli, ainda para a primeira reportagem publicada no site.
Como foi o segundo Encontro da Força Jovem Quilombola. <sup>7</sup>	Quilombo Tatupeva, Adrianópolis. Data do evento: 26 de outubro. Data da publicação: 30 de outubro.	Descrição, em estilo mais objetivo, das coisas que aconteceram no segundo encontro. Fala da representante do poder público de Adrianópolis, eventos esportivos e vivência de capuêra angola.	Texto produzido a partir das anotações do caderno de campo e da observação e escuta jornalística.
Tem gente que ouve e sente o chamado. <sup>8</sup> Divulgação da notícia publicada no site nas redes sociais do Plantear.	Quilombo Tatupeva, Adrianópolis. Data do evento: 26 de outubro. Data da publicação: 11 de novembro.	Divulgação, nas redes sociais, da notícia publicada no site. Traz uma descrição geral das informações.	Texto produzido a partir das informações da segunda notícia divulgada no site do TED. A fonte principal são as anotações das observações em campo.

Fonte: elaborado pelo autor, 2026.

As anotações do caderno de campo são a respeito de informações passadas no evento e falas importantes das lideranças quilombolas ou da juventude que estava envolvida com as atividades esportivas e com a vivência de capuêra<sup>9</sup>. São notas baseadas na observação jornalística. Daí que muitas anotações sejam palavras-chave para recuperar falas de personagens e/ou sejam notas de diálogos com as pessoas das comunidades quilombolas.

A análise, portanto, será dividida em dois grupos, a saber: grupo A – notícias e publicações sobre o evento em Porto Velho, e grupo B – notícias e publicações sobre o evento

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DQOfXhpksT0/>.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DQcHXC2Ebum/>.

<sup>8</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/DQ4oxX0kWeM/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/DQ4oxX0kWeM/?img_index=1).

<sup>9</sup> Em alguns momentos do texto é possível encontrar as palavras capoeira e capuêra. A primeira é a palavra tal como usualmente utilizada. A segunda é uma expressão adotada pela equipe TED em referência às atividades desenvolvidas junto às comunidades em Adrianópolis.

no Tatupeva. A ordem seguirá o acontecimento de cada evento, sendo Porto Velho primeiro e, depois, Tatupeva.

### **Análise do Grupo A**

Tanto em relação ao evento no quilombo Porto Velho quanto no Tatupeva, o principal produto comunicativo foram as notícias divulgadas no site do TED Quilombos. Por isso, a publicação que será foco da análise do grupo A é: *O Quilombo Porto Velho joga com a juventude na preservação da natureza e das culturas locais*.

O texto foi ao ar no dia 24 de setembro no site, dois meses e quatro dias após a realização do evento, em 20 de julho. O tempo de distância entre o evento e a divulgação da notícia é um primeiro indício de um processo de busca por aprendizagem e também do *quefazer* crítico da profissão, tal como promovido pela base teórica deste trabalho, Freire (2021) e Moraes (2022). Além disso, a notícia que foi ao ar sobre o 1º Encontro da Força Jovem teve a realização de três entrevistas mais longas que foram a base do conteúdo.

### **Categoria 1: personagens**

As personagens da notícia sobre o evento realizado no quilombo Porto Velho foram: 1) Mestre André; 2) Daniele Pontes; 3) Wallace Pereira; 4) Raquel Mombelli; 5) Maria Sueli; 6) Miriam de Sousa; 7) Heliton; 8) Airton Piajone; e 9) Izaias. Destes, os três últimos são membros das famílias quilombolas da região. Heliton é um dos jovens, enquanto Izaias e Airton são lideranças. Maria Sueli e Miriam de Sousa integram a Congregação das Irmãs de Jesus Bom Pastor — as Pastorinhas. Daniele Pontes e Raquel Mombelli são professoras integrantes do TED. Wallace Pereira também faz parte do TED Quilombos e do grupo Zimba, assim como o Mestre André.

Daniele Pontes e Wallace Pereira foram apenas citados brevemente no texto da notícia. Maria Sueli, Raquel Mombelli e Miriam de Sousa foram entrevistadas e, assim, parte considerável do corpo da narrativa se desenvolveu a partir das declarações e informações dadas por estas três personagens. Izaias e Airton foram ouvidos pela reportagem em diálogo, para que fosse possível coletar uma opinião sobre a realização do evento. Da mesma forma, Heliton foi ouvido em rodas de conversa durante o dia de programação cultural e teve



destaque por conta do gosto pela capoeira. Nesse sentido, do relato da vivência de capuêra Angola, o Mestre André foi o personagem principal.

Antes de prosseguir com a análise, citando trechos importantes do texto, é destinado um olhar para o elemento de gênero. Em relação às personagens das comunidades quilombolas que aparecem na notícia, são três homens. É destacado no caderno de notas que a aproximação com mulheres e meninas foi mais difícil. Mesmo as demais personagens que não foram citadas no texto da reportagem, em sua maioria, também são homens ou meninos<sup>10</sup>. Nesse sentido, o post *Futebol, diversão e medalhas: como foi o 1º Encontro da Força Jovem Quilombola* também teve como personagem principal um homem: Jeferson. Ele foi destaque no futebol naquele evento e também tentou seguir carreira como jogador. Hoje, dedica-se aos estudos para o vestibular.

O evento em análise foi o primeiro com presença da equipe de comunicação e, dessa forma, o diálogo com a comunidade quilombola foi mais tímido. O trecho a seguir revela esse caminho de tentativa de aproximação:

Ambos estavam em uma rodinha de conversa após a exposição do mestre André e enquanto os jovens iniciavam a disputa do futebol, no 1º Encontro da Força Jovem Quilombola. Com eles, estava Weliton<sup>11</sup>: “meu sonho é treinar capoeira”, afirmou. A fala do garoto, André me confidenciou depois, tocou profundamente nele. Isso porque, Weliton vive uma história semelhante à do mestre André, tendo a paixão pela capoeira plantada, ainda criança, por um familiar que foi mestre. (Site do TED Quilombos, 2025)

Observando a descrição da cena é possível notar que a figura do narrador-repórter se posiciona como ouvinte para acompanhar a história que se construía entre Heliton e André. Mais adiante, é observado um diálogo entre narrador e André, e este explica o contato que teve com o jovem, além de relatar os sentimentos presentes naquele encontro.

A divisão da reportagem revela que as personagens ligadas à universidade ou à Congregação, que assessoram as comunidades locais em reivindicações de demandas,

<sup>10</sup> Faz parte das intenções do projeto de comunicação do TED aprimorar o contato com as mulheres. Em novembro de 2025, em visita às comunidades do Sítio Coqueiro e do Rio Verde, município de Guaraqueçaba, essa maior aproximação foi possível a partir de conversas triviais e de um maior tempo de contato disponível. Já em dezembro, novamente em Adrianópolis, outra conversa com mulheres se desenrolou por ocasião da visita da equipe TED na cooperativa CAFA. Fica indicado que este elemento poderá aparecer em novos trabalhos oriundos do exame do projeto de comunicação do TED.

<sup>11</sup> O trecho é aqui reproduzido da forma como está no site do TED Quilombos no dia 14 de novembro de 2025. O nome correto do jovem, contudo, é Heliton. Cf. <https://projetos.ufpr.br/quilombos/2025/09/24/o-quilombo-porto-velho-joga-com-a-juventude-na-preservacao-da-natureza-e-das-culturas-locais/>.

tiveram um espaço para explicações técnicas do desenvolvimento dos trabalhos de assessoria, bem como do papel da equipe do TED. Por outro lado, capoeiristas e personagens da comunidade apareceram para relatar o evento e para opinar e dar uma visão sobre a realização do Encontro.

### **Categoria 2: elemento principal da narrativa**

A análise da reportagem revela dois elementos para a comunicação do primeiro evento, a saber: 1) a divisão técnica/vivência e 2) a constituição de uma personagem-guia do enredo. Em relação ao primeiro ponto, fica evidenciado na leitura dos conteúdos do grupo A que a escuta das pastorinhas e das personagens ligadas ao trabalho técnico da universidade cumpre a função de escopo técnico da reportagem. Ou seja, a escuta delas funciona como base para a informação sobre o desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa e assessoria. Para além disso, outra função importante é o estabelecimento de uma ponte cultural.

A comunicação do TED Quilombos é originada pela universidade e, como tal, tem uma vinculação mais profunda com a cultura cidadina. Tanto as pastorinhas quanto a Raquel Mombelli, ainda que vivam contexto semelhante de origem na cidade, estão envolvidas com o trabalho e, portanto, muito mais próximas da vivência cultural quilombola. Assim, as três personagens edificam a ponte que permite uma aproximação cultural não violenta. Esse processo tem por objetivo evitar erros de informação.

Outro fator que aparece na análise é a constituição de uma personagem condutora da narrativa e, no caso da comunicação do evento em Porto Velho, três foram essas personagens, a saber: 1) mestre André; 2) Airton Piajone; e 3) Jeferson. Essas personagens são os elementos centrais de cada narrativa na medida em que a partir delas o enredo se desenvolve para contar os acontecimentos daquele dia. A personagem-guia também cumpre a função de, na construção narrativa, abrir espaço para a atividade criativa de Paulo Freire (2021) e, a partir de tal exercício, construir um enredo de potencial transformador.

### **Análise do Grupo B**

Os conteúdos do grupo B foram ao ar, respectivamente, em 6 de novembro — no site —, 30 de outubro e 11 de novembro, nas redes sociais. Em relação ao primeiro evento, o



tempo para a publicação dos textos noticiosos foi menor. Assim, é possível considerar essa distância temporal menor como um indício de maior adaptação da proposta comunicativa para o segundo evento, além de uma simplificação nas estratégias de conteúdo.

### **Categoria 1: personagens**

As personagens das narrativas sobre o 2º Encontro da Força Jovem Quilombola são: 1) Jocimeire Mariano Santos Pereira; 2) Aldevanio Mariano Santos; 3) Irmã Angela; 4) Wallace Pereira; 5) Cecil; 6) Tamara; 7) João; 8) Miriam de Sousa; 9) Vanessa da Rocha; e 10) Heliton. Aqui, nesta análise, cabe ressaltar uma das anotações feitas em campo, a saber: “a diferença feita pelo uso da câmera no segundo encontro.”

No primeiro evento, as fotografias foram produzidas com o uso do celular como equipamento. No segundo Encontro, foi utilizada uma câmera fotográfica. Esta permitiu uma abertura maior de diálogo com a comunidade quilombola. Notadamente, é impossível afirmar que seja este o único diferencial, uma vez que a maioria das pessoas que esteve presente no segundo encontro, também estava no primeiro e, portanto, estavam informadas sobre o trabalho de comunicação realizado no dia 26 de outubro. Contudo, o uso da câmera proporcionou, de forma espontânea, que a juventude fizesse pose para algumas fotos, assim como as lideranças. Um desses momentos foi quando Heliton pediu que ele fosse gravado fazendo um salto “mortal”.

Tamara, Cecil e João, integrantes do grupo Zimba, foram apenas citados brevemente no texto. Miriam de Sousa também foi apenas citada quando da informação sobre a participação na COP 30. Vanessa da Rocha foi citada quando do relato sobre a roda de conversa. Wallace, Heliton, Aldevanio e Jocimeire são as personagens principais do texto e dão o tom do desenvolvimento narrativo.

### **Categoria 2: elemento principal da narrativa**

Diferentemente do conteúdo produzido em relação ao primeiro evento, as notícias do segundo evento não tiveram entrevistas mais longas com personagens vinculadas à universidade ou à Congregação das pastorinhas. Dessa forma, as informações técnicas



consistiram em relatos dos acontecimentos do evento, tais como: os jogos de futebol, vôlei e outros recados como a informação de participação na COP 30.

Assim, o elemento principal da narrativa passou a ser as personagens-guia. A primeira dessas personagens é Jocimeire. O texto abre com ela, descrevendo-a como a anfitriã e também como uma peça importante para a organização do evento. Depois, é dado maior destaque para a vivência de capuêra Angola e para o diálogo constante entre Wallace e Heliton. Eles tiveram uma conversa com Wallace, ensinando a tocar os instrumentos da capoeira para o jovem quilombola interessado. Depois, o texto fecha novamente com Jocimeire que demonstrou carinho pela equipe do TED e convidou para que os estudantes-pesquisadores e o pessoal do grupo de capoeira pudessem retornar mais vezes para o quilombo.

A construção desta narrativa, embora mais curta em relação à primeira, tem um foco na vivência das comunidades quilombolas no dia do evento. Novamente, isso configura um movimento de busca por aprendizado, de coletar elementos para entender como as pessoas fazem de suas vulnerabilidades um elemento de força em lutas sociopolíticas. Dessa forma, o texto tenta retratar com maior detalhamento a vivência quilombola e as formas criativas de questionar a dominação sociocultural de grupos políticos e econômicos e, com tais informações, elaborar suas demandas e reivindicações por melhorias.

### **5 Atravessamento da ponte cultural: as vulnerabilidades em força e a emergência de narrativas transformadoras**

A análise crítica das narrativas que emergiram da cobertura do 1º e do 2º Encontro da Força Jovem Quilombola revelou a necessidade de aplicação do passo da busca por aprendizagem como parte da metodologia de comunicação jornalística na constituição do trabalho. Esse movimento é convergente com uma proposta teórico-prática de constante reflexão crítica sobre o *quefazer* profissional, algo que é desenhado por Freire (2021) como fundamental nos processos educacionais — quaisquer que sejam — da sociedade.

Moraes (2022) enxerga nesse movimento a abertura para o pensamento sobre a essência do fazer jornalismo. Para a autora, começam na pauta as perguntas e reflexões que permitirão ao profissional jornalista subir de nível em relação ao objetivismo clássico da profissão que, aponta ela, caracteriza-se por reduzir narrativas e/ou simplificá-las. Tal como



colocado por Freire (2021), se se desconhece como as pessoas transformam fraquezas em forças, não se dá ouvidos a suas capacidades transformadoras. Logo, a busca por aprender e conhecer tem papel central na prática jornalística que deseja produzir narrativas com valor ético e de transformação sociocultural.

Esse movimento se conecta à teoria-prática de uma comunicação sensível. E isso se dá a partir de deslocamentos e encontros. Quando se está presente com o corpo, dizem Martinez e Heidemann (2019), começam as relações de afeto. É por intermédio desse contato, afirmam as autoras, que o comunicador é convidado a atravessar uma “ponte cultural” — se este parte de um contexto diferente, como é o caso da comunicação do TED — para se conectar com o outro e estabelecer uma relação.

Esse atravessamento da “ponte cultural”, na primeira reportagem, tem início com a escuta das personagens que explicaram o trabalho técnico-científico de assessoria da Congregação das Irmãs de Jesus Bom Pastor, as Pastorinhas, e da universidade, no contexto do desenvolvimento do TED. Já na segunda narrativa, a ambientação maior — com um primeiro contato já realizado — proporcionou novas estratégias de observação jornalística e, dessa forma, as personagens-guia da narrativa foram lideranças e jovens quilombolas em sua criatividade do ser para pensar e reivindicar demandas e melhorias socioculturais.

Ainda há os aspectos do uso da câmera fotográfica e da ambientação do segundo encontro que proporcionaram um diálogo mais afetuoso e aberto entre a equipe de comunicação, a juventude e as lideranças quilombolas. Tal situação indica a origem de um vínculo entre comunicador e comunidade. Esse vínculo é, para Martinez e Heidemann (2019), gerador da observação das complexidades da vida e do material jornalístico com valor ético e estético. Para além disso, as autoras colocam que esse fazer jornalismo abre uma porta de conexão com os leitores, isso porque é uma atividade de narrar sentimentos e é a partir deles que se constroem novos vínculos entre leitor e personagem.

Por fim, a análise indicou a importância do constante questionamento crítico e da busca por aprender enquanto chaves do processo comunicativo. Contudo, a descrição das narrativas e as notas de campo demonstram que o trabalho comunicativo está em fase inicial. Esse fator fica evidenciado pelas mudanças da primeira para a segunda narrativa e pelas metodologias diferentes aplicadas para a comunicação de ambos os eventos. Assim, isso

indica uma possibilidade de, nas próximas produções narrativas, serem registradas novas metodologias, estratégias e argumentações narrativas.

## Referências

CARVALHO, Beatriz Guimarães de; EVANGELISTA, Rafael de Almeida. Coletores do cotidiano: o jornalista literário, o antropólogo e suas idas ao campo. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 832–849, set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/BJR.v14n3.2018.1120>. Acesso em: 10 maio 2023.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; SPAGGIARI, Enrico; NOGUEIRA, Mariana Hangai Vaz Guimarães; CHIQUETTO, Rodrigo Valentim; TAMBUCCI, Yuri Bassichetto. **Etnografias urbanas: quando o campo é a cidade**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2023.

MARTINEZ, Monica; HEIDEMANN, Vanessa. Jornalismo literário: afeto e vínculo em narrativas. **Lumina**. Juiz de Fora, v. 13 n. 1, p. 4–14, jan.-abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1981-4070.2019.v13.26055>. Acesso em: 13 jan. 2024.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza**. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. Jornalismo e realidade: da necessidade social de notícia. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 44–55, dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2638>. Acesso em: 11 nov. 2023.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. v. 1.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

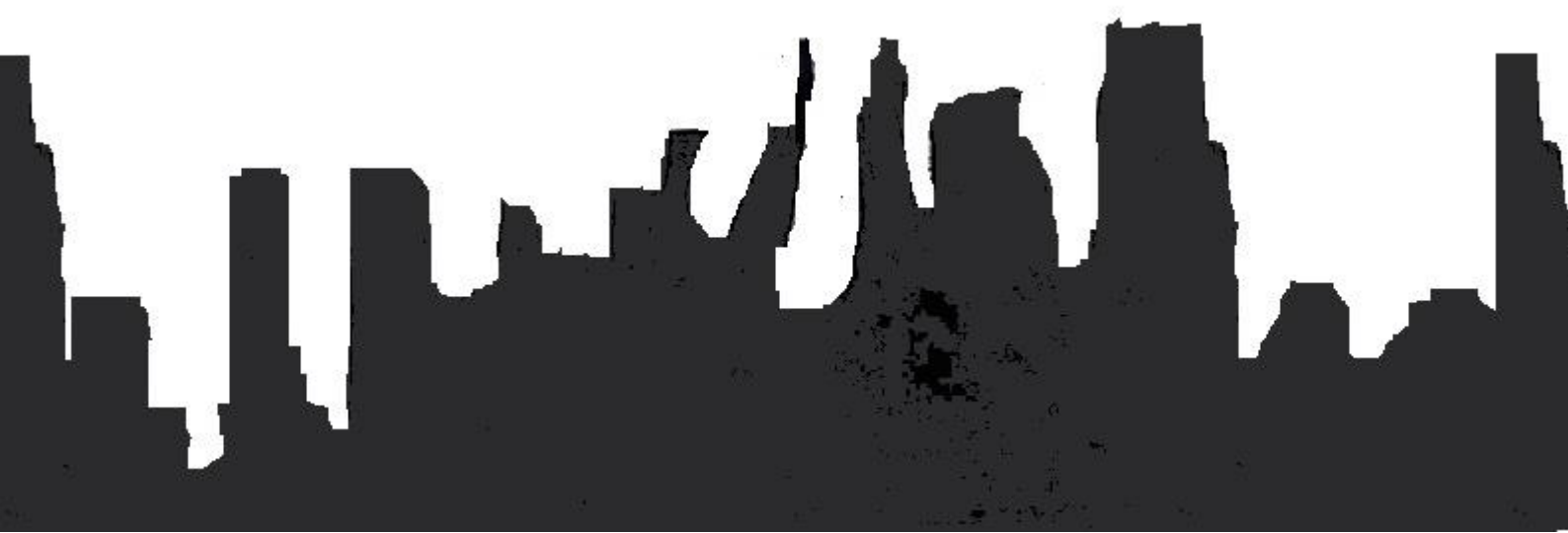
Recebido em: 10/01/2026.

Aceito em: 25/05/2026.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n36.77676.p217-236>



## UMA BREVE INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

### *A BRIEF INTRODUCTION TO SOCIOLOGY OF EDUCATION*

Rodolfo Alves de Macedo \*

SOUZA, Renato Antonio de. **Sociologia da educação**. São Paulo: Cengage, 2017. 92 p.

A Sociologia da Educação, como disciplina voltada à análise das relações entre sociedade e escola, tem sido constantemente revisitada em obras de caráter introdutório. Esses manuais não apenas sistematizam teorias clássicas e autores de referência, mas também incorporam discussões atuais sobre desigualdades, políticas públicas e práticas pedagógicas, oferecendo ao leitor uma visão panorâmica das tensões que atravessam o campo educacional. Ao mesmo tempo, cumprem a função de aproximar estudantes e profissionais das principais questões que estruturam a área, servindo como porta de entrada para debates mais complexos.

Ao retomarmos a história dos manuais de sociologia no Brasil, remontamos ao início do século XX, quando da institucionalização da disciplina no país. Em seu livro *Institucionalização da sociologia no Brasil*, Simone Meucci (2011) se dedica a analisar os materiais didáticos de sociologia entre as décadas de 1920 e 1940, período em que houve uma produção significativa de manuais, dada a introdução da disciplina de sociologia em escolas normais e cursos secundários, revelando a preocupação em consolidar a sociologia como campo autônomo de conhecimento científico. No entanto, Bodart e Marchiori (2021) apontam para a obra *Educação moral, noções de sociologia e direito usual*, de Elpídio de Abreu e Lima Figueiredo, publicado em 1917, como provavelmente o primeiro manual escolar brasileiro destinado ao ensino secundário.

Desde então, diversos outros manuais, menos ou mais complexos, foram elaborados e reelaborados em função de atualizações na área. No âmbito da Sociologia da Educação no Brasil, uma obra de referência como *Educação e sociedade*, publicada

---

\* Mestre em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (EHPS/PUC-SP), Brasil. E-mail: [rodolfo.macedo95@gmail.com](mailto:rodolfo.macedo95@gmail.com).



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

em 1964 e organizada por Luiz Pereira e Marialice Foracchi, encontra-se esgotada há muitas décadas.

E na intersecção entre educação e sociologia, o campo possui mais uma obra para compor sua vasta bibliografia. Trata-se da sucinta obra de Renato Antonio de Souza, intitulada apenas como *Sociologia da educação*. Souza é licenciado em Letras pelas Faculdades Integradas Tiberiá e mestre em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), possui experiência como docente e na formação de professores. Publicado em 2017 pela Editora Cengage, o livro está organizado em 4 capítulos divididos ao longo das suas 92 páginas. Pensada para o leitor que busca informações de maneira dinâmica, a obra aborda brevemente temas abrangentes, como conceitos gerais de sociologia, educação formal e democracia.

O primeiro capítulo, intitulado *Conceitos gerais*, cumpre a função de apresentar ao leitor os fundamentos que estruturam a relação entre sociedade e educação. São discutidos conceitos centrais como sociologia, fato social, educação e democracia, que servem de base para compreender como a vida social se organiza e de que maneira a educação se insere nesse processo. A introdução da noção de fato social, formulada por Émile Durkheim, é particularmente relevante, pois evidencia que os modos de agir, pensar e sentir são gerais — isto é, se colocam a todos —, exteriores ao indivíduo e exercem sobre ele uma força de coerção. Essa perspectiva permite compreender a educação como prática social que não se reduz a escolhas individuais, mas que responde a necessidades coletivas e históricas. O texto também relaciona o conceito de fato social às noções de grupo social, sanções, normas, valores e símbolos sociais, todos definidos de maneira objetiva e esclarecidos para facilitar a compreensão do leitor. Essa articulação mostra como a educação está imersa em um sistema de significados e regras que orientam a vida em sociedade.

Um dos pontos de destaque é a discussão sobre o processo de socialização, diferenciando entre socialização primária — aquela que ocorre no seio da família e nos primeiros grupos de convivência — e socialização secundária, que se dá em instituições como a escola. Essa distinção é fundamental para analisar as práticas educativas e compreender a escola como instituição social responsável por transmitir valores e conhecimentos que sustentam a coesão social.



Neste momento, percebe-se a influência da clássica obra de Durkheim *Educação e sociologia*, especialmente ao considerar que “cada sociedade possui um ideal de homem, cujas características intelectuais, físicas e morais norteiam a educação dessa sociedade. Assim, a educação perpetua essa homogeneidade de cidadãos, o que permite que ela exista” (Souza, 2017, p. 19). A afirmação de que “a educação, então, tem por objeto produzir um ser social” (Souza, 2017, p. 19) evidencia que essa prática social não ocorre de forma aleatória, mas responde às exigências de um determinado tempo e espaço.

Embora o capítulo seja coerente na exposição dos conceitos clássicos, consideramos que a ênfase em Durkheim poderia ser complementada com referências a perspectivas mais recentes da sociologia da educação, como Pierre Bourdieu e Michael Apple. Isso ampliaria o diálogo entre tradição e contemporaneidade, permitindo ao leitor perceber a influência das ideias durkheimianas e também seus limites diante das transformações sociais atuais.

Além disso, o autor dedica atenção às questões de infância e juventude, reconhecendo que diferentes fases da vida demandam abordagens específicas da sociologia. Esse ponto é relevante porque evidencia que a educação não pode ser pensada de forma homogênea, mas deve considerar as particularidades de cada etapa do desenvolvimento humano. O capítulo também abre espaço para discutir a educação contemporânea, marcada por desafios como a diversidade cultural, as desigualdades sociais e as novas demandas do mundo globalizado. Essas considerações permitem pensar em uma atualização da educação, que precisa responder às transformações sociais e tecnológicas sem perder de vista sua função integradora.

Mas afinal, o que faz a Sociologia da Educação? Segundo Souza (2017), trata-se de uma subárea da sociologia responsável pelo estudo dos fatos sociais relacionados à educação. Seu objeto de análise inclui o processo educativo em sentido amplo, o sistema escolar, a escola como instituição, a sala de aula e os professores. Essa definição mostra que a Sociologia da Educação não se limita a teorizar sobre a escola, mas busca compreender como ela se relaciona com a sociedade e como participa da reprodução ou transformação das estruturas sociais.

O capítulo ainda aborda a ideia de educação social, enfatizando sua função na formação cidadã e na construção de vínculos comunitários. Essa perspectiva amplia o olhar do leitor para além da sala de aula, situando a educação como prática social



multifacetada que se manifesta em diferentes espaços da vida cotidiana. Esse ponto é particularmente relevante, pois evidencia uma preocupação em conectar educação e democracia. No entanto, o texto poderia explorar mais os desafios concretos dessa relação, como as tensões entre desigualdade social e participação política, fortalecendo a reflexão crítica e aproximando-se da sociedade civil.

Ao relacionar educação social e democracia, o autor ressalta que a formação cidadã deve ser orientada por valores republicanos e democráticos, de modo que o indivíduo participe ativamente da vida política e social. Nesse sentido, a educação é concebida como processo que exige uma formação crítica e reflexiva, capaz de preparar cidadãos para enfrentar os dilemas e responsabilidades da sociedade contemporânea.

O segundo capítulo, *Antropologia da educação*, abre com uma introdução geral à Antropologia, apresentando-a em seus pressupostos históricos como ciência dedicada ao estudo do ser humano em sua diversidade cultural, social e histórica. O texto evidencia como a antropologia busca compreender as práticas, os valores e os modos de vida em contextos culturais específicos.

Na sequência, o foco se desloca para a Antropologia da Educação, campo que investiga os processos educativos a partir de uma perspectiva cultural, e que tem, na cultura do indivíduo, seu ponto em comum. É neste ponto onde evidencia-se o diálogo entre as áreas, dado que ambas tratam da assimilação da cultura. São discutidas questões como a transmissão de saberes em diferentes sociedades e como a Antropologia pode contribuir com investigações acerca do currículo, da função docente e de sua transmissão de valores. Essa abordagem amplia o olhar do leitor, mostrando que a educação não se limita ao espaço institucional, mas se manifesta em múltiplas práticas sociais.

Por fim, o capítulo aborda a ideia do homem como educador, ressaltando que a capacidade de ensinar e aprender é constitutiva da condição humana. A reflexão destaca que, em qualquer sociedade, o ser humano atua como mediador de conhecimentos e valores, reafirmando a educação como prática universal e essencial para a continuidade da vida social, mas além disso aborda também múltiplas dimensões humanas que impactam na atuação do educador, como as dimensões pessoal, profissional, política e cidadã, enquanto sujeito formado no processo histórico.

Essa discussão funciona como elo entre Antropologia e educação, reforçando a ideia de que compreender o ser humano em sua totalidade é indispensável para pensar



práticas educativas mais amplas e contextualizadas. Ainda assim, seria interessante problematizar como essas dimensões do educador se manifestam em contextos de desigualdade ou de diversidade cultural intensa, já que tais situações desafiam diretamente a prática pedagógica, como, a título de exemplo, a recepção de alunos estrangeiros na escola.

Avançando para o capítulo 3, *Conceito educacional contemporâneo*, o autor inicia com um breve relato histórico da educação, apresentando a evolução das práticas educativas desde as sociedades antigas até os sistemas escolares modernos. O texto evidencia como diferentes períodos históricos — da educação clássica à formação voltada para o trabalho na modernidade — moldaram concepções de ensino e aprendizagem, permitindo ao leitor perceber a educação como construção social em constante transformação. Essa retomada histórica cumpre a função de situar a educação em seu percurso, mostrando que cada época produziu modelos próprios de escolarização, sempre em diálogo com as necessidades sociais vigentes.

Na sequência, o foco recai sobre a educação na contemporaneidade, marcada por desafios e tensões próprios do mundo atual. São discutidos aspectos como a influência da globalização, a diversidade cultural e os dilemas relacionados à inclusão, evidenciando que a escola contemporânea precisa dialogar com demandas sociais complexas, sem perder de vista sua função formadora. Essa parte do capítulo convida o leitor a refletir sobre como a instituição escolar se adapta às rápidas mudanças sociais e tecnológicas, ao mesmo tempo em que enfrenta contradições ligadas à desigualdade e à exclusão.

Porém, apesar de tratar de questões relevantes e atuais sobre a educação, acaba por deixar de lado certas tensões contraditórias sobre o discurso corrente acerca do processo de escolarização, que ora adquire uma característica reprodutora da estrutura social vigente e suas relações de poder, e ora emancipadora, para então tratar de modelos de educação.

Por fim, o texto aborda diferentes modelos de educação, comparando propostas que vão desde abordagens tradicionais até perspectivas inovadoras, como a Pedagogia Tradicional, a Escola Nova e outras abordagens psicológicas em educação. São analisadas concepções que privilegiam a transmissão de conteúdos, modelos centrados no aluno e experiências que buscam integrar escola, comunidade e sociedade. Essa diversidade de



propostas oferece ao leitor um panorama das alternativas existentes, estimulando a reflexão sobre qual modelo melhor responde às necessidades educacionais do presente.

Ao apresentar esse conjunto de possibilidades, o capítulo reforça a ideia de que não há um único caminho para a educação, mas sim múltiplas formas de pensar e organizar o processo de ensino-aprendizagem, cada uma com suas potencialidades e limitações.

O quarto e último capítulo da obra, *Educação formal, não formal, informal e seus aspectos biossociais*, dedica-se a examinar as diferentes modalidades de educação, distinguindo entre educação formal, não formal e informal.

A primeira é apresentada como aquela que ocorre em instituições estruturadas, como escolas e universidades, caracterizada por currículos definidos, certificações e objetivos pedagógicos sistematizados. Já a educação não formal é descrita como processos organizados de aprendizagem que acontecem fora do sistema escolar, em espaços como associações comunitárias, cursos livres e projetos sociais, desempenhando papel relevante na formação cidadã e profissional, bem como o papel da universidade corporativa em oferecer um tipo de formação alinhada à especificidade de um negócio com vistas à sua ampliação. A educação informal, por sua vez, é abordada como o conjunto de aprendizagens espontâneas que se dão no cotidiano, nas interações familiares, culturais e sociais, mostrando que o ato de educar transcende os limites institucionais.

Essa distinção entre modalidades é bastante útil para ampliar a compreensão do leitor sobre os diferentes espaços de aprendizagem. No entanto, essa classificação sistemática que é proposta pode não corroborar com a prática, uma vez que elas não se apresentam de maneira isolada. Muitas vezes, a educação formal se articula com práticas não formais e informais e vice-versa.

Na segunda parte, o capítulo discute os aspectos biossociais da educação, ressaltando como fatores biológicos e sociais se entrelaçam na formação humana. São exploradas questões relativas ao desenvolvimento físico e cognitivo, às condições de saúde e nutrição, bem como às influências do meio social, da cultura e das relações interpessoais. Essa análise evidencia que a educação não pode ser compreendida isoladamente, mas deve ser vista como prática que articula dimensões biológicas e sociais na constituição do sujeito.



Em resumo, o livro *Sociologia da educação* de Renato Antonio de Souza se trata de uma obra de caráter introdutório, que apresenta, em forma de síntese, os principais temas e conceitos da Sociologia da Educação. É necessário ressaltar que a obra não foi escrita por um especialista em Sociologia com sólida formação na área. Sendo assim, sua proposta generalista é oferecer ao leitor uma visão geral das questões fundamentais da área, funcionando como porta de entrada para estudos mais aprofundados, que devem necessariamente complementar a leitura. Logo, nota-se a ausência de uma exposição sistemática do pensamento sociológico de diferentes autores, o que limita a compreensão das múltiplas perspectivas teóricas que compõem o campo, fator que poderia ser beneficiado com um debate aprofundado sobre diferentes aspectos da educação — como a tensão entre reprodução e emancipação, currículo e relações de poder — caso dialogasse com outros autores. Por outro lado, um aspecto positivo é a presença de glossários ao final de cada capítulo, recurso que facilita a consulta e contribui para a fixação dos conceitos apresentados.

Desse modo, a obra pode ser uma opção para estudantes universitários iniciantes ou então para professores em atuação, mas que necessitam de uma leitura agilizada sobre determinados aspectos educacionais, devendo ser prosseguida por obras de referência para o campo, como as já citadas anteriormente *Educação e sociologia*, de Émile Durkheim, ou *Educação e sociedade*, organizada por Luiz Pereira e Marialice Foracchi, ou outras mais atuais como *Sociologia da educação*, de Nelson Piletti e Walter Praxedes, em que abordam autores clássicos e contemporâneos.

## Referências

BODART, Cristiano das Neves.; MARCHIORI, Cassiane da C. Ramos. Fragmentos da história do ensino de sociologia no Brasil: Figueiredo e seu manual escolar de sociologia de 1917. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 21, n. 1, p. 1-25, jun. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/10.4025/rbhe.v21.2021.e181>. Acesso em: 1 jun. 2026.

MEUCCI, Simone. **Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos**. São Paulo: Hucitec, 2011.

SOUZA, Renato Antonio de. **Sociologia da educação**. São Paulo: Cengage, 2017.

Recebido em: 20/12/2025.

Aceito em: 07/03/2026.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n36.77544.p238-244>

**AVERIGUAÇÃO DOS CONCEITOS-CHAVE PRESENTES NAS OBRAS DE  
KARL MARX: resenha sobre o livro de Jorge Grespan: Marx: uma introdução**

***INVESTIGATION OF THE KEY CONCEPTS IN THE WORKS OF KARL MARX: a  
review of Jorge Grespan's book: Marx: an introduction***

Francisco Lacerda \*

GRESPAN, Jorge. **Marx: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2021. 104 p.

Karl Marx (1818 - 1883) é o fundador, juntamente com Friedrich Engels (1820 – 1895), do socialismo científico, que rompeu com a ótica idealista dos pensadores socialistas utópicos. Sob essa perspectiva, sua produção teórica buscou ressaltar as contradições inerentes às conjunturas do sistema capitalista, oferecendo não apenas um diagnóstico das estruturas de dominação, mas o arcabouço metodológico para a sua superação. Tais reflexões exercem profunda influência no desenvolvimento de um olhar crítico sobre o capital, consolidando-se como pilares para a difusão dos ideários comunistas. Em virtude do caráter radical do pensamento crítico de Karl Marx à ótica do capital e seu ativismo político, enfrentou a perseguição e o exílio. Contudo, não abandonou a elaboração teórica e o compromisso com a transformação social, dedicando sua vida a averiguar os mecanismos e a historicidade do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, o pensamento marxiano configura-se como uma base interpretativa essencial para a compreensão da dinâmica do poder nas sociedades capitalistas. Contudo, torna-se imprescindível ressaltar que circunscrever sua obra apenas a uma função interpretativa iria de encontro com o próprio cerne do pensamento marxiano, que pressupõe a indissociabilidade entre a teoria e a transformação social. Na perspectiva de Karl Marx, a compreensão rigorosa da realidade não é um fim em si mesma, mas a ferramenta necessária para a ação política consciente. Por conseguinte, a assimilação de seus conceitos centrais representa o início metodológico para superar uma leitura imediata dos fenômenos sociais, ou seja, uma percepção que aceita as estruturas sociais como naturais ou imutáveis, e acessar as análises teóricas de maior complexidade, como

---

\* Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. E-mail: franciscolacerdac@gmail.com.



as teorias da formação do valor, do fetichismo da mercadoria e da luta de classes, que revelam o caráter transitório e passível de transformação do sistema vigente.

Na obra *Marx: uma introdução*, publicada em 2021 pela editora Boitempo, o autor Jorge Grespan, professor doutor pela Universidade de São Paulo, membro do corpo editorial da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros e membro do corpo editorial da *Beiträge zur Marx-Engels Forschung Neue Folge*, oferece uma sistematização didática do pensamento marxiano. Estruturada em seis capítulos, a obra não se limita a uma simples listagem de conceitos, uma vez que ela abrange o núcleo teórico de Karl Marx a partir de um processo analítico materialista e histórico. Dessa forma, Jorge Grespan organiza e expõe, progressivamente, eixos centrais como a alienação, o capital, o fetichismo, as crises econômicas e os aspectos históricos e revolucionários, ressaltando como tais fatores articulam-se na crítica à economia política. O resultado é uma introdução precisa e sistemática ao universo conceitual marxiano, que serve tanto de síntese para os iniciantes nos estudos em tal área quanto de ferramenta analítica para a compreensão das obras de Karl Marx.

No tópico *Alienação*, enfatiza-se a percepção de Karl Marx sobre as contradições existentes no âmbito jurídico que fomentaram, por meios legais, a concentração da propriedade privada dos meios de produção e o distanciamento do proletariado do produto final desenvolvido por este. A crítica de Karl Marx à perspectiva hegeliana fundamenta-se na inversão materialista da dialética, rompendo com a concepção do Estado como a instância mediadora universal. Enquanto Friedrich Hegel (1770 – 1831) compreende o Estado como uma “autoridade reguladora” capaz de mitigar as desigualdades sociais, Karl Marx demonstra, a partir das condições materiais de existência, que esta instituição é a própria expressão política das relações de conflito. Sob essa ótica, o Estado não atua de modo “neutro”, mas como um espaço ocupado pelas elites, cuja mediação tende a intensificar os privilégios dos detentores dos meios de produção. Tal ideia do filósofo alemão ocorreu a partir da averiguação dos “problemas materiais” durante os seus serviços prestados como editor na Gazeta Renana:

[...] como o do chamado “furto” de madeira por camponeses da região do rio Mosela: florestas que desde a Idade Média eram comunais passaram a ser incluídas nas novas propriedades privadas demarcadas no começo do séc. XIX; e a livre coleta de lenha, antes considerada um direito feudal dos camponeses,



era agora qualificada de “furto” e punida pela lei burguesia. (Grespan, 2021, p. 18-19)

Diante desse cenário, destaca-se a contradição existente no âmbito do direito, enfatizando que a única forma de romper com este meio de dominação e de igualar verdadeiramente a situação dos indivíduos é por meio de “uma transformação completa da forma de propriedade dos meios de produção” (Grespan, 2021, p. 19).

A consolidação do controle sobre os meios de produção pela burguesia, por volta dos séculos XV e XVII, forçou o proletariado à venda de seu único recurso subsistente, a força de trabalho. Este fenômeno de ruptura entre o trabalhador e as condições materiais de produção é identificado por Karl Marx como a “acumulação original” do capital (Grespan, 2021, p. 22). Tal fenômeno representa tanto uma transição econômica quanto uma cisão estrutural, pois instaura a separação definitiva entre o produtor e o objeto de sua atividade. Nesse sentido, a alienação se materializa no fato de que o indivíduo deixa de se reconhecer no produto de seu esforço, passando a ter acesso a este somente na forma mediada, na condição de consumidor que adquire a mercadoria no mercado (Grespan, 2021, p. 25-26).

No capítulo *Mercadoria e capital*, ressalta-se a definição de mercadoria e suas implicações no mercado, bem como as consequências desse processo na obtenção do que Karl Marx denomina “excedente de valor” ou “mais-valor”. Ressalta-se que a mercadoria, embora existente em sociedades pré-capitalistas, assume centralidade no modo de produção atual como forma predominante de riqueza. O autor destaca que o valor de uma mercadoria é materializado a partir do trabalho humano abstrato, independentemente do momento histórico aplicado. Porém, no âmbito do sistema capitalista, o desenvolvimento de mercadorias está intrinsecamente relacionado à transformação da própria força de trabalho em mercadoria. Ademais, o dinheiro é considerado uma “mercadoria especial”, visto que esse produto se torna um meio equivalente de troca para outra mercadoria. No sistema capitalista, o dinheiro é a ferramenta de barganha para a própria força de trabalho modificada em produtos, apresentando essa dupla caracterização. Como o proletariado apresenta apenas a sua força de trabalho para venda, esta “mercadoria especial” configura-se no pagamento, ou seja, no salário do serviço prestado pela classe trabalhadora. Logo, o indivíduo vende a sua força de trabalho, recebe uma parcela do



dinheiro capitalizado com as vendas dos produtos desenvolvidos para comprar as mercadorias dispostas no mercado e, assim, sobreviver e permanecer no ciclo do trabalho da conjuntura capitalista.

Além disso, a base desse sistema reside na apropriação do lucro pela burguesia. Com o processo da alienação da produção, o valor da mercadoria torna-se mais elevado que a força de trabalho, conseqüentemente, ocorre o “mais-valor”. Esse excedente produzido concentra-se nas mãos daqueles que detêm a propriedade privada. Essa relação estrutural, em que, de um lado, a burguesia detém o controle dos meios de produção e se apropria do mais-valor, e, de outro, resta ao proletariado apenas o salário, é o componente central do capitalismo. Para romper com esta exploração, não basta apenas “uma simples reforma moral dos indivíduos [...], é preciso modificar o sistema de maneira radical” (Grespan, 2021, p. 39). A sistematização proposta por Jorge Grespan revela que o “mais-valor” e a circulação mercantil são expressões de uma tensão social profunda e inerente ao capital. Ao caracterizar o dinheiro como “mercadoria especial” que medeia o salário, o autor evidencia como o sistema “mascara” a natureza da exploração, o que aparenta ser uma troca equivalente é, em última análise, a captura da subjetividade e do tempo de vida do proletariado. Portanto, a análise afasta-se de uma leitura puramente técnica para problematizar o capitalismo como uma estrutura que se reproduz mediante a alienação sistêmica, na qual a própria ferramenta de sobrevivência do trabalhador, o salário, torna-se o mecanismo que o subordina de maneira radical às crises e aos imperativos do lucro burguês.

Nos tópicos *Fetichismo, para além da mercadoria e Ideias e representações*, enfatiza-se que ocorre a naturalização das estruturas de poder do capitalismo, negligenciando o processo histórico deste sistema de dominação. Nesse sentido, “as relações sociais não se apresentam como vínculo entre pessoas, e sim como vínculo entre coisas” (Grespan, 2021, p. 44-45). Esse sistema impõe os seus mecanismos de controle como meios naturais na sociedade, proporcionando, assim, a normatização dos fatores históricos e materiais dos processos de opressão de acordo com cada era histórica. Essa inversão, em que o objeto assume o protagonismo das relações sociais em detrimento do sujeito, constitui o cerne da eficácia ideológica do capital. Ao obscurecer a origem humana da riqueza, o fetichismo da mercadoria impede que as estruturas de desigualdade



sejam compreendidas como construções históricas e, portanto, passíveis de transformação. Sob a perspectivas de debates contemporâneos, essa naturalização se radicaliza na era do consumo digital e da financeirização, onde a objetificação da vida cotidiana disfarça as novas formas de exploração sob o “manto da neutralidade tecnológica”. Assim, a análise de Jorge Grespan alerta para o fato de que a superação da opressão exige, primeiramente, o desvelamento desses mecanismos que convertem processos sociais dinâmicos em realidades aparentemente estáticas e imutáveis.

Vale ressaltar que a partir do processo de definição do conceito de fetichismo, Karl Marx retoma o desenvolvimento da relação entre “produção de ideias” e “produção da vida social” (Grespan, 2021, p. 55). Embora a consciência esteja intrinsecamente relacionada à atividade material, em que se desenvolvem mutuamente a partir de convergências e divergências, e à produção da vida, “as ideias só se separam quando passam a ser formuladas por uma classe social que não exerce trabalho direto [...], a consciência dessa classe pretende, então, ser ‘diferente da práxis existente’ e elabora teorias ‘puras’, quer dizer, emancipadas do mundo da ação imediata” (Grespan, 2021, p. 56). Nesse sentido, é implementado um “novo” conceito de realidade que realiza a cisão do mundo da práxis, fazendo com que as representações intelectuais passem a ser percebidas como instâncias autônomas e soberanas sobre a vida material. Essa inversão é o fundamento da ideologia; ao se desvincularem de sua base concreta, as ideias da classe dominante perdem sua marca de origem e passam a ser apresentadas como verdades universais. Por conseguinte, a classe que detém o controle dos meios de produção assume também a gestão dos meios de produção espiritual, assegurando que sua visão de mundo seja assimilada como a única racionalidade possível. Portanto, a discussão proposta por Jorge Grespan revela que o pensamento de Karl Marx não se limita a um determinismo econômico, mas compreende a produção intelectual como uma dimensão constitutiva e ativa da própria dominação de classe, essencial para a manutenção e legitimidade do sistema capitalista.

Evidencia-se também, no capítulo *Crises econômicas*, que esses eventos são fenômenos inerentes ao capitalismo. Tais fatores ocorrerão independentemente de elementos externos, sendo que estes casos, como “uma epidemia ou um desastre ambiental, por exemplo, são situações que somente agravam uma crise já em curso e são



produzidas pela relação predatória do capitalismo com a natureza” (Grespan, 2021, p. 65). As crises do capitalismo ocorrem devido à oposição entre o capital e o trabalho assalariado. Quando o capital obtém a força de trabalho, este tem a capacidade de averiguar o valor das suas etapas de produção, visto que é o trabalho que atribui valor às mercadorias. A partir do momento em que o capital substitui a força de trabalho por máquinas e ferramentas técnicas, perde a capacidade de valorização. Portanto, tenta encontrar novos subterfúgios para solucionar tal contradição, desenvolvendo seus próprios meios de valorização, as taxas de lucro e as taxas de juros. Contudo, como esses mecanismos vão de encontro da verdadeira valorização das etapas de produção, a taxa de “mais-valor”, ocorre o fenômeno que Karl Marx denomina de “desmedida”, ou seja, a desvalorização do próprio capital.

Karl Marx evidencia que essa crise estrutural do capitalismo se manifesta, primordialmente, na desmedida existente entre as esferas da venda e da compra, ou da produção e do consumo. Esse momento rompe com a argumentação dos economistas liberais de “equilíbrio de mercado”. Estes conceitos são interdependentes e, por isso, a sobreposição de um ao outro pode proporcionar um desequilíbrio sistêmico. Essa correlação, como afirma o autor, ressalta “[...] a impossibilidade de que as fases opostas do processo se autonomizem completamente; elas podem se autonomizar até certo ponto, mas, além dele, o processo é ameaçado” (Grespan, 2021, p. 69).

Esse estado de desmedida desdobra-se em um segundo momento, a crise de circulação do capital. Nesta concepção, a ênfase recai sobre o processo de comprar para vender. Trata-se da aquisição de matérias-primas, insumos, mão de obra para a posterior venda de mercadorias com a aplicação do “mais-valor” sobre esses produtos. Jorge Grespan exemplifica nitidamente alguns casos que podem proporcionar essa crise a partir da oposição entre venda e compra:

[...] ocorrerá uma mudança no valor da força de trabalho adquirida pelo capital que altere o cálculo do mais-valor, ou se as matérias-primas e os instrumentos de trabalho que um setor capitalista compra de outro setor não tenham sido produzidos na quantidade correta para garantir a continuidade da produção em geral (Grespan, 2021, p. 70).

Compreende-se que a crise de circulação do capital não se limita a um erro de cálculo logístico, mas revela a desarticulação intrínseca à produção capitalista. Ao



pontuar a dependência entre diferentes setores e a flutuação no valor da força de trabalho, Jorge Grespan demonstra que o capital opera sob uma coordenação frágil, na qual a busca individual pelo “mais-valor”, frequentemente, colide com a necessidade coletiva de continuidade do ciclo produtivo. A partir desta ótica, a crise emerge como o momento em que essa desproporcionalidade entre os setores se torna insustentável, evidenciando que a eficiência técnica das unidades produtivas isoladas não garante estabilidade do sistema em sua totalidade. Assim, o que o senso comum poderia interpretar como um problema de “oferta e demanda”, a análise marxiana revela como uma barreira interna do capital, a incapacidade de equilibrar a produção social com a apropriação privada do lucro.

Dando continuidade à lógica das contradições inerentes, a crise destaca-se em um terceiro momento por meio da criação de seus próprios mecanismos de valorização, especificamente, a taxa de lucro. Após a substituição da mão de obra por máquinas e equipamentos sofisticados, o capitalista passa a considerar que os meios de produção criam valor e, por conseguinte, devem ser considerados como um custo que precisa ser contabilizado juntamente com os gastos relacionados à força de trabalho. Consequentemente, a burguesia define a taxa de lucro como sendo o recurso que melhor “calcula a valorização” (Grespan, 2021, p. 71), visto que leva em consideração todos os gastos nas etapas de produção. Porém, mesmo que os donos dos meios de produção intensifiquem a exploração sobre os proletários para ampliar a concentração do “excedente de valor”, a taxa de lucro tende a cair gradativamente. Isso ocorre devido à ampliação dos gastos com as novas máquinas adquiridas, sendo este processo denominado “sobrevalorização do capital”. Jorge Grespan destaca tal ótica na seguinte passagem:

Por mais que os capitalistas tentem resolver o impasse reduzindo seus custos, eles tendem a reduzir custos seja pela demissão de trabalhadores e corte de salários, seja pela diminuição dos salários e encargos trabalhistas dos ainda empregados. Em ambos os casos, as condições que levam à queda da taxa de lucro se reproduzem. Forma-se um círculo vicioso cujo resultado é desestimular novos investimentos e desvalorizar o capital existente no que diz respeito tanto aos meios de produção quanto à mão de obra, com demissão em massa. (Grespan, 2021, p. 72)

Essa tensão, por fim, atinge seu estágio mais avançado e extremo no âmbito do setor financeiro, a partir da taxa de juros. Os bancos são grandes concentradores de capital



na forma de “mercadoria especial”: o dinheiro, e aplicam empréstimos para outras empresas do setor produtivo, fomentando a rotatividade e o acúmulo do capital. Para realizar tal serviço, estas instituições aplicam certa porcentagem em cima do lucro das empresas, o que é definido como “juros”. Desta forma, os bancos são, como afirma Jorge Grespan (2021), a representação máxima do sistema capitalista, visto que este garante o controle sobre o processo de produtividade futura. Karl Marx atribui a esta dinâmica o ápice do fetichismo, porque possibilita ao sistema capitalista financeiro de proporcionar a valorização de um produto sem mesmo produzir uma mercadoria. Por conta desse fator, as taxas de juros dependem diretamente do “mais-valor” obtido a partir da exploração do proletariado nas empresas do setor produtivo e, portanto, tal taxa está intrinsecamente relacionada à taxa de lucro dessas instituições. Contudo, por conta das dinâmicas contraditórias das empresas dos setores produtivos, as taxas de lucro caem e, conseqüentemente, para os bancos não sofrerem perdas em seus lucros, aumentam as taxas de juros. Como esses dois processos de mensuração do capital seguem caminhos opostos, ocorre a crise nessa correlação.

No que diz respeito ao tópico sobre o processo histórico e revolução, Jorge Grespan ressalta a ênfase de Karl Marx em relação às lutas de classe ao longo da história e a necessidade de romper com tal processo exploratório. Karl Marx identificava que existiam duas classes sociais básicas: “aquela que se apropria dos principais meios de produção e aquela que é despojada da propriedade desses meios pela primeira.” (Grespan, 2021, p. 78). A principal força motriz da vida social, em geral, reside na luta de classes, sendo o Estado um dos mecanismos essenciais para garantir os interesses da classe dominante. As mudanças necessárias para romper com o sistema capitalista são a redistribuição total dos meios de produção e a alteração nos modos de produção/“forças produtivas”, ou seja, mudanças nos métodos e nas organizações do trabalho. A partir desse processo, ocorre o contraponto ao capitalismo, a sociedade comunista. Nesta não há divisão do trabalho e, conseqüentemente, sucede o rompimento da dominação de uma classe sobre a outra. Jorge Grespan destaca precisamente essa percepção nas análises de Karl Marx no seguinte trecho:

[...] as pessoas podem se relacionar como indivíduos de fato autônomos, e não mais determinados pela classe a que pertencem; elas são qualificadas pelo conjunto de sua personalidade e não pela profissão que exercem; elas



estabelecem relações a partir de sua vontade e decidem em conjunto com as demais seus interesses recíprocos, sem a mediação de instituições políticas como o Estado. As classes sociais desaparecem com a socialização da propriedade dos meios de produção, e todas as formas de opressão de classe perdem sua razão de ser. (Grespan, 2021, p. 85)

Deste modo, a sociedade comunista não deve ser compreendida como um modelo externo ou um contraponto abstrato ao capitalismo, mas como a sua possibilidade concreta e latente. De acordo com a averiguação de Jorge Grespan, o comunismo constitui-se como o anverso das crises que, embora se manifestem em distintos momentos, fazem parte de uma unidade de colapso inerente ao modo de produção atual. O sistema capitalista atinge seus limites e revela a necessidade de uma organização social distinta. Logo, a superação do capital não é uma projeção utópica de futuro, mas sim a “crítica efetiva e de superação real do sistema capitalista” (Grespan, 2021, p. 86), denominada “práxis”.

Portanto, Jorge Grespan não apenas descreve conceitos, mas assume e reconstitui com fidelidade a própria lógica interna do pensamento de Karl Marx. Essa escolha metodológica, ao priorizar a coerência e o desenvolvimento dos argumentos originais, proporciona ao texto sua notável precisão didática. Deste modo, a obra consegue oferecer um processo introdutório sistemático e coeso que cumpre nitidamente com seu objetivo, fomentar um acesso estruturado e rigoroso sobre a ótica marxiana. Em última análise, a obra de Jorge Grespan consolida-se como um instrumento fundamental de iniciação teórica, pois entrega ao leitor ferramentas conceituais sólidas e sistematizadas. Tais categorias de análise não apenas elucidam os textos originais, mas também capacitam o leitor a desenvolver seus próprios pensamentos críticos a respeito da realidade contemporânea.

## Referências

GRESPLAN, Jorge. **Marx**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2021.

Recebido em: 27/08/2025.

Aceito em: 06/03/2026.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.